UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

PAULO ACCORSI JÚNIOR

O mundo como herança: a sociedade dos nobres fidalgos de Espanha (s. XIII – XV)

Versão Corrigida

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

O mundo como herança: a sociedade dos nobres fidalgos de Espanha (s. XIII – XV)

versão corrigida

Paulo Accorsi Júnior

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

De acordo: ___/__/_____
Assinatura do Orientador:_____

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Accorsi Junior, Paulo
A172m O mundo como herança: a sociedade dos nobres fidalgos de Espanha (s. XIII - XV) / Paulo Accorsi Junior ; orientador Carlos Roberto Figueiredo Nogueira. - São Paulo, 2018.
265 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. História Medieval. 2. Literatura. 3. Genealogia. 4. Narrativa. 5. Discurso Político. I. Nogueira, Carlos Roberto Figueiredo , orient. II. Título.

Nome: ACCORSI JÚNIOR, Paulo.

Título: O mundo como herança: a sociedade dos nobres fidalgos de Espanha (s. XIII – XV).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira

Instituição: Titular do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovado Assinatura:_____

Prof. Dra. Ana Paula Magalhães Tavares Magalhães Tacconi

Instituição: Titular do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo

Julgamento: Reprovado Assinatura_____

Prof. Dra. Maria Cristina Correia Leandro Pereira

Instituição: Titular do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo

Julgamento: Reprovado Assinatura_____

Prof. Dra. Sooraya Karoan Lino de Medeiros

Instituição: Membro do GEMPO – Grupo de Estudos Medievais Portugueses

Julgamento: Aprovado Assinatura:_____

Prof. Dr. **Marcus Baccega**

Instituição: Adjunto C-1 do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão

Julgamento: Aprovado Assinatura: _____

Ao meu pai
(*in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de dirigir meus agradecimentos ao Prof° Dr. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, professor Titular do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, por aceitar-me como orientando.

À Universidade de São Paulo por me oferecer a estrutura de ensino necessária à produção deste trabalho de pesquisa.

Às Professoras Doutoras Ana Paula Magalhães Tavares Magalhães Tacconi e Maria Cristina Correia Leandro Pereira, professoras do Programa de História Social desta Egrégia Universidade, pelas valiosas sugestões quando da participação do Exame de Qualificação, bem como por aceitarem integrar a Banca Examinadora desta tese.

À Profª Drª. Sooraya Karoan Lino de Medeiros, membro do GEMPO, e ao Prof. Dr. Marcus Baccega, da Universidade Federal do Maranhão, por terem também aceitado integrar a Banca Examinadora desta tese.

Às Professoras Doutoras Ana Paula Torres Megiani, Iris Kantor, membros deste Programa de Pós-Graduação em História Social, por terem aceitado disponibilizar-se como suplentes da Banca Examinadora.

Às Professoras Doutoras Rita de Cássia Mendes Pereira, da Universidade do Sudoeste da Bahia, e Angelita Marques Visalli, da Universidade Estadual de Londrina, por igualmente se colocarem disponíveis como suplentes da Banca Examinadora.

À Profª Drª. Covadonga Valdaliso Casanova, da Universidade de Valladolid, pela preciosa e gentil contribuição através de indicações bibliográficas que me foram muito úteis para o tratamento do tema a que me dediquei.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação em História, onde sempre fui muitíssimo bem atendido sempre que necessário.

Aos colegas do GEMPO – Grupo de Estudos em História Medieval Portuguesa – pelas críticas e contribuições ao trabalho.

Ao Real Gabinete Português de Leitura. À sua Administração, às bibliotecárias e aos funcionários que sempre me atenderam muito bem.

Ao amigo e Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello, pelas excelentes sugestões de leitura que espero ter aproveitado bem.

Ao amigo Antônio Amaral Serra, pelo que poderíamos estimar em, aproximadamente, cerca de duas horas de conversas entabuladas sobre este trabalho, a cada vez, dentre as cerca de uma dúzia de vezes, que nos encontramos na esquina entre

nossas ruas, e que foram horas esclarecedoras acerca do que fazer.

À Magali Gouveia Engel e à minha filha Giulia Engel Accorsi, duas amigas que me ajudaram muitíssimo no processo de formatação, a quem dedico todo o carinho e agradeço de todo o coração.

À Mabel Knust Pedra, pela colaboração que me deu na revisão de português dos capítulos, especialmente pela forma carinhosa com a qual se colocou disponível para a ajuda.

À Rita Core pelas sugestões de revisão.

À minha família, e em especial à Dna. Hilda, minha mãe, pela ajuda que me permitiu levar adiante este trabalho.

À Maria Elvira Vargas Madrigal, pelo carinho que me dedicou e a compreensão em relação às inevitáveis indisponibilidades de quem está fazendo uma tese.

À inestimável ajuda que Izabel Martins Considera vem me dando há mais de uma década.

C’est à la lumière de leurs idées et non des nôtres qu’il faut juger les anciens.

Foustel de Coulanges

RESUMO

ACCORSI JÚNIOR, Paulo. **O mundo como herança: a sociedade dos nobres fidalgos de Espanha (s. XIII – XV).** 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Os primeiros estudos dedicados ao texto *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro de Barcelos definiram-se exclusivamente pelo interesse nas narrativas nele contidas. A restante matéria de que se compunha foi, assim, relegada ao estatuto de matéria genealógica, e, como tal, desprovida de interesse literário. Numa perspectiva distinta, o objetivo deste trabalho é tomar esta obra compilada pelo filho bastardo do rei D. Dinis de Portugal (1279-1325) em sua unidade enquanto discurso. Atendendo a apelos de medievalistas quanto à necessidade de se entrar em linha de conta com seu conteúdo ideológico, com seu *sentido* como obra de arte e suas relações com o contexto histórico social da crise de meados do século XIV, a pesquisa aponta como ponto de partida de suas possibilidades de emergência como texto, o vigoroso processo de senhorialização da sociedade portuguesa que teve início em meados do século XIII. O que não se fez sem que resistências surgissem no campo cultural. O *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro é reconhecido por sua pujança ímpar em relação a obras do gênero no panorama europeu, em especial, hispânico. A metodologia aplicada à análise do texto inspira-se em diretrizes estabelecidas pelas chamadas *análises de conteúdo*; principalmente pela de uma *Semiótica narrativa e discursiva*, privilegiando as relações entre texto e contexto. O trabalho busca demonstrar que esta obra é expressão da atualização do que os estudos de André Heusler e André Jolles definiram como *saga*, que tomamos como uma *forma* simples, cuja memória alimentou a produção textual promovida pelo processo de introdução da escritura cristã no Ocidente, que se estima situado entre anos 1150 e 1350. Igualmente, é nosso propósito demonstrar, através de um contraponto, que os primeiros textos literários da chamada prosa de Avis, do início do século XV, emergem como um projeto discursivo de redefinição do universo axiológico com que o texto do *Livro de Linhagens* constrói a visão de mundo de uma nobreza feudal tradicional. Assim, adapta seus valores e códigos de conduta ao exigido pela necessidade de incorporação de atores sociais emergentes no trânsito dos finais da Idade Média para os inícios da chamada Idade Moderna.

Palavras-chave: História medieval – Literatura – genealogia – narrativa – discurso político – nobreza

ABSTRACT

The first studies dedicated to the *Book of Lineages* from the Count D. Pedro de Barcelos were defined exclusively by the interest in the narratives that it contains. The other components of this book were relegated as genealogical subject, and, like that, destitute of literary interest. From a distinct perspective, this study aims to analyse the work compiled by the bastard son of the king D. Dinis (1279-325) from Portugal in its unity as a discourse. This research indicates the strong process of seigniorage of Portuguese society, occurred in the middle of 13th century, as the start point of the book's emergency as a text. This process brought up resistances in the cultural field. The Count's D. Pedro *Book of Lineages* is recognized its unique relevance in relation to the other works of the same genre which emerged in Europe, especially, at Spain. The methodology applied to the present analysis is inspired in the propositions from the field of narrative and discursive semiotics. It privileges the relations between text and context and demonstrates that the book studied here is the expression of the update of the concept of *saga*, defined by the reflections of André Heusler and André Jolles. We understand this term as a simple form, whose memories fed the textual production resulted from the process of the introduction of the Christian writing in the West, between 1150 and 1350. We also want to demonstrate that the first literary texts from the Avis' prose arise as a discursive project, which aims to redefine the axiological universe with which the *Book of Lineages* constructs the world's vision of traditional feudal nobility. This book adapts its values and codes of conduct as it is required by the necessity of the incorporation of emergent social actors in the traffic from the middle Ages' end to the beginning of the Modern Era.

Key words: Medieval history – Literature – genealogy – narrative – political discourse – nobility

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO I – "nom fazia justica algũa"

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES 21

1.1. A PENÍNSULA IBÉRICA, PORTUGAL E O QUADRO EUROPEU 24

1.2. SENHORIALIZAÇÃO E EMBATES POLÍTICOS NO ESPAÇO PORTUGUÊS NO SÉCULO XIIII 28

1.2.1. *O CAOS SOCIAL E A DEPOSIÇÃO DE SANCHO II* 30

CAPÍTULO II – O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro

2.1. O LIVRO DE LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO COMO DOCUMENTO 42

2.2. RELAÇÕES COM OS LIVROS DE LINHAGEM ANTERIORES 46

2.3. RELAÇÕES COM A LITERATURA DO NORTE EUROPEU 50

2.4. A LITERATURA GENEALÓGICA E SUA LIGAÇÃO COM A SOCIEDADE MEDIEVAL 55

2.5. O LIVRO DE LINHAGENS E SUA TRADIÇÃO DE ESTUDOS 57

2.6. A IDEIA DE LINHAGEM 69

CAPÍTULO III – O Conde D. Pedro de Barcelos

3.1. A SAGA E O LIVRO DE LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO 74

3.2. A FAMÍLIA E O CONDE D. PEDRO 85

CAPÍTULO IV – O Texto: Matéria Genealógica e Matéria Narrativa

4.1. OPOSIÇÃO OU COMPLEMENTARIEDADE? 108

4.2. UMA PROPOSTA DE SEQUENCIAMENTO 117

CAPÍTULO V – O Universo Nobiliárquico no *Livro de Linhagens*

5.1. O TEMPO 150

5.2. O ESPAÇO 170

5.3. A IDEIA DO SAGRADO 178

5.4. A IDEIA DE HERANÇA 184

5.4.1. A HERANÇA DE SANGUE 189

5.5. O INVESTIMENTO SIMBÓLICO DOS PERSONAGENS 196

CAPÍTULO VI – Do Solar dos Lara ao "Sollaz dos Atribullados

CONCLUSÃO 240

FONTES E BIBLIOGRAFIA 257

Introdução

A presente tese, que pretende o grau de Doutoramento nesta Universidade, pertence ao domínio dos estudos sobre a nobreza ibérica, mais especificamente a nobreza portuguesa. A dificuldade de situar o grupo no espaço decorre de reservas quanto ao uso de limites geopolíticos modernos para tratar de um grupo social que se via a si mesmo segundo parâmetros distintos. O trabalho que aqui se inicia pretende, neste sentido, "dar voz ao tempo" e tentar perceber o que este dizia a respeito de si mesmo. Procuramos, assim, ter claro que, embora seja relevante o estudo dos mecanismos que engendraram o chamado estado moderno, não podemos ir buscá-lo onde muito provavelmente ele não esteja. No estudo de nossa principal fonte esta "ambiguidade" é absolutamente explícita. E ainda corroborada por noções a serem aqui trabalhadas, o que acaba por se revelar é que a visão de mundo do grupo estudado é uma função da dimensão do alcance dos seus poderes e das relações que enceta para que tal se sustente e amplie, quando possível.

O que o nosso estudo procura fazer é apontar para as modificações de sentido que pressões históricas irão exercer sobre visão de mundo, que se caracteriza por ser a de uma nobreza de caráter tradicional, feudal, cujos traços mais significativos nos são dados a ver pela leitura do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro. Tal mudança tem relação com o processo de formação/transformação da nobreza portuguesa e suas relações com as linhagens que lhes eram mais próximas nos reinos vizinhos, bem como no conjunto de questões políticas postas em meados do século XIII. Gerou-se como resposta uma vigorosa consciência de grupo como forma de defesa da nobreza contra-pressões que a atingiam por todos os lados. Passando por uma outra "guerra civil", a de 1319-24, os conflitos não arrefeceram de forma a neutralizar possibilidades que adiante viessem novamente a se colocar. E foi o que ocorreu em meados do século XIV, mercê da crise que se instala, agravada pelo quadro de pestes, fomes, más colheitas e cujo saldo foi a conflagração da península como um todo, estendendo-se a ela o palco da Guerra dos Cem Anos.[1]

Assim, este trabalho tem um interesse especial pela nobreza que surgiu naquele espaço político e social, algo ũde contornos imprecisamente definidos, e reconhecido pelo Conde D.

---

[1] Cf. RUSSEL, Peter. E**A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durantes a Guerra dos Cem Anos**, Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1998.

Henrique como compreendido entre Astorga e Coimbra, e a respeito do qual, no seu leito de morte, encomendara a seu filho, Afonso Henriques, que dele não se arredasse um palmo, pois o ganhara com grande sacrifício.[2] Este território só se desenharia nos limites aproximados ao que conhecemos hoje com o Tratado de Alcanizes, celebrado em 1297 entre o rei D. Dinis, de Portugal, e Fernando IV, de Castela. E é, em parte, sobre os problemas que estão envolvidos na forma como esta história é contada pela principal fonte de que nos utilizamos – o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro de Barcelos – que versa o presente trabalho.

A fonte que iremos explorar mais intensamente teve seu estudo implementado a partir do interesse suscitado no campo da História da Cultura portuguesa pelas narrativas nele contidas – especialmente nos seus primeiros oito títulos, o que fez com que os sessenta e oito restantes fossem relegados ao desinteresse, por força de que sua matéria era classificada como de natureza meramente genealógica e, portanto, distinta e destituída de maior interesse literário.

Nosso trabalho propõe lançar um olhar distinto. Procura tomar esta obra em sua unidade, baseando-se no pressuposto de que como um todo, e a despeito de que sua maior parte seja composta de listas genealógicas, seu significado é distinto daquele que lhe atribui um juízo redutor, que o confina ao estatuto de matéria cartorial composta de monótonas listas de gerações.

Não fossem os apensos a esta "matéria genealógica", poder-se-ia subscrever o juízo que as reduz à condição de meras e monótonas listas de gerações, e justificar o interesse apenas pelos títulos iniciais. Mas a associação de pequenos comentários, cognomes, pequenas histórias a muitos dos personagens ali listados, algumas merecedoras de algumas linhas, outras de muitas, despertou nosso interesse em indagar sobre do significado de tais acréscimos.

Algumas características do texto contribuíram para que ressaltasse o interesse no componente ideológico de tais acréscimos - o que varia entre pequenas histórias, às vezes não tão pequenas, comentários anedóticos, cognomes, relatos de fatos marcantes para a boa ou má fama dos mesmos. Tais acréscimos nos introduzem em um universo de valores e comportamentos. Levam-nos, assim, a que nos situemos nas diretrizes de pesquisa apontadas por alguns medievalistas portugueses, que levantaram a necessidade de se entrar em linha de conta com conteúdo ideológico desta obra, até então frequentemente utilizada apenas como

[2] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. VII, fol. 30, In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Publicação do IIº Centenário da Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 123.

documento no qual se buscavam atestar parentescos entre indivíduos.

Nosso objetivo é analisar este texto com base em diretrizes teórico- metodológicas surgidas do campo de estudos que reflete acerca das relações entre narrativa e História. Como recurso metodológico procuramos nos inspirar em alguns procedimentos e diretrizes apontadas por uma tradição de estudos linguísticos ligada à constituição de uma Semiótica Narrativa e Discursiva, sem considerar as exigências que um excessivo formalismo que presidiu à concepção de tal projeto requereu inicialmente. O procedimento será o de "dar voz ao texto" selecionando excertos que, colocando palavras-chave em contexto, permitem detectar o campo de significados em que se circunscrevem elementos fundamentais do nosso enfoque, e que dizem respeito a duas dimensões que integram a problemática da redefinição da visão de mundo do grupo social em questão, presente nas fontes eleitas.

Considerando a trajetória da nobreza no quadro das transformações históricas apontado, o texto fonte a ser mais intensamente explorado é o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro. A edição utilizada foi a produzida no ano de 1980 por José Mattoso, por ocasião das comemorações do IIº Centenário da Academia de Ciências de Lisboa. Foi uma edição preparada com vistas a atender às exigências de filólogos e historiadores que reclamavam por um documento que se reputasse "mais aproveitável". Para uma descrição mais aprofundada de suas características e tomando-se em consideração a perspectiva em que o examinamos, e dada, também, a complexidade das várias camadas textuais de que se compõe o *Livro de Linhagens*, dedicamos um capítulo à parte para a descrição das questões de interesse que envolveram este texto. Trata-se do capítulo II, no qual concentramos nossa atenção sobre a distinção estabelecida quanto à matéria de que se compõe: matéria genealógica e matéria narrativa.

Nosso trabalho tem como foco principal as transformações que se manifestam no campo cultural e especialmente literário do tempo, e procura fixar-se no que se depreende quanto às formas com as quais se constrói a visão do mundo da nobreza na sociedade de meados do século XIV e dos anos de trânsito para a chamada Idade Moderna.

Como contraponto ao *Livro de Linhagens*, utilizaremos os textos dos primeiros escritos produzidos pela dinastia de Avis. Neles encontram-se elementos que indicam uma significativa mudança nas proposições formuladas pela realeza portuguesa quanto aos valores e códigos de comportamento desejáveis para a nobreza. Para questões doutrinárias e que dizem respeito ao universo axiológico no qual transita a matéria cronística, nosso texto fonte é o texto do Leal Conselheiro. É uma obra de autoria do rei D. Duarte e estima-se produzida nos seus últimos meses de vida (1438) a pedido da rainha D. Leonor, para que escrevesse

algumas coisas "[...] por bom regimento de nossas consciências e vontades"[3]. O texto que utilizamos foi a edição crítica organizada em 1942 por Joseph Piel em colaboração com Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e com a Livraria Bertrand de Lisboa. É baseada no único códice existente, encontrado na França e que se supõe lá ter entrado no início do século XVI, ou mesmo já no final do século anterior. O manuscrito permaneceu na Biblioteca Régia da França até ser descoberto pelo Abade Correia da Serra. As duas primeiras edições contemporâneas são do século XIX: a de José Inácio Roquette e do Visconde de Santarém, saída em Paris, J. P. Aillaud, datada de 1842; e a conhecida como da Tipografia Rollandiana, de Lisboa, publicada em 1843. Não conseguimos acesso a estes textos, todavia nos utilizamos da edição organizada em 1942 por Joseph Piel. Uma possível deficiência decorrente de um distanciamento maior do texto original é compensada pelo fato de que a edição de 1942 tem como ponto de partida a fotocópia do texto original da Biblioteca de Paris que acima mencionamos. Utilizamo-nos de alguns comentários de João Morais Barbosa, feitos na introdução e notas de uma outra edição do texto, datada de 1982 publicada pela Imprensa Nacional- Casa da Moeda, cuja edição foi baseada na da Tipografia Rollandiana de 1843.[4]

Quanto à matéria da crônica da dinastia de Avis, os textos utilizados ompõem o conjunto ao qual se atribuiu compor uma "trilogia". Foram de autoria daquele que foi o cronista mór do reino, Fernão Lopes: as Crônicas do Senhor Rei D. Pedro, Oitavo Rei Destes Regnos, a Crônica do Senhor Rei D. Fernando, Nono Rei Destes Regnos e a Crônica Del Rei Dom Joham I, de Boa Memoria e dos Reis de Portugal o decimo, parte I.

A edição da Crônica do Senhor Rei Dom Pedro utilizada será a introduzida por Damião Peres e publicada pela Livraria Civilização Editora. Trata-se de um texto cronístico reconhecido originalmente como integrante de um total de dois volumes, no qual primitivamente se publicaram reunidas as crônicas dos primeiros reis portugueses da dinastia de Borgonha e os da dinastia de Avis. A Crônica do Senhor Rei Dom Pedro integra o segundo volume, juntamente com as outras duas que se tem como de autoria de Fernão Lopes – as Crônica do Senhor Rei Dom Fernando e a Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória

Giuliano Macchi, da escola filológica de Roma e dos um dos mais fecundos críticos da Crônica de D. Pedro, compulsou cerca de setenta códices escritos nas épocas mais variadas para determinar os manuscritos mais próximos ao original. Foi quem, em 1966, publicou uma

---

[3] PORTUGAL, D. Duarte. **Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta.** Edição crítica organizada por Joseph Piel, Coimbra - Lisboa: FLC – Livraria Bertrand, 1942, p. 1.

[4] Cf. DIONÍSIO, João. Uma edição digital do Leal Conselheiro de D. Duarte, In: TEIXEIRA, Marta & BRANCO, Elsa (Coord.), **Cadernos de Literatura Medieval – CLP - A Prosa Didática Medieval**, Lisboa-Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, CLUL–FLUL, 2011. URL:http://hdl.handle.net/10316.2/30845. Acesso: 28/12/2017, 12:26:54

edição verdadeiramente crítica de uma obra de Fernão Lopes. Mais recentemente, travou-se um fecundo debate acerca do seu polêmico prólogo[5] e do ordenamento cronológico subjacente ao texto. Iremos nos servir deste texto dentro do espírito que o integra ao projeto da corte real portuguesa sob a dinastia de Avis. Ou seja, como prenúncio de um projeto de produção de um percurso narrativo cujo sentido é redefinir valores e códigos de conduta dos grupos dominantes na sociedade portuguesa dos finais da Idade Média.

Utilizamo-nos para a Crônica do Senhor Rei Dom Fernando[6] a edição introduzida por Salvador Dias Arnault. Esta edição estima-se muito provavelmente ter sido produzida após a Crônica do Rei Dom Pedro, o que a situa entre os anos 1436 e 1443, e originalmente integrando o segundo volume dedicado às crônicas dos reis de Avis. Nesta introdução, este autor referencia as relações ainda pouco aclaradas de Fernão Lopes com o Livro de Linhagens[7]. Giuliano Macchi, tal como em relação à Crônica de D. Pedro, foi o estudioso que realizou o mais esmerado trabalho crítico da Crônica de D. Fernando. A Editora da Imprensa Nacional – Casa da Moeda publicou esta edição em 1975.

Por último e mais importante, porque é a fonte que no contraponto proposto mais intensamente utilizamos, está a primeira parte da Crônica do Rei Dom João I, da Boa Memória, também de autoria de Fernão Lopes. Da segunda parte apenas utilizamos o prólogo, dado o valor ideológico significativo das descrições que o cronista faz das qualidades do novo rei. A primeira é um fac-símile da edição do Arquivo Histórico Português de 1915, preparada por Anselmo Braamcamp Freire e com prefácio de Luis Filipe Lindley Cintra, datado de 1973, e publicado pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Trata-se, segundo Cintra, da melhor reimpressão até então realizada, e que abre caminho para que o projeto de preparação de edição crítica esteja à altura das qualidades de escritor de Fernão Lopes. O texto toma como base o manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de nº 353, que, do ponto de vista da linguagem, apresenta as formas mais arcaizantes, e, portanto, mais próximas ao original.

---

[5]Cf. AMADO, Teresa. Questões Textuais sobre manuscritos das Crônicas de Fernão Lopes. In: **Actas de XI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval.** Edición al cuidado de Armando López Castro y Luzdivina Cuesta Torre. León: Universidad de León; **Idem, O passado e o Presente: ler Fernão Lopes**. Lisboa: Editorial Presença. 2007 b; **Idem, Bibliografia de Fernão Lopes.** Lisboa: Edições Cosmos, 1991; CASANOVA, C. V. **Deste Rey Dom Pedro comtão algũas cousas. A Construção e a Evolução da Memória do Rei-Juiz**. Trabalho realizado no âmbito do projeto "Lugares de Poder e configuração política do reino português (1279-1383)" financiado pela ECT (SFRH/BDP/ 73087/2010)

[6] LOPES, Fernão. **Crônica do Senhor Rei Dom Fernando, Nono Rei destes Regnos**, Porto: Livraria Civilização Editora, 1966.

[7] Cf. BASTO, Arthur M. Fernão Lopes e a reforma do Livro das Linhagens do Conde D. Pedro. In: **Estudos, Acta Universitatis Conimbrigensis**, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1959, *apud* MATTOSO, José, Introdução ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, In: MATTOSO, José, **op. cit**., 1980, p. 50.

A segunda parte da Crônica de D. João I que utilizamos é uma edição cujos preparativos foram iniciados em 1930 com a lentidão característica que assolam em geral os empreendimentos culturais de envergadura. Em 1935 o então professor da Universidade de Glasgow, William Entwistle, anunciava na Hispanic Review que a composição já atingira o capítulo 144, e que esperava os 60 restantes compostos no ano seguinte. Os trabalhos foram então interrompidos, extinta a Imprensa da Universidade de Coimbra e transferidos os materiais de publicação para a Imprensa Nacional de Lisboa. O trabalho foi retomado com extrema irregularidade e lentidão, e acabou por interromper-se com a morte do Prof. Entwistle em 1952. Só seriam retomados dez anos depois. O texto de que nos utilizamos foi composto a partir do manuscrito Add. 20946 do Museu Britânico, que contém as crônicas de Fernão Lopes, de D. Pedro a D. João I.[8]

É de certa forma sobre algumas das características desta consciência nobiliárquica que vemos nas crônicas de Fernão Lopes, de seus valores e de mudanças em sua identidade como grupo – aí incluída a consciência da dimensão espacial e temporal – que o presente trabalho pretende falar.

Nosso objetivo no primeiro capítulo é tratar do contexto político de meados do século XIII como um tempo de possibilidades de emergência de uma consciência de grupo, manifestada através de uma resistência a mudanças na sociedade que punham em xeque as formas de exercício de poderes tal como desde sempre se exerceram pela nobreza.

Nosso trabalho se inicia tratando de como, a partir de uma crise política, surgiram embates que criaram as condições de possibilidade do avanço dos poderes senhoriais sobre terras concelhias, sobre terras régias, da demais nobreza e sobre remanescentes de terras alodiais, que por esta condição eram imunes de obrigações senhoriais. Em nosso primeiro capítulo indagamos sobre o significado da crise que se instaurou em 1245 e que fez com que o rei Sancho II fosse deposto, e do subsequente avanço dos poderes régios consoante a um simultâneo e vigoroso processo de senhorialização da sociedade. Pelo que indicam os estudos sobre o período, nunca uma realidade de fragmentação de poderes tão bem delineada se impôs sobre o território português. Fala-se na inexistência de um Centro político. Procuramos investigar de que natureza de problemáticas emerge esta proposição, a partir do significado da figura régia para o período e como é representada no Livro de Linhagens. Assim, indagamos sobre que concepções de mundo e de poder podemos nos lastrear para avaliar a política régia

[8] Cf. CINTRA, Luis Filipe Lindley, Prefácio, In: LOPES, Fernão. **Cronica Del Rei Dom Joham I de Boa Memória e dos Reis de Portugal o decimo,** Parte I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1973, p.9.

com D. Sancho II, cujas consequências, a nosso ver, forjaram as condições de possibilidade para a emergência, a partir dos anos 1270/80, de pujante literatura genealógica em Portugal.

No segundo capítulo traçamos uma panorâmica da importância do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro. Com o auxílio de fontes secundárias, compostas basicamente por autores como Luis Filipe Lindley Cintra e José Mattoso, procuramos construir uma perspectiva de abordagem de nosso objeto a partir da discussão gerada acerca da distinção da natureza da matéria de que se compõem as fontes de que se serviu o Conde D. Pedro para compor o seu *Livro de Linhagens.* O que nos leva a perguntar sobre a emergência deste texto em relação ao que ocorre como um todo na sociedade do período.

Com recurso à historiografia sobre o tema buscamos dispor hipóteses já existentes que postulam a relação desta literatura com a produção textual vinda do norte europeu, cuja presença no norte da península é reconhecidamente marcante segundo os estudiosos da tradição literária peninsular. Trata-se de uma literatura que não sofre influências mediterrânicas e que procede de camadas textuais de índole distintas e produzidas em épocas também distintas. Nossa proposição é, contudo, indagar sobre suas sincronias, sobre a originalidade e a sintonia com elementos da realidade, e sobre dadas condições de possibilidade culturais que fizeram com que a obra surgisse configurada segundo uma dada combinação, e cuja heterogeneidade explica-se pela historicidade de suas relações.

No terceiro capítulo procuramos situar historicamente a trajetória do Conde D. Pedro de Barcelos, buscando mesmo elucidar como os próprios agentes representavam o que estava em jogo no conflito que se configurou entre facções da nobreza que se alinharam entre fidelidades ao rei D. Dinis, pai do Conde D. Pedro, e seu irmão, o herdeiro legítimo, o infante Afonso. No mesmo capítulo procuramos falar da relação entre a obra e a figura do Conde D. Pedro, sua relação com uma nobreza que o configurava "em situação". Nosso objetivo é demonstrar que a nobreza representada no *Livro de Linhagens* tem relação com que os estudos literários levados a cabo nas primeiras décadas do século XX estabeleceram com a elaboração da noção de *saga.*

No quarto capítulo procuramos interrogar sobre a distinção historicamente estabelecida pelos primeiros estudiosos quanto à matéria de que se compõe o *Livro de Linhagens.* Primeiro procuramos propor que a natureza de uma "matéria" não nos é dada *a priori*, sem pensar-se a relação que tem com a historicidade do ambiente em que circula. Procuramos assim, no nosso texto, problematizar acerca desta distinção e da oposição que, em decorrência da mesma, é postulada. Como alternativa a uma reificação pressuposta por tal distinção, postulamos uma complementaridade como postura metodológica capaz de fazer

incidir um olhar distinto sobre esta fonte, e asseverando que se constitui como uma propositura acerca do mundo.

Afirmamos ser esta uma mais adequada perspectiva para interrogar sobre a originalidade e as razões para escolhas que ensejaram uma tal combinação entre matérias que se supõe de natureza heterogênea. Mais pelo que tem de distinto do que de comum com as demais obras do gênero no período é que se deve buscar a chave de sua singularidade como obra. Principalmente pela ancoragem que tem com a realidade histórica na qual foi produzida.

A seguir estabelecemos uma proposta de sequenciamento do texto em oposição à afirmativa de ausência de um ordenamento temporal segundo uma dimensão cronológica. Vamos dar uma interpretação para as características do texto como expressão de uma forma de temporalidade que preside a composição da obra. Nossa proposição é a de que apesar de não ter uma história contada com início, meio e fim, a ela subjaz uma lógica ordenadora diacrônica.

No quinto capítulo procuramos abordar como as dimensões de tempo e espaço são representadas no Livro de Linhagens, e cuja percepção está fundamentalmente relacionada à escala cíclica em que se organiza a produção da vida material e cultural e que se relaciona às formas de organização da sociedade.

Tratamos da importância que tem a noção de herança e das relações que tem com a manutenção das estruturas sociais, o papel que nelas exerce, em especial, a valorização dos laços de sangue. Analisamos como o discurso atribui significação às práticas do grupo, retratando sua vinculação a disposições de conduta que lhes são próprias, ligadas à senhoria local, feudal e à vida do solar. Analisamos, ainda, como a ação pública de seus membros e o registro da memória das mesmas são responsáveis pela posição que sua linhagem ocupa perante o conjunto das demais que habitam o mundo do texto.

No sexto capítulo procuramos o contraponto do Livro de Linhagens com o que classificamos como os primeiros textos de Avis. Nosso objetivo é comparar e diferenciar os elementos que compõem os novos códigos de comportamento e valores da nobreza, de modo a distingui-los dos da nobreza do Livro de Linhagens. Buscamos explicar esta diferença pelo aprofundamento das interdependências econômicas, sociais e políticas que há muito vinham atando a nobreza às iniciativas políticas régias. Tal vinculação levava a que, em finais do século XIV e inícios do XV, nobreza e realeza se confrontassem com os grupos sociais emergentes num quadro marcado por crises e transformações. Tempo de emergência de uma diversidade social que pressionava as estruturas de poder, exigindo reconhecimento e inclusão.

Capítulo I
"nom fazia justiça algũa"

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este primeiro capítulo inscreve-se num campo de pesquisa, que reflete acerca da existência de laços entre texto e "aquele pretenso mundo exterior"[9] ao qual chamamos "realidade social". E, em especial, inspira-se em estudos que procuram interrogar sobre a vinculação entre a produção literária e os lugares histórico-sociais nas quais emerge[10]. Acrescente-se ainda que nós nos ligamos à uma perspectiva que define a significação dos objetoso de conhecimento a partir de sua inseparável vinculação a um horizonte, de cujo interior emerge e sem referência ao qual não pode mesmo ser pensado[11].

O objetivo que preside a proposta de nossa tese de doutoramento é interrogar qual o significado e a relação de nossa principal fonte, o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro de Barcelos*, filho bastardo do rei D. Dinis (1279-1325), com o contexto histórico-social dos finais da Idade Média ibérica e, em especial, portuguesa. Tal relação pode ser compreendida quando consideramos ser esta obra do Conde D. Pedro, um texto que configura um *ethos* marcado pela reafirmação de códigos e valores próprios a nobreza de uma sociedade senhorial feudal tradicional, formado por um vigoroso processo de senhorialização, e que via-se pressionada por transformações sociais advindas de um processo de urbanização, da emergência de uma multiplicidade de novos atores sociais que tornavam mais variada e complexa a cena social. Tal desenvolvimento se deu em função do avanço progressivo dos mecanismos de mercado, da circulação monetária, e de processos agravados por decorrência de efeitos da chamada crise dos séculos XIV e inícios do XV[12].

O texto do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, deve a posição adquirida no campo da história cultural ibérica ao fato de que o interesse por sua discussão se deve a "íntima relação" [13] que mantém com a *Crônica Geral de Espanha* de 1344 – obra cuja projeção deve-

---

[9] Cf. SCHAPP, Wilhelm. **Envolvido em Histórias**. **Sobre o Ser do Homem e da Coisa**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2007, p. 15.
[10] Para um inventário de autores pioneiros na problemática de estudos das relações entre História e Linguística, ver ROBIN, Régine., O Problema das Relações entre História/Linguística, In: **História e Linguística.** São Paulo: Cultrix, 1977, p. 15-96.
[11] SCHAPP, Wilhelm. **Op. cit.,** 2007, passim.
[12] Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira. **Portugal na Crise dos séculos XIV e XV**. Coleção Nova História de Portugal, vol. IV, Lisboa: Editorial Presença, 1987, passim.
[13] CINTRA, Luís Filipe Lindley, A Crônica de 1344 e o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. In: **Crônica**

se a erudição e estudo que a ela dedicaram Ramón Menendez Pidal, Diego Catalán Menendez Pidal, Luiz Filipe Lindley Cintra, para citar apenas os de maior projeção[14]. O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* não pode, assim, ser pensado sem referência a um horizonte de questões que constituem um capítulo relevante da história cultural ibérica, do que nos ocuparemos no capitulo que a este se segue. Diz-nos Wilhelm Schapp que [...] nós seres humanos, estamos sempre envolvidos em histórias [...] A história e o estar envolvido em histórias estão tão estreitamente ligados, que talvez não seja possível separá-los nem mesmo em nossos pensamentos [...]" [15].

Tais proposições, pois, indicam a necessidade de considerar que tais configurações discursivas emergem e em função de um horizonte histórico definido por objetos e questões pré-existentes. Qualquer "objeto" que se pretenda destacar do horizonte ao qual está ligado e em relação ao qual se pretenda um exame de *per si*, tem sua possibilidade de compreensão comprometida.

Assim, o foco do presente trabalho procura compreender os processos que implicaram no "reenquadramento social" [16] social da nobreza em função do contexto da chamada Crise do Século XIV e do início do século XV; que, em Portugal, tem nos eventos desencadeados na Lisboa de 1383 seu ponto de culminância. Inscreve-se nas diretrizes ressaltadas por propostas por José Mattoso para o estudo da sociedade tardo-medieval portuguesa e sobre o qual baseamo-nos para analisar o período acima aludido.

Tal quadro nos mostra um grupo que desde há muito vem progressivamente dependendo das iniciativas políticas régias para manter ou galgar melhores posições na corte[17] e na sociedade. A medida em que os poderes régios avançam sobre as tradicionais prerrogativas da nobreza laica, procura fazê-lo forjando ferramentas com vistas a definir um

---

Geral de Espanha de 1344, v. 1, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009, p. XCV.

[14] Principalmente pelo que se deu a conhecer a partir de PIDAL, Ramón Menendez, **La Leyenda de los Infantes de Lara**. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1934. Para um precioso roteiro acerca do conjunto de polêmicas envolvidas no estudo da Crônica Geral de Espanha de 1344, remeto o leitor para a obra e o conjunto de notas, especialmente em CINTRA, Luís Filipe Lindley, **Crônica Geral de Espanha de 1344,** v. 1, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009, p. XXIII-XLIV. Ver também, MATTOSO, José. Introdução ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. In: MATTOSO, José. (Ed.) **Portugaliae Monumenta Historica,** v. II/1, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p. 7-54.

[15] SCHAPP, Wilhelm. **Envolvido em Histórias**. **Sobre o Ser do Homem e da Coisa**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2007, p. 13.

[16] MATTOSO, José. Introdução ao Estudo da Nobreza Medieval Portuguesa. In: **A nobreza medieval portuguesa – a família e o poder**. Lisboa: Estampa, 1987. Para os balanços posteriores ao artigo citado, MATTOSO, José. Perspectivas Atuais sobre a Nobreza Medieval Portuguesa. **Revista de História das Ideias**, **A Cultura da Nobreza**, v. 19, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997, p. 7-37; e MATTOSO, José. A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular. **Revista da Faculdade de Letras – História.** II série, v. 8, Porto, 1991, p. 1019-1044.

[17] Cf. ELIAS, Norbert. O Rei no seio da Sociedade de Corte. In: **A Sociedade de Corte.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 91-119.

quadro discursivo que produza instrumentos de legitimidade para isto – no caso, a produção de um discurso de caráter reordenador do social, com o qual sustenta e afirma-se perante a sociedade portuguesa, ibérica e europeia como um todo.

A experiência histórica abordada será estendida a um período anterior ao que circunscrevemos nosso interesse aquando da produção de nossa dissertação de mestrado[18]. Preserva-se nossa atenção às transformações impostas pela expansão dos poderes régios, em contraposição ao que, no texto fonte, afirma-se como uma proposta de assimilá-lo à sua natureza senhorial, a despeito de um ambíguo reconhecimento que lhe é dedicado como uma espécie de mal necessário à paz social.

E foi pela alegada ausência da capacidade de exercício do que hoje poderíamos qualificar de função mediadora que o papado depôs o rei D. Sancho II (1223-1248) pela bula *Grandi non immerito,* como o *rex inutilis*. O Conde D. Pedro diria dele que [...] os maos conselheiros lhe fizeram deixar de fazer justiça, em tal guiza que perecia a terra e ia toda em perdiçom, ca roubavam os caminhos e faziam todo o dano na terra e ele não tornava a elo nem ũa couza [...]" [19], e também [...] que nom haviam rei, porque el nom fazia justiça." [20]. Mas o Conde D. Pedro falava isto um século depois.

Segundo nossa proposição, a deposição do rei é fruto de uma crise agravada e de um vigoroso processo de senhorialização da sociedade portuguesa ocorrido a partir das primeiras décadas do século XIII. Decorrente politicamente e em parte de "indefinições", que só se constituem como tal a partir de problemáticas extemporâneas ao tempo referente. Uma vez que a postulada" inconsciência dos limites entre o campo civil e o espiritual"[21] vinha de encontro a uma concepção senhorial, feudal de seu exercício, que acaba por implicar em amplas concessões de terras e jusrisdições temporais a dioceses, mosteiros e ordens militares num contexto histórico no qual tais limites não reclamavam tal distinção. Ao que se deve somar, a estreita vinculação da sociedade portuguesa como frente de guerra feudal e retomada cristã dos territórios ao elemento mouro, o que ainda mais contribuía para dissuadir tais distinções. Tal quadro de concorrência entre poderes reforçou a sedimentação de valores e comportamentos identificadores, próprios a uma visão de mundo senhorial, feudal tradicional, que é a nosso ver, o que salta aos olhos quando lemos o *Livro de Linhagens do Conde D.*

---

[18] ACCORSI JÚNIOR, Paulo. **Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa – Prosa Civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)**, Dissertação apresentada ao PPGH-UFF, Niterói, RJ, 1997.

[19] MATTOSO, José. (Dir.) **História de Portugal – A Monarquia Feudal.** v. II, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 130.

[20] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, fol.32, In: MATTOSO, José. (Ed.) **Portugaliae Monumenta Historica.** v. II/1, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p. 128.

[21] Cf. MATTOSO, José. **Identificação de um País – Ensaio sobre as Origens de Portugal, 1096-1325**, **Composição,** vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p.152-153.

Pedro de Barcelos. O que nos surpreendeu à primeira vista aquando do início da leitura desta fonte, foi a diferença entre a linguagem e as categorias com que o compilador do texto representa o mundo, e aquelas utilizadas pela historiografia de síntese para interrogar a história do período. E é mesmo esta questão que nos leva a interrogar sobre quais móveis punham em funcionamento a imaginação política dos coevos, de que linguagem se utilizavam para construir seu mundo e pensar seu universo de valores.

1.2 **A PENÍNSULA IBÉRICA, PORTUGAL E O QUADRO EUROPEU**

A crise que atingiu Portugal, a península ibérica e como um todo a Europa teve como ponto de culminância os meados do século XIV. A ela devemos dar atenção para a compreensão das linhas gerais do que é o extratextual, o histórico social com que se plasma o texto do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Podemos dizer que a história medieval portuguesa e ibérica em geral, apesar de indelevelmente marcada pela longa luta travada contra o elemento mouro, não se desenvolve à margem do movimento geral europeu que acompanha o processo de retomada urbana da Europa centro ocidental como um todo, desencadeado à partir do século XI, ao que autores como Marc Bloch dedicaram páginas memoráveis tais como as de seus primeiros capítulos da *Sociedade Feudal*[22].

Na península ibérica, o quadro geral caracteriza-se pelo dinamismo de um conjunto de cidades que se manteve relativamente intacto com a ocupação mourisca. Também – e ressalte-se a generalidade com que é feita a afirmação –

> [...] é que, segundo a herança da civilização romana e dos padres da Igreja, a cidade é, para os Espanhóis, o único quadro possível da vida social, política e econômica, lugar de trocas e de liberdade, manifestação visível da diferença que existe entre os *rustici*, próximos da animalidade, e os homens [23].

No Portugal nortenho, Porto e Braga são nós de convergência de antigas estradas romanas que se estendem a Sul até Coimbra, e a Norte até a Galiza, cujo traçado original pouco mudou até os dias de hoje. O território mais populoso do país é [...] um formigueiro de

---

[22] BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1987, p.19-78. Ver também BASCHET, Jerôme. **A Civilização Feudal, do Ano Mil à Colonização da América**, São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 107-109.
[23] RUCQUOI, Adeline, **História Medieval da Península Ibérica**, Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 238.

gente que se movimenta em todas as direções".[24] O Sul não padeceu da atrofia urbana e do radical processo de ruralização da sociedade sofrido pelo mundo cristão de além-Pirineus. Fernand Braudel o definiu como um "[...] outro mundo, há muito aberto a todos os ventos da civilização." [25]. Ali persistiram as características de uma sociedade eminentemente urbana e de vocação comercial. A proximidade ao Mediterrâneo, apesar de parciais interrupções com as guerras, deu vida a um comércio no qual predominava uma produção extrativista, pouco afetada pelos conflitos quanto à capacidade de retomada em eventuais circunstâncias adversas. O quadro estabelecido em geral é o da presença de condições de uma dinamização da vida econômica, com mais intensa penetração de mecanismos de mercado e circulação da moeda. A debilidade demográfica verificada nos surtos de peste de 1348-1350 e 1363 foi, por exemplo, um fator de retomada das atividades econômicas e de enriquecimento de uma parcela da população dos campos, beneficiada por uma especialização em determinada produção: o açafrão e a amoreira em Aragão, a vinha e os ovinos em Castela, o azeite na Estremadura portuguesa e castelhana, a cortiça que se exportava para o Norte e a Itália, e os frutos secos no Algarve e Andaluzia[26].

Cabe ainda menção aos efeitos potencializadores sobre a economia do dinamismo cultural do Sul peninsular e muçulmano, constituído desde a ocupação Omíada como uma civilização brilhante e rica, que elegeu o espaço urbano como local de morada para suas elites[27], relegando para os campos os autóctones.

A Norte, apesar de originariamente organizar-se segundo moldes senhoriais, nos finais da Idade Média se observa o progressivo esgotamento das formas servis de exploração da mão-de-obra, que acabou por multiplicar ofícios artesanais urbanos e definir zonas de especialização da produção - o que exerceu um efeito dinamizador sobre a malha de comunicações existentes. Este processo conduziu a um movimento de liberação da mão-de-obra, que acabou por aglutinar-se em torno de um grupo de mercadores urbanos, que, a partir das cidades, organizava a produção de seus arredores com fins comerciais. Esta linha de desenvolvimento estabeleceu um quadro geral de aprofundamento dos laços de interdependência econômico-sociais, tanto de caráter regional no interior do Portugal[28], quanto consoante ao que se desenhava no contexto geral europeu, tal como apontado por

---

[24] MATTOSO, José. **Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal, 1096-1325, Oposição**, vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1985, p. 94-95

[25] Cf. BRAUDEL, Fernand, **La Mediterannée et le Monde Méditerrannéen à l'époque de Philippe II**, I, Paris, Armand Colin, 1976, p. 27-47.

[26] Cf. RUCQUOI, Adeline, **História Medieval da Península Ibérica**, Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 235.

[27] **Ibidem**, p. 232

[28] Cf. MARQUES, A. H de Oliveira, **Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV,** Coleção Nova História de Portugal, vol. IV, Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 11-12.

Norbert Elias, em seu *Processo Civilizador*[29].

Portanto, com a definição de uma sociedade mais segmentada e heterogênea, na qual se configurou um espectro mais variado e amplo de interesses e conflitos, o desdobramento não só na península, mas em todo o Ocidente medieval, foi a emergência de instâncias de controle e mediação políticas de caráter mais abrangente que, por crer-se sagradas – dotadas de poderes especiais que as faziam descendentes de deuses - [30] transbordaram-se de sua função senhorial local, articulando-se em escala cada vez maior, com a pretensão de figurarem como legítimos ocupantes do topo da orquestração politico-social.

Ao quadro instalado com a crise agrícola, que se configura nas primeiras décadas do século XIV e que se aprofunda com a crise geral em meados do mesmo, seguem-se as fomes endêmicas, a grande peste e as rebeliões populares. Neste espaço, tanto na península bem como em grande parte do Ocidente de além-Pirineus, no qual se contraem as disponibilidades de ganho, a nobreza se expande através da guerra: a contração das fontes de renda, degradadas pelas constantes desvalorizações a que estavam expostos seus contratos de arrendamento da terra, especializa-a ainda mais na função guerreira e favorece a formação de bandos. As guerras senhoriais, até então localizadas, mas que nunca deixaram, na realidade, de serem fatos ordinários em toda a Europa, tornam-se endêmicas. Trata-se de compensar-se das perdas ou crescer incorporando domínios alheios.

Na península a guerra entre os grupos familiares pode ser mitigada pela possibilidade do recurso ao sempre pródigo saque a Al-Andaluz nos territórios meridionais. Mas, decrescidas as possibilidades de incursões de maior envergadura nos territórios a leste da península, especialmente Castela e Aragão, a nobreza envolve-se numa guerra civil[31] de dimensões até então sem precedentes; e que não é senão expressão do aprofundamento de uma situação bélica na qual se confrontam as forças políticas senhoriais de praticamente todo o território do Ocidente europeu.

Em Castela, o conflito entre os herdeiros de Afonso XI era o álibi, o mote: no centro da tormenta estava a disputa pelo controle da capacidade concessória dos cargos palatinos, que era o que abria acesso a nobreza às posições de poder que permitiam aos chefes de linhagem incrementar suas rendas, significativamente deprimidas pela crise.

Nota-se que a tendência da historiografia a designar o quadro geral de conflito por um

---

[29] ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador v. 2 – Formação do Estado e Civilização.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 48-53.
[30] Cf. BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
[31] Cf. AYALA, Pero Lopez de. **Cronica de los Reyes de Castilla.** Gerônimo Zurita, Madrid: Real Academia de História, 1780.

termo de caráter generalizante tal como "guerra civil", não faz senão ressaltar as dimensões do conflito em função do gráu de envolvimento da sociedade como um todo, e dos níveis de interdependência militar no qual estava envolvida a nobreza peninsular[32].

Não é fortuito que as cidades, entes absolutamente ausentes no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, componham o elenco de protagonistas da crônica do século XV por nós utilizada, e que pretende ser o relato do conjunto de eventos políticos mais contundentes do século XIV. Tanto em Pero Lopez de Ayala quanto em Fernão Lopes, vê-se reunido um espectro de atores sociais variado e heterogêneo cujo impacto o discurso "literário" não pode mais ignorar. Tal ocorrência deve-se ao relevante papel que passaram a exercer nesta malha cada vez mais apertada de interdependências em que se enredou o espaço peninsular, e que implicou num profundo comprometimento de todos no conflito. Tal quadro é mesmo, para além do âmbito da nobreza, o que está na base da descrição que enseja a que os cronistas identifiquem "partidos": é dele que emergem das camadas urbanas, e não só da nobreza, os "petristas", os partidários de Pedro de Castela, e "enricados", que se lhe opõem, ligados a seu meio-irmão, o bastardo Henrique de Trastâmara, filho de Afonso XI e da poderosa dama da nobreza andaluza, Leonor de Guzmán.

Este quadro produz efeitos cuja magnitude potencializa a desagregação das antigas formas de sociabilidade econômica, política e social. Falamos aqui do mais atingido no interior da nobreza, que é o senhorio local feudal tradicional, que se define pelo seu caráter de unidade econômico-social, tendente ao autoconsumo, profundamente assente em laços de dependência pessoal. A sociedade se configura progressivamente com base numa gama de grupos com os quais de alguma forma a nobreza se vê forçada a compartilhar espaço na sociedade.

O quadro descrito e sombrio formado pela chamada *crise dos séculos XIV e XV* é nosso ponto de chegada de linhas de desenvolvimento histórico que ensejam, a nosso ver, as condições de emergência de um novo discurso que a dinastia de Avis promove acerca da nobreza e de seu papel na sociedade. A linhagem, na obra do Conde D. Pedro ao contrário, surge como *locus* privilegiado e espaço legítimo de articulação e organização dos poderes. Ela aparece na linguagem como o refúgio contra intempérie do que é visto como o que se passa no exterior do senhorio: o "caos social". Em certa medida, ela explica a emergência de um discurso, que a despeito de descompassos, se sintoniza com o que historicamente predominou num passado próximo. Apesar da pressão sofrida pela estrutura familiar em decorrência dos

---

[32] Cf. BARUQUE, Julio Valdeón. **Pedro I el Cruel y Enrique de Trastâmara: La Primera Guerra Civil?** Madrid: Aguilar: 2002.

efeitos desagregadores que as sucessivas partilhas exercem sobre o patrimônio da linhagem, as relações de parentesco são reconhecidas como o único domínio sob o qual o indivíduo podia proteger-se e promover-se naquela sociedade assolada por níveis de violência endêmicos.

A nosso ver, tais desenvolvimentos desaguam na composição do quadro no qual se manifesta a crise das estruturas da senhoria feudal tradicional no século XIV. É a tal contexto que se articula - não sem mediações, é claro - o texto do Conde D. Pedro. Trata-se de um século de tempos cruéis, nos quais a imaginação social faz reviver nos textos a memória de uma sociedade na qual a vida familiar e solarenga é representada como espaço ambíguo: de relações que oprimem com suas hierarquias e opressões, mas que ao mesmo tempo se apresenta como garantia contra as intempéries do mundo externo.

1.3 **SENHORIALIZAÇÃO E EMBATES POLÍTICOS NO ESPAÇO PORTUGUÊS NO SÉCULO XIII**

Os tempos acima descritos comportam uma carga de contradições que se acumulam e conferem uma feição violenta à vida social. Valores e códigos de comportamento não podem explicar a natureza das realidades sobre as quais se constroem: pressupõem sua existência, não a explicam[33]. E dentre o repertório de disposições que ordenam o comportamento dos homens no conflito, é de se destacar o moto contínuo instaurado pela lógica de reprodução das relações que acompanhou a expansão dos poderes senhoriais. Ela é processo que precedeu a grande crise de meados do século XIV, em função da radicalização de movimentos da mesma natureza produzidos em conjunturas de média duração, e que foram determinantes para a formação de uma forte consciência de grupo, para o reforço através de disputas que promoveram a sedimentação de uma visão de mundo senhorial. E é na política da sociedade senhorial portuguesa de meados do século XIII, e em sua expressão mais radical, a guerra endêmica, que se devem procurar as formas através das quais a nobreza procura obter incremento de poder. Trata-se de um sistema no qual a magnitude das forças produtivas não engendram avanços técnicos que permitam agregar poder e riqueza de forma exponencial à senhoria. Abre-se assim um elenco de ações que visam remediar esta precariedade: as disputas privadas interfamiliares e entre instituições, o saque e a pilhagem, tanto entre os que

[33] Cf. GODELIER, Maurice. **O Enigma do Dom.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.146.

se encaixam na estrutura social, quanto os que nela não se integram; guerra interna, mas também a opção pela guerra externa contra o elemento mouro. De "todos contra todos", como sugerem os testemunhos, e contra o Outro, o inimigo de fé. O "fora do reino" é tão importante como o "dentro dele" para Sancho II. Como sucede a esta altura em qualquer ponto do Ocidente, diz respeito a todos, mas sobretudo ao Pontífice romano. E não é ao acaso que dele parte a intervenção[34].

Por outro lado, mais tarde uma retomada mais enérgica das Inquirições são a reafirmação no nível político-institucional da forma como emergem as disputas sobre terras e honras. São nas disputas jurídicas que se traduz a cupidez das classes senhoriais em conflito. Trata-se de que as várias Inquirições denunciam a vigência de um jogo com vistas a amealhar o alheio.

Agravante ainda é o fato de que as linhagens, ainda, têm que haver-se com a tendência à dispersão patrimonial, função das contínuas partilhas sucessórias que comprometem suas fontes de renda e, portanto, de recursos políticos. No interior das práticas peninsulares consagradas à sucessão patrimonial existe o costume de se destinar a cada filho uma parte da fortuna familiar. A instituição da *mejora*, neste sentido, foi criada para sanar esta deficiência. Com ela se procurou garantir o predomínio dos grupos dominantes na vida política e social, garantindo-se uma parcela maior do patrimônio ao primogênito do sexo masculino. Com tal expediente procurava-se mitigar os efeitos de arraigados hábitos de partilha presentes, que ainda se preservava. A *mejora*, assim, que se verifica em todos os reinos peninsulares a partir do século XIII, caracterizava uma medida de preservação da integridade do patrimônio familiar, prática que se tornou um componente de reforço do processo de afirmação do critério da varonia e primogenitura no ambiente sucessório nobiliárquico.[35]

Ajustando-se mais o foco de nossa problemática e nos aproximando do que mais imediatamente liga nossa fonte ao contexto, é de se mencionar o processo de senhorialização e a chamada "anarquia social", visto que se instaura a violência aberta e ao que a literatura historiográfica relaciona as duas "guerras civis" que se seguem à partir de meados do século XIII. Respectivamente a que depõe D. Sancho II, em 1245, e leva ao poder seu irmão D.

---

[34] FERNANDES, Hermenegildo. "Quando Erat Rouba", In: **D. Sancho II**, **Tragédia.** Rio de Mouro: Circulo de Leitores – CEPCEP, 2010, p. 283-289.

[35] PUERTA, Miguel Calleja. El Factor Genealógico: Posibilidades y Límites de la Documentación de Archivo para la Elaboración de Historias Familiares In: CÓRDOVA DE LA LLAVE, Ricardo; GARCIA, José Luís de Pino; SÁNCHEZ, Margarita Cabrera (Coords.), **Estudios em Homenaje al Profesor Emilio Cabrera**, Córdoba: Universidade de Córdoba, Servicio de Publicaciones, 2015, p.123-153, Especialmente p. 135, onde o autor faz referência à necessidade de que as pesquisas atentem para o disposto sobre isto no *Liber Wisigothorum* do século VII, para responder acerca das raízes desta prática em território peninsular e, em especial, por sua recepção em meados do século XIII na tradução do *Fuero Juzgo* e no *Fuero Real*.

Afonso III; e a que opõe facções da nobreza insatisfeitas no reinado de D. Dinis, que deságua na chamada guerra civil de 1319-1324.

1.3.1 **O CAOS SOCIAL E A DEPOSIÇÃO DE SANCHO II.**

A biografia de Sancho II[36] nos mostra a violência que cerca a vida nos campos e caminhos. Fora dos muros das cidades os poderes não conseguem impor uma ordem. Trata-se mesmo do que representou o final do reinado de Sancho II como ápice de um processo de dispersão dos poderes e a consequente perturbação do equilíbrio político. O quadro tem uma de suas raízes nas mudanças que parecem indiciar-se pela troca de determinados elementos nos cargos da cúria e o brusco desaparecimento de Mestre Vicente nos documentos da Chancelaria do chamado rei Capelo. Este clérigo parece ter sido, no período anterior a 1235, o responsável pela arquitetura de um equilíbrio político sensível que acabou por romper-se, à medida que emergem as figuras de alguns magnates, antes ausentes, em torno do rei – o que se comprova pela incidência de seus nomes nos documentos de confirmação régia[37].

A isto se acrescenta também o registro de mudanças significativas nas posições de titularidade das tenências concedidas pelo rei nos territórios de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira – o país das tenências – e o litoral, além das áreas de influência urbana das famílias – o país dos concelhos. Tais foram signo de mudanças políticas que se processam paralelamente à uma reorganização dos cargos da cúria, e que parece ser o que anuncia a implosão das condições de garantia de uma relativa paz social, promovida por um Centro capaz de articular coalizões eficazes de forma a evitar que a turbulência e guerra a endêmica se instalem a seguir.

A tais desequilíbrios políticos somam-se elementos que definem a natureza de uma sociedade senhorial feudal, seu caráter guerreiro, ainda reforçado por sua situação de espaço de fronteira na luta contra mouros. E o rei não é exceção: D. Sancho II age como mais um chefe de bando, exibindo-se assim como inapto (ou desinteressado?) em agir como encarnação de uma instância capaz de minimamente sustentar equilíbrios, pelo menos a ponto de satisfazer aos homens do clero, que reclamavam de uma incapacidade régia que acabou por consagrar-se na expressão "*rex inutilis*", porque "nom fazia justiça algũa" [38].

---

[36] FERNANDES, Hermenegildo. **D. Sancho II, Tragédia.** Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, p. 283-298.
[37] **Ibidem,** p. 268-279.
[38] **Ibidem,** p. 255.

O que vemos permanecer sob o signo da dimensão político-social e espacial que se designa pelo vocábulo *reino* – aliás, caracterizado como bem familiar e absolutamente rarefeito no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* – não se expressa senão por referência à incapacidade do rei de intervir numa realidade que se apresentava aos clérigos como uma situação de guerra generalizada e imotivada. "Sem causa se fez esta guerra e tumulto" [39], disse João Fernandes, cônego da Sé de Coimbra, anos mais tarde no reinado de D. Afonso III, depondo entre vários clérigos numa velha contenda judicial entre velhos adversários, a Sé desta cidade e o Mosteiro de Santa Cruz. E ainda se dizia: [...] por doze anos no tempo do rei D. Sancho foi tanta guerra e tumulto pelo reino que ninguém ousava sair da cidade de Coimbra" [40]. João Martins, o prior de São Bartholomeu, acrescenta, com discordância quanto ao espaço de tempo, dizendo a este propósito: "Há 15 anos atrás houve uma grande guerra e tumulto no reino e a guerra e o tumulto eram tão grandes que ninguém ousava andar, com segurança, pelo reino de Portugal" [41]. A perplexidade dos clérigos diante de uma situação difusa, segundo Hermenegildo Fernandes, biógrafo do rei Sancho II, expõe toda a perplexidade e [...] espanto perante um caos universal, uma desordem que não se deixava explicar pelas categorias lógicas do pensamento escolástico que estes clérigos tinham aprendido enquanto escolares." [42].

A biografia do rei Sancho II nos mostra um contexto de violência generalizada no qual foram vítimas e algozes todos, e sobre o que se tem notícia pela capacidade de registro que o clero detinha e porque era o clero que podia apelar para a intervenção de uma força extra reino, para Roma. O papado e a Igreja, que se pretendiam herdeiros do Império, eram os entes que conseguiam manter olhos sobre toda a Europa e articular-se numa escala geopolítica de maiores dimensões para a defesa dos interesses de seus integrantes e aliados. João Martins, o prior, dizia [...] não havia justiça no reino e cada qual fazia a guerra e promovia o tumulto no reino à vontade [...] porque não havia quem o proibisse [...]" [43].

O que se depreende da leitura do acima citado era o geral estado de conflagração, mas que se configurava por um somatório de iniciativas de caráter local, que se reproduziam de forma microcósmica na escala do reino. Não se tratava de uma ação articulada que aglutinava tendências em torno de interesses explícitos, articulados num âmbito espacial de dimensões maiores, que pudesse definir-se como um conjunto de ações estendidas por um espaço de

---

[39] FERNANDES, Hermenegildo. **D. Sancho II, Tragédia.** Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, p. 285.
[40] **Ibidem,** p. 285.
[41] **Ibidem,** p. 284-285.
[42] **Ibidem,** p. 285.
[43] **Ibidem,** p. 285.

magnitude e escala de relações mais abrangentes, implicadas numa noção de *reino*, distinta de algo representado como um legado familiar. Hermenegildo Fernandes afirma que

> O atentado local ao patrimônio da Coroa não põe, porém, em causa, necessariamente, a fidelidade ao rei, pelo que a violência senhorial, se reduz os ingressos no tesouro régio, não afecta, do ponto de vista dos senhores e, seguramente, também do de Sancho [o rei] aquilo que de mais sólido os unia e desunia da homenagem feita[44].

O significativo é que um programa de fortalecimento da autoridade régia implicaria iniciativas de incremento de seu patrimônio e o rechaçar das investidas que os senhores locais estavam exercendo sobre o mesmo. A *turbatio*, definida pelo testemunho dos clérigos como generalização da prática da pilhagem, do saque e os raptos ou sequestros, não surgia à revelia de outra ordem de fatos decorrentes do movimento de senhorialização que ocorria com um todo na sociedade portuguesa de então. Tal movimento dava rédea livre às práticas características do *habitat* social guerreiro e senhorial. E a fraqueza do rei é, como diziam os clérigos, traduzia-se na sua impotência para conter o avanço da violência, não só no Norte do país, mas também nas regiões onde existiam comunidades rurais autônomas[45].

O arraigado hábito de controle das rendas locais pelo senhorio, baseado num modelo de política assente em concepções feudais, reitera a preponderância das relações pessoais exercidas de homem a homem. Dando crédito ao subtítulo da biografia de Sancho II, sua "tragédia" será a de que ele mesmo, como mais um senhor, e com o concurso de uma conjuntura desfavorável, se verá mesmo como mais uma presa da situação. Não reunirá condições de poder articular-se para promover um equilíbrio, tal como requerido por seus detratores clérigos e imposto mesmo pelas exigências, segundo estes, de sua condição de rei e senhor.

Questionamo-nos se sua deposição se deu em função desta falta, ou seja, da incapacidade de articular alianças com vistas a tal equilíbrio; ou, que os imponderáveis da conjuntura histórica o configuraram como uma impossibilidade; sentida como tal e não como decorrente da incapacidade de exercício de uma atribuição que a si o rei pudesse ter *a priori* como sua.

Tal contexto é fértil para a reflexão. A historiografia que se ocupa da conjuntura do reinado de Sancho II prende-se ao testemunho de partes interessadas. Não existem elementos

---

[44] FERNANDES, Hermenegildo. **D. Sancho II, Tragédia.** Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, p. 296.
[45] MATTOSO, José. **Identificação de um País, Ensaio sobre as Origens de Portugal – 1096-1325. Oposição**, vol. I, Lisboa: Imprensa Universitária - Editorial Estampa, 1985, p. 75.

documentais passíveis de perspectivar o problema do ponto de vista do rei e do que o levou a cercar-se de magnates após o afastamento dos clérigos da cúria. Apenas o clero, apelando para o que casuisticamente o fazia vítima da desordem, foi capaz de projetar-se na cena clamando por uma intervenção extra-reino. O apelo a princípio não figuraria no elenco de um mote. A exigência de intervenção não seria marcada pelo apego abstrato a doutrinas que pudessem justificar e expressar com clareza as exigências de um dever régio da atribuição de sanar a desordem. Nada que explanasse sobre a natureza de sua condição de ente *sui generis*, que o elevasse acima da condição de "um entre os pares". Nem mesmo o apelo ao ente que enfeixaria em tese possibilidades de acesso a recursos de maior monta, capazes de lhe fornecer instrumentos para por ordem naquele espaço difuso e generalizado de guerra e banditismo.

Não é coincidência quando se aponta tal período como um tempo marcado pela natureza senhorial dos poderes régios, e no qual não há apelos de ordem ideológica para evocar legitimidade para o exercício de uma autoridade mais abrangente, com funções destinadas ao que se presume como um interesse geral. Este tempo se dá a conhecer muito pelo testemunho que emana apenas de um grupo – os clérigos - que tem autoridade moral sobre uma sociedade que apontam como um reino, mas que se configura predominantemente com base no senhorio local. O reino não é uma trama de relações capaz de conferir atribuições e gerar recursos políticos capazes de defender-se dos efeitos dos conflitos e da desordem.

O clero, nas suas deslocações de grande distância, e por ser detentor de apreciáveis rendimentos, se tornava um atrativo para bandos de salteadores. Ressalte-se que estes não deixavam de compor-se por gente de linhagem[46], para quem era mesmo absolutamente comum a prática de bando. E o rei parece ter-se comportado como mais um deles. Agiu também como tal. Não deixou de adotar práticas em princípio condenáveis para quem teria, segundo os clérigos, a atribuição de agir como força capaz de pacificar a sociedade; e, então, e só assim, livrá-la e ao clero dos assassinatos, espoliações e sequestros de que eram vítimas.

Isso é o que nos dá a conhecer a bibliografia consagrada à conjuntura que antecede ao que se designou como a "guerra civil" de 1245 e que tem como ponto culminante a deposição do rei D. Sancho II, da qual se tem conhecimento apenas pelo que nos informa a versão dos clérigos. A eles se atribui a condição de participantes diretos nos eventos que relatam. Porém, mais do que simples testemunhas, primam pela profundidade de sua memória e compreensão interna dos acontecimentos. Própria àqueles cuja formação os faz mover-se nas altas esferas

[46] FERNANDES, Hermenegildo. **D. Sancho II, Tragédia.** Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, p. 288.

da política eclesiástica. Através dela se convertem em observadores privilegiados da sua própria época e tornam seu testemunho significativo. Mas, por outro lado, as obscurecem e silenciam pelo próprio posicionamento na sociedade.

Insistimos na situação pelo fato de que o quadro não se traça em linhas mais fortes por um estado de guerra entre facções definidas ou reinos, expostas num terreno previamente delimitado, como se teria configurado na luta final que precipitou a deposição do rei Capelo, em 1245. O desfecho para o clima de turbulência acima apontado, de características bastante diversas, deu-se, como dito, pela intervenção de uma instância *extra-reino*: o papado. O poder foi entregue ao Conde de Bolonha, o futuro D. Afonso III, irmão do rei, muito provavelmente por intervenção da corte francesa. Lá reinava São Luís, primo do conde, que interveio junto a Inocêncio IV. Num juramento em Paris, considerado como um documento que seria a expressão de que os prelados queriam sujeitar o reino à tutela eclesiástica, deu-se a deposição solene, que, significativamente, ocorreu alguns dias após se ter encerrado o I Concílio de Lyon, onde também o imperador Frederico II[47] foi deposto.

O depoimento de dois elementos da Igreja expõe o quadro que suscitou o pedido de intervenção do papado em Portugal, com o objetivo de depor o rei D. Sancho II e restabelecer a ordem. Isto se deu em 1252, quatro anos depois da morte do rei Capelo, quando eram ouvidos dois clérigos em depoimento numa antiga contenda que se arrastava entre a Sé e o Mosteiro de Santa Cruz, da cidade de Coimbra. Um deles foi João Martins, Prior de São Bartholomeu, que dizia:

> [...] há quinze anos atrás houve uma grande guerra e tumulto no reino e a guerra e o tumulto eram tão grandes que ninguém ousava andar, com segurança, pelo reino de Portugal. E muitos clérigos, laicos e religiosos eram espoliados e capturados e mortos [...] [48].

O outro, João Fernandes, cônego da Sé da mesma cidade, que dizia que

> [...] por doze anos no tempo do rei D. Sancho foi tanta guerra e tumulto pelo reino que ninguém ousava sair da cidade de Coimbra. E se saíam capturavam-nos e espoliavam-nos, e ouvir dizer que faziam o mesmo nas outras partes do reino, o que era público e notório [...] [49].

O que se observa nesses depoimentos é a ausência de autoridade capaz de controlar a

---

[47] Cf. MATTOSO, José. **Identificação de um País, Ensaio sobre as Origens de Portugal – 1096-1325. Composição**, vol. 2, Lisboa: Imprensa Universitária- Editorial Estampa, 1986, p. 157.
[48] FERNANDES, Hermenegildo. **D. Sancho II, Tragédia.** Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, p. 284-285.
[49] **Ibidem,** p. 285.

situação de conflito generalizada. Inexistia no interior do reino a possibilidade de uma coalizão entre grupos capaz de tal feito, e tratava-se, dessa forma, de apelar para a intervenção de uma instância externa com capacidade e real poder de alterar a balança política e autoridade moral para isto.

O rei não agia como uma autoridade interessada em fazê-lo evocando atribuições imanentes à sua condição de ente superior para o apaziguamento da situação social. Colocava-se assim, do ponto de vista moral, em pé de igualdade com o senhorio laico. Tal quadro dava rédea solta ao estado de guerra endêmica, produzindo condições, no que tange à nobreza, para que o indivíduo ainda mais se sentisse movido a recolher-se em busca de proteção no interior da senhoria, local da linhagem e do clã, que mais reforçava-se como instância de solidariedades, segurança e convívio, em relação ao que lhe era exterior, ao que escapava à esfera de controle.

É eloquente o testemunho dos clérigos sobre a ausência de um poder capaz de estabelecer uma paz e que pudesse sobrepor-se ao que os textos chamam *turbatio*. Hermenegildo Fernandes, biógrafo do rei D. Sancho II, nos fala da incapacidade política do rei em promover um Centro, uma exigência a que Sancho II não responde por não reunir condições políticas para tal. Os testemunhos caracterizam uma pulverização de poderes, expressa numa multiplicidade de iniciativas em reproduzir aquele estado de coisas difuso. Isso decorria, em grande parte, da presença de uma nova geração que tomava o ambiente palaciano, sobretudo os grandes senhores, sem que os letrados aí permanecessem para promover uma ação moderadora preponderante, tal como o haviam exercido no reinado de Afonso II. Foi pela intervenção destes que se deveram as primeiras iniciativas de obstar o que agora parecia alastrar-se sem controle – a plena arbitrariedade da ação senhorial nas suas honras e coutos[50] e sobre as honras e coutos alheios. Uma arbitrariedade que retroalimenta a ideia de autonomia própria ao *ethos* senhorial tradicional. A prática quotidiana generalizada do arbítrio decorrente do exercício de poderes mais imediatos é sintoma e alimento para a decomposição deste Centro que se pretende e que existe como falta, processo que instaurou o que os clérigos classificavam como "tempo da *rouba*, no qual o *reino* sucumbiu sob o signo do latrocínio"[51].

Os testemunhos dos clérigos são obviamente seletivos, mas não deixam de corresponder a uma realidade que os afeta. Pois é compreensível que se convertam em presas

[50] Cf. MATTOSO, José. **Identificação de um País, Ensaio sobre as Origens de Portugal – 1096-1325. Composição**, vol. 2, Lisboa: Imprensa Universitária- Editorial Estampa, 1986, p. 146.
[51]Cf. FERNANDES, Hermenegildo. **D. Sancho II, Tragédia.** Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, p. 286.

fáceis numa sociedade de homens armados, nos quais são altos os padrões de violência. Assaltar, espoliar ou raptar um clérigo em trânsito é muito mais apetecível, menos arriscado, demorado e complexo para um cavaleiro do que articular um engajamento em expedições régias em busca de botim em território mouro.

Era, assim, a cena política. E parece analisada mais pelo que se imagina faltar-lhe: a ausência de um Centro; de uma instância que encarnasse a chefia de uma coalizão capaz de exercer o que na imaginação dos críticos parece supor-se *a priori* ser imanente a este dado lugar de poder, à condição e rei. Era o "*rex inutilis*" [52], qualificativo que indelevelmente ligou-se à figura de D. Sancho II e que parece identificar o tempo no qual reinou. Foi a expressão com que se finalizava a justificativa para sua deposição.

Curiosamente ele não perdeu a coroa; esta expressão se referia à sua incapacidade de governar. Sancho II não fora contestado em sua dignidade régia, e sim deposto por sua inaptidão em dissuadir uma guerra cujas causas não eram perfeitamente identificáveis. A partir de 1236, os clérigos, a quem cabia o trabalho de sustentação do equilíbrio de um Centro, se afastam da cúria. São substituídos por magnates e a guerra então se precipita entre o rei e os barões, entre outros do reino e entre os barões. Não há partidos definidos. Apenas contendores em busca de vantagens para sua linhagem.[53]

Tampouco tratava-se da oposição entre uma velha e uma nova nobreza, ou entre uma nobreza de primeira linha e outra de segunda; nem entre primogênitos e filhos segundos. Num cenário de ausência de uma instância mediadora, a rivalidade entre as linhagens triunfa, sem que se configurem as condições de formação de facções coerentes capazes de produzir um desequilíbrio que enseje um vencedor. A guerra existia, segundo a visão do testemunho dos clérigos, pela ausência do rei, que se mostra incapaz de compor e liderar um lado.

Embora se tenha relativamente mais segurança nas cidades, nelas não se está lá absolutamente livre e seguro. A violência, assim, terá o campo como palco predominante do drama. Contudo, como já observamos, não se trata de revoltas camponesas, mas de banditismo. Pelos testemunhos acima aludidos, a violência atinge preferencialmente o clero, chegando mostrar-se que tampouco o alto clero estava imune à violência: o bispo da Guarda, quando andava entre o Douro e Vouga, despachando assuntos de sua Igreja, foi capturado e despojado dos seus bens por um bando de "*malefactores regni*" [54]. O ato, desta feita, não fora circunstancial, nem perpetrado por vagabundos ou indivíduos à margem da estrutura social.

---

[52] Cf. MATTOSO, José (Dir.), **História de Portugal – A Monarquia Feudal, v. II.** Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 131.
[53] Cf. FERNANDES, Hermenegildo. **D. Sancho II, Tragédia.** Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, p. 286.
[54] **Ibidem,** p. 287.

Ocorrera a mando dos freires templários contra os quais o bispo tinha uma causa pendente na justiça, e que versava sobre o que desde sempre os envolvia em disputas: luta por jurisdições.

Neste contexto o banditismo não é apenas a manifestação do caos que ocorre para além dos muros da cidade, consequência da proliferação de bandos[55]. Ele é uma ação premeditada de interesses institucionalizados e enraizados na estrutura social, como no caso da Ordem do Templo, presente desde a fundação do reino[56]. Tal como nos tempos de finais do reinado de Sancho I e dos primeiros anos do reinado de Afonso II, se assistia a análogas, mas não similares, irrupções de violência. Nunca a ausência de um Centro eficaz se tinha feito sentir de forma tão clara, dissolvendo distinções entre as fronteiras de uma ação norteada pelo interesse privado e a ausência de atos de fato denotativos de ações de efeitos abrangentes, pacificadores, que justifiquem a qualificação de um poder como algo de caráter mais abrangente. A realidade não oferecia terreno fértil para que se disseminassem formas de sociabilidade mais abrangentes nas quais pudesse o indivíduo se proteger. Sua saída era a família, a linhagem e a submissão a formas de autoridade baseadas no exercício da senhoria local.

Depois do juramento do Conde de Bolonha - D. Afonso III - através do qual Inocêncio IV o nomeia "curador e defensor do reino" após a deposição de Sancho II, o documento assinado mostra que os compromissos selados são vagos e destinam-se a instaurar a paz e a justiça no reino. As medidas inspiram a ideia de tutela com a promessa de obediência a Roma. Traduzem-se na exigência de ouvir o conselho dos bispos que o rei pudesse convocar. O conde de Bolonha, entretanto, não deixa de precaver-se, ressaltando os direitos do rei e do reino[57].Ao clima de conflito aberto que caracterizava o que se chama de o Portugal, espaço de dispersão de poderes, se institui a pacificação com seu sucessor, o irmão, Afonso III. Com idas e vindas, esta será uma tendência irreversível.

À descrição que procedemos do período nas suas linhas mais gerais há que acrescer-se o papel exercido por este quadro na sedimentação de um *habitus* de uma nobreza de caráter autonomista, senhorial, feudal. Há que se acrescentar que radicaliza-se um processo de senhorialização que acaba por estender a autoridade senhorial também sobre espaços detidos pela propriedade alodial, ou a modalidades de posse que o costume consagrava ao uso

---

[55] Embora distantes do nosso recorte temporal, os artigos de Luís Miguel Duarte e Humberto Baquero Moreno são importantes para a compreensão desses bandos. Cf. DUARTE, Luís Miguel. Bandos, Bandidos e Crimes no Portugal das Caravelas. **Revista da Faculdade de letras – História**. Porto, II série, v.13, 1996, p.231-248; BAQUERO MORENO, Humberto. Bandos Nobiliárquicos em Olivença em fins do Século XV, **Revista de História**, 1985, n. 6, p. 121-144.

[56] FERNANDES, Hermenegildo. **D. Sancho II, Tragédia.** Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, p. 288.

[57] Cf. MATTOSO, José. **Identificação de um País, Ensaio sobre as Origens de Portugal – 1096-1325. Oposição**, vol. I, Lisboa: Imprensa Universitária - Editorial Estampa, 1985**,** p. 157-158.

coletivo; e, por outro lado, no interior da própria nobreza, pelo que nos mostra o jogo de confrontos entre a nobreza laica, eclesiástica e os poderes régios no âmbito das referidas Inquirições.[58] Com elas se buscava verificar a legitimidade de terras e jurisdições cuja posse a nobreza reivindicava, muitas vezes conseguida pela usurpação.

O mesmo se pode assinalar, como contribuição ao processo de senhorialização, as disputas por terras entre os concelhos, seus habitantes e a nobreza que os circundava. Embora, como se sabe, os concelhos portugueses, órgãos de administração local, remontem a uma tradição municipal do tempo da antiguidade romana, na Idade Média constituíram-se em núcleos onde se concentravam politicamente as oligarquias pertencentes às elites locais urbanas, cujo exercício e poder sobre os habitantes não se distinguia, na sua índole, dos poderes de tipo senhorial.

As Inquirições constituem-se, também, numa janela privilegiada de observação dos comportamentos dos agentes envolvidos em disputas no que respeita as formas de apropriação das terras. As primeiras Inquirições foram as de D. Afonso II, em 1220. Instalaram-se no Entre Douro e Minho, terra de eleição da nobreza; e em 1258 no mesmo território e na Beira e na região do Vouga. As primeiras procederam ao cadastro das herdades régias. No reinado dionisino, foram retomadas e buscou-se inventariar as *honras* e *coutos*[59]. Mas o objetivo maior de sua intenção era evitar que os poderes do senhorio laico e eclesiástico se alastrassem abusivamente sobre as terras régias, principalmente no que tange ao exercício de jurisdições.

No que ainda respeita ao processo de senhorialização que reproduz os espaços sociais de vivência de relações que atualizam disposições mentais próprias ao *habitat* de caráter senhorial, não se pode deixar de mencionar a tendência geral na sociedade à assimilação dos colonos e dos remanescentes dos homens livres à situação de dependentes, decorrente do aludido processo de expansão senhorial ocorrido durante o período assinalado, e que levou a que progressivamente se desprezassem distinções entre terras tributárias e terras imunes.

Em 1265 editou-se uma lei que, embora distinguindo herdades foreiras e reguengas, passava a tratá-las em conjunto. Ao rei, nestes casos, importava impedir que, na ausência dos

---

[58] Para uma visão mais geral sobre o tema ver CAETANO, Marcelo, Instituições, 92. Regime Senhorial. Inquirições Gerais. In: **História do Direito Português: Séculos XII-XVI,** 4ª ed., Lisboa: Editora Verbo, 2000, p.325-331; para análises mais pontuais quanto aos contextos de sua realização, ver PIZARRO, J. A. SOTTO MAYOR. As Inquirições Medievais Portuguesas (séculos XIII-XIV), Fonte para o Estudo da Nobreza e Memória Arqueológica – Breves Apontamentos. **Revista Da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património,** v. XII, Porto, 2013, p. 275-292. Disponível em: <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11802.pdf> Acesso em: 18 Agosto, 2017.

[59] Para uma tipologia de como incideam os direitos sobre *honras* e *coutos* entre os senhorios laicos, eclesiásticos e régios. ver: CAETANO, Marcelo. CAETANO, Marcelo. Instituições, 92. Regime Senhorial. Inquirições Gerais. In: **História do Direito Português: Séculos XII-XVI,** 4ª ed., Lisboa: Editora Verbo, 2000, p. 328-331.

foreiros, a terra mudasse de estatuto ou fosse alienada em favor de privilegiados[60]. E a tendência para a assimilação parece consumar-se em 1311, com D. Dinis, que promulga outra lei com o mesmo objetivo, mas na qual apenas há referência a bens reguengos[61].

Igualmente parece ter contribuído para o movimento acima apontado a generalização do regime concelhio, ou seja, tanto para a assimilação à categoria de dependentes aos homens livres e colonos, quanto para a confusão entre herdades foreiras e reguengas. A consequência advinda é a sujeição das terras do reino a um dos três regimes: senhorial, reguengueiro e concelhio. Entretanto, há que se ressaltar que em relação aos dois últimos não são estranhos os códigos e valores que regem o comportamento de uma sociedade senhorial. O mesmo se dá em relação às *herdades foreiras*, que, para os funcionários da coroa à época de D. Afonso III, por exemplo, não significava necessariamente que as práticas e a mentalidade que presidiam sua administração não se regessem por disposições de caráter senhorial. Tal distinção não tornava o rei menos "senhor" em relação a todos os que pagavam taxas foreiras e reguengas. E que o *habitus*[62], de elementos encarregados de cobrá-las (os "funcionários"), não estivesse embebido na mentalidade senhorial dominante do tempo. A existência de prestações cuja nomenclatura aponta sua origem pública não significa que na sociedade em questão tal índole fosse mantida. Há que se fazer uma crítica e ao que decorre de uma leitura das instituições políticas da sociedade medieval a partir de categorias do *público* – ideia ausente da prática de fato do senhorio se tomado em seus funcionamentos quotidianos.

À guisa de conclusão, afirmamos que iniciar o texto de nossa tese abordando o reinado de Sancho II, deve-se a que nos possibilita dirigir o foco de abordagem para um período histórico significativo. Sua importância se deve a que constituiu-se lapso temporal fundamental, a nosso ver, para a constituição e o fortalecimento de uma forte consciência de grupo por parte da nobreza. Nele constituiram-se as condições históricas para a emergência de um discurso no qual se pode identificar elementos que justificam a utilização, para sua análise, da noção de *saga*. Defrontamo-nos com um período reconhecidamente marcado por um processo de dispersão de poderes característico e que enseja o reforço da noção de pacto, de contrato, e, portanto, da discussão sobre o feudalismo, em seu confronto com a problemática de formação do Estado; e, senão do Estado, da constituição no discurso de instâncias de solidariedade e coesão política mais abrangentes; que pudessem sobrepor-se ao

---

[60] **Ibidem**, p. 328-331.
[61] **Ibidem,** p. 328-331
[62] Cf. ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 19-40; CHARTIER, Roger. Formação Social e *Habitus*: uma Leitura de Norbert Elias. In: **A História Cultural, entre Práticas e Representações – Memória e Sociedade**. Lisboa: Difel, 1990, p. 91-119.

âmbito do que é regido pela predominância da ideia de consanguinidade, de família, de linhagem e do clã.

Tangenciar tais questões se nos revelou como uma oportunidade para justificar a epígrafe escolhida para o presente trabalho. O horizonte no qual se configura esta problemática define-se pela forma como se dimensiona o papel do que se chama realeza feudal. O termo adjunto já denuncia seu nascedouro. Se por feudalismo não concebemos nada mais que uma forma legítima de designar relações de produção servis, ele irá necessariamente apontar para a uma realidade política que é definida pelo que lhe falta, e não pelo que afirma. Nosso trabalho contudo, não podia se furtar a levantar o problema se antes não procurarmos compreender a posição do rei Sancho II, não pela ideia que deles fazem seus críticos coevos, ou os estudiosos da "monarquia": o termo "Estado", por exemplo, está absolutamente ausente das cerca de 1500 páginas de fontes que estudamos. Quanto ao primeiro problema Marc Bloch já alertava desde os anos 20 em sua obra "Os Reis Taumaturgos". Quanto ao segundo, ele se insinua pela perplexidade com que os estudiosos se vêem diante da "ausência de um Centro", de uma presença política que se autorepresente e se invista da função de apaziguar ânimos beligerantes de entes combalidos e que se auto destruíam numa guerra difusa e endêmica que marcou parte do reinado de Sancho II: a nosso ver, nada estranho ao *ethos* guerreiro desta sociedade, e mesmo por tratar-se de terreno fronteiriço, destinado deliberadamente a prestar-se como frente de guerra feudal do Ocidente, no qual as elites feudais procuraram confinar as contradições advindas de uma gradual e constante complexificação da sociedade e do esgotamento das possibilidades de reprodução da estrutura social tal como até então se vinha realizando desde a Alta Idade Média.

Assim, não poderíamos deixar de tocar em aspectos que dizem respeito à figura de Sancho II. Ele é o marco inicial de nossa periodização por ter sido em seu reinado que se desencadearam as condições de um vigoroso processo de senhorialização da sociedade e de formação de uma forte consciencia de grupo por parte do senhorio feudal tradicional. Sancho II é, por isto, apresentado no Livro de Linhagens da perspectiva como são observados os reis das *sagas;* reis senhores, nobres como outros quaisquer: envolvido em disputas com pares, ou com a parentela e das quais, e pelos mesmo motivos, tomam partido linhagens insatisfeitas com o estabelecido. Um rei ocupado com o engrandecimento de sua honra e de sua linhagem; com o que ocorre no interior dos seus domínios. Concepções acerca de espaços de ordem de grandeza mais abrangentes só são capazes de emergir na imaginação de quem os vive apenas a partir de uma experiência histórica de magnitude correspondente. O raio de ação política de um Centro está condicionada pela escala de alcance de suas relações reais de poder. Pensamos

que tal escala articula-se consoante ao aumento dos níveis de interdependência com que se entrelaçam o fazer dos homens na sociedade. Para estes homens imersos numa História, tal como para nós, contemporâneos, o *por vir* é uma incógnita. Eles agem com base numa experiência passada.

Espaços maiores quando os há, parecem ao rei do *Livro de Linhagens* mais dignos como objeto de partilha. Daí porque ser rei no Livro de Linhagens é uma questão superlativa. Tais espaços devem ser objeto de uma liberalidade a ser ostentada, para que um rei se veja e seja visto como quem muito vale pela quantidade de vassalos que pode manter. Por isto o *Livro de Linhagens*, quando pretende dar a dimensão da grandeza e poder de um prócer de uma daquelas linhagens, tal como quando se refere ao Conde D. Fernando de Trastâmara, ele diz que ele […] era em aquel tempo o melhor homem d'Espanha que rei nom fosse".[63] Ou, mesmo em relação ao próprio Conde D. Pedro, quando o aponta como […] o que fez moito bem a fidalgos em Portugal, ca mais forom por ele postos e feitos em mui grandes contias ca polos melhores quatro homes boos que forom em Portugal, salvando se forom ende reis."[64]

Pensamos assim, que a ideia de *saga* reune elementos que nos permitem ponderar sobre o caráter retrospectivo que tem a preocupação com a identificação ou a procura de um equilíbrio suscitado pela ideia de um Centro. No centro de tal preocupação encontra-se o ímpeto de identificar traços que caracterizem a existência de uma coalizão política senhorial, pensada em função da formação de um bloco politico coeso no qual se possa identificar formas embrionárias do que se supõe ser sua continuidade, o Estado.

Tal preocupação é legítima, mas não justifica que estudemos uma História pelo que ela não tem, pelo que não é, mas pelo que ela tem e é. E há, para isto, que se pensar nas formas de autorepresentação dos atores como condição de uma compreensão mais fina do que motiva suas ações. O universo dos reis tal como representado no *Livro de Linhagens* é representado como um universo de homens que se pensam de uma forma diversa. Tanto na dimensão temporal quanto espacial, vemos uma sociedade na qual o *devir*, a despeito de descompassos entre o vivido e a representação, é dimensionado em homologia à escala em que se organiza sua experiência concreta de relações. E não é fortuito o hibridismo que caracteriza a forma como é dimensionada a temporalidade nos textos fonte de que derivam as versões da *Crônica Geral de Espanha de 1344* e do *Livro de Linhagens*, ambos do Conde D. Pedro[65]. Ele, a nosso

---

[63] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít.VII, fol.30 v.°, In: MATTOSO, José. (Ed.) **Portugaliae Monumenta Historica.** v. II/1, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p. 124.
[64] **Ibidem**, Tit. XXII, fol. A_1 3, In: MATTOSO, José. (Ed.). **Op. cit.**, p. 277.
[65] CINTRA, Luís Filipe Lindley, O Conde D. Pedro de Barcelos, autor da Crónica de 1344? In: **Crônica Geral de Espanha de 1344,** v. 1, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009, p. CLXXXVIII-CLXXXIX.

ver, reflete uma sociedade em transição quanto à escala, quanto à ordem de grandeza com que se estruturam as relações e, por consequência, as representações espaço-temporais. Trata-se de um mundo no qual as teias de relações se ampliam e reconfiguram; a experiência de tempo circular, própria ao caráter predominantemente local da vida social, vai sendo erodida em função das mudanças trazidas pelas transformações históricas. Elas alteram profundamente a feição da sociedade e a forma como é sentida a experiência do tempo e do espaço.

Capítulo II
O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro

2.1 **O LIVRO DE LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO COMO DOCUMENTO**

No presente capítulo, faremos algumas considerações acerca do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* enquanto fonte no âmbito da historiografia medieval portuguesa, e de sua importância para nossas escolhas de abordagem. Nossa intenção é, também, dar ao leitor uma panorâmica em linhas gerais da ordem de complexidade envolvida em seus estudos com vistas ao estabelecimento do texto, bem como considerar questões que suscitam seus críticos quando o apontam como um documento, em última instância, tributário de tradições textuais norte europeias que teriam impresso o que há de mais significativo em seu caráter como texto representante da visão de mundo de um grupo social, a nobreza.

A edição do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* utilizada na presente pesquisa foi empreendida pelo editor atendendo as exigências de filólogos e historiadores por uma versão que lhes proporcionasse acesso a um documento que se estimasse mais utilizável[66]. Para Mattoso não existe uma edição mais correta, nem muito menos crítica, atributo do qual declina por não considerar ter reunido desta feita as condições necessárias para tal pretensão. Muito ainda haveria de se fazer, e sua intenção foi oferecer um texto que julgou em melhores condições de utilização. O que atribui ao fato de que Alexandre Herculano, em sua primeira compilação para edição impressa na seção *Scriptores*, dos *Portugaliae Monumenta Historica*, lançado nas primeiras décadas do século XIX , não teria se dado ao trabalho de comparar o

---

[66] MATTOSO, José. Introdução ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, In: MATTOSO, José. (Ed.) **Portugaliae Monumenta Historica.** v. II/1, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p. 8

manuscrito da Torre do Tombo e o fragmento da Biblioteca da Ajuda, com uma série de outros manuscritos existentes, julgando-os como os únicos de valor, quando em realidade nele haviam numerosos erros, lacunas e deturpações[67].

O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* é considerado a mais célebre fonte da história medieval portuguesa[68]. Honrando a reputação que lhe conferem, a edição empreendida em 1980 por ocasião do II Centenário da Academia de Ciências de Lisboa, foi produzida após consultado um considerável número de catálogos impressos e fichários de bibliotecas de Lisboa, nos quais se constatou a existência de aproximadamente sessenta manuscritos, e alguns resumos e adaptações, distribuídos entre bibliotecas de localidades europeias como Barcelona, Madrid, Hamburgo, Viena, Londres, Nápoles, Paris, Vaticano, Veneza, Vincennes.

Além dos encontrados em instituições de Lisboa, constatou-se a presença de outro exemplar em Washington, D.C., EUA[69]. Uma presença que, afinal, nos parece mais do que desencorajar possíveis negativas que atestem sua pujante circulação; o que se pode ilustrar com o "agravante" ibérico, apontado por Fr. Francisco Brandão, que na sua Monarquia Lusitana fala-nos de um texto "[...] tão vulgarizado por toda Espanha que a poucos curiosos falta nas livrarias" [70].

Os originais do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* são datados de cerca de meados do século XIV. Em 1640, João Baptista Lavanha produziu uma edição impressa, da qual existe uma tradução castelhana de 1646[71]. Morales e Zurita o anotaram e comentaram. Outros tentaram atualizá-lo com gerações posteriores ao século XV[72]. Sua excelência é reconhecida por Salazar y Castro, que o toma como uma das principais fontes para as listas que exibe no seu *Glórias da Casa Farnese,* do século XVII[73] - obra sistematicamente citada por Anselmo Braamcamp Freire nos seus *Brasões da Sala de Sintra*[74], e à qual dá preferência em casos de dúvida.

---

[67] **Ibidem**, p. 9.
[68] **Ibidem**, p. 7.
[69] MATTOSO, José. Introdução ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica.** v. II, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p. 9-30.
[70] BRANDÃO, Fr. Francisco, **Monarquia Lusitana**, V, liv. XVII, cap. B, fols, 182v-183.
[71] LAVANHA, J. Batista de. Nobiliário de D. Pedro conde de Barcelos hijo del Rey D. Dionis de Portugal ordenado y ilustrado con notas y indices por Iuan Bautista Lavaña coronista mayor de reyno de Portugal. Em Roma. Por Estevam Paolinio, MDCXL, *apud* MATTOSO, José. Introdução ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit**., p. 28.
[72] MATTOSO, José. Introdução ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 7.
[73] SALAZAR Y CASTRO, Glórias de la Casa Farnese, *apud* FREIRE, Anselmo Braamcamp. **Brasões da Sala de Sintra**, I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921, p.104.
[74] FREIRE, Anselmo Braamcamp. **Brasões da Sala de Sintra**, I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921, p.104.

Esta obra figura no cenário do gênero genealógico português, juntamente com outros dois livros de linhagens mais importantes: o *Livro Velho de Linhagens* e o *Livro do Deão*, com os quais ocupam cerca de dois terços do imenso volume *Scriptores*, que compõe uma das quatro seções dos *Portugaliae Monumenta Historica*[75] – primeira coletânea de documentos medievais portugueses anteriores a Fernão Lopes, compilada por Alexandre Herculano e, depois, continuada por outros colaboradores entre datas que se estendem entre 1856 a 1917.

O texto que serviu de base para a edição de 1980 é o que existe numa versão duplamente refundida[76] – entre 1360-65 e 1380-1383[77] – em cujo centro concentram-se as mais destacadas questões de crítica. Não deve ser confundido com a versão que se fez a partir dos manuscritos mais conhecidos: o chamado Fragmento da Ajuda, a que os *Scriptores* atribuíram o título de *Livro III das Linhagens*, caracterizado pela narrativa da Batalha do Salado; e o manuscrito completo da Torre do Tombo, que serviu de base à mesma seção, produzida por Alexandre Herculano.

Nossa hipótese é a de que há sincronias a serem observadas e descritas em pormenor adiante, que nos parecem conferir significação a um conjunto de elementos elucidativos quanto ao *sentido* do texto. Parece-nos da maior importância que se atente para a datação dos manuscritos utilizados como base para a edição de 1980[78] do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Foram encontrados sessenta manuscritos por José Mattoso, sete foram selecionados como base para um estudo comparativo. Dentre estes, e estabelecidas as relações, Mattoso elege para sua edição os que mais se aproximam dos originais do século XIV: o manuscrito do Palácio da Ajuda- ao qual atribui a sigla A_1 - o chamado Nobiliário da Ajuda, ou do Colégio de Nobres; o manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com a sigla T_1, Casa Forte; e o manuscrito da Academia de Ciências, sigla C[79].

Tem-se assim o primeiro datado por Herculano como de fins do século XIV ou inícios do XV; o segundo e o terceiro de fins do século XV e princípios do século XVI[80]. No texto

---

[75] As demais denominam-se *Leges et Consuetudines*, *Diplomata et Chartae* e *Inquisitiones*.

[76] Uma refundição é uma tentativa de reconstituição dos originais de um texto antigo através de fragmentos de várias procedências. No caso do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, tem-se acréscimos a um conjunto que se atribui como o original, cuja autoria se discute se ainda é do Conde D. Pedro ou de autores que o emendaram e modificaram num período posterior. Cf. MATTOSO, José. Introdução ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica.** v. II/1, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p. 41-51.

[77] Para como se chegou a tais datas, **Ibidem**, p. 41-47.

[78] **Ibidem**, p. 9-12.

[79] Manuscritos que, adiante, serão representados no corpo do texto pelas siglas acima apontadas.

[80] Para o processo de seleção dos manuscritos e escolhas para o estabelecimento da base para a referida edição, ver: MATTOSO, José. Introdução ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Op. Cit.**, p. 9-50, onde o leitor encontrará uma descrição minuciosa das características e do estado em que se encontravam. Especificamente para a datação dos mais utilizados, ver p. 34-35.

que nos oferece, Mattoso tenta uma reconstituição da refundição de 1380-1383 a partir dos manuscritos acima indicados. Não segue nenhum deles à risca, mas dá preferência a A_1 e, em seguida, a T_1, que lhe permitem aproximar-se, pelas variantes que apresentam, das formas mais arcaicas que se atribuem como mais próximas aos originais[81].

O texto do Conde de Barcelos é, pelo que se sabe, a base sobre a qual se assenta grande parte das genealogias portuguesas da época moderna. É a ele que Anselmo Braamcamp Freire sempre dá preferência e recorre para validar as informações constantes do seu *Brasões da Sala de Sintra*[82]; é um dos pilares sobre os quais Salazar y Castro edificou seu trabalho no século XVII, época de eleição das genealogias, e tempo no qual se concentram maior número de cópias[83].

O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* ocupa 160 páginas *in folio* dos *Portugaliae Monumenta Historica* dentro do seu segundo volume, os *Scriptores*. Esta fonte nos chega em duas refundições: uma primeira é datada de 1360-65 e a segunda, de 1380-1383. Na versão que utilizamos compõe-se de um prólogo e 76 títulos, nos quais são referidos 4738 nomes e 776 famílias nobres. Outros nobiliários foram publicados posteriormente, mas sem utilidade para o período anterior ao século XV. E a mais completa pesquisa genealógica sobre o período do reinado de D. Dinis (1279-1324) afirma não saber até que ponto as informações nestes últimos contidas são confiáveis[84].

Trata-se do mais completo dentre os três livros de linhagem portugueses existentes e uma das mais importantes fontes do gênero em todo o Ocidente europeu. Alexandre Herculano transcreveu o chamado Fragmento da Ajuda e o manuscrito da Torre do Tombo, e, segundo os críticos, não teria feito qualquer tentativa de tornar mais claro o compacto texto, nem para corrigir o que se aponta como numerosos erros, lacunas e confusões que apresentava[85]. A edição de 1980, da Academia de Ciências de Lisboa, realizada por José Mattoso, veio atender ao apelo de filólogos e historiadores da Literatura portuguesa por uma edição em condições de melhor aproveitamento, dada a redescoberta do interesse literário por

---

[81] Cf. **Ibidem,** p. 52.

[82] FREIRE, Anselmo Braamcamp. Brasões da Sala de Sintra. 3 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921.

[83] Cf. MATTOSO, José. Introdução ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica.** v. II/1, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p.12. Das sessenta cópias listadas pelo editor, trinta e oito são do século XVII. Os de D. Luis de Salazar Y Castro são os da coleção com seu nome, ms. C- 9 e R-59 da Real Academia de la Historia de Madrid.

[84] Cf. PIZARRO, J. A Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias, 1279-1325.** Vol. I, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p.139.

[85] Cf. MATTOSO, José. Introdução ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 7.

narrativas tais como a da batalha do Salado, da Dama-pé-de-Cabra e as que versam sobre a formação do solar de Lara.

Deve-se aqui ainda fazer-se referência ao contexto no qual se produz a primeira edição de Herculano. Este autor o integra aos *Portugaliae Monumenta Historica*, produzido no contexto que o faz contemporâneo de seu homônimo germânico, os *Monumenta Historica Germaniae*, produzido no contexto de surgimento da História como disciplina científica na Europa do século XIX, da qual toma, igualmente, a também homônima designação de uma das seções em que se divide esta sua congênere alemã – os *Scriptores.*

O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro é escrito em galego-português. Comparado ao resto do que em geral se denomina como produção historiográfica portuguesa anterior ao fim do século XIV, o texto da seção *Scriptores*, somado à Crônica Geral de 1344, compõe quase a metade. Tais fatos vêm em reforço do que se afirma acerca da singularidade desta obra: não há, proveniente da Europa cristã, um documento genealógico tão completo e da estatura do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 3º Conde de Barcelos. Ele demonstra uma pujança literária ainda acentuada pelo contraste com a decadência do gênero no restante do continente à época em que foi produzido. Ao que ainda se soma o fato de ter sido produzido numa região meridional europeia. Em tese, segundo Mattoso, mais ligada às tradições e à civilização romanas - [86] o que, por sua vez, cala sobre possíveis influências advindas de afinidades que se sabe ter a sociedade árabe com as genealogias. Era preciso acentuar sua iniciativa como infensa às influências da cultura adversa e proclamá-las oriundas do legado da Antiguidade clássica, cristã e cavalheiresca bárbara. Daí porque os críticos procurassem acentuar as ligações que fazem do *Livro de* Linhagens uma obra mais tributária de tradições oriundas do norte europeu, de raízes germânicas, célticas e, mais especificamente, visigóticas. Ao que se acrescentaria componente mediterrânica com o recurso às tradições greco-romanas e cristãs.

2.2 **RELAÇÕES COM OS LIVROS DE LINHAGEM ANTERIORES**

O texto do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, segundo a crítica, utiliza-se de registros genealógicos de obras anteriores – o *Livro Velho* e o *Livro do Deão*, que integram

[86] MATTOSO, José, Os Livros de Linhagens Portugueses e a Literatura Genealógica Europeia da Idade Média, In: MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 50.

também a seção *Scriptores* dos *Portugaliae Monumenta Historica*, mas não se constitui em um simples acréscimo a estes. O espírito que motivou cada um dos textos que o antecederam são de índole diversa, embora o vigor do gênero se explique por um contexto mais amplo de afirmação dos ideais identitários de um grupo. Não há, pois, uma dependência do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* em relação aos mais antigos. A este propósito, Álvaro Julio da Costa Pimpão nos diz que:

> Os monumentos da idade média que chegaram até nós acerca da origem das famílias nobres podem na verdade considerar-se como constituindo um livro único, o primitivo registo da nobreza sucessivamente acrescentado e alterado, mas podem também considerar-se como obras diversas de origem comum, tendo os autores mais modernos aproveitado em maior ou menor escala os trabalhos dos seus antecessores[87].

Os livros de linhagens portugueses mais antigos são produzidos entre os anos 1270-1350 em função do surgimento de um súbito interesse pelo tema advindo de um vigoroso processo de senhorialização sobre o conjunto da sociedade – o qual, em suas linhas gerais, descrevemos no capítulo anterior.

Dentro do conjunto dos livros de linhagem portugueses, o mais antigo e que inaugura o período áureo da literatura genealógica portuguesa é o *Livro Velho de Linhagens*, composto de nove páginas compactas dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Conserva em seu prólogo um texto precioso, no sentido da transparência quanto às intenções do autor. A. Botelho da Costa Veiga foi o investigador que melhor estudou sua cronologia e a ele atribuiu a data de 1270[88]. Pizarro apresenta pequena diferença em relação à esta datação: os anos entre 1282/6-90[89]. O *Livro Velho de Linhagens* foi escrito por um monge de Santo Tirso a serviço de Gil Martim Riba de Vizela, representante da família Maia por linha feminina, e poderoso fidalgo cuja trajetória é marcada pela exposição às intempéries políticas da corte de D. Dinis. No seu texto se exalta a antiguidade da família Sousa, à qual se liga, celebrando-a por sua aura mítica prolongada pelas posteriores obras genealógicas. Nele encontramos um grupo de 691 nobres distribuídos por 175 famílias, e é apontado como o mais fidedigno dentre os três livros de linhagem portugueses. Afirmação para a qual, ainda segundo J. A de Souto Mayor Pizarro,

---

[87] PIMPÃO, A. J. da Costa. **História da Literatura Portuguesa,** I, Coimbra: Atlântida, 1947, p. 255.
[88] MATTOSO, José. Os Livros de Linhagens Portugueses e a Literatura Genealógica Europeia da Idade Média, In: MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 47.
[89] PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias, 1279-1325.** Vol. I, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 136.

seriam necessários estudos comparativos mais rigorosos e sistemáticos, feitos com o apoio de outra documentação diplomática[90].

O segundo deles é o *Livro de Linhagens do Deão.* Sua redação atribui-se a limites que estão, segundo o autor supracitado, entre 1337 a 1343 – hipótese que se apoia na presença de determinados relatos nele contidos, bem como na ausência de alguns outros que, se estima, estariam presentes caso os fatos que retratava fossem contemporâneos à sua escrita. Segundo Mattoso[91], sua data se pode fixar antes de 1343, por volta de 1337-40.

O *Livro do Deão* propõe tratar a descendência de 30 nobres que o texto situa no reinado de Afonso VI de Leão e Castela. Só desenvolve a análise de 23, referindo-se a 1663 nobres e a 423 famílias. É um texto que prima pelo rigor na identificação de membros do clero[92]. Os indivíduos que nele figuram vivem no fim do reinado de D. Dinis e início do de seu sucessor, seu filho, D. Afonso IV, período em que se deu o desfecho da chamada guerra civil de 1319-1324, marcado por disputas que, já a partir do reinado de D. Afonso III, pai do rei Lavrador, mostravam um poder régio avançando de forma vigorosa sobre as tradicionais prerrogativas de poder da nobreza[93].

No que respeita a procedência da matéria narrativa de que se compõe o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, as questões se fazem bastante complexas[94]. São narrativas de fundo mítico que derivam, muitas vezes, de versões cujos temas se encontram em outras partes do continente; romances e canções de gesta; narrativas históricas, lendas e anedotas. No que tange às relações com a chamada matéria genealógica, têm feição mais simples: o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* depende parcialmente do *Livro Velho* e do *Livro do Deão* – o primeiro lhe teria deixado mais vestígios do que o segundo[95]. Diego Catalán Menendez Pidal, contudo, propõe inverter esta relação, afirmando o *Livro do Deão* como o modelo mais imediato da matéria genealógica do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, não o *Livro Velho*[96].

---

[90] **Ibidem.** p. 137.
[91] MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa – A Família e o Poder.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 47.
[92] PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias, 1279-1325.** Vol. I, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 138.
[93] MATTOSO, José, A Guerra Civil de 1319-1324. In: **Separata de Estudos de História de Portugal, Séculos X-XV.** Vol. I**,** Homenagem a A. H. de Oliveira Marques**.** Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 161-176.
[94] Cf. MATTOSO, José. As Fontes do Nobiliário do Conde D. Pedro, In: **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 78-59.
[95] MATTOSO, José, Os Livros de Linhagens Portugueses e a Literatura Genealógica Européia da Idade Média, In: **Op. Cit.**, p. 60.
[96] Cf. MATTOSO, José. Introdução ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica.** v. II/1, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p. 41-50; MENENDEZ

O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* é o terceiro e indiscutivelmente considerado o mais importante e completo dos três livros de linhagens medievais portugueses[97]. Juntamente com os outros dois livros de linhagem, distingue-se singularmente no panorama europeu e até peninsular[98]. Seu estudo é marcado por uma longa trajetória, e algumas de suas partes estão ainda por explorar, um trabalho que Mattoso aponta como cheio de dificuldades, mas indica as diretrizes e os primeiros passos a serem dados em comentários sobre o estado da questão[99]. A trajetória de seu estudo é marcada por um debate que envolve mais de um século na história da cultura medieval portuguesa. É um texto que levanta múltiplos e intrincados problemas, como o de sua autoria e datação[100]. Costa Veiga[101] deu grande contribuição com estudos que permitiram, por exemplo, esclarecer acerca de interpolações na transição do texto da Biblioteca da Ajuda para o da torre do Torre do Tombo, e elementos neste último que permitiram identificar outra refundição de que foi objeto, estabelecendo que nenhuma de suas versões contém o texto original. Este autor, em cujo trabalho de pesquisa Luís Filipe Lindley Cintra baseia-se, dialoga com argumentos provenientes do trabalho de Alexandre Herculano, e reforça, com o concurso de alguns outros elementos, que o texto foi objeto de duas significativas manipulações no decorrer do século em que foi redigido, o século XIV[102].

Alguns autores, como Carolina de Michaëlis, não sem as devidas ressalvas quanto às intervenções sofridas pelo original, inclinavam-se a atribuir uma intervenção mais significativa do Conde D. Pedro na elaboração do seu Nobiliário. E diziam-nas coerentes com o apelo de seu autor primitivo: "que os vindouros completassem suas notícias". Em relação aos textos dos quais partiu, a autora diz que houve omissões e acrescentamentos, piadas mal contadas ou mal-intencionadas, mas nada que permitisse duvidar de que o Nobiliário tivesse primitivamente saído de sua lavra[103].

PIDAL, Diego Catalán. De Afonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estúdios sobre el nacimiento de la historiografia romance em Castilla y Portugal. Madrid: Editorial Gredos,1962, p. 357-408.

[97] MATTOSO, José. Os Livros de Linhagem Portugueses e a Literatura Genealógica Européia da Idade Média, In: **Op. Cit.**, p. 48.

[98] Ibidem, p. 44.

[99] MATTOSO, José. As Fontes do Nobiliário do Conde D. Pedro, In: MATTOSO. José. **Op. Cit.**, p. 57-100.

[100] Cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley, **Crônica Geral de Espanha de 1344,** v. 1, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda**,** 2009, p. CLXXII.

[101] VEIGA, Costa. Os nossos Nobiliários Medievais (Alguns elementos para a cronologia da sua elaboração). **Separata dos Anais das Bibliotecas e Arquivos**, Lisboa, 1943, p. 25-27.

[102] Cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley, **Crônica Geral de Espanha de 1344,** v. 1, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009, p. CLXXIV-CLXXV.

[103] Cf. MICHAËLIS DE VASCONCELOS, Carolina. Geschichte der Portugiesischen Litteratur. In: GRÖEBER, G. Grundriss der Romanischen Philologie, II, Strassburg: Karl J. Trübner, 1893; *apud* CINTRA, Luís Filipe Lindley, **Crônica Geral de Espanha de 1344,** v. 1, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda**,** 2009, p. CLXXVII, nota 148.

Autores como Gonzaga de Azevedo tentaram, segundo Cintra[104], afastar definitivamente a hipótese das sucessivas refundições do texto primitivo, reivindicando para o Conde a primazia que lhe coube na compilação da obra que lhe é atribuída. O mérito de Gonzaga Azevedo foi chamar atenção para o plano e intenções diversas que animaram os diferentes autores na redação dos três nobiliários portugueses mais conhecidos, em oposição a Herculano, que os reduziu todos a um único registro público da nobreza.

Uma vez que não pretendemos traçar uma panorâmica completa do conjunto dos problemas que incidiram sobre o trabalho de crítica que pautou a edição de 1980, nossa intenção aqui é ressaltar a dimensão e complexidade que encerra a obra do Conde D. Pedro quanto ao trabalho de crítica que implica e justifica a notoriedade que alcançou no quadro das fontes existentes para a História Medieval portuguesa.

Nosso propósito é, ao mesmo tempo, a de realizar uma breve descrição de uma fração do conjunto destes problemas para se despertar a consciência da precariedade da base sobre a qual, muitas vezes, se constrói o trabalho do historiador – e que não o faz menos fascinante por isso. Trata-se de uma tentativa de fazer algo sobre o que bem aconselhou Michel de Certeau: não se omitir o *lugar* de onde se fala[105] – no caso, das espinhosas e às vezes insolúveis questões que colocam o texto do Conde D. Pedro como um emocionante ponto de apoio movediço.

Assim, fazendo eco ao que acima citamos de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Cintra afirma, em relação ao texto do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que: "Não se trata, como pensou Herculano, da redação de um único registro da nobreza que foi sofrendo sucessivas refundições, mas sim da redação de vários registros independentes, com espírito e intenção diversas." [106]. O que não quer dizer que o texto não incorpore elementos resultantes do trabalho dos antecessores, como aliás era o costume dos historiadores medievais. Pretende-se afirmar, tão somente, que se tratava de iniciativas independentes, de obras distintas e não de simples atualizações ou emendas introduzidas numa mesma obra.

2.3 **RELAÇÕES COM A LITERATURA DO NORTE EUROPEU**

---

[104]Cf. AZEVEDO, Gonzaga de. **História de Portugal**, v. IV. Lisboa: Bíblion, 1943, p. 293-311

[105] CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: **A Escrita da História**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 45-111.

[106] CINTRA, Luís Filipe Lindley, **Crônica Geral de Espanha de 1344,** v. 1, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009, p. CLXXXI.

A leitura de uma bibliografia especializada possibilita-nos seguir a trilha de relações que os críticos dos livros de linhagem portugueses afirmam manterem com a literatura e as sociedades do norte europeu. Quando tomamos contato com os estudos que visam o conjunto de fontes nas quais se funda a literatura genealógica ibérica, vemos afirmarem proceder de regiões de cultura céltica ou germânica. Aproveitam-se para ressaltar o gosto que a literatura genealógica mais antiga, irlandesa, por exemplo, tem por enumerar membros de um clã. Tais textos também seriam originados nas cortes dos reis anglo-saxões, visigóticos, lombardos, merovíngios e, mais tarde, carolíngios. Reputam como raras ou inexistentes tais influências em regiões onde persistiram tradições romanas, e que, portanto, não dependem dos exemplos que o texto bíblico podia fornecer à Europa[107]. Como adiante iremos apontar, tais opções levaram a que os críticos desta literatura resvalassem para uma dada vertente de interpretação sobre as origens da sociedade hispânica.

Leopold Genicot, por outro lado, e de forma significativa e surpreendente, afirma que as genealogias compuseram "um gênero menor na Idade Média" [108]. Tratam-se de textos pouco numerosos, curtos, estereotipados, portadores de um estilo "seco" e "monótono". Ao que, de ordinário, se atribui o pouco interesse que despertaram na historiografia contemporânea. Até os idos dos anos setenta do século XX, exerciam pouca atração para a disciplina histórica, que as olhava como matéria cheia de tentações e armadilhas, fazendo com que o desdém e a desconfiança sobre eles recaíssem, pois que há tempos se sabia serem matéria textual objeto de altos índices de manipulação[109].

Segundo Victor Turner[110], é bastante provável que o apego à vida de caráter local, à ideia de contrato, de honra e vergonha, a instituições como a família, o parentesco, o clã e laços de sangue de que tratam as *sagas*, correspondam em grande medida a realidades vividas pelos grupos que protagonizaram o processo de colonização da Islândia entre os séculos VIII e X, descrito pelo conjunto de textos que compõem as *sagas.* Foi no seio de tais sociedades que se originaram primitivamente a partir de relatos orais.

André Jolles, afirma que estas mesmas características são as que estão no cerne da vida social, que a partir de determinados *gestos verbais*, constrói uma dada ordem do mundo e cuja cuja presença se pode detectar nas *formas literárias simples* descritas e classificadas

---

[107] MATTOSO, José. Os Livros de Linhagens Portugueses e a Literatura Genealógica Europeia da Idade Média. In: **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 39.

[108] GENICOT, Leopold. Les Génealogies – Typologie des Sources du Moyen Âge.15, Turnhout, 1975, *apud.* MATTOSO, José, Os Livros de Linhagens Portugueses e a Literatura Genealógica Europeia da Idade Média. In: **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 38.

[109] **Ibidem,** p. 44.

[110] TURNER, Victor, Approach to the Iceland Saga, In: TURNER, Edith (Ed.). **On the Edge of the Bush, Anthorpology as Experience,** Tucson: University of Arizona Press, 1985, p. 71-93.

como *sagas*[111]. Somado ao que aponta Paul Zumthor, em relação ao peso e ao papel desempenhado pela que designa como a [...] memória das antigas *sagas* [...].[112], elemento predominante, segundo este autor, *na composição de narrativas presentes nas práticas escriturais dos textos que se compilaram no decorrer do processo de introdução da escritura cristã no Ocidente medieval*[113], somos conduzidos a afirmar que as *sagas* são o testemunho do significado que tiveram tais instituições e crenças para as sociedade do Ocidente num espaço de tempo de longa duração; e o que nos parece, ainda, bastante compatível com o que Marx indica nas suas *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, a respeito das questões da escala em que se organiza a vida social nas sociedades germânicas que se disseminaram pelo Ocidente a partir das grandes migrações. Trata-se da tendência ao predomínio do caráter de autossuficiência a que se viu submetido o Ocidente alto medieval em decorrência do movimento de atrofia urbana e profunda ruralização da sociedade decorrento do gradual declínio da escravidão e da sociedade romana. No seu centro está o interesse de uma vida no qual predomina o caráter local, a valorização da família, do parentesco, da linhagem, do clã, das ideias de honra e vergonha, de vitória em combate de conquista. Trata-se da eleição por uma sociedade de práticas, valores e instituições como símbolos e espaços preferenciais de constituição de solidariedades[114], e, portanto, de construção de coesão social.

Nossa perspectiva de abordagem se constrói com base em tais proposições. Desenvolve-se a partir da percepção de que é neste conjunto de culturas à norte, do chamado Ocidente medieval, que, a despeito de diferenças, os grupos dominantes da nobreza penínsular irão produzir um discurso acerca de traços comuns de civilização que se desenvolveram entre os séculos VI e IX, e que são fortemente marcadas por um caráter tribal, por uma vida de escala local, guerreira, nas quais se cultiva o interesse em dar a conhecer as famílias suas gerações ou um conjunto delas. No mundo Ocidental de além pirineus tais costumes e valores teriam como testemunho e encontrariam sua expressão mais cristalizada nestas *formas simples literárias*[115] que a "literatura" medieval ibérica tomará da tradição escrita para fazer-se herdeira de tradições de sociedades, cujo exemplo mais acabado são as *sagas.* As instituições, os costumes e os valores destas são o tema dominante no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.* Esta obra do filho bastardo do rei D. Dinis constitui-se numa manifestação histórica na

---

[111] JOLLES, André. **Formas Simples - Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conte, Chiste**, São Paulo: Editora Cultrix, 1976, p. 60-82.
[112] ZUMTHOR, Paul. **A Letra e a Voz, A "Literatura" Medieval**, São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 30.
[113] **Ibidem**, p.30. [itálicos nossos].
[114] Cf. MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1985, p. 76.
[115] JOLLES, André. **Formas Simples, Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste**. São Paulo: Editora Cultrix, 1976, passim.

qual tais formas se atualizam como uma produção cultural de resistência à expansão poderes régios, da emergência de novos atores sociais na esteira de novas dimensões de escala que adquirem a vida política e social na península ibérica em função de sua inserção no movimento de expansão da sociedade medieval europeia e que adquire sua feição mais dramática na crise de meados dos séculos XIV, tempo no qual o Conde D. Pedro produz esta sua compilação.

A hipótese da procedência de tais influências se confirma quando se observa o gosto que a literatura genealógica norte europeia mais antiga, irlandesa, tem por enumerar membros de um clã. Há numerosas manifestações de influências celtas detectadas no norte de Portugal e na Galiza, pelas quais os etnólogos galegos têm interesse em seu estudo até a contemporaneidade[116]. Pierre David[117] aponta para características célticas, ainda pouco estudadas, do monarquismo galego dos séculos VI e VII e a influência de penitenciais irlandeses na Galiza durante a Reconquista. Fala igualmente da existência de colônias bretãs na Galiza, da presença de seus bispos e da existência de mosteiros próprios, não faltando, ao que parece, elementos que confirmam as hipóteses sobre a influência do gênero literário na península.

Ainda em reforço da hipótese da existência de relações entre o gênero literário genealógico proveniente do norte europeu e as regiões meridionais, tem-se que Navarra é o terreno de eleição da literatura genealógica. É onde aparece um dos mais antigos textos genealógicos europeus, o chamado *Códice de Roda*, durante o século X. Menéndez Pidal ressalta a existência de frequentes contatos de Navarra com as Ilhas Britânicas. É lá que, também, por volta do ano de 1200, um monge beneditino do mosteiro de Fitero redige o *Liber Regum* ou *Chronicon Villarense*[118], que se julga ser a principal fonte a partir da qual, através de uma sua versão, também navarra – o *Libro de las Generaciones* –, o Conde D. Pedro retirou os elementos para a produção do seu nobiliário[119]. Sem contar ainda, em relação a outras localidades da península, que Menendez y Pelayo diz em *Orígenes de la Novela*, que na Galiza e em Portugal "encontraron los cuentos bretones segunda pátria" [120].

Outra janela de observação para as mesmas influências na obra do Conde D. Pedro

---

[116] Cf. MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 54-55.
[117] DAVID, Pierre. **Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIº au XIIº Siécle,** Paris: Bulletim Hispanique, tome 50-2, 1948, p. 195-198.
[118] Cf. MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 40-41.
[119] Cf. MENENDEZ PIDAL, Diego Catalán. **De Alfonso X al Conde de Barcelos**, Madrid: Editorial Gredos, 1962, p. 355-408; MENENDEZ PIDAL, Diego Catalán y SOLEDAD ANDRÉS, Maria (Ed.) **Cronica General de España de 1344**, v. I, Madrid: Editorial Gredos, 1970; também MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 41.
[120]MENENDEZ Y PELAYO, M., **Orígenes de la Novela**, v. II, Buenos Aires: Emecé Editores, 1943, p. 102.

tem-se na trajetória da discussão acerca do seu título II, que acima apenas indicamos a propósito de aspectos outros. Carolina de Michäelis, William Entwiste e Luis Cardim, personagens intelectuais de expressão na História da Cultura portuguesa e hispânica, interrogavam sobre a origem da matéria na qual se teria inspirado o Conde para descrever as primeiras gerações de reis, desde os patriarcas bíblicos que, no referido título, falava dos reis da antiguidade clássica e dos reis bretãos. O problema das fontes através das quais o Conde D. Pedro teria tomado conhecimento da literatura arturiana intrigava os autores. Parecia necessário "elucidar" tal elo. William Entwistle, por exemplo, julgou ser proveniente da *História Regum Britanniae* de Godfredo de Monmouth, e da continuação de *Lancelote* em prosa. Luís Cardim teria concluído que, além delas, o Conde absorvera do *Polychronicon de Hidgen o Bruto* e, sobretudo, da *Gesta dos Bretões* de Wace[121].

Tem-se ainda como testemunho de tais influências, a presença de elementos e temas comuns que se observam nos relatos de fundo lendário e mítico. Se tomarmos alguns trechos da matéria que compõe o mito de Diego Lopez e a Dama do Pé de Cabra e o das origens dos Marinho, há mesmo semelhanças nominais de pessoas com um mito muito espalhado na Idade Média – no caso, aquele que tem sua versão mais conhecida no conto de Mélusine que, em França, narra a origem dos Lusignan – conto estudado por Jacques LeGoff[122] em 1971, o qual encontrou versões mais antigas em obras inglesas do fim do século XII e em outra de princípios do XIII. Mito que depois teve larga difusão na França, até chegar ao conhecido "*Roman de Mélusine*" no fim do século XIV[123].

Acrescenta-se ainda que ao dossiê reunido por Le Goff se soma um conto medieval islandês bastante semelhante[124], que pelo tema confirma sua origem céltica. Refere-se ao pormenor anatômico do pé-de-cabra, o qual se atribui, também, a algumas versões da lenda de Salomão, que já mostrava ter sido influenciada, na versão da Biscaya, por elementos mediterrânicos, e – o que surpreende – apontados como transmitidos através de países eslavos e germânicos[125]. Isto nos dá uma dimensão das possibilidades espaciais às quais os críticos

---

[121] MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987**,** p. 59.

[122] LE GOFF, Jacques, Mélusine maternelle et défricheuse. Le dossier medieval. In: **Annales, E. S. C.** 26, 1971, p. 587-594, *apud*, MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa – A Família e o Poder.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 78-79.

[123] Ibidem, p. 78-79.

[124] Cf. TUBACK, F. C. **Index exemplorum. A Handbook of Medieval Religious Tales**. Helsinki: Suomalainen Tiedeakatemia, 1969, p. 79, nº 978; *apud* MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa – A Família e o Poder.** Lisboa: Editorial Estampa,1987, p. 79.

[125] Cf. PIDAL, Ramon Menéndez. En Torno a "Miragaia" de Garret.In: **Biblos**, n° 20, 1944, p. 63-66; *apud* MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 79.

recorrem para o estabelecimento de comunicações que irão "atestar" parte do legado do qual se postulam como herdeiros os grupos dominantes das elites senhoriais ibéricas.

Em reforço ao já dito, soma-se a presença de uma versão navarra do *Liber Regum*, o *Libro de las Generaciones*, onde se observa a presença de elementos presentes nas crônicas universais de Pelágio de Oviedo, do século XII, e de Lucas de Tuy, do século XIII[126]. Trazendo a marca fundamental da presença e influência de tradições da cultura cristã, sobre as quais o universo guerreiro e cruzado ibérico ao qual se ligam as elites feudais ibéricas forja o mais básico de sua identidade: o texto do Conde se inicia com todas as casas reais veterotestamentárias, babilônicas, persas e greco-romanas. Só após a afirmação de sua inequívoca identidade associada ao universo cristão, se acrescentam as tradições bretãs, navarras, castelhanas e biscainhas, às quais reservam cerca de um terço da obra, vindo a terminar com a descrição de famílias portuguesas. As cento e dez páginas restantes dos *Scriptores* descrevem o que se supõe ser a maioria das famílias da aristocracia nobre portuguesa.

2.4 **A LITERATURA GENEALÓGICA E SUA LIGAÇÃO COM A SOCIEDADE MEDIEVAL**

Os primeiros registros do gênero genealógico de que se tem notícia em Portugal não se referem à gerações da nobreza. Tratavam-se de listas de servos pertencentes a famílias nobres, cuja função era provar a que proprietários pertenciam[127]. Eram, pois, apesar da finalidade distinta segundo à qual mais tarde a nobreza imprimiria a listas deste tipo, um testemunho de que já entre os séculos IX e XII existia uma preocupação da sociedade como um todo com as relações de parentesco. Primitivamente, era através da oralidade que a preservação de tais informações se processava. Segundo Paulo Zumthor, trata-se de uma forma de transmissão comum a estas sociedades, e que se preservou por longo tempo até que começasse a ceder espaço à escrita. A este respeito este autor sustenta que

> O conjunto de textos legados a nós pelos séculos X, XI, XII e, numa

[126] MATOSO, José. **Op. cit.**, p. 48-49.

[127] Um deles é publicado nos *Diplomata et Chartae*, secção dos acima citados **Portugaliae Monumenta Historica**, tirado do *Livro Preto da Sé de Coimbra*, e um outro, inédito e transcrito de um documento do mosteiro de Moreira da Maia por um cônego regrante no século XVII. Cf. MATTOSO, José, Livro de Linhagens Portugueses e a Literatura Genealógica Européia da Idade Média. In: MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder.** Lisboa: Editorial Estampa,1987, p. 44-45.

> medida talvez menor, XIII e XIV passou pela voz não de modo aleatório, mas em virtude de uma situação histórica que fazia desse trânsito vocal o único modo possível de realização (socialização) desses textos[128].

E tal situação configurou-se, como sustenta o autor, por ter a civilização do Ocidente medieval traços determinantes comuns. Afirma que tal ocorria porque se tratava de um espaço que descreve como ocupado por populações às quais se refere como a de

> [...] de uma pequena quase-ilha extrema da Eurásia que, durante um milênio, de todas as maneiras, em todos os domínios e em todos os níveis, consagraram o essencial de suas energias para interiorizar suas contradições. É nestes limites e neste sentido que evocaremos a oralidade natural de suas culturas: como um conjunto complexo e heterogêneo de condutas e de modalidades discursivas comuns, determinando um sistema de representações e uma faculdade de todos os membros do corpo social de produzir certos signos, de identificá-los e interpretá-los da mesma maneira; como – por isso mesmo – um fator entre outros de unificação das atividades individuais[129].

Uma periodização dos processos de transmissão cultural, segundo Zunthor, nos permite constatar como o caráter de "oralidade da poesia medieval" - em reforço do acima proposto – era comum e elemento próprio a uma vida social na qual o ritmo do tempo não era uniforme em todo o lugar. As datas propositalmente aproximativas, segundo o autor

> [...] remetem a etapas históricas que ultrapassaram, com maior ou menor rapidez, os territórios do antigo Império do Ocidente e quaisquer outros além do Reno, do Danúbio ou do mar. Mais a leste, produziu-se um deslocamento cronológico; entretanto, a natureza e a sucessão das fases do desenvolvimento permanecem mais ou menos as mesmas: assim, nos domínios russos estende-se dos séculos VIII e IX aos arredores do ano 1000 uma época arcaica de poesias orais de corte; até meados do século XII, *segue-se um processo de cristianização que acompanha a introdução de práticas escriturais; de 1150 a 1350, compilam-se e elaboram-se os textos que possuímos, alimentados pela lembrança das antigas sagas* [itálicos nossos]. Mais longe? A delimitação geográfica do campo de estudo não indica nenhuma evidência [...]. Permanece o fato de que nenhuma visão da "Idade Média" é justificável *se não engloba vastos rincões do Ocidente* [itálicos nossos] [...] Até onde estender o olhar sem arriscar imprevisíveis distorções de perspectiva? [...] Donde a possibilidade de recorrer (com prudência, quando se impõe confirmar as informações mais diretas) ao argumento comparativo: por mais externo que ele pareça, *não lhe falta, em sincronia, nenhuma verossimilhança. O que aprendemos nos antigos bardos escandinavos, os escaldos, não pode ser totalmente estranho aos costumes reinantes entre o Elba e o Reno ou entre o Loire e o Sena. Aquele universo ignorava, ainda que estivesse num grande espaço, as diferenças absolutas*;

---

[128] ZUNTHOR, Paul, **A Voz e a Letra**, **A "Literatura Medieval"**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 21.
[129] ZUNTHOR, Paul, **A Voz e a Letra**, **A "Literatura Medieval"**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 22.

> são testemunhas os viajantes, de Robert de Clari a Marco Polo, por todo o lado e sempre atrás da "maravilha". Para eles, prisioneiros da imensidão eurasiática, *nada havia de comparável à estranheza perfeita daquilo que descobriram nossos navegadores a partir do século XV*. [...] No bojo destes largos limites, o ar oferecido à ressonância das vozes medievais é homogêneo, apesar das diferenças, crescentes com a distância, que se constatam no regime deles ou a seu alcance. *No que eu chamaria de "médio espaço", as semelhanças predominam*[130].

Portanto, pensamos que é com base em tais semelhanças, que, em última instância, consideramos que, quanto à escala, tais formas de transmissão cultural são comuns a um grande domínio espacial. Para sustentar esta unidade Zumthor recorre às delimitações de Ocidente medieval propostas por historiadores como Georges Duby, Jacques LeGoff, Pierre Chaunu e Aaron Gourevitch[131]. E, já nas primeiras páginas de sua *A Letra e a Voz*, não poupa referências que neste espaço incluem o mundo ibérico: menciona obras como o Cantar de Mio Cid[132], o *Romancero*, a autores tais como Diego Catalán e a Ramón Menendez Pidal.[133]. Tais semelhanças no mundo que se convencionou designar como Ocidente não se cingem apenas a domínios de transmissão cultural. Estendem-se a instituições, à cultura material e formas de organização social, onde se deve destacar o relevo que adquirem a instituição familiar, o parentesco, o clã, e as relações de consanguinidade neste espaço de grandes dimensões, que – há que se acrescentar- define-se em última instância por similaridades no que respeita as condições de vida material, principalmente da ação determinante que diz respeito à escala em função das quais organiza, bem como das interdependências disto decorrentes.[134] Tais semelhanças compõem o quadro de um universo cosmológico e de organização social similares, que constituem um contexto social propício para que tal tipo de literatura se desenvolva, e na qual se projetam expectativas e anseios nas quais tais sociedades se vêem refletir.

2.5 **OS LIVROS DE LINHAGENS E SUA TRADIÇÃO DE ESTUDOS**

---

[130] **Ibidem**, p. 30-31. [itálicos nossos].
[131]ZUNTHOR, Paul. **A Voz e a Letra**, **A "Literatura Medieval"**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 24; 27-32.
[132] **Ibidem**, p. 15.
[133] **Ibidem**, p. 16, 36, 53, 55, 110.
[134] Cf. ELIAS, Norbert, **O Processo Civilizador, Uma História dos Costumes.** Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990; ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador, Formação do Estado e Civilização, vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993; MARX, Karl, **Formações Econômicas Pré-Capitalistas.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1985, passim.

Não menos envolvido em complexidade está a tradição de estudos desta obra do Conde D. Pedro, o filho bastardo do rei D. Dinis que reinou em Portugal entre os anos de 1279 e 1324. Muito do interesse por ela despertado deve-se a presença de elementos que indicam a utilização de fontes perdidas, e que a associam estreitamente à Crônica Geral de Espanha de 1344 - também, obra do Conde D. Pedro à cujo estudo se associam expoentes da História da Cultura ibérica: Ramón Menendez Pidal, Luis Filipe Lindley Cintra e Diego Catalán Menendez Pidal, para citar os principais. Cintra identificou a concordância de muitos dos fragmentos de ambos os textos com passagens existentes em textos mais antigos, como a *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, os *Analles Portucalenses Veteres* e os *Anais de Lamego*[135].

Produzir-se uma cronologia precisa da feitura desta obra é impossível no estado atual dos conhecimentos. Grande parte das proposições baseiam-se em coincidências textuais e não-textuais, por derivação de fontes variadas, por concordâncias não explicáveis pela utilização de fontes comuns conhecidas, por semelhanças de discordâncias suscitadas por fragmentos de textos, entre outros aspectos. Tais similitudes e discordâncias indicam em que medida tais fragmentos tratam-se de cópias literais, reproduções modificadas de esquemas genealógicos ou narrativos de outras obras[136]. Parte-se de um complexo sistema de cruzamento de informações e filiações, às vezes bem anteriores no tempo, e cuja similaridade, de qualquer forma, fazem com que qualquer tentativa de datação mais precisa não passe de aproximação.

Para além de tais observações, devemos afirmar que nosso objetivo se cinge a questões relativas ao *sentido* a ele subjacente, suas relações com um determinado período da História medieval; mais especificamente, no que permite compreender a uma visão de mundo que um grupo dominante propõe acerca de si mesmo.

Quanto à datação, o mais provável é que a elaboração do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* situe-se entre as datas de 1325 a 1344. As condições para tal teriam se configurado apenas após ter o Conde se formado na cultura da corte de seu pai, o rei D. Dinis, e, também, depois da aquisição de condições de seu aperfeiçoamento durante o exílio em Castela, ocorrido entre 1317 e 1322 - tempo no qual pôs-se sob a proteção da viúva do rei Sancho IV, de Castela, D. Maria de Molina. Ali teria se familiarizado com as práticas

---

[135] Cf. CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Introdução à Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. CCCLXXVI-CCCLXXX.

[136] CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. XCV-CXXV.

escriturais, com a tradição textual da corte fundadas pelo seu bisavô, D. Afonso X. Neste último interregno teria reunido os materiais genealógicos para uma primeira redação a ser completada no período posterior aos anos 1322/1325, tempos políticos excessivamente agitados, marcados pela chamada "guerra civil" de 1319-1324, e nos quais teve que mover-se entre fidelidades ao pai e ao irmão[137], o herdeiro legítimo. Só após com o apaziguamento destas turbulências e a subida ao trono do infante Afonso, teria surgido um clima de tranquilidade e um relativo afastamento do centro da cena política, o que lhe proporcionaria condições favoráveis ao empreendimento da redação final. Pelo que sustenta Cintra, poder-se-ia dizer, dadas as características das relações existentes entre o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, que, pelo menos, não parece haver dúvida quanto a que o primeiro tenha sido concluído antes de 1344[138]. Mas não há elementos para maior exatidão quanto a isto. Tal ideia foi sugerida a Cintra pelo fato de que o ano de 1340 marca o início de uma nova fase da vida do Conde D. Pedro, quando pode gozar de um ambiente mais propício para tais tarefas instalando-se nos seus paços de Lalim, na Beira.

A tradição de estudos do *Livro de Linhagens do Conde D.* Pedro emerge em função do interesse despertado pelo valor literário de algumas de suas narrativas. Os autores que primeiramente dele se ocuparam foram Carolina de Michaëlis, W. J. Entwistle, Luís Cardim, para citar os principais. Seus interesses incidiram sobretudo na matéria contida em seus sete primeiros títulos, que tratam das gerações dos reis desde os patriarcas bíblicos até os soberanos portugueses, onde julgaram concentrar-se seu conteúdo narrativo mais expressivo, uma vez que os restantes capítulos, aos quais se referiam apenas eventualmente, enquadravam-se no que classificavam como matéria genealógica. Portanto, estranha ao campo literário[139]. Embora sem se referir exclusivamente àqueles títulos, considerava-os sobretudo quando enumeravam as fontes que tinham como conhecidas do Conde D. Pedro para a elaboração do *Livro de Linhagens* como um todo[140].

A discussão sobre tais títulos e alguns outros importantes aspectos do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, foi renovada a partir dos anos 1950 em função dos estudos empreendidos por Luís Filipe Lindley Cintra para a reedição da *Crônica Geral de Espanha de 1344*[141], com aceitação geral pelo campo da História da cultura peninsular. Foi descoberta

---

[137] MATTOSO, José A Guerra Civil de 1319-1324. In: **Estudos de História de Portugal I, Séculos X-XV,** Homenagem a A. H. de Oliveira Marques**.** Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 161-176.
[138]Cf. CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Op. cit.**, p. CLXXXIV-CLXXXVII.
[139] MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 59.
[140] **Ibidem**, p. 40-41.
[141] **Ibidem**, p. 60

uma fonte de utilização comum por ambas obras, no caso da primeira, para os títulos de I a V: o *Liber Regum*, com exceção da matéria arturiana do título VII, que se estabeleceu, ao contrário do que pensavam, William Entwistle e Cardim, ser do *Libro de las Generaciones*, uma variante navarra do primeiro. Quanto ao restante, à chamada matéria genealógica, acabou por estabelecer-se, em graus diversos, a dependência do *Livro Velho* e do *Livro do Deão*[142].

Cintra dedica uma considerável parte a esta discussão nas cerca de seiscentas páginas de que se compõe sua Introdução à *Crônica Geral de Espanha de 1344*[143]. Nelas atualiza conclusões acerca de autoria, datação e procedência do texto do *Livro de Linhagens*, em função de tal descoberta,[144] ainda que um conjunto de outras coincidências textuais não se pudessem por elas explicar. E, em fragmentos nos quais se as constata, não permitem dizer que o texto do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* deriva da *Crônica Geral de Espanha de 1344*[145]. O que há em alguns casos é a inversão: o que permite afirmar que fragmentos da Crônica derivam de trechos do *Livro de Linhagens*.

Para além de questões relativas à uma crítica de procedência do texto, a trajetória dos estudos do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* não escapa de inserção em um dos polos nos quais se aglutinaram as controvérsias de historiadores e filólogos acerca da História ibérica, na opinião de Adeline Rocquoi[146]. Toda a historiografia de finais do século XIX e da primeira metade do século XX ibéricos está comprometida com uma visão positivista e preocupada em integrar o projeto de uma História da nação, razão fundamental mesmo de surgimento da disciplina histórica na Europa das primeiras décadas do século XIX – daí a explicação para a quase simultaneidade do projeto de edição por Alexandre Herculano dos Portugaliae Monumenta Historica com o seu homônimo alemão os Germaniae Monumenta Historica.

Na "Espanha", enquanto de um lado aglutinaram-se Ramón Menendez Pidal e Claudio Sanchez Albornoz, ligando-se a uma tradição vinculada ao campo filológico e históriográfico, insistindo nos estudos da língua, tentando dar-lhe uma identidade e a ela imputando a vocação de uma pretendida unidade; de outro, Américo Castro, também filólogo, propôs que se a Espanha tem uma unidade, ela é dada pela diversidade a partir da qual formou-se. Segundo ele foi do encontro das culturas cristã, árabe e judaica que produziu o caráter da sociedade

---

[142] **Ibidem**, p. 66-74.
[143]CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Introdução à Crónica Geral de Espanha de 1344.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. XCV-CLXC; CCCXCIX-CDI.
[144] **Ibidem,** p. XCV-CXII.
[145] CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Introdução à Crónica Geral de Espanha de 1344.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. CXII.
[146] RUCQUOI, Adeline, **História Medieval da Península Ibérica**, Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 11.

hispânica, apresentada como mais ativa e inovadora e cujo declínio deveu-se mesmo ao desejo de exclusão, herdado, segundo ele, pela primeira destas vertentes de estudo.[147]

Pensamos poder afirmar que é no interior da primeira destas tendências que se inscrevem os estudos acima apontados acerca da obra do Conde D. Pedro. Não é por acaso que o Livro de Linhagens foi, desde sua origem, no século XIV, insistentemente reeditado. Ele é a constante reafirmação da proposta de uma vertente político cultural que visava perpetuar a sociedade ibérica como uma sociedade estamental, fundada na ideia de privilégio. Daí seu profundo silêncio acerca do que ocorria fora do mundo da fidalguia: as escassas referências ao mundo vilão, ou seja, de fora da nobreza, fazem com que pareça inexistente. Sua recorrente reprodução nos séculos que se seguiram à produção dos originais, e a presença de um significativo número destas reproduções em vários países europeus, nos levam a indagar acerca da medida do interesse que a sociedade europeia foi capaz de sustentar pelas genealogias, num ambiente político e social que apenas conheceria uma ruptura como os ideais de uma sociedade estamental nos finais do século XVIII.

Portanto, podemos vincular esta literatura como uma emergência em função de dadas condições históricas que produziram um campo cultural com determinadas características: ligado aos estudos filológicos e literários eruditos no âmbito da produção do que reputavam ser uma cultura ibérica e da constituição de um espaço geopolítico e cultural integrado aos ideiais nacionais europeus contemporâneos[148]. E não seria igualmente ao acaso que procurariam os estudos históricos vincular-se ao positivismo, a teoria científica do tempo. Daí a preocupação com a crítica de origem e procedência desta literatura, do espírito fundador subjacente à verdade de uma origem digna de ser assimilada como uma herança cultural para uma nação em formação. Sua produção em circuitos modernos de edição no século XIX – sua inclusão nos Portugaliae Monumenta Historica - é animado por um espírito que busca afirmar-se por associação à excelência de tradições, de crenças e ações que se reputam grandiosas. Trata-se dos mesmos móveis que teriam levado o Conde D. Pedro a associar-se, e ao grupo da sociedade de meados do século XIV do qual fazia parte, a um dado conjunto de tradições de inconteste excelência para a sociedade medieval e cristã. Não é ao acaso assim que os críticos de sua obra, a redescobririam e a tomariam como base para a formação de um aparato cultural que fosse o testemunho inconteste da excelência das raízes de fundação da nação portuguesa contemporânea. Ela seria a continuidade de um espaço que emerge primitivamente sob o comando de uma nobreza cavaleiresca que está na linha de frente de um

---

[147] **Ibidem**, p. 12

[148] RUCQUOI, Adeline, **História Medieval da Península Ibérica**, Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 12.

resgate de uma integridade cultural cristã abalada pela ocupação mourisca. Cintra se confessa convertido a fazer um trabalho histórico sobre os textos do Conde D. Pedro, ao qual, a princípio, pensava dedicar um trabalho linguístico[149].

Feitas as observações acima com o objetivo de ressaltar aspectos relativos ao papel que ocupa nossa fonte no interior de um conjunto de textos para a História Medieval portuguesa, é importante afirmar, que *a especificidade de nosso trabalho advém de insuficiências que, a nosso ver, se estabeleceram a partir das formas com as quais a tradição de estudos da fonte distingue a matéria textual de que se compõe: entre a chamada matéria narrativa e matéria genealógica*. Tal distinção se explica pelo horizonte de preocupações no qual estava imerso o tempo e o ambiente cultural do período. Colocava-se em questão a definição de problemáticas conceituais envolvidas no campo da literatura e da crítica que acabaram por estender-se ao âmbito da tarefa de constituição de um *corpus* documental que servisse como fundamento para a produção de uma História nacional. Tal implica numa correspondente estratégia de constituição de um campo cultural específico (filológico, literário e crítico) no qual estiveram envolvidas todas as sociedades nacionais em afirmação no século XIX.

A complexidade envolvida era definida por questões teóricas de inclusão dos estudos literários no interior de uma problemática científica[150]. Desta forma estendeu-se a este texto as classificações de gênero que pertenciam sua matéria. Apenas mais tarde emergiriam metodologias interessadas no que subjaz ao texto, e se pronunciaria o interesse por outra importante dimensão da criação literária: a questão do *sentido*; um conjunto de questões que remetem às relações de um texto com o tempo histórico e social no qual se originou como produção - uma obra remete seu autor e a condições políticas e sociais que revelam-no em situação, posicionando-o diante do mundo[151]. Há que se considerar por isto o papel de sistemas de valores, ideologias e formas de comunicação.

Já há algum tempo autores como José Mattoso e Sotto Mayor Pizarro vêm ressaltando a necessidade de entrar em linha de conta com a função ideológica do texto do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.*[152] Aspecto que reconhecem como a que pouco se dedicou atenção. Cintra mesmo esboça tal preocupação quando faz referência a "certas intenções

---

[149] CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Introdução à Crônica Geral de Espanha de 1344**, vol. I, Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2009, p. XVII.

[150]Cf. JOLLES, André. **Formas Simples, Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste**. São Paulo: Editora Cultrix, 1976, p. p. 67.

[151] CÂNDIDO, António. **Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976, p. 30.

[152] PIZARRO, A.J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias, (1279-1325).** Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 125

moralizantes" em relação às quais Herculano não teria insistido tanto quanto necessário, e que levariam, em Portugal de fins do século XIII e inícios do XIV, ao cultivo do que chamou de gênero semiliterário que se designou pelo nome de "*Livro das Linhagens*" [153].

A este respeito Maria do Rosário Ferreira faz severas críticas à aceitação geral em Portugal das conclusões a que teria chegado o trabalho de Cintra, advogando a inconteste autoria do Conde D. Pedro da *Crônica Geral de Espanha de 1344*. Na monumental edição de 1951, Cintra defende ser a Crônica obra de redação primitiva em Português, e na qual se pretendia que o seu autor não poderia ter sido senão o Conde de Barcelos. O texto original, segundo a Ferreira, estava perdido, dele sobrevivendo apenas uma tradução castelhana, que se tratava de uma refundição anônima, redigida em cerca de 1400, que não corresponderia à crônica do Conde. Tal reformulação da qual teria partido Cintra substitui toda a parte inicial do texto atribuível a D. Pedro, construída sobre uma estrutura de matriz genealógica, por uma versão distinta, compatibilizada com a tradição da Estória de Espanha, e reescreve sem grandes modificações narrativas o remanescente da obra, que na redação original se filiava já na escola afonsina[154].

E, adiante, afirma a autora

> Em 1970, Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés vêm remediar parcialmente este equívoco, ao darem a público o texto da tradução castelhana da redacção original da Crónica de 1344, na porção em que a refundição circa 1400 a havia mais profundamente desfigurado. Porém, por essa altura, a colagem da personalidade literária do Conde de Barcelos ao texto editado por Cintra estava já feita, e, na prática, irá prevalecer na opinião culta portuguesa[155].

E não tocando em aspectos referentes ao processo de enunciação - e, portanto, em questões de sentido – a autora prossegue tecendo considerações acerca das qualidades da personalidade artístico-literária do Conde D. Pedro, o que, indiretamente, nos remete para aspectos da problemática do sentido do seu trabalho autoral. Numa outra versão do mesmo artigo, publicado mais tarde, a autora escreve a propósito do que diz a partir da versão publicada por Diego Catalán e Maria Soledad Andrés[156].Nela

---

[153] CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344**, vol. I, Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2009, p. CLXXXI.

[154] Cf. FERREIRA, Maria do Rosário (Coord.). D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico. In: FERREIRA, Maria do Rosário. **O contexto hispânico da Historiografia Portuguesa nos séculos XIII e XIV - Em Memória de Diego Catalán.** Coimbra: IUC, 2010, p. 81-102. Disponível em: *<http://ifilosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/MRFERREIRA_D._Pedro_de_Barcelos_e_a_representacao_do_passado.pdf> Acesso em: 17 Ago. 2017.*

[155] **Ibidem,** p. 3-4.

[156] MENENDEZ PIDAL, Diego Catalán; ANDRÉS, Maria Soledad. **Crônica Geral de Espanha de 1344**, v. I. Madrid: Editorial Gredos, 1970.

> [...] se vê emergir uma personalidade autoral bem definida, conscientemente interventiva e que, mais do que compilar fontes, *as reescreve numa perspectiva orientada*. O que essa personalidade autoral nos deixou não tem nada de avulso, de casuístico ou de flutuante; pelo contrário, constitui verdadeiramente uma obra, dotada de uma coerência ideológica profunda e portadora de uma intencionalidade poderosa, apesar das contradições ou paradoxos que surgem por vezes à flor do texto[157].

Assim, a partir do que surgiu em função de polêmicas quanto à autoria e procedência das fontes, defrontamo-nos com questões que reforçam a necessidade de considerar-se o domínio da enunciação. Com isto reforçou-se a diretriz de nossa proposição em tomar o texto do *Livro de Linhagens*, tal como alertaram Mattoso, Pizarro; e como Maria do Rosário Ferreira sugeriu, da mesma forma, em relação à *Crônica Geral de Espanha de 1344:* como um conjunto textual que deve ser tomado para além do âmbito de seu significado interno como texto. E isto nos leva a interrogá-lo pelas relações que mantém com a sociedade ibérica de meados do século XIV, e que em muito se compreendem pelos níveis de interdependências política que suscitaram as condições de emergência do "afã compilatório" [158] de que foi tomado o século XIV português, e no interior do qual se pode pensar o ímpeto criativo do Conde D. Pedro. Tal conjunto de causas nos parecem passíveis de uma interpretação.[159]

O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* despertou um pronunciado interesse. Pelo que se pode depreender das sucessivas reproduções de que foi objeto ele nos parece ser uma obra que fez recrudescer a consciência dos grupos nobiliárquicos na Europa em função da emergência de uma sociedade com um espectro mais complexo e variado de demandas sociais. As cerca de sessenta copias manuscritas reproduzidas do século XIV até o XIX,

---

[157] FERREIRA, Maria do Rosário. **D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico**. In: Disponível em:<*http://ifilosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/MRFERREIRA_D._Pedro_de_Barcelos_e_a_representao_do_passado.pdf*>, Acesso em: 17 Ago. 2017.

[158] Cf. FERREIRA, Maria do Rosário. Cf. FERREIRA, Maria do Rosário (Coord.). D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico. In: FERREIRA, Maria do Rosário. **O contexto hispânico da Historiografia Portuguesa nos séculos XIII e XIV - Em Memória de Diego Catalán.** Coimbra: IUC, 2010, p. 81-102. Disponível em: *<http://ifilosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/MRFERREIRA_D._Pedro_de_Barcelos_e_a_representacao_do_passado.pdf> Acesso em: 17 Ago. 2017.*.

[159] Procuramos nos guiar por caminhos apontados por uma discussão que, nos anos 70, inspirou-se nos resultados de um esforço coletivo, realizado pela E. N.S de Saint-Cloud, em seu Centro de Lexicologia Política, que tem vários de seus aspectos abordados por ROBIN, Régine, Formação Social, Prática Discursiva e Ideologia. In: **História e Linguística,** São Paulo: Cultrix, 1977. Esta autora promove uma discussão no interior da qual estão envolvidos naquele tempo VERÓN, Eliseo. **Ideologia, Estrutura e Comunicação.** São Paulo: Cultrix, 1977; VERÓN, Eliseo. **A Produção de Sentido.** São Paulo: Cultrix, 1980; COURTÉS, Joseph. **Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva.** Coimbra: Livraria Almedina, 1979; GREIMAS, A. J. **Semiótica e Ciências Sociais.** São Paulo: Cultrix, 1981. Além desses, também podemos acrescentar TODOROV, Tzvetan. **As Estruturas Narrativas.** São Paulo: Perspectiva, 2003. Por fim, cremos na contribuição proporcionada por ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

encontradas em várias localidades da Europa, a que já fizemos referência, mostram-nos uma obra genealógica pujante, que conjugou qualidade artística e capacidade de encontrar ressonancia na sociedade. Sua trajetória, com respeito à circulação se encarregaria de atestar como frutírferas as hipóteses de que não faltariam situações sociais favoráveis a um recorrente acolhimento seu como obra no campo cultural, e que os interessados a reproduziriam, mesmo que movidos por desígnios de ordem política específicos, adaptando-a e sintonizando-a em relação às exigências contextuais.[160]

Na versão do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* utilizada no presente trabalho trata-se de uma tentativa de reconstituição da refundição de 1380-83, a partir dos manuscritos indicados num *stemma*[161], e a partir do qual tenta uma versão que mais se aproxima do que provavelmente estima terem sido os originais do século XIV[162].

Sendo considerações sobre a pertinência de uma obra em relação a um determinado tempo o que marca a especificidade de nosso trabalho, é de se dizer que a opção pelo texto de 1980 editado por José Mattoso se faz porque nos aproxima de versões dos séculos XIV e XV. Portanto, cujas características mais nos aproximam daquelas próprias às formas de apreensão da realidade da sociedade de então.

Por sua vez, tal nos autoriza a sustentar a opinião acerca da presença de outras sincronias: a saber, da relação da literatura genealógica com outra produção cultural que as Histórias da Literatura em geral procuram dispor, diacronicamente, ou seja, como ocorrências culturais dispostas num eixo de sucessão linear. Sabemos que o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* é uma obra produzida no cerne de uma crise e nas antevésperas da chamada revolução de Avis. Sua presença como texto no ambiente cultural se prolonga passando pelo século XV, quando são produzidos os primeiros escritos da nova dinastia. Se estende até o século XIX. Assim, e com base numa muito provável coexistência entre estes textos e das preocupações sociais para as apontavam, é lícito propor como verossímil, em função mesmo de fortes indícios neste sentido, a existência de um diálogo, que apontaria a existência de alguma forma de confronto entre universos de compreensão do mundo, advindos de

---

[160] Para a lista de cópias que se fizeram após o século XV, ver MATTOSO, José. Introdução ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica.** v. II, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p. 9-29.

[161]Ibidem, p. 33. Trata-se de um *stemma codicum*: esquema que representa a tradição manuscrita ou impressa de uma dada obra. Nele, os testemunhos são representados por meio de letras e as relações que se estabelecem entre eles por meio de setas. O *stemma* tem ao mesmo tempo um interesse histórico (porque reconstrói o percurso da transmissão duma obra) e um interesse prático (porque guia as operações de *restitutio textus* e de *emendatio*).

[162] Cf. CINTRA, Luis Filipe Lindley, **Crónica Geral de Espanha de 1344**, I, 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951, p. CLXXXIV-CLXXXVI; MATTOSO, José. Introdução ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores,** v. II/1, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p. 52.

inquietações decorrentes da crise, pelas quais passavam os grupos dominantes numa sociedade afetada por uma considerável e progressiva reconfiguração de papéis e posições sociais.

Ainda que sinais de confronto não sejam assinalados nas Histórias da Literatura, pensamos dever considerar, tal como sugere Cintra[163] a propósitos de questões outras, que o meio cultural português não era tão vasto que determinados centros de produção literária não pudessem tomar conhecimento do que em outros se produzia. A existência de um período de influências mútuas entre a crônica e a genealogia[164]é um bom indício de que o tempo está a produzir uma consciência distinta acerca de si mesmo, em função de mudança drásticas pelas quais passa o século XIV advindas desta crise e que suscitam a emergência de uma consciência de um tempo que se dinamiza e acelera.

No *Livro de Linhagens* predomina uma temporalidade circular, que se esgota e renova a cada ciclo de reprodução das gerações, e que multiplica a parentela: o percurso narrativo de tais descrições inicia pela descrição de uma união entre um homem e uma mulher da nobreza: faz-se referência a formas de união entre homem e mulher, legítimas ou ilegítimas, fala-se de filhas, filhos, netos, avós, filhos segundos e a colaterais. Descrições que somadas a fragmentos narrativos associados à trajetória dos personagens descritos nos remete à combinação, à coexistência de uma temporalidade híbrida. No centro da primeira está o devir de uma "realidade" que se desenrola no interior da linhagem; somado à componente narrativa aposta aos personagens que nos apresenta um sequenciamento em relação a fatos que ocorrem no exterior da linhagem: fatos referenciais, quando se trata de situar tal ou qual personagem no tempo, ou acontecimentos igualmente paradigmáticos sequenciados no tempo, o que remete à coexistência de uma temporalidade hibrida.

O que ainda contribui para autorizar o enfoque escolhido é a ausência de análises que proponham explorar mais intensamente como os aspectos de crise dos poderes senhoriais tradicionais se projetam nas fontes em questão. As mudanças nas relações decorrentes deste desenvolvimento histórico impõem, a nosso ver, um empenho de ressignificação da visão de mundo da sociedade, dos valores e códigos de comportamento por parte dos centros produtores da cultura dominante, e que dizem respeito, guardadas as singularidades, à processos que atingem a sociedade medieval europeia como um todo.

A lacuna que nosso trabalho procura preencher propõe um outro conjunto de textos

---

[163]CINTRA, Luís Filipe Lindley, O Conde D. Pedro de Barcelos, autor da Crónica de 1344? In: **Crônica Geral de Espanha de 1344,** v. 1, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009, p. CLXXXVIII-CLXXXIX.

[164] MATTOSO, José. Os Livros de Linhagens Portugueses e a Literatura Genealógica Europeia da Idade Média, In: **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder**, Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 40.

como outro termo do diálogo a que acima nos referimos. Situa-se no campo de reflexão que concebe os primeiros textos de Avis como uma resposta à proposição da visão de mundo contida no conjunto dos textos genealógicos que começaram a despontar na sociedade portuguesa depois de meados do século XIII. Os primeiros textos de Avis, assim, são uma proposta de intervenção no modo como a sociedade, como um todo, e a nobreza em particular constroem sua visão de mundo, suas identidades como integrantes de grupos específicos e sua inserção num plano de valores comuns que lhes confere uma identidade comunitária[165]. Para isto os fatos são dispostos numa dimensão temporal distinta e os espaços adquire dimensões que representam um mundo mais abrangente, que está para além dos espaços definidos pelo âmbito da vida solarenga, local.

Nossa porta de acesso a este mundo se faz pela via do que apontam os primeiros textos que a História da Literatura designou como Prosa de Avis[166]. Estão no foco de nosso interesse na medida em que são uma tentativa de reordenamento de uma visão de mundo de tendência autonomista contida no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Ambos se inscrevem num plano de códigos comuns mínimos, que se caracterizam por não ir de encontro às formas básicas sob as quais se organiza a sociedade: a hierarquia, a assimetria de relações que se estruturam entre desiguais e em bases profundamente personalizadas, baseadas na ideia de que a favores e serviços prestados correspondem privilégios que, por sua vez, se sobrepõem a normas extensíveis a todos de forma mais abrangente. E é a corte como centro que age em função da busca de legitimidade para um poder senhorial maior que promove esta produção textual que visa estabelecer controles, estender espaços e reorganizar as formas de percepção do tempo, a partir dos quais reorganiza um mundo que se perpetua como um mundo nobiliárquico, mas no qual é mister que se introduza distinções que redefinem as formas de classificação e hierarquização da sociedade. Formas constitutivas do universo discursivo presente no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.*

Trata-se de horizontes axiológicos que compartilham de um denominador comum, mas

---

[165] Cf. ACCORSI JUNIOR, Paulo. **Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa; Prosa Civilizatória da Corte do Rei. D. Duarte (1412-1438).** (Dissertação) Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói: UFF, 1997.

[166]Cf. PORTUGAL, D. Duarte de. **Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta.** Edição crítica organizada por Joseph Piel, Coimbra - Lisboa: FLC – Livraria Bertrand, 1942; **Idem, Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte – Livro da Cartuxa**, Lisboa: Imprensa Universitária – Editorial Estampa, 1982; **Idem**. **Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda a Sela, que fez el-Rey Dom Eduarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta,** Ed. Crítica por Joseph Piel, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986; LOPES, Fernão. **Crônica do Senhor Rei Dom Pedro, Oitavo Rei Destes Regnos.** Introd. por Damião Peres, Porto: Editora Civilização, 1965; **Idem. Crônica do Senhor Rei D. Fernando, Nono Rei Destes Regnos**. Intro. por Salvador Dias Arnault, Porto: Livraria Civilização 1966; **Idem. Crônica Del-Rey Dom João I, da Boa Memória**. v. 1 & 2, ed. A. Braacamp Freire e William Entwistle, Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1973/1968.

que é redimensionado de forma a que se produza o reconhecimento e assimilação de grupos sociais ausentes no discurso produzido pela literatura genealógica. A sociedade se vê enredada num contexto no qual as transformações exercem pressões no sentido de uma diversificação das bases políticas sobre as quais se funda o poder régio. Tal exige, no plano do discurso sobre o mundo, que se reconheça e se proceda à assimilação dos grupos que emergem do processo de segmentação social decorrente das transformações econômicas e sociai ocorridas. Trata-se de, no discurso, reservar a tais grupos um lugar no interior do que se postula como um novo pacto, em cujo centro está a *noção de súdito*, que com uma frequência maior nos textos de Avis aparece através do vocábulo *servidor*.

O confronto de tais textos, sua produção simultânea e a frequência com que tocam em temas comuns serviram de base para a hipótese de que sua existência indica a presença de um embate na imaginação político-social do período, e que teve continuidade no campo cultural.

Nossa abordagem, desta forma, ocupa-se do que se classificou como o "caráter ideológico" [167] que tais textos encerram. Como relativo ao domínio de questões "de fundo moral" [168], que Cintra apontou em relação ao Livro de Linhagens, como acima mencionado, e em relação às quais se teria dado pouca atenção.

Trata-se de, neste espírito, de interrogar sobre o mencionado "afã compilatório" de que foi tomado o século XIV europeu[169], e, especificamente, os inícios do século XV português, pois o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* permanece sendo recompilado desde os originais e transita por uma longa existência reprodutiva como gênero até o século XIX. Passa pelo século XV, no qual se produziu a chamada Prosa de Avis, distinta em relação à algumas referências primordiais, mas que, de um ponto de sua trajetória temporal é um texto contemporâneo ao *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.* A inserção deste neste período nos autoriza a tomá-lo como uma forma de resistência da nobreza ao proposto nos textos de Avis, e que marca uma fase da trajetória do chamado processo de curialização da nobreza portuguesa.

Aqui sustentamos que a existência do confronto que aponta para tal processo se

---

[167] PIZARRO, J. A. de Sotto Mayor. Tipologias e Crítica de Fontes. In: **Linhagens Medievais Portuguesas, Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, v. 1, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna, p. 125.

[168] Cf. CINTRA, Luis. Filipe Lindley. **Introdução à Crônica Geral de Espanha de 1344**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. CLXXXI.

[169] FERREIRA, Maria do Rosário. D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico. In: FERREIRA, Maria do Rosário (Coord.) **O contexto hispânico da Historiografia Portuguesa nos séculos XIII e XIV - Em Memória de Diego Catalán.** Coimbra: IUC, 2010, p. 81-102. Disponível em: <http://ifilosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/MRFERREIRA_D._Pedro_de_Barcelos_e_a_representao_do_passado.pdf> Acesso em: 17 Ago. 2017.

manifesta no repertório léxico e discursivo do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e dos escritos produzidos pela corte de Avis. O primeiro se pode creditar à iniciativa do Conde D. Pedro de Barcelos, ao final de sua conturbada vida política; o segundo, ao que podemos afirmar, na contramão das opiniões gerais, ao articulador do sucessor do rei D. João I, da Boa Memória, o rei D. Duarte, que se divide para implementá-lo entre as iniciativas de ditá-lo a um escriba ou de encomendá-lo à pena de Fernão Lopes, arauto da nova dinastia.

Reafirmamos que tal proposição adquire consistência se tomarmos a existência destes textos numa perspectiva sincrônica. As Histórias da Literatura os dispõem ao longo de uma linha de tempo tipificada com base em distinção de estilos e gêneros que se sucedem, e cujas diferenças se manifestam em diferenças internas e predominância de temas que não são abordados como reação ao que o contexto histórico lhes opõe. Pouco se os interroga por suas relações com o contexto de sua produção e circulação. Sincronias que, segundo nossa compreensão, são significativas e passíveis de comprovação; e que se reforçam pela capacidade serem ressuscitados pela memória e resistirem à capacidade à erosiva do tempo.

2.6 **A IDEIA DE LINHAGEM**

A proposição de um confronto entre os acima referidos conjuntos de textos surge em função das não poucas referências ao tema linhagem e mesmo a "livros de linhagem" feitas pelos cronistas de Avis. Não só em Fernão Lopes as encontramos: em Zurara também são frequentes e algumas podem ser encontradas na prosa doutrinária do rei D. Duarte. Peter Russel[170], uma respeitável referência nos estudos historiográficos sobre Fernão Lopes e um pioneiro na investigação das fontes das quais este teria se utilizado para a produção de suas três primeiras crônicas, afirma não duvidar de que os livros de linhagem eram do conhecimento do cronista de Avis, embora não nos dê referências à fonte de que se serviu para basear tal afirmação. Tampouco, neste sentido, nos acrescenta João Gouveia Monteiro, autor do que talvez seja o melhor sumário acerca da trajetória do cronista, do ambiente cultural no qual se formou, bem como da procedência das fontes nas quais teria se baseado para compor sua obra[171]: Monteiro avaliza o estudo de Russel, dizendo apenas que, "apesar de velhinho", continua a ser o "único estudo sério" sobre o assunto[172].

---

[170] RUSSEL, Peter E. **As Fontes de Fernão Lopes.** Coimbra: Editora Coimbra, 1941, p. 15.
[171] MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes: Texto e Contexto.** Coimbra: Livraria Minerva, 1988.
[172] MONTEIRO, João Gouveia. **Op. Cit.**, p. 102, nota 76.

Dentre as muitas referências à linhagem encontradas temos na *Crônica de D. Pedro I*[173] a relacionada à condição de vassalagem. Fernão Lopes afirma que

> Naquel tempo nom se costumava seer vassalo, se nom filho, e neto ou bisneto de fidalgo de linhagem; e por husança aviam estonçe a contia que ora chamam maravidiis darse no berço, logo que o filho do fidalgo naçia, e a outro nenhum nom[174].

Ainda nesta mesma crônica frisa-se a associação do termo a uma localidade: por ocasião das guerras de D. Fernando contra Castela, Henrique de Trastâmara vai à Galiza e, cercando o poderoso Fernando de Castro, em Lugo, que tinha voz por Pedro, o Cruel, com quem disputava o trono, tenta negociar com o fidalgo desta linhagem galega com a promessa de que a

> [...] Villa de Castro de Exarez, domde seu linhagem se chamava de Castro, e ele comde depois que lha el Rei Dom Pedro dera, e que em este tempo nom se fezesse guerra dhuma parte aa outra[175].

A particularidade da descrição acima põe em evidência, na expressão *domde seu linhagem se chamava de Castro*, a vinculação do termo à um local. Os Castro, juntamente com linhagens como a dos Lara e de Biscaya (Haro), são linhagens que figurariam, mais tarde, entre os chamados "grandes de Espanha" [176]; linhagens de longa tradição e cuja presença em território ibérico remontaria ao tempo da antiga nobreza condal, que, então, rivalizavam com os reis no centro do jogo político. Os Castro sempre foram aliados fundamentais com os quais os poderes régios quase sempre se alinhavam. Trata-se, portanto, de uma referência na qual Lopes mostra não ignorar a memória de seu enraizamento a um local específico. O título XI do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, foi onde, muito provavelmente, o cronista colheu esta informação sobre a linhagem. O fragmento de texto dispõe a informação de forma um tanto distinta. Fala-nos, significativamente, da existência de um "primeiro" [...] que sabemos houve nome o conde dom Goterre" [177]. Entronca-os com uma geração seguinte, fazendo-os colaterais do mais notório dos nobres ibéricos, Rui Diaz de

---

[173] LOPES, Fernão. **Crônica do Senhor Rei Dom Pedro, Oitavos Rei destes Regnos**, Introdução de Damião Peres, Porto: Livraria Civilização Editora, 1965.
[174] **Ibidem,** p. 8.
[175]LOPES, Fernão. **Crônica do Senhor Rei Dom Pedro, Oitavos Rei destes Regnos**, Introdução de Damião Peres, Porto: Livraria Civilização Editora, 1965, p. 188-189.
[176] FREIRE, Anselmo Braamcamp. **Brasões da Sala de Sintra**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921, p. 104.
[177] BARCELOS, Pedro de. **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**, tit. XI, fol. 64, In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores,** v. II/1, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p. 163.

Bivar, o Cid: fala-nos de um D. Álvaro Fernandes, primo do Cid, que "teve Castro Xarez d'el rei em terra, e havia i ũu solar daqueles donde decendia//que fora do conde dom Goterre, chamou-se porem de Castro, porque era conde e fidalgo assaz." [178].

O texto é significativo pela forma como dá sequencia aos fatos dispondo-os sintaticamente na frase. Vale repetir: "teve Castro Xarez d'el rei em terra", mas lá existia um "primeiro" e um "solar daqueles donde decendia" [179]. Esta é uma variante de informação que fará diferença entre a obra do Conde D. Pedro e os mencionados escritos de Avis, pela forma como outros termos gravitam em torno do vocábulo linhagem e correlatos, tendendo a configurar um campo semântico característico.

Na *Crônica de D. Fernando*[180], contamos onze menções ao termo linhagem. Na *Crônica de D. Pedro I*[181], são três menções. Já na *Crônica de D. João I*[182], são quatorze. O terceiro capítulo do Livro I da *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, de Gomes Eanes de Zurara, cronista do rei D. Afonso V, legítimo sucessor de D. Duarte, não se refere especificamente ao termo, mas a um correlato. Trata-se de um capítulo que se intitula "Capitullo terceiro no quall o autor desta obra declara as *avoemgas* de que deçemde o comde dom Pedro e as virtudes e bos costumes que nelle ouve" [183]. Contudo num capítulo adiante, o de número VIII, fala-se em "lynhagem", termo próximo ao qual se avizinha o termo "virtudes" [184].

No Livro dos Conselhos del-Rey D. Duarte, encontramos, na famosa carta de Bruges, enviada a D. Duarte, o futuro rei, pelo seu irmão, o infante D. Pedro, uma menção associada a um elemento que aponta para uma outra órbita na qual o termo gravita: o Infante D. Pedro, dentre os conselhos que ofereceu ao irmão, o rei D. Duarte, figura um como remédio para os vários males que a ele afligiam e ao reino. Um deles é o de não tomar

> [...] sob uosa ordenança [...] gente senon aaquela que uos era compridoira e que abastadamente podieis governar e os que [....] fossem homens fidalgos e de bom linhaJem/ e da outra somenos nan fosse posta em este grao nenhũ, saluo por algũ estremado serujço que fizesse, e asy se teria

[178] **Ibidem**, p. 163.
[179] **Ibidem**, p. 163.
[180] LOPES, Fernão. **Crônica do Senhor Rei Dom Fernando, Nono Rei Destes Regnos**, Introd. por Salvador Dias Arnault, Porto: Livraria Civilização Editora, 1966, p. 10; 26; 33; 154; 171; 176; 211; 215; 271; 273; 391.
[181] LOPES, Fernão. **Crônica do Senhor Rei Dom Pedro, Oitavo Rei Destes Regnos.** Introd. por Damião Peres, Porto: Livraria Civilização Editora, 1965, pp. 8 (2); 189.
[182] LOPES, Fernão. **Crônica DelRei Dom João I, da Boa Memória.** Partes I e II, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973/1968, Parte I, p. 11; 55; 56; 297; 298; 299; 308; 309 (2); 328; 369; Parte II, pp. 19; 283 e 359.
[183] ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do Conde D. Pedro de Meneses.** ed. Maria Teresa Brocardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997, p.182.
[184] **Ibidem,** p. 207.

cada hũ por contente de serujr o que lhe pertençe[185].

No Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda a Sela[186], se faz menção ao termo, associado à expressão "*prática das virtudes*", e às "*boas manhas do corpo*" [187]. Aconselhando os "*senhores e outra gente manceba*" a quem tais "*manhas*" convém, diz que devem considerar que

> Seus corpos som assy como suas herdades, as quaaes, se nom forem bem aproveitadas e lavradas, daróm de sua natureza spinhos e cardos e outras ervas de pouco valor [...] e se [...] leixados em ouciosidade, nom se despoendo a boas sciencias ou boas manhas corporaes ou mesteres, segundo a cada hũus perteecem, soom tornados assy sem proveito que mereciam de ser dados de sesmaria a outros, que como servos os fizessem servir e fazer algũa cousa proveitosa segundo seus stados e desposiçom [...] E pera tirar tal erro, os moços de boa *lynhagem* e criados em tal casa que se possa fazer, devem ser enssynados logo de começo a ler e a escrever e a falar latym, contynuando boos livros per latym e linguagem de boo encamynhamento per vyda virtuosa[188].

O quadro esboçado pelos exemplos acima parece-nos suficiente para os consideramos como um testemunho seguro acerca da permanência da preocupação com o tema como questão integrante do discurso cortesão dominante. As diferenças que atingem a nobreza em função dos problemas de identidade que a confrontaçãocom eladisputam espaço político e social impõe diferenciações e hierarquizações.

O que desta forma está no centro de nosso interesse é a dimensão histórica subjacente às diferentes proposituras que representam ambos os grupos de textos que tomamos como fontes. Eles apontam para um embate que se manifesta através da presença de *formas literárias*[189] distintas de que a nobreza se utilizou no curso de sua trajetória histórica para apreensão do mundo em que vivia. Eles correspondem a formas de representação de seus ideais de mundo, em diferentes períodos da História medieval portuguesa. O que se expressa pelo uso na linguagem por *gestos verbais* [190] que instituem tais formas e dão uma dimensão

---

[185] Carta que o Jfante dom Pedro emujou a el rey de Brujas. Escrita em 1426. In: PORTUGAL, Duarte de. **Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa).** Lisboa: Imprensa Universitária Editorial Estampa, 1982, p. 37.
[186] PORTUGAL, Duarte de. **Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela, que fez ElRey dom Eduarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta**. ed. Joseph Piel. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.
[187] **Ibidem,** p. 119.
[188] PORTUGAL, Duarte de. **Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela, que fez ElRey dom Eduarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta**. ed. Joseph Piel. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 120. [itálicos nossos].
[189] Cf. JOLLES, André. **Formas Simples. Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste.** São Paulo: Cultrix, 1976, p. 28
[190] **Ibidem,** p. 46-47.

narrativa a construção de suas identidades.

Quando aqui falamos em construção de uma ordem do mundo, em instrumentos de inteligibilidade do mesmo, em cosmovisão, visão de mundo e correlatos, estamos querendo dizer que, em última instância, o que se ilustra por um significativo exemplo que Jolles nos fornece sobre este aspecto, sustentando que

> Para compreender o universo, é necessário que o homem mergulhe, que o sonde, que reduza – de um modo ou de outro – a infinita quantidade de seus fenômenos, que intervenha nele para realizar uma seleção. O homem e o universo lembram-nos a história daquela jovem que recebeu a incumbência de separar corretamente, durante a noite, uma pilha enorme de grãos de toda a espécie. A sequência da história é conhecida: pássaros e insetos amigos vieram acudir à jovem, o trabalho começou e, ao mesmo tempo em que a pilha, onde era impossível distinguir alguma coisa, ia-se transformando numa porção de pilhas menores e identificáveis, os grãos de cada uma destas novas pilhas eram valorizados e postos em evidência. Os elementos imprecisos de uma grande confusão adquiriam então o caráter específico e tornaram-se eles mesmos, uma vez reunidos aos seus semelhantes. Quando o sol se levanta e o seu poder mágico se manifesta, o caos torna-se um cosmo. O homem intervém na confusão do universo; aprofunda, reduz, congrega; reúne os elementos conexos, separa, divide, decompõe e repõe o essencial em pequenas ilhas. As diferenças ampliam-se, o equívoco é eliminado ou então devolvido à univocidade. Pelo desenvolvimento da explicação e o cerceamento da classificação, chega-se, pois, às formas fundamentais[191].

O texto do Conde D. Pedro está, enquanto discurso, longe de portar a heterogeneidade que lhe atribuem seus estudiosos, e muito menos de ser a figuração do caos. Sua componente genealógica não o reduz à condição de artefato cartorial passível de atestar a verdade de laços de parentesco e garantia de sucessão de um legado simbólico, material e imaterial de um grupo social. Ele é um texto objeto de uma performance pública, objeto de culto. Mostra-nos sob a perspectiva de um olhar Outro, o recontro de um universo pagão embebido em elementos de forte referência ao universo cristão que, é aliás, o que *leitmotiv* que habilita esta nobreza a postular-se como legítima detentora das prerrogativas que reivindica. É sobre a égide do ideal de combate ao inimigo de fé que erige a legitimidade de tais pretensões. É por "andar a la guerra a filhar o reino de Portugal" que se postula como ocupante do topo de escala social e reivindica privilégios. O comportamento violento não é objeto de uma condenação nestes textos. Seu uso é um atributo e medida do poder de um fidalgo. Para o discurso de Avis, contudo, é algo eivado pelo destempero que é mister "dar corregimento" e "ordenamento"; deve ser reorientado para um determinado fim, o "serviço de Deus", do rei e

---

[191] Cf. JOLLES, André. **Formas Simples. Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste.** São Paulo: Cultrix, 1976, p. 28-29.

do “reino”.

Pelos comportamentos e sentimentos que põem em cena ambos os grupos de texto, revelam-nos dois repertórios simbólicos distintos com os quais se investe o mundo de valor. Produzem um repertório simbólico com o qual classificam e hierarquizam protagonistas e suas ações. Tal ordenamento é portador de sentido. Os sentimentos e comportamentos decantados no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* serão invariavelmente aqueles que a Prosa de Avis reunirá sobre a “pilha” a que atribui ao rol dos “sentimentos desordenados”.

Assim, cada vez que a linguagem participa na construção do mundo, cada vez que intervém para vinculá-lo, alterá-lo ou remodelá-lo segundo uma ordem, estamos diante da constituição de *formas* de expressão literárias, que invariavelmente se caracaterizam por lançar mão de recursos poéticos de um determinado tempo, capazes de garantir eficácia da mensagem a ser transmitida.

Capítulo III
O Conde D. Pedro de Barcelos

3.1 **A SAGA E O LIVRO DE LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO**

Neste capítulo retomamos questões que anteriormente apenas apontamos e que dizem respeito à uma noção fundamental para a análise do Livro de Linhagens: a noção de *saga.*[192] No presente capítulo, valendo-nos dos dados biográficos do Conde D. Pedro, nosso objetivo será verificar em que medida a matéria de que se compõe o texto do *Livro de Linhagens* nos permite propor como hipótese que a ordem do mundo tal como construída neste texto, tem em seu centro a noção de *saga*.

É necessário antes asseverar que não há uma forma de atualização da *forma simples saga,* toda vez que se tenha simplesmente a história na qual figure uma família., uma situação familiar ou uma catástrofe familiar. É necessário que no centro de tais histórias estejam indivíduos que como tal fazem parte de uma família, mas que as sintam e interpretem como eventos que os atingem, acima de tudo, como consanguíneos. Não como, por exemplo, o conflito que opôs Mary Stuart e Elizabeth na Inglaterra do século XVI: conflito visto e sentido como dado que opõe, acima de tudo, duas religiões distintas – católicos e protestantes -, não

[192] Cf. JOLLES, André. **Formas Simples. Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste.** São Paulo: Cultrix, 1976, p.13-29; p. 60-83.

obstante envolver consanguíneos. As instâncias que intervém no conflito não o fazem tomando partido numa querela de família, mas com base numa convicção religiosa[193].

Para nos defrontarmos com o que se definiu como a *disposição mental*[194] que instaura a forma *saga*, são necessárias as seguintes chaves: *Família, Clã, Vinculos de Sangue*. Nestas histórias fica-se conhecendo o local onde construíram uma casa ou se fundou uma granja, um solar, ações com vistas ao engradecimento de seu patrimônio, contatos com outras famílias vizinhas, as rixas, os reptos, as hostilidades e reconciliações, o número de filhos e filhas, o lugar onde arranjaram mulheres e famílias em que os jovens entravam pelo casamento. "A base e o fundamento deste universo são os vínculos de sangue, a comunidade do sangue, a vingança no sangue, o casamento, a paternidade, a parentela, a herança, o patrimônio, a hereditariedade."[195]

As relações entre os personagens são relações entre pai e filho, irmão e irmã, marido e mulher, avô e neto, ou seja, entre indivíduos que estão vinculados por laços que se acreditam de substância. Suas relações mútuas se desenrolam no interior do clã. Os contatos com estranhos são contatos com membros de outras famílias, ou, se não provém de uma família, acabam por serem absorvidos ou rejeitados por ela ficando assim ou não sob sua responsabilidade.[196]

O que confere importância a tais histórias é a proximidade de gerações a um personagem no qual se manifestou o poderio maior do clã. As *sagas*, segundo Jolles, nos colocam diante de conceitos que hoje tem-se o costume de aceitar em sentido histórico. Eles são conquista, derrota, opressão, libertação. Não dizem respeito a um povo, mas a um clã, uma tribo, uma família. O que em outros casos é um sentimento coletivo que reúne os homens em torno de ideais tais como os de nação, ou povo, ou os aglutina em torno de um ideal religioso, no qual os interesses se regem por um caráter, valores e propósitos de uma comunidade mais abrangente, como, por exemplo a noção de *res publica*, nas *sagas* regem-se pelas exigências da linhagem, da família, do parentesco, do clã. É uma disposição mental em que o universo se constrói como família e se interpreta em seu todo em termos de clã, de árvore genealógica e vínculo sanguíneo[197].

Delimitaremos a experiência histórico-contextual na qual se inscreveu a trajetória de vida do Conde D. Pedro, procurando observar como especificamente ela se projetou na sua

---

[193] **Ibidem**, p. 70-72
[194] **Ibidem**, p.70.
[195] **Ibidem**, p. 69.
[196][196] Cf. JOLLES, André. **Formas Simples. Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste.** São Paulo: Cultrix, 1976, p. 68
[197] **Ibidem,** p.68-69.

obra. Este procedimento se impõe uma vez que nossa abordagem propõe transitar no domínio da *enunciação*[198], ou seja, de aspectos implicados nas relações entre o texto e o que lhe é externo; que ligam, no caso, arte e sociedade, Literatura e História[199], discurso e condições histórico sociais de sua emergência[200].

Trata-se, assim, de trazer elementos que nos permitam configurar um quadro compreensivo com base na consideração das relações entre autor e obra. O objetivo é compreender em que termos se pode definir as relações destes com o mundo, e, desta forma responder a questões referentes ao sentido político do texto; especificamente, de suas relações com o contexto histórico-social.[201]

Nosso trabalho toma em consideração como a posição do indivíduo – no sentido empírico – se define dentro de uma hierarquia de valores e comportamentos nos quadros de uma sociedade de relações profundamente pessoalizadas. No caso concreto, o texto fonte propõe destinar-se a um público explicitamente considerado como socialmente localizado entre os pares, e no topo da escala social. Nele, como objeto cultural dotado de sentido, impõem-se a definição des espaços de inclusão/exclusão social, que o leva necessariamente a caracterizar valores e códigos de ação que identificam o grupo, o hierarquizam e situam em relação aos que estão fora dele. Contudo, uma tentativa de aproximação a estes aspectos no período em questão é complexa por estarmos nos defrontando com a alteridade, com uma forma distinta com que se configuram as relações entre autor e obra, entre esta e o público a que se destina, entre o autor e os mecanismos envolvidos na produção cultural desta natureza. Enfim, de uma experiência no âmbito dos circuitos de produção, circulação e recepção distintas das que se apresentam aquando da existência de uma série de mediações: pessoas, instituições, interesses de natureza heterogêneos que se interpõem entre ele e a publicação de sua obra; que, por sua vez, está condicionada por imposições decorrentes da formação de um mercado de bens simbólicos, submetidos a uma lógica de autonomização que define seu funcionamento no campo da chamada produção erudita[202] tal como nos dias atuais. Por este mesmo motivo que Zumthor coloca entre aspas o termo “literatura”. Por que é mister afirmar

---

[198] Cf. CÂNDIDO, Antonio. A Literatura e a Vida Social. In: **Literatura e Sociedade. Estudos de Teoria e História Literária.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976, p. 17-23.
[199] **Ibidem,** p. 17-39.
[200] Trata-se, em âmbito geral, do que nos anos 70, na França e Estados Unidos, fizeram surgir iniciativas direcionadas ao estudo e ao tratamento sistemático de textos com vistas a decifrar dos vínculos entre discurso e sociedade. Para uma súmula dos elementos teóricos envolvidos em tal discussão, ver MICELI, Sérgio. Introdução: A Força do Sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2011, p. VII – LXI.
[201] Cf. CÂNDIDO, Antonio. **Op. Cit.,** p. 18-19.
[202] Cf. BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 99-202.

que ele é mais adequado a um determinado tempo histórico de produção da escrita; para qualificar uma produção cultural que se inscreve na sociedade contemporânea, lugar cuja experiência histórico social e cultural construiu o indivíduo moderno como ente. Portanto, não se trata de uma literatura tal como contemporaneamente o concebemos. Os homens de cultura da segunda metade do século XIV submetiam-se a injunções diversas. O Conde D. Pedro está, no mínimo, tanto quanto qualquer homem nesta sociedadade, atrelado a um sistema de relações de dependência pessoal a um senhor que lhe é superior para a reprodução de suas condições de existência. E mais delicada são ainda tais obrigações no âmbito dos grupos dominantes, dado que são decalcadas do modelo cuja matriz são os códigos próprios do contrato vassálico. Ele não reivindica autonomia, independência para sua obra e como artista. O espaço de produção cultural não se constitui à revelia da trama na qual se inscreve um indivíduo. Ele assim se postula como veículo do que julga serem os legítimos anseios de um grupo.

Com o acima dito, nosso propósito aqui é marcar aspectos com os quais perfilhamos como apoio para um exame da figura histórica do Conde D. Pedro e do seu *Livro de Linhagens* como obra. O texto nos põe diante de uma relação autor/obra distinta do ponto de vista dos condicionantes sócio-culturais em jogo. Não é uma obra que esteja desembaraçada de tutelas. É uma produção cujo sentido pragmático é explícito. O texto se constitui de mensagens diretas com as quais o narrador convida ao público destinatário a abraçá-lo como um projeto. Neste sentido, apresenta-se como um discurso com pretensão à transparência. É um texto que conclama à ação, pois é concebido como um juízo acerca dos desequilíbrios que se instauraram na sociedade dos "nobres fidalgos de Espanha". Uma sociedade, segundo o texto, que se pensa enquanto um somatório de famílias e para a qual postula os remédios necessários à restauração de um equilíbrio. Sociedade que, aliás, o texto assimila ao humano: diz vir para falar da "linhagem dos homens"[203]. Os homens o são porque descendem uns dos outros. Não porque se constituam como espécie. Em seu Prologo se vê escrito:"Do Linhagem dos homẽes como vem de padre a filho des o começo do mundo, e do que cada ũu viveo e de que vida foi, e começa em Adam, o primeiro homem que Deus fez, quando formou o Ceo e a Terra."[204] Tal princípio se reveste de tanto significado que Fernão Lopes, na obra que propomos como contraponto ao *Livro de Linhagens*- e noutro contexto -, fala da "[...] humanal linhagem [...] assi como o Filho de Deos depois da morte que tomou por salvar

[203] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens, Prólogo, fol. 1. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p.55.
[204] **Ibidem**, p. 55.

[...]”[205] Uma distinção que, como veremos, produzirá um enquadramento do grupo e da sociedade portuguesa dos inícios do século XV num cosmo distinto em relação ao proposto pelo texto de D. Pedro.

A própria ideia de que seu autor – idealizador/compilador – venha a assumi-la como obra coletiva, com vistas a não deixar que relações regidas por um conjunto de princípios desvaneçam no domínio da memória social, nos dá o sentido de seu pragmatismo - o que o torna um texto com pretensões de resistir a pressões vindas de todos os lados da sociedade: do interior da nobreza, da formação de desequilíbrios de poder em favor da instância régia e da dependência em que o ambiente urbano se coloca em relação à oligarquias que há muito vêm modificando a cena política das cidades, e que a crise de meados do século XIV aprofunda reinscrevendo de forma distinta o Portugal no quadro de interdependências políticas, econômicas e sociais no espaço europeu[206].

Neste sentido, evocamos aqui o seu muito eloquente e precioso Prólogo no qual vemos escrito:

> E rogo aaqueles que depos mim veerem e vontade houverem de saber os linhagẽes, que acrescentem em estes títulos deste livro aqueles que adiante decenderem dos nobres fidalgos da Espanha, e os ponham e escrevem nos logares u convem[207].

Quanto ao sentido, temos outro significativo fragmento deste mesmo Prólogo que vincula esta obra a um corolário fundamental da noção de *saga*, pois que nos diz

> [...] que nem ua amizade nom pode ser tam pura segundo natura come daqueles que descendem de ũu sangue, porque estes movem-se mais de ligeiro aas cousas per que a amizade se mantém[208].

E sustenta este livro declarar-se por

> [...] titolos e per alegações que cada uu fidalgo de ligeiro esto podesse saber e esta amizade fosse descoberta e nom se perdesse antre aqueles que a deviam haver[209].

---

[205] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I**, **da Boa Memória**, parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. CLIX, p.299.
[206] Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira. Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV, Coleção História de Portugal, vol. IV, Lisboa: Editoria Presença, p. 11-12.
[207] Cf. Barcelos, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Prólogo, fol. 2 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 58.
[208] **Ibidem**, p.56.
[209] **Ibidem**, p. 56

Neste trecho se concentram elementos que apontam para o sentido das relações entre autor e obra, destinador e destinatários. Mostra-nos um ponto de observação privilegiado acerca da intenção de seu autor de promover o universo de valores que rege a visão de mundo de um grupo. Visão esta que, a nosso ver, autoriza a utilização da noção de *saga*, pois a despeito das diferenças em relação às formas através das quais se atualizou de forma mais acabada originalmente numa literatura erudita, ela se apresenta como a *forma simples* com a qual o Conde D. Pedro construiu sua obra. E como uma *forma* [...] cujas forças constitutivas e limitativas, moldaram uma composição passível de ser distinguida de outras, na medida em que se aglutinou, no sentido geral, numa forma de poesia." [210] E na proporção em que mobiliza um dado repertório de *gestos verbais* para capturar a cumplicidade de quem a lê/escuta. Além disso, acerca de tais formas se afirma que

> [...] a linguagem pode converter-se como construção, com recurso à forma e à estética para traduzir um terceiro elemento de uma obra de arte, o sentido. Formas que não necessariamente expressam-se como arte, tal como nas formas com as quais, de ordinário, se procura caracterizá-la, mas que, em geral, assimilam elementos definidores do artístico. Não constituem poema, embora sejam poesia[211].

Concebemos que o trabalho que os homens de cultura têm, no sentido de cultivo, de fabricação através através da linguagem, caracteriza-se por vincular coisas, ideias, objetos a uma ordem. E todas as forças ativas e atos emanados de uma cultura, tudo que adquire uma forma torna-se sagrado, pois tudo que é cultura o é porque é objeto cultuado. Fala-se de literatura quando a linguagem é ato poético. Deve-se com toda probabilidade, assim, explicar-se a sacralidade e o sentido poético contidos em listas de gerações, que a nós contemporâneos soa como texto "seco e monótono" – que decorre do fato de o elegemos à categoria de testemunho cartorial - para uma sociedade que cultua a família, os laços de sangue e tem a linhagem, o parentesco como elementos de estruturantes da teia de significados que dão sentido a suas vidas e à vida em sociedade.

Trata-se de uma cultura que vive sua história de uma determinada maneira, e que faz com que os homens do tempo não dirijam um olhar Outro para as genealogias, como se se tratassem de meras "listas de indivíduos". De uma perspectiva distinta da contemporaneidade, eles as observam de uma forma idealizada e de uma perspectiva poética. E nos parece ser neste quadro que é legítimo pensar a função performática dos arautos e daqueles incumbidos de recitá-la. Antonio José Saraiva nos dá indicações de como eram "cultuados" os textos

---

[210] JOLLES, André. **Formas Simples. Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste.** São Paulo: Cultrix, 1976, p. 18.
[211] **Ibidem**, p. 20

linhagísticos, pois caracterizam-se pelo flagrante estilo oral com que, por exemplo, mostra-nos dele servir-se um leitor do *Livro Velho de Linhagens* pronunciando-o perante uma audiência. Vemos escrito:

> Agora, amigos, se vos plaze, vos contaremos as linhagens dos bons homens filhos d'algo, do reino de Portugal, dos que devem armar e criar, e que andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal. E eles, meus amigos, foram partidos em cinco partes[212].

Trata-se de um texto cuja comunicação e a recepção situam-se na ordem da performance. Quando seu intérprete ou poeta o lê, é sua voz que lhe confere autoridade. Não se trata de uma audiência de leitura para ouvintes que escutam e cuja autoridade provém do livro que está no centro da cena. Em casos, tal como o do fragmento acima, se está no centro de um espetáculo performático[213]. A autoridade emana da voz que o pronuncia. A presença da via sensorial auditiva, às vezes combinada com a visual, introduz elementos de significativo efeito poético. A voz é autorizada por uma tradição e visa valorizá-lo, pois nela se articulam sonoridades significantes[214]. O impacto estético recai sobre o efeito produzido. É num espaço ritualizado e solene no qual o impacto da vocalidade se exerce como função poética.

Os estudos de Paul Zumthor acerca da periodização das formas de transmissão que oscilaram entre a oralidade e a escrita permitem encaixar o texto do Conde D. Pedro numa tendência geral compreendida entre os anos 1150 e 1350, na qual, após o predomínio de uma oralidade primária[215], seguido de um regime do que chama de oralidade mista[216], observa-se um regime de convívio entre a oralidade e a escritura; que chama oralidade segunda, na qual toda expressão é marcada pela presença da escrita "letrada". A oralidade, assim, "se reconstitui com base na escritura num meio onde esta tende a esgotar os valores da voz no uso

---

[212] As "cinco partes" são exatamente as cinco linhagens originárias da sociedade que o *Livro Linhagens do Conde D. Pedro* chamou de "sociedade dos nobres fidalgos de Espanha": os da Maia, de Baião, de Ribadouro, Sousas e Braganções, homens que "criaram" Portugal porque a conquistaram aos mouros. Trata-se, mais especificamente, do *Livro Velho de Linhagens*, tal como o designa José Mattoso, e como Primeiro *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, como a ele se refere Luis Filipe Lindley Cintra, Cf. SARAIVA, Antonio José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**, Lisboa: Gradiva, 1988, p. 153.

[213] Cf. ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**: **A "literatura" medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 19.

[214] Cf. ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**: **A "literatura" medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 21.

[215] Que chama primária e imediata quando não comporta nenhum tipo de escritura, tal como em sociedades desprovidas de todo sistema de simbolização gráfica, ou nos grupos sociais isolados e analfabetos. Cf. **Ibidem,** p. 18.

[216] Quando a influência do escrito permanece externa, parcial e atrasada, e procede da existência de uma cultura escrita, no sentido de possuidora de uma escrita. Cf. **Ibidem,** p. 18.

e no imaginário" [217]. Tal se configura no curso do processo de cristianização, acompanhado pela introdução de práticas escriturais, ao mesmo tempo que, no período de 1150 a 1250, se observa um processo de dessacralização da sociedade e da imagem que dela se forma, na qual uma zona profana se desenha, regida por leis particulares que o conjunto dos costumes designa como "cortesia" [218]. Em tal período, observa Zunthor, e como uma sua característica geral, configura-se uma situação na qual afirma: "compilam-se os textos que possuímos, alimentados pela lembrança das antigas sagas" [219]. Trata-se, portanto, de um significativo excerto de texto de consagrado crítico da literatura medieval européia, cujos estudos levam-no a incluir sob a influência das *sagas*, amplos espaços culturais do mundo que se convencionou designar como Ocidente Medieval[220]; o que faz - frise-se - com não poucas menções nas quais inclui a literatura medieval ibérica e a seus críticos exponenciais, tais como Ramón e Diego Catalán Menendez Pidal[221].

Tais considerações nos autorizam a tomar o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* como uma forma de atualização histórica do que André Jolles consagrou como uma *forma simples* que classificou como *saga*, e que se caracteriza fundamentalmente por se constituir como uma *narrativa familiar*. Não se quer dizer com isto que ela se apresente toda vez que no acontecimento histórico exista uma família, ou uma situação familiar, ou uma catástrofe familiar. É necessário, acima de tudo, que vivam esta história de uma determinada maneira: como uma luta entre clãs, ou famílias que se definam como consanguíneas; que se separem e reconciliem, que se matem, que lutem contra os inimigos, que raptem e tomem suas mulheres como reféns, e que promovam vinganças convencidos, eles e a sociedade que os cerca, de que o fazem movidos – como dito - pela ideia de que se trata de uma querela familiar; que envolve consanguíneos como aliados, e que por isto tomem tal ao qual partido por honra de tal ou qual lado em confronto.

Este conjunto de argumentos se reforça por considerações feitas por autores ligados à História da Cultura, que vinculam a identidade da sociedade peninsular a tradições culturais norte europeias passadas que lhes foram passadas. O que é, em especial, uma vertente que se apoia em fontes que atribuem como as de que se serviu o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Elas se caracterizariam pelo gosto e significado que conferem aos laços de consanguinidade, à genealogia, ao parentesco e a família. Em tais influências teriam se

---

[217] **Ibidem**, p. 18.
[218] **Ibidem**, p. 26.
[219] **Ibidem**, p. 30.
[220] **Ibidem**, p. 31.
[221] **Ibidem**, p. 15-16; 19; 31-32; 39; 41; 46-47; 50-51; 53-54.

inspirado as constantes invocações dos ibéricos à ascendência de uma "gótica linhagem," [222] que liga os "nobres fidalgos de Espanha" a seu passado germânico.

É neste período, que Zumthor aponta como de uma oralidade segunda, e que se reconstitui com base na escritura, que podemos situar o interregno das formas de transmissão cultural nas quais se inspiram as fontes do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*[223]. Tais elementos nos abrem a possibilidade de inscrevê-lo no âmbito de uma tendência comum a um período cronológico de aproximadamente dois séculos na história da escritura no espaço cultural do Ocidente[224]; que se caracteriza, segundo este autor, pela presença predominante de uma escritura compilada, e que se elabora alimentada pela memória das *formas literárias* que definem a noção de que tratamos..

Saga, enquanto termo, tem uma história. Tal como o Mito e o Conto, tem o significado de "narrativa não atestada ou improvável" [225]. Fala-se de uma "tradição propagada por via oral, relato de um acontecimento ou fato" [226]. Está "[...] ligada à ideia de incerteza, de incredibilidade, até mesmo de calúnia, embora possa ser empregada sem este matiz [...] pode referir-se a um acontecimento passado [...] mais particularmente, ao passado remoto, tal como se transmitiu de geração em geração" [227]. No passado não havia absolutamente nenhuma oposição entre o conceito de saga e o conceito de História, mas "[...] o crescente rigor da crítica acarretou uma evolução do conceito como relato de acontecimentos passados e não corroborados pela História" [228]. Conceito, enfim, que

> "[..] evolui em seguida e passa designar uma narrativa ou uma tradição de História repletas de ingenuidade e transformadas, em sua passagem de uma geração a outra, pela faculdade poética da sensibilidade popular, criação livre da imaginação popular que vincula suas composições a acontecimentos, a personagens ou lugares importantes[229].

---

[222]Cf. MATTOSO, José (Ed.). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Fols. 21, 40, In: **Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores**, II/1, p. 101;148; e uma outra referência, posterior, que atesta a permanência deste elemento no imaginário da nobreza portuguesa, cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, I. ed. Maria Teresa Brocardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1997, p. 217. Cap. XII, " das palavras que o Comde disse aaquelles que com elle ficarom rrepremdemdo-os da tristeza que tinham"; na qual diz às gentes temerosas de ali permanecer, que pensava "[...] que a virtude de vossos amteçessores hera em vos assy nobre e gramde como foy em elles. Caa me llembrey que decemdeys daquella muy nobre llynhagem dos Godos".

[223] JOLLES, André. **Formas Simples. Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste.** São Paulo: Cultrix, 1976, p. 18

[224] Cf. ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**: **A "literatura" medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 31.

[225] JOLLES, André**, Formas Simples. Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste.** São Paulo: Cultrix, 1976, p. 61.

[226] **Ibidem,** p. 60-63.

[227] **Ibidem,** p .61.

[228] **Ibidem**, p .61 [itálicos do autor].

[229] **Ibidem**, p .61.

Uso que, segundo Jolles, não distingue rigorosamente o termo Saga, de Mito ou Conto. Quando, assim, falarmos em *saga*, não nos referiremos, tal como este autor propõe, a acontecimentos não atestados pela História, mas a uma forma que tem validade dentro de si mesma, num sentido positivo, e não pelo que lhe falta em relação à História. Não se quer hierarquizá-la em relação à História, tornando-a um seu prelúdio, mas tomá-la como um conjunto de ferramentas que permitiam aos homens do tempo interpretar fatos, dar-lhes sentido e ao mundo que os rodeavam.

Para continuar a esclarecer sobre o terreno no qual resolvemos nos apoiar, tomamos as proposições de Jolles que descrever a *saga* e seu aparecimento no domínio da escrita como um "[...]velho gênero nórdico [...]"[230] composto

> [...] de narrativas em prosa e língua vulgar e que encontramos em manuscritos produzidos entre os séculos XIII e XV. Informações de natureza muito diversa permitem concluir que esses relatos em prosa remontam a tradições orais e que sua forma se constituiu a partir de relatos orais"[231].

Tal tradição remonta ao primeiro terço do século X, foi constituída com base em relatos, datados do final da época da colonização da Islândia, e que foram solidamente estruturados e fechados sobre si mesmos, depois de 930 e durante os séculos seguintes[232].

São a tais relatos que se assemelham aos atribuidos a algumas linhagens das mais antigas famílias nobres da península pelo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. É a um conto islandês que se confirma a origem céltica bastante semelhante, na parte final, no qual se inspira uma das narrativas nele contidas[233]. Inclusive pelo detalhe anatômico da dama do pé-de-cabra que, entretanto, já teria sido contaminado por elementos mediterrânicos, na versão da Biscaia (linhagem de Haro) por transmissão via países eslavos e germânicos[234]. Estima-se também que possam ter sido introduzidos na Biscaia e na Galiza muito antes da época medieval, podendo integrar tradições muito mais antigas e já profundamente arraigadas na cultura local que, como dissemos, independentemente do grupo ao qual faça referência, é profundamente preocupada com os laços de parentesco. Tais influências confirmam contatos antigos entre a Navarra e a cultura céltica, e entre tradições galegas e do norte português com esta mesma cultura[235].

---

[230] **Ibidem**, p. 63.
[231] **Ibidem**, p. 64
[232] **Ibidem,** p. 63-64.
[233] Cujo resumo cf. TUBACK, Frederic C. ***Index exemplorum***, A Handbook of Medieval Religious Tales, Helsincki, 1969, p. 79, n. 978; *apud* MATTOSO, José. As Fontes do Nobiliário do Conde D. Pedro, In: **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o poder**, Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p.79, nota 29.
[234] MATTOSO, José, **Op. Cit.**, p. 79.
[235] **Ibidem**, p. 79-80.

Todavia, mais que semelhanças de temas com textos e tradições que se estima procederem de tais países, o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* tem em comum com tais relatos e suas versões escritas o fato de que se trata de uma narrativa familiar, na qual fica-se conhecendo o lugar onde se fixou e construiu uma casa – o solar; faz-se referência ao engrandecimento do seu patrimônio, ao contato com outras famílias do mesmo distrito ou nas quais ingressavam pela via do matrimonio[236].

Há outros tipos de relatos, como as chamadas *Königas Sogur*, que são relatos sobre reis. Todavia, distanciam-se sobremaneira do que em geral designamos como história política. Os reis nelas são retratados, acima de tudo, como germânicos do Norte. Todos elementos com os quais se identifica a ideia de fidelidade a comunidades de natureza mais abrangente tais como, por exemplo, a de Estado ou nação, estão ausentes. Estes reis lutam como membros de uma família, de uma comunidade a qual se vinculam por laços de sangue, e comportam-se como tal no seu real domínio agrário[237].

Num terceiro tipo, as *Fornaldar Sogur,* as chamadas sagas "[...] dos tempos de antanho [...]"[238], englobam materiais muito anteriores à colonização da Islândia, além de conhecer heróis que não têm a Islândia como pátria, nem pertencerem a qualquer outro povo germânico do Norte. São relatos que contam coisas que classificamos entre os gêneros sobre os quais é impossível determinar o tempo e o lugar onde foram produzidos, mas que começam pela fórmula: "Há muitos anos, num país longínquo…" [239].

O fato, contudo – observado por André Heusler[240], em 1913, quando publica um artigo para Academia de Berlim, sob o título *Die Anfänge der Isländischen Saga* [Os Primórdios da Saga Islandesa] –, é que, apesar da presença dos temas contidos nas *sagas* em outras de suas formas de manifestação, o que define a *forma,* especificamente, é o *caráter prioritariamente familiar das narrativas* tal como se apresenta na primeira modalidade: as *Islendiga Sogur*. Ela se "[...] realiza nestas narrativas e só depois de adquirir coesão é que se apossa de temas diferentes, imprimindo seu caráter a estas novas formas, a partir da primeira" [241].

Estima-se que esses tipos de relato têm por limite o final da primeira metade do século XI. Seus palcos são a Islândia, o litoral norueguês, a Groenlândia, as ilhas Faroe e aquelas regiões do mundo que os reis *vikings* atingiram em suas expedições. Diz-se terem cessado

---

[236]Cf. JOLLES, André. **Formas Simples. Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste.** São Paulo: Cultrix, 1976, p. 64.
[237] **Ibidem**, p. 65.
[238] **Ibidem**, p. 66
[239] Cf. JOLLES, André. . **Formas Simples. Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste.** São Paulo: Cultrix, 1976, p. 65.
[240] **Ibidem**, p. 66.
[241] **Ibidem**, p. 66-67.

como forma transmitida oralmente após a introdução do cristianismo[242]. Todavia, é com base no que se estabeleceu acerca da periodização das formas de transmissão cultural, com a introdução das práticas escriturais que acompanharam o processo de cristianização do Ocidente, e com o concurso, portanto, do meio clerical, que iriam as *sagas*, no período compreendido entre os anos 1150 e 1350 não fora do manto do cristianismo, abrigar-se e formalizar-se numa produção textual[243].

Estes nos parecem ser elementos que nos aproximam de uma resposta à indagação de Maria do Rosário Ferreira acerca do "afã compilatório" de que foi tomado o século XIV a que já nos referimos[244]. Trata-se, ainda e não menos contra o que propomos, de período no qual a escritura é praticamente um monopólio destes centros de produção cultural que são os mosteiros. E seria dentro de uma destas instituições que um monge de Santo Tirso, ou quem se supõe como um clérigo a serviço de Gil Martins Riba de Vizela – um chefe de linhagem que, por linha feminina, herda o legado simbólico da família Maia – que, em meados do século XIII, escreveria *o Livro Velho de Linhagens*, o primeiro dos três mais importantes livros de linhagens portugueses produzidos, e entre os quais figura o *Livro de Linhagens* que o Conde D. Pedro haveria de compilar cerca de setenta anos depois.

E é por ter como noção cardeal a ideia de família, de herança, de honra pessoal e da linhagem, que adiante trataremos de elementos que nos mostram o Conde D. Pedro como um autor imerso num universo de valores e ações, que fazem da produção escrita à qual lhe atribuem autoria, uma forma de atualização da *saga*. Fato que o torna um personagem sobre o qual confluem as disposições e contradições que regem este meio e que refletem em seus escritos o posicionamento político que assume nos conflitos que opuseram seu pai, o rei Dinis e o legítimo herdeiro, seu meio-irmão, o infante Afonso, o futuro rei D. Afonso IV.

.

3.2 **A FAMÍLIA E O CONDE D. PEDRO**

Não faltam elementos que apontem no sentido de que o Conde viveu uma experiência histórica regida por concepções de mundo fundadas nas disposições mentais que estão na base da noção de *saga*. Algo sobre sua trajetória existe trazido à publico no *Livro de Linhagens* e

---

[242] **Ibidem**, p. 65-73.
[243] ZUNTHOR, Paul. **A Voz e a Letra**, **A "Literatura Medieval"**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 30.
[244] Pág. 64, nota 159 deste trabalho.

na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, obras de sua autoria, escrito por si mesmo ou por algum auxiliar, pois que ao Conde dirige-se na terceira pessoa. De resto, sua história é fundada em documentos sobre os quais não é conveniente que escape à consideração o fato de que funda-se no testemunho de crônicas escritas muito tempo depois. É reconhecida a falta de elementos que ofereçam bases mais seguras para formular uma análise de caráter histórico-estrutural para o período, que permita configurar uma arquitetura mais precisa do campo político - o alinhamentos dos agentes, os interesses em jogo, dispostos em termos de interesses de grupo e o conjunto de elementos de caráter ideológico que, certamente, deve-se contar para se tentar dar conta da especifidade dos móbeis que induziam homens como o Conde à ação política no seu tempo[245]. É uma questão.

E passando aqui por cima dos problemas de crítica que suscita a pretensão de acesso ao "vivido" por recurso ao testemunho de narrativas cronísticas, sem que se as possa cotejar com documentos de outra natureza, observa-se que as narrativas históricas tradicionais, produzidas sobre a trajetória de vida do Conde D. Pedro, não se fazem sem incorporar elementos característicos do universo que compõem as *sagas.* É assim que o fazem as crônicas. Em especial, no que tange ao espaço que dão às relações pessoais para a recomposição do *habitat* no qual viveu.

Dentro de tal quadro, a hipótese que se tem como a mais segura é a de que Pedro Afonso, 3º Conde de Barcelos, foi o primeiro dentre os seis conhecidos filhos do pródigo elenco de barregãs do D. Dinis (1279-1324)][246]. O rei o teve de D. Grácia Anes. Discute-se se antecede ou sucede em nascimento a Afonso Sanches, o que viria a ser tido como o preferido do rei Lavrador. Ao que indica o confronto entre estimativas que Cintra colhe em Carolina de Michaëlis, no testemunho do próprio D. Pedro - na Crônica Geral de Espanha de 1344 - e em Rui de Pina, tudo aponta em direção à hipótese de que o Conde D. Pedro Afonso de Barcelos foi mesmo o primogênito[247].

Outros dois meio-irmãos figuram entre os filhos legítimos do rei: Constança e Afonso, tidos da união com D. Isabel, a rainha Santa – filha de Pedro III de Aragão- com quem D. Dinis se casara em 1281. Juntamente com Afonso Sanches e Fernão Sanches (de quem se ignora quem é a mãe), D. Pedro precede ao nascimento de Constança, a filha legítima mais

---

[246] Cf. PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**,vol. 2 Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 186-187.

[247] CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. CXXX-CXXXIV.

velha do rei[248]. Ao elenco dos ilegítimos ainda se somam João Afonso e mais duas donas, Maria Afonso I e Maria Afonso II. Afonso, o legítimo herdeiro, o futuro rei D. Afonso IV é o caçula[249].

Há uma extensa bibliografia sobre a vida do conde D. Pedro, à qual pouco se pode acrescentar com o que a documentação até agora conhecida informa[250]. Estima-se ter nascido em meados da década de 1280. Destacou-se como uma das mais importantes figuras da cultura peninsular. Foi cronista, trovador e linhagista. Compilou a *Crônica Geral de Espanha de 1344*[251], que Luís Filipe Lindley Cintra reputa como de sua inconteste autoria[252], e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* que, segundo as palavras de Fr. Francisco Brandão, é " [...]a escritura de maior utilidade que temos em Espanha[253]- e, ainda, o que alguns especialistas dizem ser a mais tardia recolha de cantigas efetuada no século XIV, designada *por compilação geral*[254].

Sua importância no ambiente político da corte se atesta por sua presença como confirmante nos documentos régios a partir de 1303. O que testemunha o âmbito em que se estendiam as relações entre a nobreza portuguesa e castelhana, se confirma por, em 1304, ter seguido o pai a Aragão, em função da arbitragem que este assumiria nas contendas entre Fernando IV de Castela e Jaime de Aragão[255]. Foi alferes-mor de D. Dinis em 1315, logo após – em 1314 – ser investido como 3º Conde de Barcelos. Antes, em 1307, teria acumulado experiência como mordomo-mor da dama que viria a ser sua cunhada, dona Beatriz de Castela, com a qual se casaria o herdeiro legítimo, Afonso[256].

O condado de Barcelos é tido como um testemunho da estima que o pai lhe dedicava – o que não obstava a que D. Dinis buscasse corrigir os regulares excessos deste seu mancebo,

---

[248] PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Op. cit.**,1999, p.191, nota 141.
[249] **Ibidem,** p. 186-204.
[250] Ver FERNANDES, Armando Almeida. **Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira,** vol XX, Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s/d, p. 802-811; **Idem, A História de Lalim**. Parte II. Lamego: Câmara Municipal de Lamego, 1990; FREIRE, Anselmo Braamcamp. **Brasões da Sala de Sintra**, Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2006, p. 263-271; CINTRA, Luis Filipe Lindley Luís Filipe. **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009; PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Op. Cit**., p. 187-191.
[251] CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Op. cit.**, p CXXVII- CLXC.
[252] Para objeções a isto ver: FERREIRA, Maria do Rosário. D. Pedro de Barcelos e a Representação do passado Ibérico. In: FERREIRA, Maria do Rosário (Coord.) **O contexto hispânico da Historiografia Portuguesa nos séculos XIII e XIV - Em Memória de Diego Catalán.** Coimbra: IUC, 2010, p. 81-84.
[253] Cf. BRANDÃO, Fr. Francisco. Monarquia Lusitana, V, Lisboa, 1976, 182v.
[254]Cf. PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Op. Cit.**, p. 187, nota 121; CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Op. Cit.,** 2009. p. CLXXI
[255] CINTRA, Luís Filipe. (Ed.). **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. CXXXIV.
[256] PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 188.

fazendo justiça contra alguns atos de usurpação por ele cometidos[257]. Tais "excessos" não configuravam exceção. Ao contrário, faziam parte de um repertório de práticas bastante comuns ao comportamento dos jovens filhos da nobreza do período. As chamadas Inquirições são o testemunho geral de uma das formas de que se revestia uma prática comum no horizonte social da fidalguia: aa usurpação de direitos e terras alheias[258].

Tendo-se em consideração aspectos em relação ao enfoque escolhido, não se pode falar do conde D. Pedro sem fazer referência ao que a historiografia atribui serem passagens de sua vida que o envolvem em querelas familiares; com aqueles com quem aquela sociedade acreditava manter laços de substância – seus consanguíneos. Aspecto ambíguo no plano do discurso, pois sempre emerge como requisito preferencial para construção de alianças, não se constituindo, todavia, no plano das vivências reais, garantia de solidariedades incondicionais. Aliás, no caso de Pedro Afonso – forma como também é chamado –, será mesmo no interior de sua parentela mais direta, de consanguineos, espaço por excelência no qual a sociedade pretende que lealdades desempenhem um papel fundamental, que se consumarão as rixas, traições e vinganças, bem como será de onde os cronistas irão retirar a interpretação dos motivos de ocorrência das mesmas. Tais episódios são dados bastante comuns no ambiente social da nobreza, e não iriam certamente ausentar-se do repertório do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro,* e mesmo da *Crônica Geral de Espanha de 1344* – outro texto que se julga de sua autoria.

A documentação na qual se colheram informações sobre a prole de D. Dinis é rica em dados que nos dão a conhecer o universo de vivências quotidianas presentes no horizonte político, social e cultural da nobreza de meados do século XIV. Principalmente pelo que nos informam das querelas. Seu meio irmão bastardo, Afonso Sanches, a crer no que acima já afirmamos acerca da crônica e a historiografia sobre o período[259], é tido unanimemente como o preferido do rei. A prodigalidade com que D. Dinis o dotou seria o testemunho desta preferência, e o que se julga ter alimentado o ressentimento de uma facção da nobreza, que insatisfeita com que se identifica como uma política "antissenhorial"[260] do rei, teria se

---

[257] Como por ocasião de usurpar o uso de direituras de honras pertencentes ao mosteiro de Pombeiro. Cf. PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Op. Cit.**, p. 188, nota 128.

[258]MATTOSO, José. **Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal, 1096-1325, Composição,** v. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p.148.

[259] Cf. PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 191-192, notas 142 e 143.

[260] A historiografia consagrada à análise do período dionisino, principalmente a que se alinha às grandes sínteses sobre a história medieval portuguesa, define, em geral, a política do rei como uma política "antissenhorial". As Inquirições anteriores a D. Dinis, são reconhecidamente classificadas por resumirem-se à condição de verificação da legitimidade da posse das terras concedidas à nobreza. Com D. Dinis, verifica-se uma situação

acercado do Infante Afonso, o legítimo herdeiro, com vistas a insuflá-lo contra Afonso Sanches.

O exílio do Conde D. Pedro teria sido, segundo alguns autores[261], motivado por exigência de Afonso Sanches. Fr. Francisco Brandão, seguindo uma fonte que chama de *Crônica Antiga*, que é, segundo Cintra[262], uma versão da *Crônica Geral de Espanha de 1344*, aliada a um documento no qual não se assinala coincidência entre as versões, mostra-nos, no primeiro caso, a forma como o texto que se atribui ao Conde D. Pedro interpreta estes conflitos; e, no segundo documento, de que tal interpretação era um dado real. No texto da versão da crônica usada por Fr. Brandão, se vê escrito:

> E tamto foy crecendo este escandallo, que ouverõ dom Affonso Sanches e seu irmão de ajuntar todos seus vassalos e amigos e ainda grande parte dos del rey per seu conssentimẽto e ẽvyarõ todo este poder cõ Johã Affonso [outro seu irmão bastardo a que se atribui um comportamento impetuoso] que fosse fazer mal e desonrra a seu irmão o Conde dõ Pedro[263].

A transcrição de trecho da aludida proclamação do rei diz, segundo Fr. Brandão, que:

> [...] emquanto o Conde Dom Pedro, filho del Rey, lhe fora obediente, o Infante o aborrecera e desestimara mas, depois que ele se *abandoara* com Dom João Nunes de Lara, de quem em Lisboa teve recados por Vasco Paes e Martim Gil de Vilela, o Infante o *amára* e correspondera, como mostrou quando o Conde teue o *rompimẽto com seu irmão* João Afonso, mandando o Infante a seus vassalos que seguissem o Conde *contra o irmão* que era a El Rey obediente: e assi mais indose o Conde *por causa deste omezio* para Castella, o Infante o recomendara varias vezes à Rainha Dona Maria por cartas suas[264].

Protagonista destas querelas, Afonso Sanches foi o segundo filho natural de Dinis. Nasceu antes de 1289, de uma relação ilegítima do rei com Aldonça Rodrigues Telha. Por sua condição de bastardo, integra uma modelar espécie de intruso, visto como desestabilizador da ordem familiar legítima. Figura ambígua: a seu favor pesa o fato de ser filho de rei, de com o pai manter um laço de consanguinidade, mas fruto de uma relação sobre a qual pesa a

---

agressiva do senhorio régio em relação à posse de jurisdições.

[261] FREIRE, Anselmo Braamcamp. **Os Brasões da Sala de Sintra,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, p. 266; VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. **Cancioneiro da Ajuda –** v. 2, Halle: Max Niemeyer, 1904, p. 247; BRANDÃO, Fr. Francisco. **Monarquia Lusitana,** VI, p. 419.

[262] Cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley (Ed.). **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 2009, p. CXLV-CXLVI.

[263] Brandão, Fr. Francisco. **Op. Cit.,** p. 419.

[264] Cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley (Ed.). **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 2009, p. CXLVII. [itálicos nossos].

ilegitimidade. Segundo reza o direito, está impossibilitado de herdar o trono, ainda mais no caso da existência de filho varão legítimo; que, em caso de morte, ou no interior de uma grave crise política, permite que a imaginação abra espaço para tal possibilidade.

Afonso Sanches foi filho legitimado por carta de 8 de maio de 1304[265]. A legitimação é mais um agravante interpretado por facções opostas ao rei e aglutinadas em torno do infante, como um sinal de uma possibilidade aberta à pretensões do bastardo ao trono. A legitimação o potencializa a proximidade à manipulação de recursos e benefícios que o aproximam ainda mais dos mecanismos de controle político no ambiente da corte e, portanto, da estrutura de decisões do poder régio. É indício de um potencial maior envolvimento e controle do jogo político pela capacidade de decisão acerca da distribuição dos cargos palacianos. Uma vez que maior proximidade ao rei dá maior acesso à condições de manipulação de mecanismos fundamentais para alocar as melhores oportunidades de ganho, obtenção e manutenção das melhores sociais em função do maior prestígio diante do favor régio.

Afonso Sanches é um bastardo. Não obstante o peso da ilegitimidade que incide sobre a união que o gerou, ele é filho de rei. Portanto, que mantém uma relação de consanguinidade com este ser cuja aura é cercada de especialidade. Relação que a sociedade crê criar um laço de substância capaz de transmitir atributos fundamentais que o habilitam à possibilidade de aspirar tal condição. O que é um atenuante a opor às resistências com que é visto pelas facções cortesãs insatisfeitas com a política régia.

Ao que parece, soube aproveitar-se dos extensos privilégios que o pai lhe concedeu – mercês, senhorios de fronteira, e um bom casamento[266]. Aliou-se ao pai numa composição política em que uma das direções apontava para o avanço do senhorio régio sobre as prerrogativas da nobreza. O que acabou por fazer com que alguns setores desta com ele se indispusessem e se aliassem ao legítimo herdeiro contra o pai. E, de fato, em torno do infante Afonso, o futuro rei D. Afonso IV, aglutinaram-se os descontentes entre 1319-1324, numa luta que se tem como "[...] a mais prolongada e violenta desde as lutas que ensanguentaram a sucessão de Sancho II, até a Revolução de 1383." [267].

A conturbada trajetória da família de D. Pedro de Barcelos, de uma forma geral, nos é trazida a luz pela historiografia em grande medida através do testemunho das crônicas que se constituem num conjunto de episódios característicos de um universo que se constrói como

---

[265] Cf. PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999**,** p. 191.

[266] **Ibidem**, p. 191-193, notas 142 a 147.

[267] MATTOSO, José. A Guerra Civil de 1319-1324. In: **Separata de Estudos de História de Portugal, 23, Séculos X-XV,** Homenagem a A. H. de Oliveira Marques, vol. 1 Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 163.

saga. Trata-se, desta forma, do que está implicado no centro das disputas que envolvem a perpetuação das condições que definem um modo de vida de uma nobreza senhorial tradicional, senhorial, que se encontra em meio a um contínuo processo de desarticulação, em favor de uma nobreza de corte, mercê, neste tempo, de um processo histórico que faz emergirem condições históricas para que a diversidade social se alastre. Principalmente a advinda da emergência de setores sociais dominados por uma oligarquia urbana, desde há muito existente, mas cuja presença e magnitude de forças históricamente acumuladas, exige maior interferência política na sociedade. A fundação das Cortes portuguesas é um testemunho de que, já em meados do século XIII, para a tomada de decisões não se podia mais prescindir de ouvir e consultar aos homens bons dos concelhos urbanos[268].

O reinado dionisino caracterizou-se por um processo de confrontos entre facções da nobreza e o rei que se arrastaram por décadas e que revelam um poder régio que aprofunda políticas vistas por uma nobreza tradicional como de interferência em domínios nos quais, até então, o costume a ela reservava soberania. E é na perspectiva de tais disputas que se pode compreender as primeiras Inquirições em 1284 no Entre Douro e Minho e parte da Beira Baixa; e as retomadas em 1288 de novo na região do Minho, Trás-os-Montes e novamente na Beira, prolongando-se estas últimas até 1290, com as quais se alegava apurar que *honras*[269] eram as legítimas e as que a nobreza teria criado pela usurpação de direitos régios. Em 1301 são novamente retomadas em quase todo o Minho e parte da Beira, e em Trás-os-Montes, acabando por estenderem-se às mesmas províncias beirãs em 1307. Em última instância, tratava-se de disputas feudais, em torno de direitos e com métodos que o costume consagrava. E isto no caudal de um processo que, desde Afonso III, fortalecia a posição do senhorio régio em relação à demais nobreza, permitindo-lhe, por sua vez, retomar as disputas em posição de vantagem.

De uma posição de resistência passiva da nobreza passa-se, então, a uma atitude agressiva. Depois de protestarem em Cortes de Lisboa, em 1285, e Guimarães em 1288 e em documentos que datam de entre 1290 a 1307, a contenda, no que tem de essencial, prolongou-se, arrastando-se até 1315 e 1316, quando o rei contra-ataca mandando um seu meirinho-mor reprimir abusos de jurisdição senhorial cometidos em seus territórios através da constituição de novas honras e ampliação da antigas[270].

---

[268] Cf. CAETANO, Marcelo. **História do Direito Português, Séculos XII-XVI,** 4ª ed. Lisboa- São Paulo: Editorial Verbo, p. 312. Para o início de um processo de implantação de uma economia de mercado, ver MATTOSO, José. **História de Portugal. A Monarquia Feudal**, vol.2. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 252.
[269] MATTOSO, José. A Guerra Civl de 1319-1324, In: **Op. Cit.,** p. 164-165.
[270] MATTOSO, José. A Guerra Civl de 1319-1324, In: **Separata de Estudos de História de Portugal, 23,**

A nobreza, esgotada depois de várias tentativas de solução por negociação, decide recorrer à intriga – o que se faz assumindo a linguagem do estímulo aos ressentimentos familiares que acabam por se converter no móvel interpretativo dos coevos para o conflito que deflagra a violência da guerra civil de 1319-1324.

Tratou-se de um movimento através do qual se aprofundava o processo de extinção das mais prestigiosas linhagens territoriais, e cujas divisões os poderes régios souberam explorar. Fizeram com que com que suas riquezas e patrimônio simbólico, principalmente pela via das estratégias matrimoniais, se transferissem para uma nobreza cortesã que se tornou poderosa, mas domesticada. Os herdeiros da nobreza senhorial tradicional, tanto em Castela quanto em Portugal, compreenderam que era mais vantajoso associarem-se aos poderes régios do que desafiá-lo.[271]

Afonso Sanches foi um instrumento disso. Seu pai lhe deu como tutor Pero Afonso Ribeiro, segundo atesta documento no qual D. Dinis concedeu-lhe os recursos com que pudesse manter o filho. Tudo indica que Pero Afonso foi um cortesão avisado no bom manejo dos negócios. Afonso Sanches tornou-se, em 1312, mordomo-mor[272] – cargo que parece ter mantido até pelo menos 1323[273]. Antes, em 1303, surgiu ligado à cúria régia[274]. Foi senhor de um vasto patrimônio em Portugal e do outro lado da fronteira, bem como de uma grande casa[275]. Razões mais do que suficientes, segundo alguns, para que despertasse ressentimentos no irmão, e que o conflito se manifestasse primordialmente como uma querela entre familiares. A crise entre os irmãos, cessada a guerra civil, é mitigada com o exílio de Afonso Sanches para Castela, onde foi acolhido por seu sobrinho, o rei D. Afonso XI. Em 1327 chega a testemunhar em documentos que versam sobre as relações entre os dois reinos[276]. Sua viúva, ainda exerce um papel importante na preservação da posse pela linhagem de uma parcela do patrimônio existente em Portugal. Através de uma testamenteira, Maria de Villalobos evita o confisco pela queda em desserviço régio. D. Pedro confisca todos os bens, mas no tempo de

---

Séculos X-XV, 23, Homenagem a A. H. de Oliveira Marques, Vol. 1, Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 165.

[271] Cf. GERBET, Marie- Claude. La Corona de Castilla, la Nobleza Astur-Leonesa contra la Vieja Dinastia – La Alta Nobleza dominada, In: **Las Noblezas españolas en la Edad Media, Siglos, XI- XV**, Madrid: Alianza Editorial, 1997, p.134-139; GOMES, Rita Costa. Os Indivíduos e os Grupos, 2. Os Nobres, In: **A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média**, Lisboa: DIFEL, 1995, p. 62-108; MATTOSO, José. **História de Portugal, A Monarquia Feudal,** vol. 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 177-178.

[272] Cf. PIZARRO, J. A. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 192, nota 144.

[273] Cf. PIZARRO, J. A. Sotto Mayor**, Op. Cit.,** 1999, p. 192, nota 145.

[274] Ainda *como filho d'algo da corte*, Cf. **Ibidem,** p. 192, nota 146.

[275] Cf. PIZARRO, J. A. Sotto Mayor, **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 192, nota 147.

[276] **Ibidem,** p.193, nota 150.

D. Fernando, numa contenda judicial, a parcela tida como da avoenga dos Albuquerque, retornam para a linhagem[277].

Portanto, episódios desta natureza nos permitem ver que não é absolutamente da ordem do meramente discursivo que o acesso a poder e influência nas altas esferas políticas se faça por intermédio de relações pessoais e familiares. O maior benefício que D. Dinis fez a este seu bastardo foi o casamento com Teresa Martins Telo, em 1306, filha de uma das mais importantes linhagens castelhanas, e que acabou por fazê-lo titular de um legado patrimonial da linhagem da esposa no reino vizinho, o que lhe garantiria mitigar os efeitos da derrota política no reino de Portugal. Este casamento lhe deu o controle sobre Albuquerque, fortaleza de grande importância estratégica, e senhorio cuja concessão despertava simultânea apreensão dos poderes régios português e castelhano, cuja posse dava a quem a detinha o trunfo de poder negociar vantagens numa eventual guerra entre os dois reinos – o que se confirma por tornar-se, mais tarde, objeto de disputa e posterior compartilhamento entre estes reinos.

Teresa Martins, era a filha mais velha de João Afonso Telo II, 1º conde de Barcelos, que, em testamento, chegara a pedir a D. Dinis que em caso de sua morte entregasse este senhorio à esta sua filha. A partir de 1307, Afonso Sanches se intitula *senhor de Albuquerque*[278], título que acumula com o cargo de mordomo-mor. E, ao legado desta sua esposa, acrescenta-se o conjunto patrimonial que lhe foi legado pelo pai.

Afonso Sanches, com a guerra civil, vê-se no centro de um conflito que, no plano das representações, se manifesta com as características da típica rixa familiar das *sagas.* Confrontava-o seu cunhado, Martim Gil Riba de Vizela II, casado com Violante Sanches Telo, irmã de Teresa Martins, sua esposa. Martim Gil fora também alferes-mor de D. Dinis, 2º conde de Barcelos e mordomo-mor do príncipe herdeiro, o infante D. Afonso. Considerado homem dedicado e de confiança do rei para tarefas difíceis, Martim Gil ressentia-se com o favorecimento dado a seu cunhado[279], a quem acusava protestando contra as constantes ofensas que lhe dirigia. Fora a pedido de seu pai, Martim Gil Riba de Vizela I, que, em Santo Tirso, e por volta dos anos 1270, que se redigiu o Livro Velho de Linhagens.

A querela, assim, desenhou-se em função das posições de interesses no interior da corte, em torno das concessões régias. Além do fato de que ele e Afonso Sanches disputassem o castelo de Zagala, próximo à vila do mesmo nome e algumas outras fortalezas cujas

---

[277] FERNANDES, Fátima Regina. A Extinção da Descendência Varonil dos Meneses de Albuquerque em Castela e suas implicações na Administração do seu Patrimônio em Portugal, In: **Cultura e Poder na Península Ibérica**, Curitiba: Ed. Juruá, 2001, p.201-214

[278] Cf. PIZARRO, J. A. Sotto Mayor, **Op. Cit.**, 1999, p. 194.

[279] MATTOSO, José. A Guerra Civl de 1319-1324, In: **Separata de Estudos de História de Portugal, 23, v. I – Séculos X-XV, Homenagem a A. H. de Oliveira Marques.** Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 168-169.

disposições sucessórias estabelecidas pelo Conde João Afonso Telo II não teriam sido cumpridas, o ressentimento se fortalece por a Afonso Sanches ter sido entregue mais tarde o castelo e o senhorio que se constituía na melhor parte da fortuna [280]. O homem que "teria" [281] o castelo por Martim Gil não o entregou a Pedro Fernandes de Castro, como disposto, mas a um seu inimigo. E após uma complexa repartição dos bens do 1º e 2º condes de Barcelos, foi posto termo à questão pela arbitragem do rei[282].

Vê-se assim que a preocupação em estabelecer vínculos de caráter local é fundamental para o enraizamento da autoridade senhorial. E uma forma entre as quais se efetiva é pela presença de Afonso Sanches junto à esposa na administração do patrimônio do casal[283]. Em 1322, dona Teresa faz uma doação ao mosteiro de Pombeiro, do qual se a aponta como *natural e padroeira*[284]. E entre as ações pias do casal está a fundação do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, em 1317, local no qual foram mais tarde sepultados.

Acusam-se assim elementos do universo que examinamos: o envolvimento com o patrimônio familiar, e, como no acaso imediatamente acima apontado, a vinculação a uma instituição religiosa de caráter local, que associa a autoridade senhorial a centros de sacralidade e, em relação aos quais, de uma forma geral, as famílias da nobreza contraem atribuições e responsabilidades. Deles se afirma serem *naturais* e *padroeiros* e sobre eles incide o peso simbólico da terra como local onde se é, ao termo de uma vida, sepultado.

Na península ibérica, ressalta a estreita ligação da nobreza com estas instituições. Funda-as e dota-as de recursos e melhorias. Das fileiras de sua parentela retiram seus abades, abadessas e administradores em geral. A nobreza faz destas instituições centros de sacralidade em torno do qual se congrega toda a comunidade local. Tais vínculos se podem atestar pela profusão de testemunhos dados pela documentação relativa a estas instituições no período dionisino.[285]

Afonso Sanches morreu em 1328 no cerco de Escalona, mas não sem antes, em 1325, ter lançado alguns ataques a Portugal da fronteira castelhana. Seu exílio foi uma das

---

[280] PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 555, nota 106.

[281] Diz que um homem "tem" um castelo ou senhorio por alguém, quando a este se submete por meio do rito de homenagem vassálica.

[282] Cf. PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Op. Cit.,** p. 194, nota 156.

[283] Cf. PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Op. Cit.,** p. 194, nota 157.

[284] Cf. **Ibidem,** p. 195, nota 160. Deve-se atentar para a dimensão, para a ordem de grandeza do ente – a localidade - ao qual o texto vincula o estatuto de *naturalidade* de um homem.

[285] PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999**,** p. 21-32.

exigências do infante herdeiro para pôr fim às lutas e apaziguar seus partidários. Exigiu a retirada de todas suas terras e maravedis. Dona Teresa Martins sobreviveu ao marido por quase 20 anos; e desta união ficou apenas um filho, João Afonso de Albuquerque, o do Ataúde, figura a que o futuro reservaria grande projeção política no reino castelhano. O cronista Pero Lopez de Ayala[286] o coloca no centro dos acontecimentos políticos que desaguaram na crise que opôs Pedro, o Cruel, e Henrique de Trastâmara na disputa sucessória ao trono castelhano, com a morte de D. Afonso XI.

João Afonso de Albuquerque foi criado em Lisboa por um meirinho-mor de D. Dinis, dom João Simão de Urrô. Seu avô lhe doou, em 1314, bens no termo de Alenquer e em Lisboa[287]. Em 1330 retirou-se para Castela, onde serviu ao primo Afonso XI como alferes-mor e a Pedro I como aio e, depois, mordomo-mor. Teve grande influência como articulador político na corte de Pedro. Teve importante papel na procura de apoio para que facções da nobreza peninsular se articulassem com a casa francesa de Bourbon. Sua inclusão em redes de relações familiares, tanto em Portugal quanto em Castela, são outro legado do avô. A crônica de Pero Lopez de Ayala o coloca no centro de uma história narrada como intriga. Nela aparece como o *estrangeiro* indesejado e figura desestabilizadora do reinado de Pedro, o Cruel, que, por mal aconselhá-lo precipita um sangrento processo de lutas internas entre a nobreza, que acaba no assassinato do rei Pedro pelo meio-irmão, o bastardo Henrique, filho do rei D. Afonso XI com sua barregã, Leonor de Guzmán.

João Afonso é acusado de ser amante da rainha, D. Maria, esposa legítima do falecido D. Afonso XI. Filha de D. Afonso IV, rei de Portugal, D. Maria, como viúva do rei falecido mantem sua influência na corte. É acusada pelos opositores de submissão a forte influência de uma facção liderada por um *estrangeiro* - João Afonso - entre 1351 e 1353. Teve que lidar com situações de rebelião[288]. Ayala descreve João Afonso de Albuquerque como pivô da crise que acabou por precipitar a guerra civil castelhana que levou os Trastâmaras ao poder (1366-1369). É acusado de manipular o sucessor Pedro e de despertar o ódio da nobreza castelhana tradicional, já submissa a um inexorável processo de esvaziamento de poderes, que se arrastava desde Afonso X.

Por ligação à mãe, Teresa Martins Telo, e ao matrimônio contraído com uma prima,

---

[286] AYALA, Pero Lopes de. **Crónica de los Reyes de Castilla.** Tomo I, Ano V. Madrid: Imprenta de Don Antonio de Sancha,1779.

[287] PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 196.

[288] Cf. GERBET, Marie-Claude. **Las Noblezas Españolas en la Edad Media, Siglos XI-XV.** Madrid: Alianza Editorial, 1997, p. 154.

Izabel Teles de Meneses, décima senhora de Meneses, ligou-se a uma prestigiosa família cuja história se forjou por meio de estreita ligação ao processo de formação da monarquia castelhana no contexto de retomada cristã dos territórios[289]. João Afonso toma como apelido um homônimo ao toponímico de Albuquerque, senhorio fronteiriço que Afonso Teles de Meneses, segundo senhor de Meneses, e ascendente de sua mulher, conquistou aos mouros[290]. Sua trajetória política, nome e ligações familiares contraídas no reino vizinho apontam para uma maior vinculação ao ambiente político castelhano.

João Afonso foi o sexto senhor de Albuquerque. Estima-se casado entre 1323/24 com sua prima, Izabel Teles de Meneses. A mesma senhora também conhecida em algumas genealogias pelo nome de Izabel Teles de Molina[291]. Izabel foi décima senhora de Meneses. Com ela teve apenas um filho, Martim Gil, que morreu sem descendência, pelo que os senhorios de Meneses e Albuquerque acabam por serem anexados pela coroa castelhana. Izabel era descendente do tronco principal dos Meneses, prestigiosa linhagem que deita raízes na antiga nobreza condal castelhana. Entre seus antepassados mais longínquos está o Conde Gonzalo Tellez, que pressionado pela ascensão dos Lara, através da figura do Conde Fernán Gonzalez[292], migra dos vales do Mena e instala-se na região palentina adotando o toponímico do lugar de proveniência, Meneses.

João Afonso morre em condições trágicas em 28 de setembro de 1354. Pelo que se supõe, envenenado.

Pero Lopez de Ayala é uma fonte generosa em informações a seu respeito, mas do ponto de vista adverso, pois, no curso destes acontecimentos, o cronista bandeia-se para o lado do Trastâmara. Conta-se que em Medina del Campo, João Afonso teria adoecido após fazer acordos com o campo político adverso, conspirando assim contra Pedro, o Cruel, que, como sugere o cronista, pede a um físico romano, que estava junto ao Infante D. Fernando de Aragão, que "[...] diese hierbas á Don Juan Alfonso, e que el le heredaria, e le faria muchas mercedes: e el fizolo asi, e dio hierbas a Don Juan Alfonso em um jarope, de que murió." [293].

A imagem que de João Afonso de Albuquerque nos dá Pero Lopez de Ayala, na *Crônica do Rei D. Pedro de Castela*, é significativamente, de forma súbita e frequentemente

---

[289] Cf. TÁPIA, Modesto Salcedo. **La Família "Tellez de Meneses" en los Tronos de Castilla y Portugal,** v. I. Palência: Instituto Tello Tellez de Meneses. 1999.
[290] **Ibidem,** p. 133.
[291] PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 196.
[292] Cf. TÁPIA, Modesto Salcedo, **Op. cit.**, 1999, p.8.
[293] AYALA, Pero Lopez. **Cronica de los Reyes de Castilla**. Tomo I, Ano V, cap. XXVII. Madrid: Imprenta de Don Antonio de Sancha, 1779, p. 152.

invocada no texto da crônica. Como a um bordão, aparece na narrativa pairando como espectro de uma figura sinistra, sentida por todos como uma ameaça e a quem todos temem: o estrangeiro usurpador, imagem com a qual o cronista procura convencer o leitor que é de fato quem governa o reino e controla a vontade de Pedro, um rei destemperado. João Afonso é acusado de se utilizar dos encantos de Maria Padilha, que vivia como dama na casa de sua esposa, D. Izabel Teles de Meneses, para seduzir e manobrar Pedro, que acaba por fazê-la sua amante e preferida[294].

Como personagem integrante de uma nobreza que vive em meio a uma crise, cujos efeitos, nas suas grandes linhas e a longo prazo, são a manifestação de conflitos e embates de longa duração e cujos desenvolvimentos posteriores desaguam na conjuntura da Revolução de Avis, João Afonso encontra-se no centro de uma complexa rede de relações familiares e pessoais, marcada por conflitos que o texto de Pero Lopez de Ayala expressa pela linguagem da intriga, da rixa entre clãs, da vingança privada, como reação moral negativa à cumplicidade quanto à relações ilícitas, adulterinas e pela disputa por vantagens decorrentes de posições privilegiadas junto ao rei e à corte. É num contexto de constantes repudio à esposas e casamentos pelos quais passa Pedro de Castela que o texto nos dá a ver que é pelo viés de estratégias matrimoniais que se selam ou desfazem alianças entre clãs e facções da nobreza. É num ambiente de relações predominantemente representado como motivado por razões de cunho interfamiliar e pessoal, que as fontes literárias narram os fatos e atribuem sentido ao que está no âmago da história que vivem os homens - o que nos mostra que é deste universo mental que retiram as ferramenteas de compreensão do mundo em meio ao qual estão presentes.

O caso de João Afonso é modelar para ilustrar sobre as possibilidades de uma fidalguia que pode ter uma trajetória ascensional vertiginosa, cujo raio de ação extravasa os limites de um reino, o que impõe que pensemos o político na sociedade de então para além de parâmetros retrospectivos que emergem de narrativas históricas que têm como o horizonte a formação de nacionalidades ou estados. E é no horizonte desta gramática de leitura do mundo, que se liga ao viés do familiar, do consaguineo, da parentela, que se pode pensar a ação dos personagens no no texto de Ayala, no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro,* e também na *Crônica Geral de Espanha de 1344,* na qual, a propósito, pensamos não dever nos deixar enganar pela presença de uma temporalidade explicitamente mais sequenciada, de estilo mais

[294] Alguns exemplos se podem colher em: AYALA, Pero Lopez. **Cronica de los Reyes de Castilla**. Tomo I, Ano V, cap. XXVII. Madrid: Imprenta de Don Antonio de Sancha, 1779. Ano I, caps. VI (p.18); XIV (p.29); Ano II, caps. III (p.36); VI (p. 40); VII (p. 44); XIII (p. 50); XX (p. 66); Ano III, caps. I (p. 72); V (p. 77); Ano IV, caps. V (p. 86); VI (p. 87-89); IX (p. 91).

"*propriamente*" histórico, tal como o qualificou Cintra[295].

Ainda à guisa de ilustração das possibilidades no interior deste universo, há casos de moderação, nos quais se pode notar a existência da combinação entre dados indivíduos e circunstâncias que propiciam margens de escape à enredos mais dramáticos. Dentre os irmãos bastardos do conde D. Pedro, fruto de ligações ilegítimas de D. Dinis, temos Fernão Sanches, apontado como o mais discreto de todos. Não se sabe quem foi sua mãe. Foi entregue à guarda da rainha, D. Isabel, tal como o foram Afonso Sanches e Pedro Afonso, mas não sob sua tutela. Esta foi entregue ao meirinho D. João Simão de Urrô, e só reverteria à rainha caso o rei morresse antes dela e sendo Fernão Sanches ainda menor.[296]

Ele nos aparece em documentos de não poucas doações que recebeu. Constam de seu patrimônio bens em Lisboa, Santarém, no julgado de Vouga, Oliveira do Conde e outros[297]. Há que se ressaltar um documento no qual vemos um aspecto que aponta para o surgimento, na linguagem de um documento, de um gesto verbal que instaura a *forma* sobre a qual estamos, no presente trabalho, tratando - a *saga*. Trata-se de poderes que são concedidos a Fernão Sanches na aldeia de Favaios, referida nas Inquirições de novembro de 1307, no qual consta sua atuação "[...] metendo hy meirinho e tabelliom e juiz *que prrende e faz justiça*" [298]. Citação que revela a ideia de uma justiça que lhe é delegada para exercer-se como uma deliberação da vontade pessoal. Aspecto conotado pela ausência da preocupação do texto em mencionar a mediação de uma norma e de um julgamento. A ideia com a qual o texto constitui a figura do juiz associa-o diretamente à punição, ao exercício de um poder de caráter pessoal. Trata-se de uma autoridade que não emana do texto da lei, mas que é vinculada à figura de pessoas.

Fernão Sanches casou-se com Fruilhe Anes de Sousa (Briteiros), e aparece fazendo uma composição com os cunhados, que provavelmente versa sobre o acordo de arras da sua mulher[299]. As doações que fez mais tarde a seus irmãos e ao próprio rei parecem indicar o retorno dos bens a seu ponto de partida, já que Fernão Sanches não teve descendência.

Dados sobre sua trajetória nos revelam que não deixou de ser amerceado pela

---

[295] CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. CLXXXVIII. [itálicos nossos].

[296] Cf. PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 197, nota 169.

[297]Cf. PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Op. Cit.,** p. 197, nota 170.

[298] Cf. PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Op. Cit.,** 1999, p. 197. [itálicos nossos].

[299] Cf. PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 198, nota 172.

prodigalidade de um rei e pai, que o perfilhou e o herdou em reconhecimento de uma posição como membro de uma família. Fernão Sanches foi detentor de uma grande casa[300]. Morreu em 1329, sendo sepultado no mosteiro de S. Domingos das Donas de Santarém[301].

João Afonso II foi o outro e mais novo bastardo meio-irmão do conde D. Pedro de Barcelos. Foi oposto de Fernão Sanches. Nasceu por volta de meados dos anos 1290 e sua mãe foi Maria Pires, apontada pelo Conde D. Pedro, como *uma boa dona do Porto*[302]. Foi legitimado por carta do pai em 1317, data na qual já o vemos casado há dois anos com Joana Pires Ponço das Astúrias[303]. Aparece na documentação em 1303 recebendo em doação a quinta de Montagraço do pai, que continuaria a amerceá-lo com doações como esta assiduamente até 1314[304]. Em 1315 aparece como confirmante de documentos régios em todos os atos da corte. Ascendeu aos cargos de alferes-mor e de mordomo-mor entre 1318-1325. É caracterizado, na documentação avulsa e na crônica, como de temperamento intempestivo, violento e prepotente[305]. Tal como os outros, foi beneficiado pela generosidade do pai, de quem, tal como Afonso Sanches, foi fiel partidário, acompanhando-o até a morte. Não pode beneficiar-se da proteção de um exílio no reino vizinho tal como Pedro Afonso e Afonso Sanches. Retirado o apoio que este lhe garantia, esta fidelidade haveria de lhe custar caro: diz uma fonte que "morreu por *justiça de seu irmão*" [306] D. Afonso IV, que a 4 de julho de 1326 proferiu sentença e mandou executá-lo.

Maria Afonso I foi filha do rei com Marinha Gomes. Tal como sua irmã homônima, é omitida no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.* Nasceu antes de 1301, e apesar da relativa obscuridade em relação aos irmãos, recebeu doações do pai e foi nomeada por Afonso Sanches como possível herdeira de Albuquerque. Sua ausência no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, seu irmão, se julga dever-se a desafetos familiares: casara-se antes de 1317 com um adversário político do Conde D. Pedro, João Afonso de La Cerda, único filho do infante Afonso de La Cerda, membro de uma família da nobreza que, por linha feminina, postulava-se como legítimo herdeiro de Fernando IV, o falecido primogênito de Afonso X –

---

[300] **Ibidem**, p. 198, nota 174.
[301]**Ibidem**, p. 198.
[302] **Ibidem**, p. 199.
[303] É através desta carta que é referido o nome de sua mãe, através de quem, aliás, teria, em 1315, direito à naturalidade, como rico-homem no mosteiro de Tibães, cf. PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Op. Cit.,** 1999, p. 201, nota 192.
[304] **Ibidem**, p.199.
[305] **Ibidem,** p. 199.
[306] "Joham Afonso, que depois seu irmão, el rei dom Afonso, o mandou matar em Lixboa, quatro dias andados do mês de Junho, era de mil CCCLXIIII anos" Cf. BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, fol. 32 v.°, In: MATTOSO, José. (Ed.) **Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores**, v. II/1, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p. 129. [itálicos nossos]; também PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Op. Cit.,** 1999, p. 200, nota 189.

aos quais se opunham as forças às quais se encontrava aliado o Conde D. Pedro, ligadas à rainha Maria de Molina, viúva de Sancho IV e sua protetora no exílio[307].

Apenas Maria Afonso II e Fernão Sanches figuram como personagens de trajetória mais discreta. Maria Afonso II, tal como sua irmã homônima, por motivos ignorados é "esquecida" pelo irmão Pedro Afonso no seu Nobiliário. Tornou-se freira no prestigioso mosteiro de Odivelas[308], no qual, segundo documentação, mandou erigir um altar consagrado a Santo André[309].

Finalmente, voltando ao nosso personagem principal, ele nos surge celebrado em alguns fragmentos de texto. Dentre eles, há um no *Livro de Linhagens* que, se não é obra de um servidor que buscava exaltar a figura de seu senhor, muito nos diz sobre como o Conde autoconcebia-se e ao sentido de sua vida. Dizia:

> Este comde D. Pedro foy o que fez muito a fidallgos em Portugal e que os pos nas muy gramdes comtias, ca mais forom por ele postos e feytos em muy gramdes contias ca pellos melhores quatro homens boos que forom em Portugall mais forom por ele postos e feitos em Portuguall saluamdo se forom rreys. E este foy o que erdou alguuns filhos d'algo nas sas erdades e que ouue os melhores vassalos que ouue outro comde nem homees boos dos que dantes forom [...] [310].

O texto o exalta por qualidades próprias a um suserano feudal. Por uma capacidade que o inscreve na perspectiva de uma prodigalidade típica de um senhor feudal. Seu pai, em 1289, lhe fez generosas concessões em Lisboa, Estremoz, Évora-Monte e outras, com direito de transmissão à sua descendência, caso a tivesse. Ao contrário, deveriam reverter para Afonso Sanches. Outras, datadas de 1301 e 1303, situavam-se em Sintra e Távira. Em 1306, o rei lhe doava a terra de Gestaço com seu termo de jurisdições[311].

Ao patrimônio doado pelo pai acrescentou-se outro conjunto de bens oriundos sobretudo do primeiro de dois casamentos que contraiu. O primeiro, com Branca Pires de Portel, filha de Pero Anes de Portel e de Constança Mendes de Sousa, que pela morte do irmão João Pires de Portel, em finais de 1304, herda boa parte da fortuna deste importante

---

[307]Cf. GERBET, Marie-Claude. **Las Noblezas Españolas em la Edad Media, Siglos XI-XV.** Madrid: Alianza Editorial, 1997, p. 124-125.
[308] PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 203.
[309] **Ibidem**, p. 204.
[310] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, fol. A1 3 v.°, In: MATTOSO, José. (Ed.) **Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores**, v. II/1, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p.277.
[311] CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. CXXXII; CXLIV.

personagem do reinado de D. Afonso III, que foi o seu avô paterno, D. João Pires de Aboim. Pelo lado da mãe, herda os bens da casa de Sousa, depois da morte do varão desta família, o irmão mais velho, João Peres de Sousa. Branca morre por volta de 1307, deixando um filho que pouco depois viria também a falecer, pelo que o conde se vê herdeiro de um considerável patrimônio[312].

Casa-se uma segunda vez com Maria Ximenes Coronel, outro nome familiar ao qual dedica um título no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*[313]. Pertencente a uma linhagem de grande importância e notório trânsito na esfera da nobreza castelhana, de quem não teve descendência. Circunstâncias sobre as quais pouco se conhece acabam por separar o conde de Maria Ximenes[314]. Logo após, passa a viver com Teresa Anes de Toledo, dama da casa da rainha Dona Beatriz, na qual ocupara o cargo de seu mordomo, e com a qual também não teve descendentes.

Vistos este conjunto de trajetórias, nossa proposição, neste sub-titulo foi fazer referências que trouxessem à tona aspectos da vida familiar do Conde. Procuramos observar como seu texto de compõe com base em concepções vividas em sua vida familiar e em que termos elas se expressam na linguagem através da qual descrevemos sua trajetória política. Pelo que vimos, dados de documentação oficial presente nas citadas obras de Pizarro e Cintr aautoriza-nos a inscrever as concepções do *Livro de Linhagens* no universo de uma nobreza feudal tradicional. A forma como as relações são representadas: os casamentos, as rixas, a disputa pelas benesses paternas, são-nos apresentadas como móveis que deflagraram as mais mais sangrentas lutas e vinganças. Nela predomina uma representação do mundo típica de uma vivência senhorial tradicional, que se faz presente principalmente pelo modo como as formas se instauram através da linguagem.

Especialmente tal se revela quando o foco incide sobre dimensões como espaço, tempo e sobre os códigos que estão no âmago do que motiva a ação e as relações dos homens fidalgos com o mundo e com a sociedade que os cerca. De outro lado, percebemos a lacuna lógica que o discurso produz com o reconhecimento de um vazio que enseja a entrada em cena de um ente de função corretiva para as "disfunções" que o texto acusa nas relações entre a fidalguia. Elemento, por excelência, traduzido pela lapidar frase que o Conde D. Pedro, no

---

[312] CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Op. Cit.**, p. CXLIII-CXLIV; PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 189-190.

[313] BARCELOS, Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. XLI, fols. 146-149. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores**, v. II/1, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p. 468-475.

[314]Cf. LOPES, F. F. Alguns documentos respeitantes a D. Pedro Conde de Barcelos. In: Itinerarium, Ano XI, Braga, 1966, p. 486-503, apud PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Op. Cit.,** 1999, p. 190.

Prólogo de sua obra atribui a Aristóteles: "[...] que se homẽs houvessem antre si amizade verdadeira, nom haveriam mester reis nem justiças, ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus." [315]

Alguns elementos que nos remetem às características de sua posição como elementos de peso no diagnóstico que emite acerca de seu mundo, têm relações que se podem estabelecer entre informações produzidas pelos documentos oficiais e as notícias que se tem acesso pela crônica. Principalmente pelo que revela acerca dos constrangimentos entre os quais teve de esgueirar-se em meio às obrigações de lealdade ao pai – o rei – e ao irmão – o herdeiro legítimo.

Temos assim que pensamos poder compor um juízo da figura do Conde D. Pedro, tomando em consideração o que o individualiza como pessoa em relação ao grupo familiar e sua posição em relação ao grupo ao qual pertence. É o produtor de uma iniciativa cultural que busca promover e fazer resistir uma visão de mundo e práticas de comportamento de um grupo que reage a ameaças; que advém da expansão dos poderes régios e dos grupos que emergem na cena política urbana e cobram espaço no jogo político, numa sociedade que progressivamente se torna mais diversa, complexa, interdependente em função da multiplicação e alcance que adquirem as relações decorrentes de uma progressiva complexidade introduzida pelos mecanismos de mercado e divisão social do trabalho[316].

Tendo atingido o máximo de sua riqueza e poder durante os anos vividos na corte portuguesa, seu exílio e queda em desserviço régio, seguidos de seu retorno e relativa recuperação posterior, caracteriza um percurso político marcado por elementos que certamente se podem atribuir ao imponderável[317], mas que estão associados a um talento político dotado de um profundo senso de medida, que mostrou-se, apesar de profundamente implicado no jogo político, ser fundamental para sua autopreservação e adaptação às intempéries políticas de seu tempo.

Diz-se que as dificuldades enfrentadas pelo Conde D. Pedro com o exílio foi o que o envolveu em circunstâncias que lhe permitiram galgar o alto lugar que lhe reservou a História Cultural portuguesa. Deserdado do patrimônio que lhe doara o pai, atingido em suas fazendas, foi, segundo algumas versões, por exigência de Afonso Sanches, que se consumou um exílio

---

[315] BARCELOS, Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. XLI, fols. 146-149. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores**, v. II/1, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p. 55-56. [itálicos nossos].

[316] Cf. ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador v. 2 – Formação do Estado e Civilização.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 48-53

[317] Cf. LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 169.

que duraria cerca de cinco anos. Afirma-se que tenha ocorrido em cerca de 1320, aquando dos primeiros distúrbios desencadeados pelo infante, e em função de que, a princípio, teria tomado partido do herdeiro em função das relações que mantivera com a casa da futura rainha, D. Beatriz, da qual foi mordomo[318].

Outras fontes apontam para aspectos que transcendem ao âmbito de motivações internas à corte e ao reino portugueses, mas que muito atingiam a posição do rei D. Dinis, tal como nos autoriza a pensar o mencionado documento, mencionado por Fr. Francisco Brandão[319]. Ele nos remete à alianças e interesses de grupo que dizem respeito ao um intrincado xadrez político com que se defronta quem se implica na tarefa de desvendar o entrelaçamento político da nobreza peninsular com vistas a uma compreensão mais fina da extensão política e de como se começam a constituir interdependências militares mais amplas entre grupos nobiliárquicos, e que faz com que gradativamente as ações dos chefes de linhagem não se confinem aos espaços mais restritos a seus reinos de origem, ou mesmo que se reduzam a expedições eventuais na frente de luta mourisca.

A presença de tais coalizões são o indício de solidariedades que se constroem muito mais em função da valorização e do compartilhar de interesses e sentimentos de pertença a uma condição social comum do que a reinos. Fato que faz do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* a expressão mais acabada dos efeitos no plano das representações dos desenvolvimentos das lutas da nobreza na História ibérica de meados do século XIV. Trata-se do surgimento das condições de formação de um sentimento de caráter pan-ibérico e que, nos inícios do século XV, estaria patente no fato de que Fernão Lopes tomaria para compor a sua *Crônica de D. Pedro I de Portugal*, mais de um terço da *Crônica de D. Pedro I de Castela*, de Pero Lopez de Ayala. Fato cujo significado não se deve atribuir a força de práticas do meio cultural, ou mesmo como sintoma de um talento incipiente do cronista. Mas que é o tácito reconhecimento de que a história da nobreza portuguesa começava a enredar-se de forma irreversível e mais decisiva em relações que se reconfiguravam num âmbito territorial maior. Ela se incorporava mais drasticamente à história do reino vizinho, à emergência de novos atores sociais e ao fortalecimento na imaginação política da ideia de pertença a uma

---

[318] Segundo Cintra, desta versão compartilham Anselmo Braamcamp Freire e, implicitamente, Carolina de Michaëlis Vasconcelos, e para pormenores e variações sobre o tema, segundo o autor, há ainda a versão de Fr. Francisco Brandão Cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. CXLV.

[319] Trata-se de um manifesto que, segundo Cintra, Fr. Francisco Brandão faz referência em sua Monarquia Lusitana VI, liv. XIX, cap. XVIII, p. 368, o qual pelos motivos que descreve não conseguiu encontrar. Outros documentos expedidos pelo próprio rei, confirmam a presença de cartas de recomendação à Maria de Molina. Cf CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Op. Cit.,** 2009, p. CXLV-CL e nota 55.

comunidade moral comum e mais abrangente, a cristandade[320].

Assim, com base na cronologia de que se dispõe sobre fatos relativos à vida do Conde na documentação, de início obviamente ressalta a maior ligação ao pai. Recebe as primeiras doações em 1289, ou seja, muito jovem – aos quatro anos de idade –, e é posto sob a guarda de um mesmo tutor, juntamente com o irmão Afonso Sanches, e para quem converteriam as primeiras doações que recebeu no caso de ausência de descendência. Em reforço desta ligação aparece, em 1303, ou seja, com cerca de dezoito anos, como confirmante de documentos régios. Em 1304 acompanha o pai até Aragão, quando D. Dinis foi escolhido como árbitro da contenda entre Fernando IV e Jaime de Aragão.

Em 1307, a Chancelaria de D. Dinis[321] acusa o surgimento do Conde D. Pedro como mordomo de D. Beatriz, esposa do legítimo herdeiro do trono. Trata-se de um cargo que abre a possibilidade para a hipótese de afastamento político da influência paterna; ou, no mínimo, para a posição política coerente com a criação de condições para uma atuação conciliadora com base numa dupla fidelidade, dado a considerar-se apesar das tendências do reinado dionisino como um todo revelarem um avanço do senhorio régio sobre prerrogativas da nobreza. E é de se crer que a crise ainda não se mostrava abertamente declarada. Proposição que reforça a hipótese do papel conciliador que assumiria no futuro, ao mesmo tempo que tal perspectiva atua como elemento em favor da hipótese de uma posição de preservação de sua posição pessoal. O correr dos tempos iria confirmá-lo.

Em 1308 e ainda em 1310, Afonso Sanches o nomeara como primeiro herdeiro do senhorio de Albuquerque, no caso de não deixar descendentes diretos[322]. Indício, pelo menos de que a discórdia não se instaurara ainda. Sete anos após adquirir o cargo de mordomo na casa da infanta Beatriz – 1314 –, o pai lhe doava a vila de Barcelos, para a qual já fora nomeado Conde, em substituição a Martim Gil Riba de Vizela, ao qual também substitui como alferes-mor do reino, em 1315. Em 1314 mesmo o pai confirmava uma doação que lhe havia sido feita por João Soares, da Ordem do Templo[323]. A este conjunto de vantagens pessoais concedidas ainda podemos acrescentar sua presença, em 1317, conduzindo a

---

[320] Esta nos parece uma interpretação plausível para o fato de que, logo de início, Fernão Lopes tenha incluído tal informação na sua crônica. Cf. LOPES, Fernão. **Crônica do Senhor Rei Dom Pedro, Oitavo Rei destes Regnos**, Porto: Livraria Civilização Editora, 1965. Cap. III: "*Das cartas que o Papa, e el Rei Daragom emviarom a elREi de Purtugal sobre a morte deRei seu padre".* p. 15-18.

[321] Cf. PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 188, nota 127.

[322] Cf. PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Op. cit.**, p.188, nota 129.

[323] Cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. CXLV.

inquirição particular promovida pelo pai, no concelho da Feira.

Este conjunto de vantagens pessoais, ao que tudo parece indicar, fez com que os outros bastardos, Afonso Sanches e o intempestivo João Afonso, certamente tocados por uma ambiguidade que começava a desenhar-se, começassem a atuar junto ao pai para que o Conde D. Pedro tomasse uma clara posição em favor de seus partidários.

Uma panorâmica sincrônica da trajetória dos quatro filhos bastardos do rei politicamente mais ativos mostra-nos uma dinâmica de circulação de posições reveladora dos fatores que pesam sobre a biografia do Conde D. Pedro. Nas duas primeiras décadas do século XIV, definiram-se condições de estabelecimento de rivalidades dentro da estrutura de poder palaciana entre os bastardos e o legítimo herdeiro. Ao meramente circunstancial parece ter-se combinado uma excelente posição patrimonial, capacidade de cálculo e uma habilidade política que redundaram em possibilidades de sucesso de sua trajetória política. No que tange à capacidade patrimonial, parece ter sido tão generosamente dotado pelo pai como o foram os seus outros três irmãos bastardos. O mesmo parece ter ocorrido quanto à integração à corte e ao arranjo de bons casamentos: beneficiou-se com seu primeiro casamento com Branca Pires de Portel, filha de uma linhagem através da qual acede a considerável patrimônio e a tradições de uma lendária linhagem, os Sousas.

Pedro Afonso soube jogar politicamente, colocando-se na posição de conciliador entre o pai e o infante herdeiro. Contra este soube se resguardar continuando a serví-lo após a volta de seu exílio, ocorrida em 1322. Em 1317, ainda se encontrava no reino como atesta a condução da referida Inquirição a pedido do pai. A tomada de posição inequívoca e incondicional em favor de D. Dinis teria levado à queda em desgraça de Afonso Sanches. Este teve suas terras e maravedis retirados em 1324 e exilou-se por exigência do infante herdeiro.

A trajetória do Conde D. Pedro não é trilhada de forma a esgotar as possibilidades de retomada de posições no futuro. Em 1322, mesmo após a volta do exílio a que fora submetido por exigência feita ao rei por Afonso Sanches, muito provavelmente em função de sua posição dúbia e conciliadora, vemos o Conde D. Pedro mantendo a alferesia-mor. Cargo que deteve até sua morte em 1354.

Sem descendentes, o legado do Conde D. Pedro, seria o deixado no domínio da cultura. O revés do exílio permitiu ao Conde conviver numa corte letrada. Abrigado pela proteção da rainha D. Maria de Molina, lá adquire as competências necessárias para fazer-se o compilador das obras que lhe garantiram o lugar que ocupou na História da Cultura portuguesa. Sua posição conciliadora lhe permitiu regressar a Portugal para, junto da Rainha Santa Isabel, buscar acordo entre as partes. Ali permanece com presença política discreta com

a subida de D. Afonso IV ao poder. Em 1336 voltaria a ter uma atuação de mais relevo na guerra contra Castela. Manteve-se como alferes-mor e mais tarde acaba por retirar-se para seus paços em Lalim, onde estima-se que veio a falecer entre 2 de fevereiro e 5 de julho de 1354, quatro anos depois de fazer seu testamento.

O patrimônio reunido pelo Conde D. Pedro de Barcelos expressou-se na variada e grande estrutura de servidores de sua casa, e no portentoso túmulo encomendado para seu sepultamento no Mosteiro de São João de Tarouca[324]. O tempo de seu exílio em Castela foi de dificuldades que acabaram por lhe permitir reunir as condições que lhe permitiriam dedicar-se à elaboração da sua obra[325]. Seu talento e vivência de exílio numa corte que herdara a tradição culta de D. Afonso X, somados a uma conflituosa trajetória no interior de um ambiente familiar dominado pela intriga, teriam plasmado uma experiência de vida que o fez uma figura atravessada por um horizonte de vivências múltiplo. Traduzido textualmente pela figuração de um universo de valores e vivências tipicamente senhoriais, ao mesmo tempo, abre precedente, ainda que com resistências[326], para a legitimidade da instância régia como poder corretor de desequilíbrios. Fora feito pelo favor do pai, e da boa vontade do pai dependia; não descendia legitimamente de nenhuma linhagem senhorial de forte enraizamento e tradições locais, para que pudesse melhor resguardar-se contra o infortúnio político. O texto do seu *Livro de Linhagens* nos aponta para uma lógica de que tinha a percepção de que apenas o [*divedo de parentesco e sangue*] não eram mais suficientes para garantir a coesão no interior do grupo ao qual se integrava. A complexidade progressiva da vida social provocava um descompasso entre práticas e representações do mundo. Conspirava contra a percepção de que os limites no interior dos quais se forjavam as solidariedades de grupo se resumissem aos demarcados pela família e pela linhagem.

A representação do mundo presente no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, à primeira vista, emerge para o leitor como um espaço histórico e social de relações que se desenha à revelia do horizonte de problemáticas a partir das quais o interroga parte da historiografia portuguesa; o que de certa forma pode ser compreensível e legítimo, uma vez

---

[324] PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 191.

[325] CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. CXLV.

[326] Tal percepção se expressa naquele que, talvez, seja o trecho de maior poder de remissão do texto. Nele parece condensar-se o significado geral desta obra, pois sustenta que: "[...] que se homẽs houvessem antre si amizade verdadeira, *nom haveriam mester reis nem justiça*, ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus", Cf. BARCELOS, Conde D. Pedro, de. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* do Conde D. Pedro, Prólogo, fol. 1. In: MATTOSO, José. **Portugaliae Monumenta Historica**, v. II/1, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p. 55-56. [itálicos nossos].

que as narrativas historiográficas contemporâneas se caracterizam pela preocupação com as estruturas sociais, buscando nas mesmas as razões das dinâmicas de equilíbrio ou desequilíbrio da vida social. Contudo, nos parece necessário reajustar este foco sobre o que parece soar como objeto de um interesse menos pronunciado: as relações interfamiliares. O interesse se perde em buscas cuja lógica se crê residir nas questões de estrutura social. O espaço concedido a temas como os casamentos soam como dado de natureza subsidiário, residual. Mas, a nosso ver, os códigos de conduta e valores inscritos no caráter de pessoalidade das relações sociais são fundamentais para se desvendar as motivações e o sentido que os atores dão as próprias ações. É neste sentido que falamos sobre a necessidade de "dar voz ao texto". Não que acreditemos que ele fale por si, mas é "levando à sério" – as vezes literalmente – o que dizem, que podemos apreender-lhes em sua alteridade e detectar o sentido que os coevos davam a seus atos. E não o que nós lhes atribuímos, em função do que *a priori* nos move o ponto de chegada da análise que elegemos: os sucessivos casamentos e repúdio à esposas por parte de Pedro, o Cruel, podem ser uma excelente porta de entrada para nos depararmos com a alteridade, com a singularidade, ou seja, com o que é próprio ao histórico.

A História que se construiu com tentativas de síntese acerca da sociedade ibérica, define-se prioritariamente pela atenção à uma cadeia de causalidades em cujo fim está a problemática de formação da nacionalidade e dos chamados estados modernos[327]. O texto do Conde Pedro Afonso de Barcelos surpreende o leitor, porque mostra-nos um espaço no qual a ação política se regia por um conjunto de motivações que não compreendemos bem – repetimos - se não dermos "voz ao texto". E neste sentido, também aplicável a qualquer tentativa de compreensão dos legítimos códigos de exercício do poder régio. E a noção de *saga* nos pareceu uma ferramenta útil para desvendar as semelhanças de fundamento que compartilha com as formas que regem o exercício do poder pelo senhorio laico tradicional.

Do ponto de vista de uma narrativa histórica, vemos que esta diferença emerge quando dispomos fatos ao longo de um lapso cronológico e os interrogamos em função de desfechos que se processam no âmbito de longa duração. Apesar dos descompassos entre o vivido e as representações, não deixam de ter mudanças estruturais como referentes. Cumulativa e progressivamente elas atingem a sociedade dos finais da Idade Média, suscitando e impondo a emergência de instâncias de poder mais aptas a administrar um equilíbrio mais suscetível a

[327] Refiro-me as obras de síntese da História portuguesa e Ibérica, indicadas na bibliografia anexa: principalmente as de autoria de José Mattoso, A. H. de Oliveira Marques e Marie-Claude Gerbet. Na *História Medieval da Peninsula Ibérica* de Adeline Rocquoi, a autora apresenta-nos uma perspectiva de que a unidade ibérica seja pensada à partir de uma diversidade cultural.

impactos de maior magnitude, e que podem repercutir sobre uma arquitetura político social mais complexa. O que enseja desvios em relação a padrões de exercício do poder senhorial *stricto sensu*, é o que, em última instância, está na base da argumentação esgrimida pelo Doutor João das Regras nas Cortes de Coimbra de 1385 que elegem D. João I como rei.[328] Trata-se, não de lutar por razões de família ou linhagem, mas pelo que os presentes "[...] emtemderem que he proveito da terra [...]"[329].

[328] E é significativo que Fernão Lopes dedique um número de capítulos superior ao relato das Cortes de Coimbra de 1385, do que em geral que destina a capítulos que envolvem os demais aspectos em sua crônica. Ver LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, Caps. CLXXXIII-CXCII, p. 345-372

[329] **Ibidem,** cap. CLXXXIII, p. 346.

Capítulo IV
O texto: matéria genealógica e matéria narrativa

4.1 **OPOSIÇÃO OU COMPLEMENTARIDADE?**

Nosso objetivo no presente capítulo é procedemos a uma descrição de como se organizam, no plano da manifestação, os títulos do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Esta tarefa se impõe como uma forma de apontar para o aspecto que está no centro do presente trabalho: o sentido do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro como texto, sua inserção histórico-social. A despeito dos recortes analíticos a que foi submetida esta obra, há que se considerá-la, de uma forma distinta do que tradicionalmente se fez. Nosso objetivo é pensá-la em sua unidade como texto.

Segundo seus críticos mais consagrados, ela procede de fontes de natureza distinta[330]. e se afigura como improvável que, em seu processo de produção o *Livro de Linhagens* não tenha sido elaborado segundo uma seleção que nos permitisse ver as marcas da situação política do tempo e de seu autor. A esta subjaz aspectos ideológicos cuja necessidade de apreciação foi objeto de alertas não tão recentes por parte de alguns estudiosos.[331]

A história do percurso das análises que primeiro se ocuparam do *Livro de Linhagens* se inscreve no âmbito de disciplinas e num horizonte de problemáticas distinto do que agora propomos. O interesse despertado para seu estudo se desenvolveu num campo cujas ferramentas conceituais estavam ligadas à disciplinas como a Filologia, a História da Cultura e a crítica histórica.

É significativo, neste sentido, o que decorreu da metodologia que foi aplicada no estudo sistemático das fontes das quais se compunha esta obra do Conde D. Pedro de Barcelos. Os recortes que nortearam a classificação da "matéria" geraram desdobramentos cujas implicações afetaram uma compreensão mais precisa de sua ancoragem histórica e significado ideológico. Os estudos classificaram-na basicamente em duas modalidades: uma "matéria" genealógica e uma "matéria" narrativa. A este propósito sinaliza Mattoso quando nos diz, após resumir o estado das questões envolvidas no estudo das fontes das quais derivou

---

[330]Cf. MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa – A Família e o Poder**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p.57-100; também, CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. XCV-CXXV.

[331] Cf. PIZARRO, A. J. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 125; MATTOSO, José. **Op. Cit.,** 1987, p. 55.

o também chamado Nobiliário do Conde D. Pedro:

> Resumindo o que expusemos até aqui, podemos dizer que se pode considerar resolvida nas suas grandes linhas a questão das fontes dos títulos I a VIII e do princípio do título XXI. Os primeiros são a parte mais importante da matéria cronística; o estudo de Don Ramón [Ramón Menendez Pidal] sobre o segundo pode servir de modelo para analisar outros passos fictícios. Consideramos estes dados adquiridos e seguros. Por isso não nos demoramos mais a analisar os títulos I a VIII do Nobiliário[332].

Através de tal proposição Mattoso[333] nos autoriza a observar que as análises dos autores que se ocuparam dos oito primeiros títulos esgotaram-se com base em tal distinção. Tratava-se de uma matéria narrativa identificada com crônica, história, narrativas históricas, lendárias etc. Onde há um componente de temporalidade mais claramente definido. Pois adiante, após referir-se às relações do material textual com o que classifica como "fontes genealógicas", diz:

> Quanto às *narrativas históricas*, acrescentaremos que se devem ter em conta as importantes observações feitas em 1971 pelo Prof. Antônio José Saraiva[334], acerca da refundição do LL [Livro de Linhagens], e que dizem respeito a narrativas não lendárias do título XXI[335].

Pensamos, desta forma, que o propósito de se proceder a uma crítica de fontes acabou por estabelecer distinções analíticas cujos critérios baseiam-se na distinção de gêneros literários. O próprio uso do termo "matéria" para classificar as formas linguísticas sob as quais se apresenta o texto lhe confere uma conotação de neutralidade, de uma objetividade que é falaciosa, porque a reifica. Tal horizonte de classificação se define a partir da preocupação de constituição e evolução dos campos de estudos filológicos, literários e da história da cultura, segundo parâmetros científicos de forte influência positivista e que se encontram preocupados em dar à Literatura o estatuto de disciplina incorporada à problemáticas de caráter científico.

Por outro lado, não se pode, contudo, negar que parte considerável da substância linguística de que se compõe o texto do Conde se apresente à primeira vista como uma seca descrição de gerações que se sucedem. Mas, mesmo assim, não se pode deixar de objetar que

---

[332] MATTOSO José. **A Nobreza Medieval Portuguesa – A Família e o Poder**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 62-63.
[333] **Ibidem**, p. 59-62
[334] Trata-se do artigo: SARAIVA, António José. O Autor da Narrativa da Batalha do Salado e a Refundição do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. In: **Boletim de Filologia**, 22, 1971, p. 1-16.
[335] MATTOSO, José. **Op. Cit.,** 1987, p. 63. [itálicos nossos]

tais listas não são simplesmente listas cuja preocupação se reduz ao objetivo de enumerar indivíduos e gerações, não fosse o fato de que apresentam-se como listas entremeadas de fragmentos textuais de natureza narrativa, que nos incita a interrogar acerca de sua presença ali. Qual motivo levaria o compilador a descrever detalhes e/ou episódios da trajetória de vida de grande parte dos personagens familiares ali presentes?

Para além desta característica, existe claramente um eixo temporal que organiza os seus títulos. O escrito do Conde, apesar do aspecto que possui à primeira vista, apresenta os elementos fundamentais constitutivos da dimensão de narratividade que caracteriza toda a produção textual que trate de uma experiência humana. O texto define *protagonistas*, e a ele subjaz um eixo temporal. Sua lógica pressupõe um *percurso* e um *anti-percurso* para que tais ou quais indivíduos entrem e relações de *junção* com dados *objetos*; e que tais objetos estejam referidos a universos de valor, estruturante de ações correspondentes a *situações de estado e fazer*; tudo enfim, que aponta para um *sentido* subjacente.[336]

A questão que nos é pertinente, assim, aponta para a pergunta sobre o que levaria o Conde a reunir num escrito matérias de natureza supostamente portadoras de uma tão radical heterogeneidade? Parece também necessário interrogar, como já referido, acerca da pertinência de problemáticas conceituais que estão no fundamento de distinção. Seriam pertinentes em se tratando do campo cultural dos tempos dos tempos do Conde D. Pedro? Preocupações que só teriam inserção numa realidade cultural que o converte o texto em "literatura"? Devemos nos perguntar se o olhar do tempo é capaz de configurar-se com base em instrumentais intelectuais que definam possibilidades para tal distinção; a ponto de que aos coevos não tenha sido possível tomar o texto senão pela perspectiva de complementaridade do que se deliberou reunir numa mesma obra. E ainda, e principalmente pelo fato de que tais *matérias* então passavam por modalidades de comunicação fortemente marcadas pela oralidade. Caberia, a nosso ver, insistir: tais problemáticas têm pertinência no universo da comunicação tal como se configurava nos tempos do Conde D. Pedro?

Assim não se trata de partir do pressuposto de que se reuniu numa obra materiais que, *a priori*, seriam por natureza distintos. Tal distinção só é legítima nos quadros de um processo que as distingue como função de dadas condições históricas a partir das quais se configura o campo cultural. Em especial, no que tange à historicidade de formas de interação entre a comunicação escrita e oral.

---

[336] Cf. GREIMAS, A. J. (Pref.). As Aquisições e os Projetos, In: COURTÉS, J. **Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva**, Coimbra: Livraria Almedina, 1979, p. 7- 34.

Partimos de uma perspectiva que tem em mente as possibilidades definidas por "pressupostos conceituais" dados pela posição do autor em seu tempo. O que faremos é partir do pressuposto de uma *solidariedade* entre tais "matérias", de uma *complementaridade* quanto a outro aspecto que pensamos incidir sobre a criação "literária"[337]: os que a definem em sua pragmática. Trata-se do *sentido*, da presença do que Hayden White[338] denominou como uma *propositura*, ou do que também críticos portugueses, à propósito do texto de Fernão Lopes, denominaram como manifestação de uma *intencionalidade*[339]; no caso em questão, constituida no ato de seleção dos "materiais" a compilar.

A composição da obra do Conde D. Pedro nos remete às relações de um texto com a vida social. Trata-se de uma observação feita acerca de como se manifesta o vetor tempo no texto do Conde D. Pedro. Mais especialmente, a propósito do aludido caráter genealógico do início da primeira redação da *Crônica Geral de Espanha de 1344*, tal como nos chegou através do chamado manuscrito M[340]. Este revela uma história concebida no mesmo espírito e redigida no mesmo estilo com o qual se inicia o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. O que demonstraria que a crônica, originalmente, teria começado como obra de um genealogista, fato que revela e nos induz a indagar acerca das causas que teriam ensejado o convívio entre estes ditos dois "gêneros" neste determinado momento histórico e social. Trata-se apenas de influências de estilo cuja natureza seria distinta, e que se explicariam por si, ou que estariam manifestando mudanças no ritmo com o qual a sociedade estaria percebendo a passagem do tempo e, portanto, dos espaços de relação eleitos como foco da representação do que mais teria significação para aquela sociedade, dada a aceleração das mudanças pelas quais passava?

Cintra reconhece que é só pouco a pouco que a Crônica vai perdendo este caráter – o que acontece quando o autor justapõe ao texto anterior a *Crônica do Mouro Rasis*. Mas

---

[337] O uso das aspas no termo *literatura* se justifica para denotar o que se denominou como "anacronismo controlado", Cf. LORAUX, Nicole. Elogio do Anacronismo, In: NOVAES, Adauto (org.), **Tempo e História**, São Paulo: Cia das Letras – SMC, 1992, p. 57-70.

[338] WHITE, Hayden, O Valor da Narratividade na Representação da Realidade. **Cadernos de Letras da UFF,** nº 3, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1991, p. 20

[339] Monteiro, João Gouveia. **Fernão Lopes, texto e contexto,** Coimbra: Livraria Minerva, 1988, p. 14; REBELO, Luis de Sousa. **A Concepção de Poder em Fernão Lopes**, Lisboa: Livros Horizonte, 1983, p. 16; SARAIVA, Antônio José.**Fernão Lopes**, Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.; SARAIVA, José Hermano. A Revolução de Fernão Lopes, In: **"Outras Maneiras de Ver".** Lisboa: Circulo de Leitores, 1979, p. 7-50.

[340] O manuscrito M é manuscrito 1069 da Biblioteca do Palácio Real de Madrid de fins do século XV ou inícios do século XVI, que se considera o mais próximo do texto primitivo de 1344; que, apesar de múltiplas incorreções, algumas glosas e pequenas interpolações arbitrárias, segundo a opinião de Ramón Menendez Pidal, é, segundo Cintra, o que mais esclarece sobre a constituição geral da redação primitiva. Cf. CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. CLXXXVIII; MENENDEZ PIDAL, Ramón. La Leyenda de los Infantes de Lara. In**: Obras de Ramón Menendez Pidal,** v. 1, Madrid: Editorial Hernando, 1934, p. 400.

quando trata da história dos Godos anterior ao rei Rodrigo da Crônica árabe, o autor opta pelo esquema do *Liber Regum* – que incluíra refundido no Nobiliário –, o que faz com que o texto da Crônica regresse ao estilo seco e rígido da genealogia[341]. Estaria o estilo genealógico preso a uma tradição à qual a nobreza procurava aferrar-se e associar-se de forma mais pronunciada?

Cintra nos faz a seguinte pergunta: "Não parece lógico atribuir esta vacilação inicial entre a história genealógica e a "história propriamente dita" à natural hesitação do linhagista que se entrega à compilação de uma crônica?" [342]. Cremos que sim, uma vez que no campo literário convivem ambas influências quanto ao gênero. E o Conde D. Pedro, pensado como um personagem posto em situação, está na encruzilhada de um tempo de crise em que se contrapõem um tempo que se acelera pela crise e aprofundamento dos processos de transformação social, e o tempo circular, que descreve uma trajetória cujo protagonismo é da vida familiar, local, em cujo centro está o solar,o senhorio e os personagens paradigmáticos que desfilam nos pequenos (e as vezes não tão pequenos) trechos narrativos apostos às listas genealógicas às quais integram. O tempo em que estes vivem é o da narrativa genealógica, que não se opõe ao que se classificou como "historia propriamente dita"; no qual uma das características predominantes expressa-se num texto que se organiza segundo a ordens de fatos exteriores ao universo local, da linhagem, e num tempo mais acelerado, tal como o que se expressa na Crônica Geral de Espanha de 1344. Este reflete-se numa disposição da realidade contraposta à posição de uma nobreza tradicional, ligada às tradições de um tempo e uma escala de organização da vida social de caráter local; um tempo que se mede pela simultaneidade a fatos paradigmáticos e não pela linearidade do tempo cronológico que os dispõe uns em sucessão aos outros.

A genealogia traduz a construção de uma temporalidade circular, de característica diversa em relação à linearidade do tempo cronológico. Este aponta para a existência de um enredo que transcorre para além da vida local, tradicional e que introduz elementos na narrativa que está para além de algo que se concebe como história familiar, tal como retratado pelos títulos da obra do Conde D. Pedro.

No plano da manifestação tal complementaridade tem suas raízes colhidas em formas de expressão textual provenientes do norte europeu[343], de sociedades de tradição

---

[341] CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. CLXXXVIII.
[342] **Ibidem**, p. CLXXXVIII.
[343] MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder**. Lisboa: Estampa, 1987, p. 38-44.

igualmente hierarquizadas e que se organizam segundo ideais de família, descendência e parentesco, caracterizadas por esta temporalidade de caráter circular. E sob a égide de tais influências que Mattoso nos dá uma série de elementos para responder afirmativamente acerca da natureza da temporalidade do que se classificou como matéria genealógica e matéria narrativa.[344]. É com base em *distintas formas de ordenação do tempo* que iremos propor uma aproximação ao problema.

Falar de uma "história genealógica" e de uma "história propriamente dita" implica uma hierarquização que reflete a desqualificação imposta pela História científica a formas que dela se distinguem; e que, no caso, caracterizam-se pela precedência dada ao tempo circular, cíclico como ordenador do devir histórico, não a cronologias ordenadas segundo a linearidade do tempo cristão. A História como disciplina científica atribui a estas formas de ordenamento textual associadas a genealogias a ideia de que se trata de relatos sobre acontecimentos do passado que não são se encaixam na condição de um relato de caráter histórico. E sobre esta distinção, sustenta Jolles: "tudo o que era importante no interior de uma outra *forma* (*saga, legenda, mito* etc.) perde o seu sentido na História"; torna-se, do ponto de vista da História, fato inacreditável, duvidoso, inverossímil; narrativa não atestada ou improvável[345]. E isto, além, a nosso ver, de não ser considerado dado de primeira ordem a figurar na narrativa do que se denominou como "história propriamente dita".

Nosso propósito, com o acima dito foi o de introduzir uma justificativa para a disposição das questões sobre as quais propomos uma mudança de perspectiva. Se o que se trata é desvendar questões de *sentido*, apelo que não é recente, trata-se de tentar converter a heterogeneidade que se atribui ao material linguístico de que se compõe a obra do Conde D. Pedro em complementaridade, dando-lhe a unidade necessária para que se tenha uma perspectiva compreensiva de sua propositura como texto. Trata-se de que, com o concurso dos dos aspectos que revelam uma dualidade na utilização de formas temporais com as quais o texto foi construído, nossa abordagem procura mesmo desvendar o sentido desta dualidade. Ela a identifica como uma questão imanente ao que faz do texto de D. Pedro uma obra de meados do século XIV, tempo no qual em função da crise se forma uma nova percepção do tempo, o que faz do texto do Conde D. Pedro um discurso sobre o mundo.

Portanto, utilizar uma metodologia que a fragmenta numa matéria genealógica e

---

[344]MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa, A família e o poder**. Lisboa: Estampa, 1987, p. 37-55.
[345] Cf. JOLLES, André. **Formas Simples - Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste**, São Paulo: Editora Cultrix, 1976, p. 60-61.

noutra de natureza narrativa[346] nos afasta de uma compreensão do texto como algo uno, que se deve explicar a partir desta sua heterogeneidade. E tal proposição é corroborada, quando vemos Cintra nos aconselhando a nos informar sobre o que acontece nos "arredores" histórico sociais[347] da obra do Conde D. Pedro. Poderia seu texto definir-se como encruzilhada de estilos opostos, simplesmente por injunções do campo cultural quanto à forma? Ou tratava-se de referenciais de realidade solidários, complementares, que apontavam para uma mudança nas formas de percepção do tempo, dado aos efeitos que a dinâmica social de transformações dos finais da Idade Média não só ibérica, mas Ocidental impunha a seu ritmo?

Cabe dizer que as menções aqui feitas à *Crônica Geral de Espanha* se justificam pelo fato de que, não obstante ser um texto onde o tempo cronológico é o padrão narrativo, o trabalho de crítica por ela suscitado acabou por revelá-la um texto solidário ao *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, não apenas em função da utilização que ambas fizeram de fontes comuns[348], mas pelo fato de que no cerne da primeira, as motivações dos atores são as que estão no centro da noção de *saga*. Trata-se de homens movidos por querelas familiares, vingança de sangue, honra, parentesco.

O conjunto de questões suscitadas em torno dos primeiros oito títulos do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* para os quais se destacava a componente narrativa, ligava-se a interesses do campo cultural cujos propósitos eram outros. Nenhum dos autores que deles se ocupou se propunha a uma análise sistemática das fontes. A marca deste trabalho inicial é a de que foram os pioneiros em explorar aspectos que só mais tarde outros viriam a fazê-lo de forma mais rigorosa. Os títulos de I a VII tratam das primeiras gerações régias, desde os patriarcas bíblicos até os reis portugueses. Os citados estudiosos só esporadicamente se ocuparam dos títulos seguintes. Quando interrogados sobre as fontes conhecidas pelo Conde D. Pedro, referiam-se exclusivamente àqueles títulos. Carolina de Michaëlis enumerava entre elas as *Siete Partidas de Afonso X*, a *Estoria de España* (a *Crónica General de Espanha*, que se supunha transmitida pela versão abreviada de D. Juan Manuel) a *General Estoria de Afonso X*, a *Estoria de Troia* e a *Chronica dos Reyes*, que identifica com o *Liber Regum*.

Nada se sabia sobre a forma de transmissão da *Crônica Geral de Espanha*, iniciada por Afonso X, de Castela. Carolina Michaëlis, em seu estudo sobre o *Cancioneiro da Ajuda*, publicado em 1904, ocupou-se mais detidamente das fontes do título II referente aos reis da

---

[346] Cf. MATTOSO, José. **Op. Cit.,** p. 62-66.
[347] Cf. CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. XVII. Trata-se da mudança de planos de Cintra quanto à empreitada da edição da Crônica. Pelos problemas de crítica que impunha, falava da necessidade de primeiro "esclarecer os arredores da Crônica" para prepará-la para sua análise como obra literária.
[348] **Ibidem,** p. XCV- CXXV.

antiguidade clássica e aos reis bretões. E o conhecimento do Conde D. Pedro acerca da literatura arturiana intrigava os eruditos na época. Foi quando se introduziram novas vozes na questão: William Entwistle, Luís Cardim, Luís Filipe Lindley Cintra, Ramon Menendez Pidal e Diego Catalán Menendez Pidal e outros acabaram por consagrar tal distinção pela predominância da componente narrativa naqueles títulos distinguindo-os dos outros materiais, cujo caráter dominante era o da componente genealógica[349].

O problema das fontes é profundamente renovado com as investigações de Cintra, a partir de 1950, por ocasião do empreendimento de sua importante edição da *Crônica Geral de Espanha de 1344*. Merece menção dada sua importância para a compreensão da dimensão crítica que envolve o estabelecimento das relações que mantém com o ivro*ro de Linhagens do Conde D. Pedro* como fonte, bem como para a abordagem de aspectos ideológicos presentes em ambos os textos e que lhe dão um plano de identidade comum.

Tais estudos têm validade no âmbito de propósitos a que originalmente se destinaram. Mas implicaram, todavia, um recorte analítico que não nos parece o mais adequado para interrogar sobre as questões de sentido, sobre sua função pragmática.

Pensamos que assim se podem compreender os limites implicados na perspectiva em que os autores se colocaram para analisar o texto do Conde D. Pedro, e a sutil imprecisão dos critérios eleitos para divisão da "matéria" de que se compõe[350], quando acerca disso nos diz Mattoso: "para descobrir sua origem, é necessário, em primeiro lugar averiguar o gênero literário a que pertencem" [351]. A preocupação com as origens, e os recortes classificatórios que se colocam na ordem de problemáticas textuais do tempo, instauram a heterogeneidade.

Ora, a distinção que presidiu a distinção em "matéria genealógica" e "matéria narrativa" nos parece presa de um anacronismo. Ela supõe a consideração da primeira unicamente em sua função cartorária. Ademais, carece de rigor, pois o texto nos mostra a presença da matéria genealógica conjugada a fragmentos narrativos, mesmo nos naqueles títulos definidos como pertencentes à primeira das categorias assinalada. Pensamos que a distinção estabelecida pelos referidos autores foi baseada num critério quantitativo, que, mesmo assim, não se aplica de forma precisa para além dos oito primeiros títulos. Mattoso relaciona a quantidade de linhas dedicadas às narrativas de fundo mítico[352] que estão situadas à frente dos oito primeiros títulos. O mesmo ocorre em relação aos que classifica como de

---

[349] MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder**. Lisboa: Estampa, 1987, p. 58-59.
[350] **Ibidem,** p. 63.
[351] **Ibidem,** p. 63.
[352] **Ibidem,** p.78.

fundo "romanesco" e de "gesta" [353], e para as narrativas "épicas" [354], que se situam, também, para além destes nos quais se fundou a distinção da matéria. Sem contar, ainda, a lista da qual constam trinta e cinco títulos relativos às narrativas ditas "históricas", "lendárias" e "anedóticas" [355]. A distinção de gênero não se pode fundar em elementos de ordem quantitativa. Ou mesmo pelo fato de que a incidência da presença de indivíduos dispostos em listas seja maior. A distinção, se válida, entre genealogia e narrativa haveria de fundar-se em elementos cujo caráter é qualitativo. Não se pode, como foi o caso, estabelecer uma distinção de qualidade com base num critério de quantidade.

O problema nos leva a outra questão, através da qual podemos justificar o breve traçado da discussão dos problemas suscitados pela obra do Conde D. Pedro. Ela se dispõe noutros termos quando nos perguntamos sobre a natureza da genealogia e se algum ordenador temporal lhe seria absolutamente estranho. Trata-se do estilo híbrido a que se atribuem influências que entre si exerciam o estilo genealógico e cronístico, manifestadas em algumas das versões da *Crônica Geral de Espanha de 1344*. Questão que valida nossa menção acima, e, em linhas gerais, dá sentido às considerações que fizemos em relação aos aspectos da trajetória de estudo das obras do Conde D. Pedro.

Partimos aqui da opinião dos dois principais estudiosos dos Livros de Linhagem e da obra do Conde D. Pedro como um todo. Um resumo da opinião de Mattoso em relação a este hibridismo é que parte de um tempo, séculos XIV e XV, no qual se alarga o âmbito genealógico e multiplicam-se referências a esposas, filhas e filhos segundos e até colaterais. Ao mesmo tempo que se vão acentuando alusões, como que contaminações, de outros gêneros históricos narrativos. Primeiramente com menções curtas como as dos Anais, o que já se via presente nas listas de reis, aos quais às vezes se somavam digressões de estilo cronístico. Dá-se, assim, a influência mútua das crônicas sobre as genealogias e vice-versa. Veem-se crônicas que procuram um fio condutor na sucessão hereditária e dão relevo a parentescos e genealogias que desenvolvem as notícias sobre feitos dos seus personagens mais notórios[356].

Luís Filipe Lindley Cintra, na sua Introdução à Crônica Geral de Espanha de 1344, nos fala que esta obra não escapa a esta tendência. O Conde D. Pedro, na época, ocupava-se de "trabalhos históricos afins", e a primeira parte do chamado manuscrito M[357] contém uma tentativa de história universal que era redigida "[...] no mesmo estilo que o esquema de

---

[353] MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder**. Lisboa: Estampa, 1987, p. 82
[354] **Ibidem,** p. 85-86
[355]**Ibidem,** p. 90-91.
[356] **Ibidem,** p. 40.
[357] Cf. nota 342 no presente capítulo.

história universal com que se inicia o Livro das Linhagens. A crônica começa, pois, como obra de um genealogista [...]" [358], e só pouco a pouco vai perdendo este caráter. O que acontece, segundo o que sustenta Cintra, quando o autor decide simplesmente justapor a *Crônica do Mouro Rasis*[359] à parte anterior – ao contrário do que acontece na história dos Godos anterior a Rodrigo da crônica árabe, quando retorna ao que chama o "estilo seco e rígido da genealogia" que o faz usar o esquema do *Liber Regum* que, refundido, inclui na redação do Nobiliário. Estilo que ressurge quando introduz a lista dos reis de Castela e Leão, e uma nova derivação do *Liber Regum*, depois da segunda parte da *Crônica do Mouro Rasis*. E "é só quando o autor da Crônica se dedica a refundir a Variante Ampliada da Primeira Crônica[360] que aparece com persistência o estilo amplo do cronista" [361].

4.2 **UMA PROPOSTA DE SEQUENCIAMENTO**

Em oposição à dicotomia textual proposta, procuramos para o presente trabalho tomar o texto como uma unidade e tentar desvendar o que a ele subjaz num outro plano de análise. Não que não compartilhemos da ideia de que seja perpassado por elementos que mais imediatamente se distinguem por uma diferença temática de natureza, como as identificadas à partir da distinção entre matéria "narrativa" e "genealógica". Visto de tal perspectiva, ela é homogênea em toda a extensão do texto do também chamado Nobiliário do Conde. O problema reside em que com grande frequência os fragmentos narrativos são conjugados à "matéria genealógica", indicando a presença da função semiótica. Embora em proporções desiguais, estão presentes indistintamente na totalidade do texto do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. A base da distinção adotada por Mattoso, se trai quando sustenta que há que se

---

[358] CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. CLXXXVIII.

[359] Chamado pelos cristãos de Mouro Rasis, Ahmad ibn Muhammad al-Razi (888-955) foi um historiador muçulmano do Al-Andalus à época da dominação islâmica na península ibérica. A chamada *Crônica do Mouro Rasis* foi a tradução portuguesa da sua *História dos Emires de Espanha*, mandada fazer pelo rei D. Dinis, de Portugal, no século XIV, da qual, como ela, inexistem exemplares. Algo de seu conteúdo nos foi dado conhecer pelo uso que desta crônica se fez como fonte para várias crônicas, tais como na Crônica Geral de Espanha de 1344 e derivações. Cf. REI, Antonio. Manuscrito inédito atribuído à Cronica do Mouro Rasis, em Portugal - o ms. LV do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, **Arqueólogo Português**, série IV, 19, 2011, p. 235-246.

[360] Trata-se de uma versão da Crônica de 1344, na qual o compilador compõe uma de suas partes com a Crônica de Castela. Cf. CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. CCXLV.

[361] **Ibidem**, p. CLXXXVIII.

> [...] distinguir os trechos propriamente genealógicos das narrativas. Destas algumas não são mais do que breves ampliações do traço característico de um personagem, que permitem identificá-lo como membro de uma linhagem, e distingui-lo dos seus homônimos. Devem-se considerar como fazendo parte da matéria genealógica, *embora por vezes se possam detectar analogias e mesmo coincidências textuais entre eles e fontes literárias ainda hoje conservadas*[362].

Por isto que a base da distinção, pelo que se disse, não nos parece seguir um critério unívoco para dar conta do *sentido* de sua presença no texto. É fluida, imprecisa, falta-lhe rigor e o autor o confessa, tal como na citação acima, quando afirma que *por vezes se possam detectar analogias e mesmo coincidências textuais entre eles e fontes literárias ainda hoje conservadas*.

Nossa proposição, visto o que acima se mencionou, é pensar o texto do Conde D. Pedro como uno, homogêneo e dar atenção especial à função narrativa independentemente de sua proporção e forma de disposição em relação à demais matéria da qual se pretende distingui-la. Trata-se, sim, de procurar decifrar o sentido do texto em função da posição na qual situa os em relação a um universo axiológico em toda a extensão do texto.

Partimos do pressuposto de que todo relato, independente de sua extensão, invoca um ou mais personagens centrais, fundamentais na construção da memória da linhagem, e que se caracterizam fundamentalmente por ser um consanguíneo dos demais, ascendentes e descendentes. O que nos aproxima mais diretamente do sentido do texto, advém da hipótese de que a função dos relatos, independentemente da extensão que possuam, é a de investir de significação o texto, qualificando ou desqualificando os personagens e suas ações em função de critérios de inclusão/exclusão em relação a um universo axiológico.

Para os primeiros onze títulos, percebe-se um número mais ou menos expressivo de linhas entremeadas entre indivíduos das gerações em foco, dedicadas a narrar acontecimentos. Não vemos por que, por exemplo, teriam deixado de fora o título IX, relativo à formação do senhorio de Biscaia, no qual se dedica um volume bastante maior de texto do que o título VIII, relativo ao Cid, incluído entre os oito primeiros, e nos quais predominaria, segundo os estudiosos que mencionamos, a marca da componente narrativa.

Há, de certo, um número bem maior de gerações descritas sucessivamente nas genealogias do texto a que se apõem fragmentos cuja função é investir de qualidades um indivíduo em decorrência de dadas ações. O título X, relativo aos Lara, ainda é muito maior.

---

[362] MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder**. Lisboa: Estampa, 1987, p. 63. [itálicos nossos].

Ali se conjugam narrativas de fundo épico à lista de gerações. O título XI é dedicado aos Castro, onde se tem um relato de caráter romanesco que envolve Fernão Rodrigues de Castro e em cujo enredo está em jogo o valor da fidelidade.

Como passo seguinte faz-se necessário apontar que se há um diferencial no quantitativo em que se apresentam as narrativas nos primeiros oito títulos, eles, a nosso ver, ligam-se à necessidade de instaurar e qualificar o mundo de onde vêm os "nobres fidalgos de Espanha": as primeiras gerações descritas e das quais se pretendem herdeiros são as gerações bíblicas, da antiguidade clássica, dos reis bretões, godos até os primeiros reis ibéricos. Trata-se de relatos com as características dos relatos fundacionais, nos quais se pretende falar para os homens que habitam o mundo do presente sobre a origem do seu mundo. Um mundo iniciado por seres dotados de excepcionalidade e no qual são dignos de figurar por terem incorporado e continuarem a transmitir um legado que é mister cultivar. Legado este que os qualifica, que diz o que são e o que é seu mundo.

Há assim que tomar-se em consideração as formas do léxico utilizadas. Principalmente as de que o autor lança mão para compor os títulos. Não é fortuito que estes quantitativos maiores de trechos narrativos estejam ligados às linhagens primevas do mundo. Sua função é justificar a existência dando um fundamento de legitimidade às prerrogativas que os fidalgos desfrutam no mundo do presente. São próceres das linhagens cuja formação neste tempo das origens foi forjada no confronto com forças e seres excepcionais, e que obtêm, com o concurso das forças que habitam regiões do sobrenatural, sagradas do cosmo, a sanção positiva ou negativa para a posição que detêm no presente.

É este o espírito que anima o episódio de independência da Biscaia; de Froom, irmão do rei da Inglaterra, e seu filho Furtam Frooez, que, expulsos da terra, aportam na Biscaya e a livram da suserania de D. Moninho, um tirânico senhor das Astúrias. O episódio vincula a Biscaia a uma ascendência de sangue régio de fora do âmbito peninsular. O mito fala-nos de "ũ homee boo", "irmão d'el rei d'Ingraterra", homem que "souberom que era *d'alto sangue*" [363], que teria vindo com seu filho para livrar os biscainhos do jugo de um mau senhor. Destas estórias brotam a ancestral tradição de insubmissão dos biscainhos a uma autoridade régia peninsular. Pois começa dizendo que deste homem "d'alto sangue" que descenderam os de Biscaia, "que foi senhoria primeiro em seu cabo, ante que el rei houvesse Castela" [364].

Na abordagem que propomos, não apenas os oito primeiros títulos serão tomados pelo

---

[363] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, I. Tit. IX, fols.35-35v.°. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 137-138. [itálicos nossos]

[364] **Ibidem,** Tit. IX, fol. 35, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 137.

que suscitam seus pequenos excertos de natureza narrativa. Nossa proposição é que principalmente os títulos iniciais lançam mão de extensões maiores de texto, para construir histórias mais coesas acerca de como se formou o mundo no qual vivem aquelas linhagens primeiras que povoaram a terra de Espanha; e que valores e formas de relação foram eleitas como preferenciais para a construção da ordem do mundo na qual vivem os homens fidalgos que a ela pertencem. Trata-se, assim, de descrever o ordenamento do texto para apontar para o plano de significações em torno do qual se organiza.

O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* compõe-se de um prólogo e setenta e seis títulos. De forma significativa, inicia-se com uma proposição *que assimila linhagem a homens*. O título com que compõe o seu prólogo é eloquente neste sentido. Nele se lê:

> Do *linhagem dos homẽes* como vem de padre a filho des o começo do mundo, e do que cada ũu viveo e de que vida foi, e começa em Adam, o primeiro homem que Deus fez, quando formou o ceo e a terra[365].

Trata-se de uma referência ao Gênesis, que narra como foram feitos o mundo e os homens. Com esta proposição o texto busca uma ancoragem primordial. Adão é o pai de quem descendem todos os homens. A sociedade que o texto representa posiciona-se numa tradição – bíblica, vetero-testamentária – da qual Adão é o primeiro patriarca, e da qual é herdeira a sociedade que fala através do texto.

Inicia-se o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* selecionando os elementos que o referenciam a uma ordem maior do cosmo, pois diz pretender falar "[...] des o começo do mundo, e do que cada ũu viveo e de que vida foi [...]" [366] desde que Deus formou o Céu e a Terra. Ao que dá prosseguimento dizendo-se o Conde "filho do mui nobre rei D. Dinis", que diz falar em nome de *Deus*, que, segundo ele, "é fonte e padre d'amor"; sentimento pelo qual nenhum homem "nom sofre nem ũa cousa de mal" e que "nem ũu melhor serviço nom pode o homem fazer do que ama-lo de todo o seu sem, e seu proximo como si mesmo", segundo o preceito de Moisés expresso naquela que designa como a "vedra lei" [367].

Ao título I subjaz a noção do território primordial por excelência das origens da humanidade, à qual associa seu pertencimento a civilização ocidental, pois o texto começa a falar do primeiro homem que habitou o mundo, Adão, ao qual se seguem seus dois filhos

---

[365] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Prólogo, fol. 1; In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 55. [itálicos nossos].
[366] **Ibidem**, p. 55.
[367] **Ibidem**, p. 55.

Abel e Caim (o texto não faz menção a Eva). Segue-se o terceiro, Seth, do qual se diz que "[...] viveo…novecentos e doze annos" [368]. Enumeram-se as gerações seguintes e sobre as quais introduz uma característica que faz especiais os personagens: a longevidade. O mais expressivo é Matusalém, que "[...] viveo novecentos e sassenta e nove anos[...]", e sobre o qual se diz estar "[...] vivo em corpo e em alma no paraíso terreal per mandado de Deus" [369].

Trata-se da nona geração, e na qual num segundo fragmento narrativo se faz menção ao tema da rixa entre irmãos. O primeiro é o assassinato de Abel pelo irmão. Nas dez gerações que se seguem, o modelo é:

> Adam houve dous filhos, Caim e Abel. Matou Caim Abel, e depois houve Adam outro filho que houve nome Seth. Viveo Adam oitocentos e trinta annos.
> Viveo Seth, seu filho, novecentos e doze annos, houve filho Enos.
> Viveo Enos novecentos e cinco annos, e houve filho Caynan.
> Viveo Caynam novecentos e dez annos, e houve filho Malalael.
> Viveo Malalael oitocentos e XL e cinco annos, houve filho Jareth.
> Viveo Jareth novecentos e sassenta e dous annos, e houve filho Enoch.
> Viveo Enoch trecentos e sassenta e cinco annos le houve filho Matusalém, e ele está vivo em corpo e em alma no paraíso terreal per mandado de Deus[370].

Passa-se mais uma geração descrita segundo este modelo até Noé, quando se abre um novo percurso narrativo[371]- que não responde unicamente ao imperativo de identificar personagens situando-os uns em relação a outros com base no parentesco, mas o de referenciar o personagem a uma narrativa acerca de fatos paradigmáticos da tradição da qual faz parte. Assim nos diz o texto:

> Noe, quando houve quinhentos annos, houve três filhos, Sem, Cam, e Jafeth. E quando houve Noé seiscentos annos, *foi o deluvio*, e fez a arca e esteve i onze meses, e despois do deluvio, viveo trezentos e cincoenta annos, e per todo viveo novecentos e cincoenta annos, e morreo[372].

O texto segue segregando elementos que vão compondo o cosmo. Diz: "Esta é a geeraçom d'Adam ataa Jesu Christo, como vem *dereitamente* de padre em filho" [373]. Até

---

[368] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro Tít. I, fol. 2v. In: MATTOSO, **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Publicação do IIº Centenário da Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 59.
[369] **Ibidem**, p. 59.
[370] **Ibidem**, Tít. I, fol. 2v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.,** p. 59.
[371] Cf. GREIMAS, A. J. (Pref.). As Aquisições e os Projetos, In: COURTÉS, J. **Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva**, Coimbra: Livraria Almedina, 1979, p. 31.
[372] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. I, fol. 2v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 60. [itálicos nossos].
[373] **Ibidem,** Tít. I, fol. 1. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 59. [itálicos nossos].

Abraão somam-se vinte gerações. O atributo dominante que as descreve, como se viu, é a longevidade. Ao fim do que se diz acabar "duas idades do segre" [374].

Após o patriarca Abraão, prossegue o desfiar de sucessões geracionais, onde aparece outro fragmento narrativo. Aqui o citaremos à guisa de demonstração da forma como o texto vai fazendo segregar os seres e objetos com os quais dá a feição do mundo. Além do parentesco e da longevidade, emergem a fertilidade, morte, riqueza e um traço de cultura do povo judeu. No trecho se vê escrito:

> Quando Abraão houve oitenta e seis annos, houve filho Ismael, de Agar, sa manceba. E quando houve Abraão oitenta e nove annos, circuncidou-se e circuncidou Ismael, seu filho, e circuncidou toda sa casa. E quando houve Abraão noventa annos, houve filho Isaac de Sarra, sa molher, Sarra havia oitenta annos. Viveo Sara cento e vinte annos, e morreo em Quiriatabro, a que dizem Ebrom. E Abraão soterrou-a na cova doblada, que dizem em na leenda 'spelunca', que comprou de Flenez por quatrocentos marcos de prata[375].

Os exemplos acima referidos nos possibilitam uma interpretação em favor de que se trata de um procedimento de escrita que torna complementares narrativa e genealogia, pois tal se reproduz por toda a extensão do *Livro de Linhagens*: à descrição de gerações são apostos pequenos fragmentos com os quais o texto atribui valor e, portanto, significado a fatos através de referências a fatos outros, emblemáticos da tradição que está sob foco. Marca-se com isto a excepcionalidade própria aos seres ali associados, a seus atos e aos atributos que caracterizam as tradições de que se pretendem herdeiros a sociedade e o tempo do qual fala o narrador.

A narrativa tem como finalidade configurar o universo semântico no qual se inscrevem e transitam os personagens, aferindo-lhe o valor pela distância em que se encontram em relação a determinadas práticas e objetos[376]. Os prodígios reprodutores de Abraão, assim, o apresentam como modelo de ser que o texto valoriza. Trata-se de valorizá-lo como herdeiro do "povo eleito". E quando se diz que, aos oitenta anos, "circuncidou-se e circuncidou Ismael, seu filho, e circuncidou toda sa casa" [377], atribui significação para os destinatários da obra de uma prática que individualiza e comunica um importante traço identitário a uma sociedade cujo legado o sujeito da narrativa se pretende herdeiro.

---

[374] **Ibidem,** Tit. I, fol. 3. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 60.

[375] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. I, fol. 3, In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 60.

[376] Cf. GREIMAS, A. J. (Pref.). As Aquisições e os Projetos, In: COURTÉS, J. **Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva**, Coimbra: Livraria Almedina, 1979, p. 7-34

[377] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. I, fol. 3. In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.,** 1980, p. 60.

Já nos primeiros títulos emergem recorrentes referências ao ato de sepultar os mortos, que nos dá a saber sobre a importância que a sociedade concede às formas através das quais lida com os seus mortos. Vê-se escrito: "E viveo Abraão cento e setenta e cinco annos, e morreo e soterrarom-no em Quiriatabor, em na cova com sa molher" [378]. José "soterraron-no em Sichem assi como lhes avia [aos irmãos] rogado" [379]. O mesmo se fala do rei David, "que viveo oitenta annos e morreo, e soterranrom-no em Jerusalém" [380].

A emergência de significação, já a partir dos primeiros títulos, e pela frequência com que emerge no léxico, marca a posição dominante que ocupam neste universo as relações de parentesco. Antes de menção a qualquer atributo ou ação, emergem os personagens indefectivelmente definidos pelas relações de parentesco que mantêm uns com os outros. Assim, se diz que "ficou Isaac, e era de idade de quorenta annos, quando filhou por *molher* Rabeca, *filha* de dom Batuel, *irmã* de Labão e houve dous *filhos*, Esau e Jacob juntos." [381]. Tanto neste título quanto em outros – não importa o quanto distem entre si – a maior frequência no léxico é a de menções a relações de parentesco. Assim, no polêmico título XXI, objeto de uma das refundições do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, se lê após a descrição de cerca de umas duas dezenas de gerações, no transcurso das quais se repete a fórmula essencial:

> Prossegue pelos descendentes de Dom Rodrigo Gonçalvez de Pereira, *neto* de Dom Rodrigo Froiaz, e de dom Vasco Pereira, *bizneto* de dom Rodrigo Gonçalvez de Pereira. Este suso dito dom Vaasco Pereira, *filho* de dom Gonçalo Pereira e de dona Orraca Vaasquez e *irmão* do arcebispo dom Gonçalo Pereira, como se mostra em este título, parafro 12°, seve *casado* com dona Eines de Cuinha, *filha* de dom Lourenço Martiiz de Cuinha e de dona Maria de Lousãa de Loifrei, como se mostra no título LV, dos de Coinha, parafro 4° [382].

Nestas duas idades que se encerram em Abraão aparecem fragmentos associados a personagens que a tradição liga a fatos paradigmáticos na trajetória daquela sociedade. Fala-se de Isaac, de Esaú e Jacó e sua ida para a Mesopotâmia; da troca de dons entre este e Labão e em cuja base estão os "divedos" [383] que dão sustentação às relações de parentesco; passa-se por José no Egito, estendendo-se entre outros personagens e fatos a que se atribuem a história

---

[378] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. I, fol. 3. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 61.
[379] **Ibidem**, p. 62.
[380] **Ibidem,** Tit. I, fol. 4. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.,** p. 63.
[381] Ibidem, Tit. I, fol. 3. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.,** p. 61
[382] **Ibidem,** Tit. XXI, fol. A_1 9v-10v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 257.
[383] **Ibidem,** Tit. I, fol. 3. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.,** p. p. 61.

do povo de Israel. Passa-se por David, Salomão e todos os reis de Israel, Egito e Babilônia, até Alexandre Magno e a destruição do templo de Jerusalém. Um ponto da narrativa vale assinalar pela ocorrência de um fato análogo que em sua estrutura irá reproduzir-se num futuro longínquo e é retomado em vários pontos do texto: a ausência de rei e tomada do poder por outros personagens que se guindam a tal condição por eleição. Um dos exemplos é o do episódio de Ordonho de Leão no qual este rei assassina os Condes de Castela e os castelhanos elegem dois alcaides para reger a terra.[384] E quando há referência a tempo, vê-se escrito "que os filhos de Israel, nam houveram rei nem princepe de seu linhagem *atee a vinda de Christo*" [385].

O título II se desenvolve dando continuidade à expansão do universo de símbolos. Partiu-se, do título I, com a enumeração de gerações, nas quais no texto é caracterizado com um mínimo de elementos descritivos[386], a partir dos quais se instituem relações sintáticas entre formas que configuram a presença de dois entes elementares para que se constitua um sujeito e o mundo. Tem-se um sujeito, e a forma que lhe segue imediatamente – *filho* – com que faz o texto emergir a ideia de parentesco consanguíneo. O pressuposto deste, o parentesco por afinidade, não aparece; Eva, tanto quanto as outras mulheres, cujas existências são omitidas, mas que se sabe, óbvia e absolutamente, necessárias à produção das seguintes gerações, estão ausentes dentre as dez gerações que o texto, ao fim, designa como "ũa geraçõm da idade do segre". O texto logo adiante nos dá uma explicação. Diz, a propósito de Maria:

> Mas por que a Lei nom sofreo que molher seja contada na geraçam, aduze-a por linhagem dos reis primeiramente, e depois por Jacob, padre de Joseph, que foi esposo e guardador da Virgem Santa Maria, por esto que nem ũu homem nom houvesse de ver com ela, porque dela foi nado Jesus que é chamado Christus[387].

As relações primordiais para esta manifestação textual concreta, histórica – que se constitui como um discurso das origens – são retratadas como relações que ligam entes que comungam de um mesmo legado. Passa-se, então, adiante ao título II, no qual se descreve a geração dos reis da Antiguidade Clássica, seguindo-a com a descrição da sequência sucessória que se articula, pelo princípio da sucessão linhagística, às gerações da antiguidade romana e a linhagens bretãs. Fala-se

---

[384] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. III, fol. 23, In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 107.
[385] **Ibidem,** Tit. I, fol. 6v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 69
[386] **Ibidem**, Tit. I, fol. 2v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 59
[387] **Ibidem,** Tit. I, fol 6 v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 70.

> Dos rex da Troia, como vem do linhagem de Dradanus que primeiro pobrou a Troia, e dos Rex de Roma e de Julius Cesar, e de Cesar Augustu, e de Brutus, que pobrou Bretanha, e de Costantim de Roma e de Rei Arthur ataa Cadualem, e Cavadies ataa Gormon[388].

O texto começa por descrever como se formou Tróia. Fala-nos de Dardano que, tal como Adão, foi posto no mundo pela divindade – seria filho de Zeus e Electra. Fala-se de Ilion, Leomedon e de sua contenda com Jasão, com o que a dinâmica da ação é desencadeada por partes que se constituem como parentela, pois se diz que Jasão "rogou seus amigos e parentes, e veerom com grande hoste sobre a Troia" [389]. Trata-se de um conflito em cujo centro estão a família e os amigos, e que não se expressa no texto do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* como um confronto entre uma comunidade, ou povo, ou uma crença, mas que se manifesta mais imediatamente como assunto de família.

Ao que se segue, ressaltando-se o mesmo espírito, o texto seleciona da Ilíada, como seu episódio central, o resgate da honra familiar. Introduz-se colocando em cena o rei troiano Príamo, seus filhos Paris e Heitor; do lado adverso tem-se Menelau, Agamenon e, entre os lados, se dispõe o tema central, o rapto de Helena. O texto traz todos os personagens à cena, identificando-os todos pelos laços de parentesco que mantêm entre si. Segue-se a luta e a destruição de Tróia. Ao que imediatamente se segue a menção à aparição de Enéas, marido de Aquília, filha de Príamo, colocado como personagem com o qual se fará a ligação entre a Grécia e Roma[390] - na seleção que o texto do Conde faz da Ilíada – ou que fazem as fontes das quais se utiliza – não há menção a Ulisses.

Escapando à destruição de Tróia, Enéas, em Roma, faz com que seu filho Ascânio, tido de Aquília, mantenha a terra e a outro filho, Filino[391], ainda menor, que teve de Lavínia, filha do rei Latino, quando já em Roma. Morre Ascânio e reina Filino, de quem, diz o texto, "vem o linhagem dos emperadores de Roma, de Remus e de Romulus, que a pobrara, e de Julius Cesar e de Cesar Augustus" [392].

Seguindo-se este título II, surge outro personagem que irá ensejar a ligação com outra tradição. Aos eventos não escapa o caráter traumático, que instaura o desequilíbrio necessário para que se desencadeie a ação: Brutus, neto de Ascânio, que, cumprindo o vaticínio de

---

[388] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tit. II, fol. 7v.°, In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 72-94.
[389] **Ibidem,** Tit. II, fol. 7v. MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 72.
[390] **Ibidem**, Tit. II, fol. 8v. MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 74.
[391] **Ibidem,** p.74.
[392] **Ibidem,** p.74**.**

advinhas, mata a mãe e o pai. Ela morre no parto. O pai, numa caçada, atingido acidentalmente por uma seta lançada por Brutus. Diz o texto que "por esto que fez, pesou a seus parentes e aos homẽes da terra e houve-se ende a sair" [393]. E dirigiu-se Brutus à Grécia, onde, se diz, "achou gram peça de parentes e ũu dos filhos de Priamo" [394], que escaparam da destruição de Tróia e se encontravam cativos.

De regresso, Brutus passa por regiões a que o texto atribui nomes atuais – África e Sicília, e Espanha, próximo a Sevilha. Encontra com Corineus, a quem o texto se refere como da linhagem de Brutus. Com ele retira-se dali com suas gentes e, no relato, aporta "em ũa terra que dizem Anorica, que houve nome depois Bretanha; e a ilha houve nome depois Albion, e era em poder de gigantes" [395]. Brutus derrota-o, povoa a terra com homens de sua linhagem e a chama Bretanha. Dá parte da terra a Corineus, sobre quem, diz o texto, "houve nome depois Corinus, Corinea, e depois foi corrumpido o nome, e houve nome Cornualha" [396]. Brutus divide a terra entre os três filhos: Socrin, Camber e Albanast. O maior teve Londres e toda a terra chamada Inglaterra. O segundo, Gales e o terceiro, a Escócia.

Sucedem-se gerações passando por rei Lear, filho de Balduc, o rei voador. A narrativa se desenrola em torno das filhas muito formosas do rei Lear, e de seus casamentos, e tendo como base elementos comuns: o parentesco, a terra, a cobiça, a rixa e o ressentimento familiar. Segue-se a geração de Margat e Goverdagos, primos coirmãos, filhos do rei de França com quem casara uma das filhas do rei Lear. Segue-se o reinado de Reinall, filho de Goverdagos, num tempo marcado pela peste e grande mortandade. Prossegue sucedendo-o seu filho, Quianart, depois Gobordiam; depois Parex e Ferex, a quem se dão atributos – "foram maos homẽes" [397].

O título prossegue passando por duas dezenas de gerações, quando após confrontarem bretões e romanos surgem as primeiras menções ao cristianismo e às perseguições promovidas contra os cristãos por Diocleciano, o martírio de Santo Albano e a conversão de Constantino[398]. O texto finda afirmando

> Ataa'qui vem dereitamente a linhagem dos reis de Troia e de Dardanus. Dardanus que pobrou primeiro, e rei Priamo e seus filhos. E

---

[393]BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tit. II, fol. 9. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 75.
[394] **Ibidem,** p.75**.**
[395] **Ibidem**, p. 75.
[396] **Ibidem,** p. 75**.**
[397] **Ibidem,** Tit. II, fol. 10v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 78.
[398] **Ibidem,** Tit. II fol. 12v–13. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 82-84.

> Brutus pobrou Bretanha. Costantim, que foi primeiro que rei Artur de grandes tempos, e de Cadualech ataa Cauadres. Aqui fim este linhagem dos reis de Bretanha. Daqui adeante foi a terra em poder d'outros reis que forom senhores de Bretanha, a que nós chamamos Ingraterra[399].

O Título III trata, como se lê,

> Dos Reis Gentiis que forom senhores de Pérsia e de Roma ante o tempo de Jesu Christo, e dos Godos, como veerom aa Espanha e como a conquererom, e d'el rei Cindinus, que foi rei D'Espanha, e de rei Bamba e de Rei Rodrigo e do Conde Dom Juliam, e como se perdeo a terra em aquel tempo, e depois como foi cobrada por os Reis que i houve[400].

A composição é feita seguindo modelo semelhante: mencionam-se as gerações entremeadas com fragmentos narrativos que investem o texto de significado e o remetem a um universo axiológico, construindo-o como elementos complementares narrativa e genealogia, com base na ideia de sucessão pelo parentesco, onde se combinam fragmentos de uma e outra natureza. Combinam-se a enumeração de genealógica com fragmentos narrativos de caráter épico, lendário, mágico e mítico, ou seja, formas de expressão poética que têm apelo no imaginário do público a quem se dirige. Os temas são sucessão, o parentesco, as rixas familiares, a guerra de conquista contra outros povos, com os vizinhos, o desafeto entre a parentela, o rapto de mulheres e todas as componentes que definem a *saga*.

O Título IV dá continuidade ao estilo agregando elementos com que amplia o repertório de significações através da introdução de novas gerações, personagens e ações, que o texto situa no tempo em função da simultaneidade ou distância em relação a fatos de caráter paradigmático das civilizações que congrega para formação do texto. Trata-se das tradições vetero e neo-testamentária, de narrativas acerca da antiguidade pagã clássica greco-romana e tardia, bretã, colhidas nas versões a que já nos referimos. E se as incorpora ao cadinho cultural que procede ao amálgama vertido pela produção textual responsável pela introdução da escritura cristã no espaço que se denominou como Ocidente medieval.

Inicia-se o relato tratando da presença dos "Godos em Espanha". Destes homens descritos como os "que forom do linhagem de Goth e de Magot e de Jafet, o filho de Noé, e forom gentis" [401]; e que estiveram na Espanha por trezentos e oitenta anos, convertendo-se ao cristianismo. Tiveram por primeiro rei a Atalarico, e após reinarem cerca de três dezenas

---

[399]BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tit. II, fol. 18, In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 94.
[400] **Ibidem,** Tit. III, fol. 18-24. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 95-108.
[401] **Ibidem,** Tit. III, fol. 21. In: MATTOSO, José. **Op. Cit**, p. 101.

deles, aparece Cindus, que foi cristão, e não deixou filho varão. Outra vez repete-se uma situação na qual a falta de rei leva os homens a guerrear uns com os outros durante muito tempo. Mas depois "acordarom-se per enliçom e fezerom rei Bamba" [402]. Após algumas gerações surge Rodrigo e o evento no qual perdeu a Espanha para os mouros, "que conquererom toda a terra ataa a Galiza afora as montanhas das Estúrias" [403]. Assim elegeram como rei a Palaio, o montesinho. Passa-se depois por Afonso o Católico, que reconquistou muitos lugares que não mais se haveria de perder para os mouros.

Em seguida a narrativa de caráter genealógico se estabelece na descrição dos reinados dos reis de Espanha. Narra-se o episódio do assassinato dos condes de Castela por Ordonho e como os castelhanos fizeram os alcaides que elegeram os juízes para mantê-los em direito e justiça, e de quem, diz o texto, "de que descenderom os rex de Castela" [404].

O título IV, "dos reis que foram de Castela" [405], é um título curto, ocupando parte dos fólios 24, 24 v e 25. Abre falando sobre o rei D. Sancho, o Maior, e dos três filhos que teve: Fernando, Garcia e Raimundo. O primeiro foi o "que depois foi chamado p'ar d'Emperador. Outro foi rei dom Garcia de Navarra. Outro foi "dom Reimom d'Aragom, o que matarom em Gados" [406]. A designação das relações de parentesco que mantém com outros indivíduos antecede à menção de que foi rei. Diz-se "que o rei dom Sancho Maior houve três filhos: houve um de uma molher e outro doutra". Fernando mata Garcia "na era de mil e LXXVII annos, assi como conta a cronica" [407]. Atente-se a que não se faz menção às mulheres de quem os filhos descendem. A única mulher mencionada neste trecho da breve narrativa é Sancha, que era irmã do rei Bermudo de Leão, morto por Fernando numa lide. Segue-se que Fernando "foi senhor de Castela e de Leom e de Navarra e de Portugal." [408].

À frente tem-se o sucessor de Fernando, Sancho, "o que lidou com el rei dom Garcia de Portugal, seu irmão, e vence-o, como se mostra no título XXI de rei Ramiro, parrafo 7°" [409]. Tem-se que as descrições de posições obtidas em decorrência de conquista têm como antecedente uma crise familiar. A querela é descrita como que surgida de seu interior, e é figurada como disputa de um legado.

---

[402] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**,** Tit. III, fol. 21v. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa,1980, p. 103.
[403] **Ibidem,** Tit. IV, fol. 21 v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 104.
[404] **Ibidem,** Tit. IV, fol. 23 v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 107.
[405] **Ibidem,** Tit. IV, fol. 24. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 109.
[406] **Ibidem,** Tit. IV, fol. 24. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 109.
[407] **Ibidem,** Tit. IV, fol. 24. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 109.
[408] **Ibidem,** Tit. IV, fol. 24. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 109**.**
[409] **Ibidem,** Tit. IV, fol. 24-24 v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 110.

No mesmo espírito progride o texto em reforço do que afirmamos, pois à frente se diz que "reinou rei dom Afonso [...] o que se chamou seteno, e rei da Espanha. Este filhou Toledo e deu sa filha dona Tareija ao conde dom Henrique com o que havia em Portugal e em Galiza, e daqui veerom os reis de Portugal" [410]. A filha, Portugal e a Galiza são descritos como parte dos haveres do rei, que deixa como legado a um sucessor. O título se prolonga por cerca de nove gerações até ao rei Afonso XI, descrito como o que "foi conqueredor de Mouros [...] e que [...] filhou-lhes muitos logares." [411].

O Título V, no mesmo estilo, trata "[...]dos Reis de Navarra, como vem seu linhagem de Rei D. Sancho, o Maior, que descendeo dereitamente d'el rei dom Sancho Avarca" [412]. Narra a breve história de como se fez rei, incorporando-se os nomes e parentescos envolvidos numa linha sucessória. Tem-se aqui uma das possibilidades temáticas possíveis em que se conjugam o genealógico e o narrativo. Fala-se da origem do primeiro rei de Navarra. Inicia-se assim falando

> 1. Agaresta houve filho el rei dom Garcia, ao que disserom Enheugos.
> 2. Rei dom Garcia Enheugos filhou por molher a rainha dona Sancha, e houve dela ũu filho que houve nome Sancho Garcia, e depois houve nome Sancho Avarca. E diremos como o depois matarom os Mouros. E ficou sa molher prenhada, a rainha dona Sancha, e ferireom-na de ũa lança, e morreo a madre e naceo o filho per a lançada[413].

Segue-se a história dizendo que um "rico homem" o resgata e o cria, colocando-lhe o nome Sancho Garcia. Sancho, adulto, se destaca pela boa acolhida que dava a todos os cavaleiros da montanha e de que "[...] dava-lhes quanto podia haver" [414]. Seus homens, quando viram que era "esforçado e homem de gram trabalho, poserom-lhe nome Sancho Avarca. E chegarom seus ricos homẽes da terra e fezerom-no rei" [415]. Seguem-se as várias conquistas que fez aos mouros na Cantábria, Algara, monte Oca e Todela, Pamplona, Aragão. Venceu aos mouros "[...] e foi leal rei e piadoso, e temeo muito Deus, e manteve mui bem justiça" [416].

---

[410] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**,** Tit. IV, fol. 24 v. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 109-110.
[411] **Ibidem**, Tit. IV, fol. 25. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 111.
[412] **Ibidem,** Tit. V, fol. 25v-27. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 112-116.
[413] **Ibidem,** Tit. V, fol. 25v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 112.
[414] **Ibidem,** Tit. V, fol. 25v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 112.
[415] **Ibidem,** Tit. V, fol. 25v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 112.
[416] **Ibidem,** Tit. V, fol. 25v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 112.

Segue-se a Sancho Avarca sua descendência feminina. Uma delas, Urraca, casa-se com o rei Afonso de Leão. Maria casa-se com Hordonho, sobrinho, filho da irmã Urraca e do rei Afonso, que é morto em Córdoba. Valasquida, a quarta filha, casa-se com o Conde D. Nuno de Biscaia. Retomam-se, em narrativas curtas, os temas recorrentes. São ações de natureza semelhante com variações que as situam, em sua singularidade, no tempo e espaço. Falam de sucessão, casamentos, conflitos no interior da própria parentela e em confronto e alianças com os condes vizinhos. São brevemente descritas várias ocorrências de morte violenta. E estes conjuntos de fatos se vão encadeando e preparando as virtuais possibilidades de desfecho sucessório. A narrativa é disposta de forma a estabelecer nexos neste sentido. O texto segue passando pela tomada em casamento de uma filha do Cid por um varão descendente, procedente desta linhagem familiar.

Os relatos, tal como estruturados, visam identificar os personagens históricos, e não o fazem sem remeter a um sentido como um dado que está para além da materialidade que os liga a fatos a serem comprovados. Trata-se de parentescos, casamentos prestigiosos, lutas e vitórias em rixas pessoais, proximidade a indivíduos ou a adversários que o narrador sabe serem de conhecimento do público destinatário do texto. São personagens de notória fama, e que por isto carreiam prestígio, carga simbólica positiva para si, sua parentela, sua linhagem, para aqueles que o sucederão no legado familiar.

O texto se estende passando pela enumeração da linha de procedência dos reis de Aragão, não dispensando relatos em que descrevem alianças de nobres cristãos com mouros para lutar contra cristãos, inclusive envolvendo pai e filho, conforme o relato que envolve Ramiro, filho de uma barregã, contra o pai, Sancho o Maior. A narrativa estende-se até Jaime de Aragão, pai de Isabel, "que foi madre d'el rei dom Afonso o quarto de Portugal".

O Título VI é bastante curto: compreende parte do fólio 27 e praticamente todo o verso do fólio 27. Trata das dinastias dos reis francos. Intitula-se "do linhagens dos reis de França que forom antes Charles Mayne", os quais liga à antiguidade grega. Diz-se que "houve ũu rei em França que houve nome Moreveus e foi do linhagem d'el rei Príamo da Troia" [417]. Trata-se de uma lista de reis francos desde a Alta Idade Média. Descrevem-se as sucessivas gerações desde Meroveu, passando por Clóvis, Pepino, o breve; Carlos Magno até Hugo Capeto e seus sucessores até Filipe. O título se cinge praticamente, em sua totalidade, a enumerar os indivíduos dispostos em sequência sucessória. Observam-se apenas breves menções a fatos e

---

[417] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. VI, fol. 27. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa,1980, p. 117.

acontecimentos apostos a alguns deles, que não se destinam simplesmente a diferenciá-los, mas associá-los a um campo de conotação. Numa delas emerge a oposição cristianismo/paganismo. Num exemplo se vê escrito: "Este Clodo[v]eo houve por filho [C]lotário. Este Clodo[v]eo bautizou-o Sam [R]amígio e tornou-o cristão, que ante era pagão" [418]. O texto pontua um ato de significação central para o discurso que este texto representa. Neste fragmento se faz menção a um rito relevante com o qual se ata a tradição bárbara da realeza medieval ao universo cristão – associação civilizacional que compõe um dos caracteres centrais no domínio do político no período medieval.

Transcorrem-se nove gerações seguindo um padrão no qual, além da ascendência, são apostas características a indivíduos que não têm apenas uma função distintiva, mas os inscrevem num universo axiológico e, portanto, num sistema de valores. O que se realiza, dentre vários exemplos que se pode dispor, numa única e simples menção à santidade, quando diz que "Clodo[v]eo houve filhos de Sancta Barcilidie, a rainha, e ũu houve nome Clotário, o Jovem, e o outro Clederique e o terceiro Terim" [419].

Prossegue a enumeração das gerações de Clotário fazendo-se menção a Santo Arnulfo. Adiante, de forma distinta, mas não sem concisão, dedica uma frase maior a Carlos Magno; característica sutil, mas cuja intenção é destacar o mais notório rei franco e referenciá-lo de forma sutil à tradição romana – o texto utiliza como baliza temporal para datar sua morte a era de César. Carlos Magno é o que se fez Imperador do Sacro Império Romano Germânico. O trecho diz: "de Charles Mayne que foi rei de França e dos que dele descenderam. Charles Mayne morreo na era de novecentos e LXVIII e houve filho Alois" [420].

Do maior dos reis francos, segundo o texto, estendem-se mais quatro gerações até Hugo, Capeto, ao que se acrescenta: "E os nobres franceses levantarom por rei Hugon, o Duc, que foi filho de Hugon, o Gram Duc" [421]. Trata-se de mais uma menção a algo recorrente no texto: episódios de crise no qual os nobres, por sua vontade, e não unicamente com base em algum direito imanente à condição de pertença a uma estirpe régia, elegem ou aclamam um rei.

Seguem-se mais seis gerações onde apenas se vê uma menção a um homônimo Hugo, filho de Roberto, o piedoso "sobre o qual se diz [...] que foi mui boo e muito amado rei" [422].

---

[418]BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. VI, fol. 27. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa,1980, p. 117.
[419] **Ibidem,** Tit. VI, fol. 27v. In: MATTOSO, José. **Op, Cit.,** 1980, p. 117.
[420] **Ibidem,** Tit. VI, fol. 27v. In: MATTOSO, José. **Op, Cit.,** 1980, p. 117
[421] **Ibidem,** Tit. VI, fol. 27v. In: MATTOSO, José. **Op, Cit.,** 1980, p. 117
[422] **Ibidem,** Tit. VI, fol. 27v. In: MATTOSO, José. **Op, Cit.,** 1980, p. 117

Segue-se uma menção a Felipe, onde se diz que "era rei coroado, e morreo por cajam em vida de seu padre, e reinou seu irmão Lois, e coroou-o o apostoligo Inocencio na cidade de Rens." [423]. A Felipe se segue Luís e com o qual se finaliza o título, apontando-o como aquele "que agora é" [424].

"Do Conde dom Monido, donde decendem os reis de Portugal de ũa parte, procedendo ao diante, e dos outros que dele decenderom" é o título VII, que figura dentre os que foram objeto do primeiro interesse dos autores que atentaram para o valor literário de suas narrativas. Ele abre segundo o padrão regular, que, embora se apresente com variações, observamos que cumprem uma função de investir o texto de significação, remetendo-se ele mesmo a um universo do qual derivam os atributos que qualificam os personagens. Ou seja, não os segregando como depositários de atributos decorrente de um campo de significação cujos significantes sejam portadores de uma natureza definida *a priori* - genealógica ou narrativa, mas pensando-os como constituídos de atributos de dimensões significativas de caráter complementar.

O texto descreve o Conde Dom Monido como quem

> [...] veo da terra de Roma, e era dos linhagem dos Godos. E veo a Galiza, cuidando a ser rei, com gram// companha de cavaleiros e d'outras gentes que trouve por mar. E aqueeceo assi aa aventuira que quantas nãos e galees e baixees trazia, qubrarom todas no mar, no cabo de Piorno, que é em Trasentos, e portarom com el cinque cavaleiros e nom mais. E de ũu deles veerom os de Trasentos, e do outro os Marinhos, e do outro os d'Ambroa, e do outro os Beltranes, de Nendos, e do outro os d'Andrade de Bragaa[425].

A seguir, sempre cercado da excepcionalidade própria a eventos originários, se diz que o Conde D. Monido "*roussou* dona Joana Romães, filha do Conde D. Romão, irmão do rei Afonso, o Casto. Este conde casou com esta dona e *fez em ela* o Conde dom Froia Menendez" [426]. O vocábulo "*roussou"* e a expressão "[...] *e fez em ela*" [427], fazem sua aparição para

---

[423] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tit. VI, fol. 27v, In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa,1980, p. 117.

[424] **Ibidem.**

[425] **Ibidem,** Tit. VII, fol. 27v-28. In: MATTOSO, José. **Op, Cit.**, p.119.

[426] **Ibidem,** Tit. VII, fol. 27v-28. In: MATTOSO, José. **Op, Cit.**, p.119.

[427] Cf. VITERBO, Fr. Joaquim Santa Rosa. **Elucidário das Palavras Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram**. Ed. Crítica Mario Fiúza. v. II. B-Z. Porto: Livraria Civilização, 1966, p. 538. "Roussada", "rouxada" e "rouzada". Assim se chamava a mulher forçada, cuja honestidade contra o seu querer, e apesar da sua renitência, foi violada e ofendida, e também à que era furtada para o mesmo fim, ainda que o *rapto* ou *rouso* alguma vez não fosse mais que de sedução. Em muitos forais antigos, se permitia defesa e imunidade deste deleito, contanto que a mulher não fosse casada.

adiante crescer em frequência. E, enquanto a primeira denota a conjunção carnal forçada, a segunda surge como uma das variantes com que se faz menção a conjunção carnal entre um homem e uma mulher e a concepção de uma criança. Esta é a expressão que anuncia publicamente as vias de fato do ato por excelência produtor de descendência, absolutamente despido de qualquer conotação que lhe inscreva na ordem do privado, do íntimo e do indecoroso, tal como o que o cerca na sociedade burguesa. Até a esta altura do texto se veem expressões como "*casou-se com ela*" e "*houve filhos*", "*filhou-a por molher*", que não se referem diretamente ao ato carnal. Até agora se tratou de formas de expressão designativas da associação matrimonial, mesmo que ilícita, que redundaram na produção de descendentes no interior de famílias régias. Este é o primeiro título no qual há menção direta à conjunção carnal.

O texto prolonga-se ainda com narrativas mais longas que justificaram a maior atenção daqueles que primeiro estudaram o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. O texto segue fazendo surgir nomes de várias das primeiras famílias peninsulares. Fala-nos dos casamentos entre si, revelando uma forte tendência endogâmica. Emergem os primeiros representantes da nobreza condal. Fala-se dos condes Bermudo Forjaz, dos Forjaz Menendez, dos Peres da Trava, com os quais se envolveria dona Teresa, após a morte do Conde D. Henrique, pai do primeiro rei português, Afonso Henriques; também dos Lara, dos Castro, dos Ponce, e dos Manrique que se casam com uma filha de Armerique de Narbonne; dos de Molina, dos de Trastâmara.

O texto deságua no episódio em que Afonso Henriques se faz o primeiro rei português – a morte do pai, os posteriores incidentes com a mãe, dona Teresa, filha de Afonso VII –, o rei "*que filhou Toledo*"; a vitória sobre as forças que apoiavam dona Teresa contra ele. Sua mulher, dona Mafalda Manriques, é filha de Manrique de Lara com Ermesenda, filha de D. Armerique de Narbonne. Fala-se da legendária e crucial associação do rei português com Soeiro Mendes da Maia, que lhe permitiu apoderar-se de Guimarães e deslocar as pretensões da mãe viúva, agora unida a Fernando Peres da Trava que, como se vê escrito, "*era em aquel tempo o melhor homem d'Espanha que rei nom fosse*" [428]. Fala das conquistas de Lisboa, Sintra, Almada, Palmela, Alcácer, Beja, Évora, Moura e Serpa; das fundações dos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Alcobaça, da Igreja de São Vicente de Fora, da doação de três mil marcos de prata à Ordem do Hospital em benefício de seus enfermos. Diz-se que "*fez na*

[428] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. VII, fol. 30. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa,1980, p. 124.

rainha dona Mafalda Anriques [sic] el rei dom Sancho, e viveo setenta e seis anos, e sua alma será em paraíso. E morreu na era de mil duzentos e vinte e três annos, e jaz no moesteiro de Santa Cruz [429]. Segue-se com a progressiva descrição dos demais reis de Portugal seus descendentes até D. Afonso IV, entre o que se entremeiam narrativas dos fatos mais significativos ocorridos em suas vidas.

Segue-se o Titulo VIII, onde se lê: "dos de que descenderam os de Mendoça e os de Biscaia e de Crasto e os de Vermuiz, e donde vem os fidalgos de Portugal e de Castela e Galiza, e de Rui Diaz Cide e dos vencimentos que houve e de seu casamento" [430]. O texto prossegue com as mesmas formas de expressão e temas semelhantes aos anteriores, marcado pelo convívio complementar entre a dimensão genealógica e narrativa. O oitavo título é o que encerra o conjunto dos que mais despertaram o interesse dos estudiosos que se ocuparam do *Livro de Linhagens.* Sob o ponto de vista do sentido, não há distinção em relação ao Título IX, que trata "de como os de Biscaia, por nam terem senhor, tomarom por senhor Froom, irmão d'El rei de Ingraterra, que i veo teer com um seu filho, e como dele descenderam os de Biscaia" [431]; sobre o que em primeiro lugar, se diz " que foi senhorio primeiro em seu cabo, ante que el rei houvesse em Castela, e ò depois em Bizcaia nom havia nem ũu senhor" [432].

Nos capítulos anteriores há continuidade da presença de fragmentos narrativos de dimensões semelhantes aos existentes nos títulos precedentes. Um dos exemplos mais expressivos encontramos na lenda da dama-pé-de-cabra e do cavalo Pardalo, após o que se seguem com maior frequência as sequências de gerações, onde diminui a frequência com que se manifesta a componente narrativa. Mas no texto não cumprir a função narrativa, ou seja, de investir de valor os indivíduos atribuindo-lhes qualidade, dando-lhes atributos que os colocam em relação de junção como objetos materiais e imateriais. Em seguida à lenda imediatamente acima mencionada, se vê escrito:

> Este Enheguez guerra, senhor de Bizcaia, nom houve filho nem ũu, mais houve ũa filha que houve nome dona Munha Enheguez.
> Esta dona Munha Enheguez foi casada com dom Fernando, filho d'El rei de Navarra, e foi bastardo, e fez em ela ũu filho que houve nome Dom Lope Ellindo.
> E dom Lope Ellindo, senhor de Biscaia, foi casado com dona Orlanda, filha de dom Trastamiro Aboazar, como se mostra no título XXI, de rei Ramiro, parrafo 2°, e fez em ela
> Dom Diego Lopez, que chamarom o Vermelho, senhor de Bizcaia, e

[429] **Ibidem,** Tít. VII, fol. 31v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 127.
[430] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedr, Tit. VIII, fol. 34. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 133.
[431] **Ibidem,** Tit. IX, fol. 35. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 137.
[432] **Ibidem,** Tit. IX, fol. 35. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p.137.

> foi casado com dona ____,[433] e fez em ela
> o conde dom Lope, que jaz em Sam Milham de la Cogolha, e morreo na era de___
> Este conde dom Lope foi casado com a condessa dona Çiculo, e fez em ela
> Dom Diego Lopez, o Roivho.
> Este dom diego Lopez, o Roivho, morreo na era de mil e cento e sessenta e dous annos.
> Este dom Diego Lopez, o Roivho, foi casado com dona Almicena e fez em ela o conde dom Lope, senhor de Bizcaia[434].

Os trechos narrativos mais extensos deste título tratam de personagens mais destacados da linhagem. É o caso de Diego, o Bom, dito como [...] o que venceo o torneo de Castela, que foi ũu dos boos feitos e dos honrados que homem passou em Espanha" [435]. E sobre este D. Diego se diz que [...] foi mui boo cavaleiro d'armas, bem como o padre, e por esso lhe chamarom Cabeça Brava" [436].

Feito segundo modelo com as mesmas características, segue-se o Título X, no qual se faz menção à que foi a mais poderosa das linhagens ibéricas. Nele se lê: "donde descende o linhagem do solar de Lara, dos primeiros de que mais longe se pode saber. " [437]. Neste novamente não se poupam linhas para tratar de eventos que envolveram e deram notoriedade à linhagem, tal como o famoso episódio do assassinato dos Infantes de Lara[438] - a que se dedicaram os estudos de Ramón Menendez Pidal[439]; ou, aquelas que contam como D. Manrique se fez senhor de Molina[440]; ou, ainda, as que contam como D. Nuno de Lara, filho do Conde D. Pedro de Lara, "livrou os fidalgos do preito em Burgos".[441].

O título XI versa sobre os " de Castro, donde mais longe se pode saber deles, e daqueles que deles decenderom" [442]. Fala-nos de sua ligação local a Castrojeriz. Associa-os a um ascendente colateral do Cid, Fernando Laindiz, irmão de Diego Laindiz, pai do Cid. Ressaltam-se os parentescos ilustres: Alvaro Fernandez de Castro foi casado com uma filha de

---

[433] **Nota do autor**: a partir deste ponto, começam a surgir alguns fragmentos de texto com a escrita original, das versões escolhidas para a compilação de 1980, corrompidas pelas sucessivas cópias e transcrições de que o texto foi objeto. O que indicaremos mantendo a sinalização adotada pelo editor relativas às omissões, lacunas, rasuras ou danos causados pela ação do tempo, e que não permitiram, ao menos, uma reconstituição conjectural.
[434] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. IX, fol. 37. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 141.
[435] **Ibidem,** Tit. IX, fol. 37v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 142.
[436] **Ibidem,** Tit. X, fol. 38. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 143.
[437] **Ibidem,** Tit. X, fol. 39v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit**, p. 147.
[438] **Ibidem,** Tit. X, fol. 39v-40. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 147-148.
[439] PIDAL, Ramón Menendez. **La Leyenda de los Infantes de Lara**, Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1934.
[440] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. X, fol. 41-41v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 151-152.
[441] **Ibidem,** Tit. X, fol. 43-45v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 155-162.
[442] **Ibidem,** Tit. XI, fol. 46. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 63.

Pedro Ansurez, um dos maiores senhores de Castela[443]. Seguem-se da mesma forma pequenos relatos dos feitos de seus maiores cavaleiros, e permanece a tônica dos entrecruzamentos entre as mais notórias e antigas famílias de Castela, Galícia e Portugal. Destaca-se o não curto relato de fundo "romanesco" a que já fizemos menção[444], que envolve a morte da covilheira de D. Estevainha, filha de Afonso X, com quem "de gaança" [445] casara-se D. Fernando Rodriguez de Castro, o que chamaram "o Castelão" [446].

Entre os Títulos XI e XIII, este último "de dom Pedro Fernandez de Trava, neto de dom Pero Froiaz, e dos que dele descenderom" [447], e ambos de composição semelhante quanto ao padrão de associação entre fragmentos de componente genealógica e narrativa, existe o de número XII, onde se lê " da linhagem de que veem os de Cabreira, começando de Rei Ramiro o Quarto, que foi o que e mais longe se pode saber" [448]. Trata-se de um texto curto. Compreende de parte do fólio 49 verso e parte do fólio 50; mas que, apesar desta sua característica quanto a extensão, constata-se a presença de uma mesma lógica de composição dos anteriores no que diz respeito à coexistência das matérias de que se compõe. Ele se destaca pelo prestígio que é dado à linhagem por figurar numa posição privilegiada no texto: um título posicionado entre duas dentre as que figuram no rol das mais prestigiosas e tradicionais linhagens ibéricas: os Castro e os Trava. Este fato, sem consideração da proporção em que se combina nele a matéria, mostra-nos que a posição da linhagem no texto é um fator de prestígio para o nome. Mas para além desta sua característica, é de se notar que se posiciona fora do âmbito daqueles títulos nos quais se supõe predominar o elemento narrativo. Nos Titulos XI e XIII, apesar de também fora do âmbito dos acima mencionados, é abundante a presença de elementos de natureza narrativa. A forma como se configuram torna incompreensível a desconsideração do valor literário dos mesmos, em relação aos que estão para além dos mencionados oito primeiros. O que faz com que os títulos se distingam uns dos outros é, tal como acreditamos demonstrado pelos exemplos acima, o maior ou menor grau de

---

[443] Cf. TÁPIA, Modesto Salcedo. El "Emperador" Fernando I de Castilla y León y la Sucesión, In: **La Família "Tellez de Meneses" em los Tronos de Castilla y Portugal,** Palência: Instituto Tello Tellez de Meneses, 1999, p.19-25.

[444]BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tit. XI, fol. 47-47v. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 165-167.

[445] Cf. Gança: "Também se chamaram 'filhos de gança' os que o foram de alguma concubina teúda e manteúda, pois sempre é de presumir que o interesse, comodidade ou emolumentos da vida, influíssem principalmente na sua torpeza" In: VITERBO, Fr. Joaquim Santa Rosa. **Elucidário das Palavras Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram**. Ed. Crítica Mario Fiúza. v. II. B-Z. Porto: Livraria Civilização, 1966, p. 293.

[446] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. XI, fol. 47-47v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.,** p. 165-167.

[447] **Ibidem,** Tit. XIII, fol. 50. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 174.

[448] **Ibidem,** Tít. XII, fol. 49 v-50. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 171-172.

ocorrência da combinação de fragmentos de texto que se classifica como de uma e outra natureza. Os Titulos IX e X, constituem-se em exemplos limite nos quais ambas as formas de manifestação da matéria se conjugam de forma abundante e em relativo equilíbrio, o que torna, a nosso ver, incompreensível que se os inclua, e aos demais, na condição de matéria destituída de interesse literário. O Título XII, acima apontado, nos parece, desta maneira, uma boa porta de acesso à discussão da composição do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, exatamente por se tratar de um título no qual as diferenças quantitativas em relação aos demais é flagrante.

Se examinarmos comparativamente o conteúdo de todos os títulos, para além do quantitativo de matéria textual, as distinções são evidentes pelo uso de dadas formas de expressão de que se utilizam para concretamente investirem e distinguirem os personagens uns dos outros. Mas, todavia, elas se subordinam ao propósito de tocar nos mesmos temas, cuja distribuição pela totalidade do texto é homogênea. Está, desta forma, a nosso ver, fora de discussão o descarte desta dualidade, pois o narrativo e o genealógico são elementos subjacentes ao texto e exercem uma função semiótica complementar.

Tal distinção decorre do princípio da similitude de que lançamos mão quando a princípio, nós, pesquisadores contemporâneos, nos aproximamos deste tipo de documento, elegendo-o como um objeto, um documento que julgamos como de valor cartorial, comprobatório do vivido. E isto ocorre por identidade com o tempo no qual vivemos e que configura este tipo de registro com base em tal classificação. Isto faz com que nos inclinemos a enxergar a nós e à nossa sociedade no texto do Conde D. Pedro. Tomarmos o texto em sua unidade e em contexto nos obriga a um esforço em apreendê-lo enquanto alteridade[449].

Na medida em que de alguma forma ou em algum grau os títulos do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* nos contam uma história, integram um todo que se refere a como se constituiu, em que tradições civilizacionais e valores se lastreou e cuja História o Conde D. Pedro quer relatar. Não é fortuito que comece a falar "desde Adam ataa Jesu Christo", que passe por Tróia, Roma e Bretanha, não o faz senão para colher naquelas tradições aquilo que o texto dirá ser a alma da sociedade daquele presente.

Trata-se, assim, a nosso ver, de tomar o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* como um discurso que conta uma história das origens, cujo objetivo é legitimar um presente. Fragmentá-lo em matéria genealógica e narrativa é inscrevê-lo num horizonte estranho a seu tempo, mas que, no entanto, foi o implicado pela configuração do campo cultural por ocasião

[449] MARROU, Henri Irinée. **Do Conhecimento Histórico**, Lisboa: Editoria Pedagógica Universitária, 1974, p. 105.

de constituição de *corpus* documentais necessários a produção de uma História que se anunciava enquanto disciplina científica, ao mesmo tempo que se buscava incorporar aos estudos de Literatura problemáticas desta natureza.

Para referirmo-nos aos imperativos que orientaram a produção dos materiais originais de que se utilizou o Conde D. Pedro para a composição do seu *Livro de Linhagens*, podemos dizer que não se fundou a partir de expectativas similares às delineadas por um horizonte de constituição de uma disciplina literária. Seu caráter pragmático não se dissimula sob um texto que procura esconder o lugar de onde fala. Ao contrário, como se verá, ele é dedicado a "[...] meter amor antre os nobres fidalgos de Espanha"[450]. Ele é uma pragmática, mas que não deixa de impregnar-se por algo que lhe subjaz: a pretensão de utilizar formas para construir uma ordem do mundo, ainda presa de formas de vida e de uma ideologia que a dinâmica do desenvolvimento histórico já estava a desarticular para recompor-se e sedimentar-se de uma forma distinta no tempo que se seguiria à sua produção.

Embora se afirme que os conteúdos dos oito primeiros títulos tenham maior proximidade ao que se julga mais em sintonia com as formas canônicas da narrativa, os demais, julgados tímidos quanto a tais características, não são destituídos elementos que os qualificam enquanto narrativa. Quando nos apropriamos de um texto como discurso, nos reportamos à ordem das implicações. Isto nos permite substituir o dado do texto por uma lógica do texto[451]. Pode a matéria dos títulos não manifestarem que mais explicitamente manifestem a estrutura temporal própria à componente narrativa, mas pressupõem a dimensão do tempo, própria à experiencia humana, que se caracteriza por percursos a serem cumpridos por protagonistas, sujeitos dispostos em modos de existência semiótica, sujeitos que se encontram em modos de relação de *junção* com determinados objetos[452]. Trata-se, antes, em relação ao que se supõe dois conjuntos de títulos distintos em função da natureza diversa de suas matérias, de interações e combinações diversas no uso de ambas as formas. Rigorosamente a distinção consiste no grau da presença manifesta do elemento narrativo e de sua forma de conjugação ao elemento genealógico *em alguns* dos primeiros oito títulos e que os diferenciaria dos demais.

A divisão tradicional da matéria textual da qual se compõe o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* parece revelar insuficiências metodológicas quando se trata de nos

---

[450] Cf. BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Prólogo, fol., In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p.55.

[451] Cf. ROBIN, Règine. **História e Linguística**, São Paulo: Editora Cultrix, 1977, p. 19.

[452] Cf. GREIMAS, A. J. (Pref.). As Aquisições e os Projetos, In: COURTÉS, J. **Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva**, Coimbra: Livraria Almedina, 1979, p. 27.

apropriarmos do texto como um discurso. Esta divisão não parece traduzir-se na forma como vemos configurado, por exemplo, o título VI, que versa sobre os reis de França. À realidade de duas dinastias francas é ao que se referem. São inexistentes ali os elementos narrativos. A este título se pode juntar o também já mencionado título I, sobre os descendentes de Adão, como os que menos elementos narrativos em si encerram. Mas é inegável que no plano mesmo de sua construção sintática, estão implícitos percursos temporais. E, a propósito, mais do que isso, elementos mínimos que invocam as *formas* que nos permitem incluí-los entre o repertório das que caracterizam as *sagas.*

A esta altura, e à guisa de demonstração, vamos tomar alguns fragmentos de texto que exibem as formas como se conjugam genealogia e narrativa para demonstrar que são elementos constituintes do texto como um todo, complementares, integrantes das estruturas que subjazem a toda sua extensão, determinando-lhe o sentido. Assim iremos procurar mencionar exemplos representativos dos tipos de conexão entre as manifestações genealógicas e narrativas. A menção ao grau de parentesco e a respectiva e seguida enumeração de membro das gerações é a forma como no plano da manifestação a componente genealógica do texto lhe confere organização temporal. No Título I, temos formas a ela associadas que investem os indivíduos de atributos com a função de superdimensioná-los, de retratá-los como seres especiais que habitam as origens do mundo. Assim, há implicada, ainda que implicitamente, uma dimensão narrativa, que os inscreve no mundo cuja formação se está descrevendo. O Prólogo antecipa que o texto fala "do linhagem dos homẽes como vem de padre a filho des o começo do mundo [...] e começa em Adam, o primeiro homem que Deus fez, quando formou o ceo e a terra" [453]. Trata-se, assim, de uma genealogia à qual se associam elementos de uma narrativa. Assim se diz que

> Esta é a geraçom d'Adam *ataa* Jesu Christo, como *vem* dereitamente de *padre* em *filho*.
> Adam houve dous *filhos*, Caim e Abel. Matou Caim Abel, e depois houve Adam outro *filho* que houve nome Seth. Viveo Adam oitocentos e trinta annos.
> Viveo Seth, seu *filho*, novecentos e doze annos, houve *filho* Enos.
> Viveo Enos novecentos e dez annos, e houve *filho* Malalael[454].

O texto desenvolve no mesmo modelo dez gerações, onde se fala de Abraão. O modelo é o que se segue:

> Quando Abraão houve oitenta e seis annos, houve filho Ismael, de

[453] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. I, fol. 1. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 55.
[454] **Ibidem,** Tit. I, fol. 1. In: MATTOSO, José. Op. Cit., p. 55. [itálicos nossos]

> Agar, sa manceba. E quando houve Abraão oitenta e nove anos, circuncidou-se e circuncidou Ismael, seu filho, e circuncidou toda sa casa. E quando houve. Abraão noventa annos, houve filho Isaac, de Sarra, sa molher, Sarra havia oitenta annos. Viveo Sarra cento e vinte annos, e morreo em Quiriatabro, a quem dizem Ebron. E Abraão soterrou-a em na cova doblada, que dizem em na leenda "spelunca", que comprou de Flenez por quatrocentos marcos de prata[455].

À Isaac se associam vinte linhas até José. Constam dos mesmos elementos descritivos acima, aos quais outros vêm acrescentar-se. Predominam as menções a relações de parentesco: mulher, filho e aos personagens que deles descendem até José e o Egito.

Há passagens em que se volta a gerações passadas para contar histórias, fundamentalmente narradas como eventos familiares. Em seguida retomam-se as genealogias com base no modelo acima exposto. A elas se acrescentam, às vezes, pequenos fragmentos que se podem ilustrar segundo um modelo. Assim tem-se: "Aminadab que houve filho Naasom, Este Naasom foi cabedel no deserto de toda albergada do tribu de Juda" [456]. Ou, "Booz tomou por molher Ruth pagãa, que era nora de Noemia, a fermosa, onde dizem "pulcra Noemi", e houve filho dela Obeth ex Ruth" [457].

A característica da composição é serem feitas em fragmentos curtos nos quais o tema que prevalece são as relações de parentesco. As narrativas oscilam entre as quais se dedicam poucas linhas, como as acima apontadas, e as mais longas, que se ligam sempre a personagens de trajetória mais marcante na tradição veterotestamentária.

Temos, como exemplo:

> De Davi, rei sobre Juda e Jerusalem, e de seu filho, Rei Salamão. Jesse houve filho David e ungeo Samuel profeta por rei em Bethleem, e foi homem que temeo a Deus, e foi mui bõo rei e bõo profeta, e fez os Salmos e a Lei, e foi rei sobre Juda e sobre Jerusalem. Em seu tempo profetizava Samuel e Gad e Natam, estes tres profetas. Reinou rei David quorenta annos, e houve filho Salamom da molher de Urias, Bersabee. Antre todo, viveo el rei David oitenta annos e morreo, e soterrarom-no em Jerusalém, sa cidade.
>
> Depois da morte d'el rei David reinou seu filho, rei Salamon, em Jersusalem e sobre todos Jerusalem [sic]. E fez o templo de Deus em Jerusalem, e, acabou-o em sete annos. Esto foi acabado depois de trezentos e oitenta annos, que sairom os filhos de Israel do Egipto. E reinou el rei Salamon quorenta annos, ante que adorasse os ídolos, e morreo e soterrarom-no em Jerusalem coml seu padre, el rei David, em monte Siom[458].

---

[455] **Ibidem,** Tit. I, fol. 3. In: MATTOSO, José. Op. Cit., p. 60.

[456] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. I, fol. 3v. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 62

[457] **Ibidem,** Tit. I, fol. 3v. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Op. Cit.**, p. 62.

[458] **Ibidem**. Tit. I, fol. 3v-4. In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 63

A este propósito, que fez com que historiadores da literatura nas primeiras décadas do século XX não tardassem em procurar dispor tais grupos numa ordem cronológica, Jolles sustenta que

> [...] seria desnecessário acrescentar que uma época debruçada sobre a história dos temas e prisioneira do evolucionismo teria forçosamente de considerar mais antiga a categoria que contivesse os materiais mais primitivos e de tentar estabelecer uma evolução entre essa categoria e as outras mais recentes. Acreditava-se ser possível afirmar, assim que certos temas, presentes desde o começo da Idade Média entre os povos germânicos e islandeses, teria sido retomados no século XII pelas *Fornaldar sogur* islandesas. Em seguida, os islandeses teriam contado da mesma maneira a história de seus reis e de seus colonos[459].

Este modelo é o presente em toda extensão dos Títulos I e II. A diferença consiste em que, à medida que avança a descrição, o texto povoa este universo com uma variedade e quantidade crescente de seres e objetos. O texto vai fazendo-os emergir delineando um mundo mais complexo. A maior frequência no léxico é de termos designativos de parentesco. A descrição da geração dos filhos do rei Príamo de Troia se combina a pequenos fragmentos narrativos compreendendo 38 linhas no fólio 8 e duas no seu verso. Há 13 menções aos vocábulos designativos de parentesco: filho, filha, mulher, irmã. São linhas compostas em média por 6 palavras: substantivos, adjetivos e verbos. Não contamos artigos definidos, indefinidos, preposições e pronomes. Das 35 linhas em que se descrevem as gerações de Enéas e seu filho Ascânio, com composição semelhante entre as classes de palavras, há 17 menções a termos relativos a parentesco.

O Título III progride no estilo que os estudiosos classificaram como de história genealógica, e que se reproduz segundo modelo que se resume nestes termos: quando se chega a um personagem mais emblemático daquela civilização, se abre um novo fragmento narrativo, no qual se fala dos seus descendentes, mas se relatam os fatos mais notórios que envolveram suas trajetórias. Nos reis Godos faz-se a relação de trinta deles até “Cindus”, ao que se acrescenta a menção de que “Este rei foi cristão” [460]. À frente dos outros 29 são apostos unicamente o número de anos que reinaram.

Esquema semelhante será a lista dos reis Francos do Título VI[461], onde predomina a menção aos filhos que deixaram como sucessores. Apesar das pequenas histórias narradas

---

[459] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tít. I, fol. 5. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 66.
[460] **Ibidem**. Tit. III, fol. 21-21v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 102.
[461] **Ibidem,** Tít. VI, fol. 27-27v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 117-118.

compostas de fatos paradigmáticos da trajetória das sociedades a que se referem, continuam a dominar em frequência os termos designativos de parentesco. Antes de qualquer ação, os personagens são definidos com base nas ligações de parentesco que mantêm entre si.

No título IV se reproduz o mesmo padrão nas fórmulas que fazem progredir as manifestações textuais de caráter genealógico. Lê-se, por exemplo, que o "rei dom Sancho o Maior houve três filhos", o que, logo após, se associa o *fazer* que se destinará ao descendente: "e despois reinou el rei dom Sancho" [462]. A história se desenrola no interior de um ambiente familiar. O que nos permite afirmar que subjaz ao texto a ideia de que o exercício do poder é coisa de família. Para o texto é a partir de motivações presentes no interior do espaço familiar que se desenrola o político. Os irmãos, com frequência, matam-se entre si, e outras vezes a outros indivíduos de outras famílias. Vezes há em que se relata luta entre irmãos, pais e filhos; e outras, entre famílias. Vê-se escrito, após tais ocorrências, trechos como: "Depois reinou rei dom Fernando, filho da rainha dona Biringuela, filha deste suso dito rei dom Afonso". E ao que se acrescenta uma história: "Este rei dom Fernando ganhou Sevilha a Mouros e outros muitos logares, e foi boo rei, verdadeiro e amigo de Deus e de sua terra, e morreo na era de mil CCLX annos, e jaz em Sevilha" [463].

O modelo que se traduz na fórmula "*e depois reinou seu filho*" continua a predominar. A cada descendente de alguma projeção agrega-se um breve relato de um fato ou alguns poucos fatos, que tornam presente a dimensão narrativa, pois tratam-se de descrições de situações de *estado* ou de *fazer*[464]*;* situações que estabelecem relações de *conjunção* ou *disjunção* dos personagens com objetos, materiais ou imateriais: terras, bondades (se julga um homem "bõo" quando se faz bom guerreiro, e "bondades" se fazem, é substantivo).

Segue-se o modelo no qual se registra que um homem "casou" com uma dada mulher e "houve filhos" dela. Há menção a cada descendente e a alguns deles se associam ações e/ou atributos.

O Título VIII, que fala "dos de que descenderam os de Mendoça e os de Biscaia e de Crasto e os de Vermuiz, e donde vem os fidalgos de Portugal e de Castela e de Galiza, e de Rui Diaz de Cide e dos vencimentos que houve e de seu casamento" [465], inaugura a fórmula que se repetirá pelos restantes 68 títulos; tem como padrão o que se segue ao episódio em que

---

[462] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tít. IV, fol. 24. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 109.

[463] **Ibidem,** Tít. IV, fol. 25. In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 110.

[464] GREIMAS, A. J. As Aquisições e os Projetos. In: COURTÉS, J. **Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva**, Coimbra: Livraria Almedina, 1979, p. 18; 2.

[465] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. VIII, fol. 34. In: MATTOSO, José(Ed.). **Op. Cit.**, p. 133.

fala do Cid [...] que foi o mais honrado fidalgo que houve em Espanha, que rei nom fosse" [466]. Trata de um episódio recorrente no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, o de períodos em que falta rei e, por isto, a terra se ressente e se alastram os conflitos. No caso, o mal é sanado pela instituição dos alcaides de Castela. Referindo-se a um deles se vê escrito no texto:

> E outro alcaide houve nome Alaim Calvo. E este Alaim Calvo foi casado com dona Tareija Nuniz, filha de Nuno Rosoira. Alaim Calvo *fez em esta* dona Tareija Nuniz, sa molher, quatro filhos:
> o primeiro houve nome Fernam Laindez
> e o segundo houve nome Vermuu Laindez
> De Fernam Laindez veerom os de Mendoça,
> E de Vermuu Laindeza veerom os de Bizcaia.
> De Laim Laindez veerom os de Castro
> E deste Fernam Laindez e de Vermuu Laindez decende o Cide Rui Diaz, o Bem-Aventurado, e dom Alvar Fernanez Menaia, donde sairom os de Castro, assi como veredes[467].

Este é o modelo de descrição genealógico, no qual não se intercalam entre cada geração obrigatoriamente trechos narrativos. No caso, este se refere aos três descendentes de Nuno Rosoira. E a frequência da expressão "*houve filhos*", notadamente presente nas listas régias, se substitui em frequência pela expressão "*e fez em ela*". A partir daí a fórmula predominante em todo o texto toma como modelo a que se segue:

> Este conde dom Lope, foi casado com a condessa dona Çiculo, *e fez em ela*
> dom Diego Lopez, o Roivho.
> Este dom Diego Lopez, o Roivho , morreo na era de mil cento e sessenta e dous annos. Este dom Diego Lopez, o Roivho, foi casado com dona Almicena *e fez em ela*
> o conde dom Lope, senhor de Bizcaia,
> O que chamarom de Nagera e morreo seis dias de Maio, era de mil CC e oito annos[468].

Este modelo se reproduz, com variantes, em outros trechos nos quais se intercalam narrativas de menor extensão em relação a um padrão com os quais se redige fragmentos maiores presentes nos primeiros oito títulos, às vezes até mesmo de extensão similar. Principalmente quando nas genealogias aparecem personagens familiares de grande projeção ou quando há referências a histórias associadas a determinadas linhagens de avantajada fama.

---

[466] **Ibidem,** Tit. VIII, fol. 34. In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 133.
[467] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. VIII, fol. 34. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 133
[468] **Ibidem,** Tít. IX, fol. 37v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 141. [itálicos nossos]

As lendas da Dama-Pé-de-Cabra[469] e dos infantes de Lara[470] são um exemplo das que se prestam a exaltar a memória de alguns de seus expoentes, como no longo trecho dedicado aos feitos de João Nunes de Lara[471]. No caso do título VIII, embora um pouco menor que os anteriores, um fólio aproximadamente é dedicado a alguns feitos de Rui Diaz de Bivar, o Cid. O título X, relativo aos Lara, supreendentemente - à exceção de Ramón Menendez Pidal - não despertou o interesse dos estudiosos mencionados. O mesmo ocorreu à epoca em relação ao título IX, dos de Biscaia e o título XI relativo aos Castro, bem como os que se seguem, após o curto título XII, dedicado aos Cabreira, os de número XIII de dom Pero Fernandez da Trava.

O título XIV, relativo aos "dos de Castaneda e d'outros que sairom de Dom Soeiro Meendez Facha, filho de Dom Meem Rodrigues de Tougues e neto de Dom Rodrigo Froiaz, o Boo, de Trastamar" [472], abre um trecho, aposto ao personagem, que figura dentre o conjunto de narrativas incluídas como "lendas e anedotas" [473]. É um conto castelhano, e fala da alcunha do Conde D. Munho Goterrez de Castanheda, [...] o que chamarom por sobrenome das Quatro Mãos" [474]. Trata de uma contenda entre o rei de Castela – de quem D. Munho era vassalo – e o rei de Navarra. O primeiro é preso e levado por quatro cavaleiros. D. Munho aborda um deles, toma-lhe a lança e o mata; a que levava consigo entrega a seu senhor, o rei, e lhe diz: "Senhor, ora nom havemos que lhes dizer, ca eles som três e nós somos dous" [475]. O rei mata um outro cavaleiro e ambos aprisionam os dois restantes, que levam para Burgos. Como prêmio desta vitória, o rei doa o solar de Noronha a D. Munho, em Oviedo, nas Astúrias, local de [...]que vem dos reis de Leom" [476]. Após o relato, no mesmo parágrafo, fecha-se o texto com a abrupta frase: "Este conde dom Manho Goterrez foi casado com dona __, e fez em ela o conde dom Gomez de Castanheda" [477].

O Título continua com um formato cujo padrão muito pouco escapa a fórmula. Dela derivam todos os demais títulos restantes do *Livro de Linhagens.* São variantes da mesma

---

[469] **Ibidem,** Tit. VIII, fol. 36. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 138-139.
[470] **Ibidem,** Tít. X, fol. 39v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 147-148.
[471] **Ibidem,** Tít. X, fol. 44v-45v. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 159-162.
[472] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro Tít. XIV, fol. 52v. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 181.
[473] MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 95.
[474] **Ibidem**, p. 95.
[475] **Ibidem,** p. 95.
[476] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. XIV, fol. 53. In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 181.
[477] **Ibidem,** Tit. XIV, fol. 53. In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.,** 1980, p. 181. Acerca dos sinais utilizados na transcrição da fonte, ver nota 434 neste capítulo.

matriz. Tratando de Diego Gomez de Castanheda, por exemplo, filho de D. Gomez de Castanheda, e neto de D. Manho Goterrez, vemos no texto:

> Este conde dom Gomes de Castanheda foi *casado* com a condessa dona Maria, *filha* do conde dom Fruela, e *fez em ela*
> Dom Diego Gomez de Castanheda.
> Este dom Diego Gomez de Castanheda foi *casado* com dona Moor Alvarez, *filha* de dom Ordonho Alvarez das Esturas e de dona Elvira Garcia, *filha* de dom Garcia Pirez, o Bragançao, e de dona Gontinha Soarez, *filha* de dom Soer Meendez Facha e da condessa dona Elvira da Faia, segundo se mostra no título XXIIII, de dom Meem Rodriguez de Tougues, parrafo 2°, e *fez em ela* [...] [478].

Nestes parágrafos são discriminados todos os outros indivíduos aos quais se liga o personagem por relações de parentesco. E é nesta medida que nos parece ser compreensível o impulso que o classifica parágrafos similares como matéria genealógica. Apenas há que se ressaltar que não se trata de mera listagem de referentes. A região onde habitam, as outras famílias nas quais se casam, a remissão a outros parágrafos de títulos outros que os ligam a outras famílias de renome, ações destemidas, rixas, vinganças em última instância acabam por remeter o personagem a um núcleo de solidariedades familiares que, por sua vez, o remete a antepassados gloriosos comuns. Não é por acaso que se vai buscar em gerações da nobreza condal dos séculos IX e X (galega, castelhana, asturiana e portucalense) as raízes das primeiras famílias enumeradas no *Livro de Linhagens*s. O que o texto procura é o estabelecimento de laços dos homens do presente com a excelência de tradições próprias a origens de caráter mítico, que se constituem nos elementos com que o texto faz emergir um prestigioso legado simbólico a ser herdado pela posteridade. E é neste sentido que afirmamos que o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* caracteriza-se como um discurso das origens. Fala-nos de eventos e atos grandiosos de caráter originário, fundacionais, de um mundo e de uma ordem de coisas que deve ser objeto de culto. A ordem dos títulos não é aleatória. Contam uma história que os destinatários já conhecem o enredo. Dirigem-se, a uma audiência que muito mais já sabe delas do que nós, pesquisadores do presente.

Com as insistentes pontuações com que aqui escrevemos "assim fala o texto" ou "diz o texto", queremos invocar a presença dos traços de uma oralidade marcante. Trata-se de um texto que se caracteriza por inscrever-se no que Paul Zumthor definiu como um regime de oralidade mista no qual se inscreve, segundo este mesmo autor, também, a quase totalidade da

---

[478] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tít. XIV, fol. 53. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 181-182. [itálicos nossos].

poesia medieval. Mas que especificamente informa-nos, pela forma de comunicação, da presença de uma vocalidade através da qual se articulam sonoridades significantes[479]. Trata-se de uma das "situações de cultura", na qual a oralidade "se recompõe com base na escritura num meio onde esta tende a esgotar os valores da voz no uso e no imaginário" [480]. Nossa hipótese é a de que o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* é uma manifestação textual na qual se atualiza esta situação; que é mais evidente no que tange aos fragmentos de texto nos quais ele exibe suas características mais arcaicas; nas narrativas lendárias, míticas e nas anedotas que integram a quase totalidade dos relatos de origem.

O título XV, segue reproduzindo variantes de um mesmo padrão ao qual já nos referimos. Comunica-nos acerca dos Girões, [...] que começa em Dom Rodrigo Gonçalves Girom, que em sas palavras custumava dizer: 'irmão fududo cul de merda". Na terceira geração, fruto do casamento de Teresa Rodriguez Giroa com Afonso Teles, fundador de Albuquerque, são dedicadas dezessete linhas à luta de Telo Afonso, filho do casal, contra os Filhos d'Escalhola, aqueles que "forom os melhores cavaleiros que houve antre os mouros em aquel tempo" [481].

O título XVI compõe-se de parágrafos curtos, que reproduzem a mesma , descrição padrão, cujo modelo se vê reproduzido em todo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, e que por isto, talvez, tenha feito com que a maioria dos títulos, situados além dos oito primeiros já referidos, merecessem a classificação de "matéria genealógica". Tal modelo encontra representação no exemplo que se segue:

> Este dom Soeiro Mendez, o Boo, foi casado duas
> vezes. A primeira vez foi casado com dona Gontrode
> Moniz, filha do Conde dom Moninho d'Amaia, que
> é em Castela Velha, em Riba de Pisorga, irmãa da
> rainha dona Tareija de Portugal, de madre, e fez
> em ela ũu filho que houve nome
> dom Paii Soarez Çapata
> e dona Gontinha Soarez.
> E a segunda vez foi casado com dona Ervilhida Nunis, que foi das
> Esturas, e fez em ela quatro filhas:
> a primeira houve nome dona Goda Soarez, que
> foi casada com dom Paai Perez Romeu, como se
> mostra no titulo XLII, de dom Goido Araldez,
> parrafo 9°, e destes descenderom os Rebotiis e
> Guedeãos e Tavares e Pachecos e Merloos e
> outros muitos, como se mostar em este dito ti-
> tulo XLII;

[479] Cf. ZUNTHOR, Paul. **A Voz e a Letra**, **A "Literatura Medieval"**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 21.
[480] **Ibidem,** p. 18.
[481] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tit. XV, fol. 54. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 185.

> e a outra houve nome dona Gontrede Soarez, e
> foi casada com Airas Pirez de Trava;
> e a outra filha houve nome dona Elvira Soarez;
> e a outra houve nome dona Moor Soarez;
> (e dona Tareija Soarez, que foi casada com
> Dom Fernam Meendez de Bragança, como se mos-
> Tra no título XXXVIII, dos Bragançãos, parrafo 1°.) [482].

Com o objetivo de destacar algum personagem importante, muitas vezes se os destaca destas listas e abre-se um novo parágrafo dedicado a peripécias e façanhas que o valorizam com mais detalhes. E esta descrição se converte num novo ponto de referência dentro do conjunto da linhagem, permitindo, tal como próprio às *sagas*, que algum outro personagem familiar possa valorizar-se em função de uma maior proximidade esta outra figura cujo passado e ações é objeto de reverência. Deste outro centro parte-se para outras gerações segundo o mesmo modelo.

Seguem-se títulos de famílias igualmente ilustres no elenco da nobreza medieval ibérica. Imediatamente ao acima referido, vem os de Guzmán, Vilalobos, dos condes de Campos e dos Malriques, seguindo-se até o Título XXI, com o qual se restaura a dominância da componente narrativa, levando-a ao paroxismo. Seu conteúdo é um desvio do padrão no qual se estrutura a matéria textual de uma forma geral. Compõe-se de um número sobejamente superior de fólios – cerca de 53 – e ocupa 62 páginas da obra, às quais merecerão a apreciação de seu conteúdo, juntamente com os demais restantes títulos, no capítulo que se segue.

O título XXII segue algo do mesmo padrão, com três trechos narrativos. Um deles envolve a contenda entre o Conde D. Echigui Guiçoi e o Conde Meem Soarez de Novelas envolvendo a localidade; outro é o insólito episódio de Afonso Henriques e Gonçalo de Sousa envolvendo a mulher deste; e um terceiro, envolvendo o Conde D. Pedro e a guerra entre Portugal e Castela na Galiza.

Os demais títulos desenvolvem variações do padrão que acima apontamos a título de exemplo. Sempre que ao compilador pareça merecer menção algum feito de um indivíduo, seguindo-se este padrão genealógico, se apõe a um e outro breves comentários sobre algum fato de sua vida: um casamento, um parentesco prestigioso, se uma dama foi freira de algum mosteiro ou foi barregã de um cavaleiro ou rei, se houve ou não em algum episódio atos referentes a rompimento de fidelidade vassálica e etc – o que, a propósito, há inúmeros exemplos que se espalham por todo o *Livro de Linhagens*. Tem-se, por exemplo, Afonso

[482] **Ibidem,** Tit. XVI, fol. 54v. In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit**, p. 187-188.

Rodriguez Cooresma, que [...] nom foi casado, *mais houve ũa barragãa*, em que fez muitos e maos filhos, e recebeo-a depois por molher, *e nom valeu nem ũu deles rem"* [483]. Ou [...] dona Maria Rodriguiz, que foi casada duas vezes, *e pose as cornas aos maridos ambos, e foi mui puta, e de nem ũu deles nom houve semel"* [484]; ou "Martim Novaes e Pero Novaes que [...] *forom frades meores* da Ordem de Sam Francisco. E dona Beatriz Novaes [...] *que filhou panos de segurança*, e morreo nas Olgas de Burgos, *virgem e sem semel*." [485]; ou, "Gonçalo Anes, [...] que foi *freire do Spital* [...] e sua irmã, [...] dona Maria Anes da Teixeira, que nom houve semel, *como quer que ela muito fezesse pera haver*" [486]. Tem-se a Alvaro Gonçalvez de Moura, [...] que foi casado com dona Orraca Fernandiz, *a alcaidessa da Azambuja*" [487].

Estes são alguns exemplos que selecionamos por sua representatividade e capacidade de retratar referenciais de valor desta sociedade. No capítulo que se segue, iremos retomá-los na medida em que se mostrarem oportunos em relação aos temas mais caros às tradições textuais que, a nosso ver, se contrapõem ao *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* - como no caso das Crônicas e da prosa moralista dos primeiros escritos da dinastia de Avis.

A decisão de colocar no texto a descrição da evolução concreta do texto dos capítulos até as proximidades do Titulo XXI, foi dado para registrar em sua riqueza as feições concretas que adquire um padrão, dando uma amostragem da natureza dos temas que trata com apresentação de um repertório de formas concretas de que se utiliza para investir de valor este universo. O destaque dado aos referidos títulos procurou responder à estratégia de inventariar exemplos cujo padrão é dominante principalmente no que diz respeito à matéria que se classificou como genealógica. Nosso objetivo foi apontando a presença conjugada de fragmentos narrativos que nos permite demonstrar a inconsistência de se lhes segregar a função narrativa. Não obstante rarefeita sob formas de manifestação mais explícita, o texto nos revela que mesmo que se ateste um caráter mais marcadamente genealógico na sequência de descrição das gerações neles contidas, o leitor do texto pode inferir um roteiro a partir de simples menções pontuais a fatos tomados em toda a extensão do texto nos "contam", como um todo, a história de um ambiente cultural. Tal como sustenta Wilhelm Schapp, [nada existe

---

[483] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. XXX, fol. A_1.20. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 347. [itálicos nossos]

[484] **Ibidem,** Tít. XXXI, fol. A_1.22v. In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 363. [itálicos nossos]

[485] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tít. XXXI, fol. A_1 23, In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 368. [itálicos nossos]

[486] **Ibidem,** Tít. XXXII, fol. A_1 24, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 372. [itálicos nossos]

[487] **Ibidem,** Tít. XXXIV. fol. A_1 28, In: MATTOSO, José. **Op. Cit**, p. 387. [itálicos nossos]

que não esteja envolvido em histórias]488. Não obstante a ausência de uma estruturação do discurso num eixo diacrônico, o texto acusa elementos que remetem a presença de uma função narrativa subjacente se olhado sob a perspectiva de um plano metodológico distinto daquele que fundou a distinção da matéria textual proposta. A presença rarefeita é insuficiente para para negar a presença conjugada da função narrativa a chamada matéria genealógica.

O texto substitui o dado do texto por uma lógica do texto. O relato de uma ação que seja, pressupõe ações antecedentes e consequentes, objetos e relações referidos a um dado sistema de valores e conjunto de práticas que fornecem o manancial de significações como o qual se investe os personagens e a ordem do mundo. Embora nos fale da ordem do implícito, cabe-nos decifrar o sentido pela compreensão de uma lógica das implicações. E é da relação com este espectro de significações que envolve texto e realidade social, que vive a nobreza no trânsito para os finais da Idade Média ibérica, e, em especial, no Portugal da antevéspera da chamada Revolução de Avis. E é disto que trataremos no capítulo que se segue.

Capítulo V
O universo nobiliárquico no *Livro de Linhagens*

5.1 **O TEMPO**

Uma das características que ressalta no texto do *Livro de Linhagens* e o que engendrou originalmente a distinção entre matéria narrativa e matéria genealógica é a singularidade com que a dimensão temporal se expressa em cada um dos termos desta distinção. Formas de expressão na qual a dimensão temporal é mais claramente marcada evocando uma aproximação e similaridade maior como formas de expressão na qual fatos são descritos sequencialmente, e onde há, portanto, um um começo, meio e fim, é mais identificável nos títulos iniciais. E isto nos parece explicar-se pelo fato de que as denominadas formas de expressão textual de caráter genealógico necessitam ser precedidas da definição prévia de um universo ao qual se ligam indissociavelmente, que fundam sua legitimidade, que lhe dão

488 SCHAPP, Wilhelm. **Envolvido em Histórias**. **Sobre o ser do homem e da coisa**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2007, p. 13.

sentido. Para que o texto apareça como uma *propositura*[489] é indispensável que se o descreva com referência a um horizonte referencial do qual emergem objetos e seres que dão sentido ao mundo que se pretende dotado de significação; e compreendido, por fim, fundamentalmente pelo que engendram as relações que o regem.

Certamente, é a dimensão temporal que se impõe como elemento lógico fundamental para que o discurso se organize como narrativa. E isto é o que permite compreender o que motivou os autores que primeiro se ocuparam do *Livro de Linhagens* a interessarem-se apenas pelos oito primeiros títulos. Embora exemplos significativos se apresentem nos Titulos X e IX, relativos às linhagens de Lara e Biscaya, respectivamente. A primeira, com a famosa lenda dos Infantes de Lara, e a segunda, a da Dama-pé-de-cabra; ou, ainda em fragmentos nos quais as características de uma narrativa são ainda mais inequivocamente delineadas – tal como no Titulo XXI relativo aos Pereiras, no trecho que trata da batalha do Salado.

Como já dissemos, e aqui é necessário reafirmar, tal interesse não surgiu desvinculado de um horizonte de problemáticas com as quais estavam envolvidos os estudos de literatura da época na qual viveram os intelectuais pioneiros no estudo do *Livro de Linhagens:* Carolina de Michaëlis, William Entwistle, Luis Cardim e outros. Estes autores se posicionaram em relação a esta obra orientados por perspectivas determinadas pelos campos de estudos filológicos e literários, preocupados em incorporá-los a uma problemática científica, mas dentre as quais, certamente, ainda não se incluíam disciplinas que buscassem despertar a atenção ao que subjaz ao texto.

Apenas o desenvolvimento e o concurso de disciplinas de viés interpretativo, que procuraram atentar para a existência de relações entre texto e o extratextual, para a presença elementos que não são imediatamente dados no texto, e para a necessidade de contextualização da noção de Literatura tal como hoje se pode concebê-lo, em função também do estatuto de uma autonomia que adquire a escritura em relação à oralidade, abriram a possibilidade de interrogar se a componente genealógica dos títulos da referida obra poder-se-ia reduzir meramente a uma forma de expressão de natureza cartorial, ou seja, no caso, definida unicamente por imperativos de registro de direitos e privilégios de fato de indivíduos de tal ou qual grupo familiar. Pela forma de expressão a que se associam, as listas genealogicas do *Livro de Linhagens* não se resumiriam ao estatuto de objeto neutro, cuja função seria a de servir meramente como suporte de conservação de registros e de uma memória, cuja produção lentamente foram se ocupando os centros responsáveis pela produção

[489] Cf. WHITE, Hayden. O Valor da Narratividade na Representação da Realidade. **Cadernos de Letras da UFF,** nº 3, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1991, p. 20. [itálicos nossos].

e desenvolvimento da escritura.

Pelo poder de remissão de tais "registros", de remeterem a significações para além deles mesmos, não se poderiam realizar sem a busca de fundamentos de legitimidade. E é certamente a presença de fragmentos narrativos, de natureza supostamente heteróclita, apostos ao que se tinha meramente como simples registros, que nos permitem inferir que tais listas de indivíduos se afiguram como inscritas numa propositura. Trata-se de que a [problemática última da identidade estrutural da função narrativa é fundamento da exigência de verdade de toda obra e se funda no caráter temporal da experiência humana][490].

O testemunho do próprio Conde D. Pedro corrobora o que propomos como hipótese: que a associação de pequenos fragmentos narrativos ao que supostamente se resumiria única e exclusivamente a indivíduos constantes de uma lista com a qual se pretende dar fé acerca da existência de direitos, cumpre a função de organizar de uma forma sui generis a temporalidade do texto de forma a produzir uma narrativa acerca da legitimidade a tais direitos. A este propósito, no fragmento que se segue, tem-se um exemplo eloquente do significado que o Conde atribui ao ato de narrar. No Título XXI se lê:

> Aqui nom falamos dos fidalgos castelãos e portugueses, ca os feitos estremados fezerom polos corpos em estas lides, porque todos faziam tam bem e tam igûal o que a cada ũu pertẽcia, ca fea cousa semelharia de louvar ũus e os outros nom. *E se alg*ũus *houvessem contar as maravilhas e bondades que faziam, seeria o livro tam grande que os que o lessem, com a grande escritura se anojariam, e os outros de que aqui nom falassem, ficariam reprehendudos.* Des i, porque este livro é de linhagẽes, *nom faz mester de en'el falar de todo, salvo d'alg*ũu*as cousas maravilhosas estremadas*, em breve, que passarom estes linhagẽes[491].

Este excerto não nos parece deixar dúvida acerca da função que têm os fragmentos narrativos em atribuir valor aos personagens através do relato de ações do passado. O texto do Titulo XXI é mais generoso no cumprimento da função de produzir semiose. E, neste sentido, ele se diferencia destacadamente dos restantes. Acrescente-se que foi incorporado ao conjunto do texto do Livro de Linhagens aquando de uma das refundições tardias (c. 1380-83), pelas quais passou esta obra do Conde D. Pedro. Presta-se a ilustrar e confirmar que o compilador dedica mais texto ao que considera merecer mais destaque. Ou seja, de valorizar as performances que figuraram no centro das cenas narradas. O compilador com isto institui hierarquias que definem graus de excelência no âmbito do grupo e exaltam o universo de

---

[490] Cf. RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa, A Intriga e a Narrativa Histórica**, São Paulo: Martins Fontes, 2016, p. 9.

[491] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tít. XXI, fol. A_1 9. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores**, vol. II/1, 1980, p. 256. ([itálicos nossos]).

símbolos do qual compartilha. O objetivo do Título XXI foi o de exaltar a figura de D. Álvaro Gonçalves Pereira e seu papel na Batalha do Salado[492], última expedição militar de grande envergadura promovida pelas forças cristãs contra os mouros da península. Sua característica mais marcante deve-se a que, tal como em trechos narrativos mais extensos relativos à linhagens como as de Lara e Biscaya, ela dedica muito mais texto do que se observa em relação às linhagens primevas da península, cujas histórias, até o Titulo XXI, eram então as que canalizavam maior carga simbólica para a fidalguia peninsular. Trata-se de títulos que confrontam o leitor com modelos de conduta exemplares, e que o são porque associados ao fantástico, ao mito, a façanhas grandiloquentes; dizem respeito à narrativa de ações fundadoras do mundo no qual vivem os fidalgos peninsulares. Homens que são representados por figuras tais como o "bõo e velho Lidador", Gonçalo Mendez da Maia e seu irmão Soeiro Mendez da Maia, Fernan Gonzalez, Mudarra Gonçalvez, o Conde D. Mendo e o Cid. São, primeiro, os de Lara, os de Biscaya, os Trastâmara, os Sousa e mais adiante, no titulo XXI, os Pereiras; ou seja, todos os que figuram entre aqueles homens e linhagens a quem as famílias de menor expressão procuram associar-se através de um complexo sistema de remissões do texto. Através de casamentos buscam posicionar-se como herdeiros do patrimônio e de tradições de excelência do grupo.

Nosso objetivo no presente capítulo é descrever um conjunto de formas através das quais se manifesta a perspectiva complementar a que atribuímos à relação entre narrativa e genealogia no texto do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Esta é a razão pela qual se associam formas distintas de manifestação da dimensão temporal no texto. Vamos falar de quais os marcos referenciais de que se utiliza, e da forma como o texto combina a dimensão mais manifestamente narrativa com uma temporalidade cujo caráter é cíclico, de natureza distinta, que é o que afirmamos subjacente às listas genealógicas.

O Prólogo do *Livro de Linhagens* já nos dá a conhecer o eixo central a partir do qual a dimensão temporal é organizada nos títulos iniciais do texto. Nele se vê escrito: "Do linhagem dos homẽes como vem de padre a filho des o começo do mundo" [493]. Trata-se de falar sobre um tempo das origens, de invocar tempos de cosmogonia, pois o texto o associa à criação, à formação do mundo. A sociedade do presente situa sua origem no tempo do paraíso adâmico,

---

[492] SARAIVA, Antonio José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**, Lisboa: Gradiva, 1988, p. 156-158; **Idem**, O Autor da Narrativa da Batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro, In: **Boletim de Filologia, 22,** Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1971, p. 1-16; MATTOSO, José, Introdução ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, In: MATTOSO, José (Ed.), **Op. Cit**., p. 43.

[493] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Prólogo, fol. 1. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 55.

um tempo descrito no texto como de anos de vida abundantes de que gozam dez gerações dos filhos de Adão até Noé.

O parâmetro espaço-temporal descritivo no texto do Titulo I, é o que denomina, após o curso de dez gerações até Noé, o fim de "[...] ũa geraçom da idade do segre" [494]. A repartição do tempo é a mesma que organiza sua divisão em "*hidades*" em Fernão Lopes[495]. O esquema é de Beda, o Venerável, de sua obra De Temporibus; a qual, parte, é tomada das bases sobre as quais Isidoro de Sevilha concebe suas Etimologias, e também na História Eclesiástica de Eusébio de Cesaréia; todos incluídos entre os chamados Padres da Igreja. Isto nos aponta para um dos elementos que integram o quadro de referências temporais no qual se ancora o texto.

Uma segunda idade termina com Abraão, Nacor e Aarão. O primeiro, descrito por sua longevidade e fertilidade prodigiosas, atributos superdimensionados, próprios à excepcionalidade de seres que protagonizam tempos primordiais. Com David, introduz-se o primeiro dado referencial de temporalidade. David, da geração dos reis de Israel, é situado no tempo no qual "[...] profetizava Samuel e Gade e Natam" [496]. Adiante, se diz do tempo em que "[...] quando foi morto rei Salamon, [...] reinou seu filho Roboam"[497].

Outro referencial de registro é o que compreende "[...] o tempo que os filhos de Israel nam houveram rei nem príncipe de seu linhagem atee vinda de Christo" [498]. Tempo cujo destaque merece ser dado porque significativo de um vazio que é, segundo o texto, paradigmático. Ele é um tempo que se repete em períodos reconhecidamente críticos na trajetória da sociedade ibérica. Ressurge na morte do rei Cindus [Rescevinto], rei cristão, que morto

> [...] nom leixou filho nem ũu e ficou a terra sem rei. Quando acordarom as gentes da terra pera heverem rei guerrearom-se todos ũus com os outros grandes tempos. E depois acordarom-se per enliçom e fezerom rei Bamba [...] [499].

Novamente este tempo é invocado quando se relata o desaparecimento do rei Rodrigo em batalha contra mouros. Os cristãos são desbaratados e os que escapam refugiam-se nas

---

[494] **Ibidem,** Tit. I, fol. 2 v.º. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 59.
[495] LOPES, Fernão. **Crônica del Rei Dom João I, da Boa Memória, I**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa de Moeda, 1973. Cap. CLXIII. Da septima hidade que sse começou no tempo do Meestre, p. 307-308.
[496] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tít. I, fol. 3 v.°-4, p. 63. In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.,** p. 63.
[497] **Ibidem,** fol. 4, In: MATTOSO, Jos (Ed.). **Op. Cit.**, p. 63
[498] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, fol. 6 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 69.
[499] **Ibidem,** Tít. III, fol. 21 v., In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.,** p. 103.

montanhas asturianas e elegem a Palaio (Pelágio) como rei[500]. Tempos a frente, o rei Ordonho assassina os condes de Castela e os castelhanos, por esta razão, "[...] e porque o passavam mal [...][501] [elegem os alcaides de Castela] [...] pera os guardarem em dereito e justiça" [502]. Deles descende o mais famoso dos fidalgos da Espanha, o Cid – o que é um argumento recorrente e com o qual o texto reforça a vocação eletiva da realeza ibérica. Faz despontar seres paradigmáticos do mundo da nobreza, que preenchem com suas virtudes o vazio causado pela ausência da autoridade régia. E se recorre a um passado bíblico, no qual por integrar o campo do sagrado - bíblico - sanciona positivamente o recurso a soluções deste tipo; e que, quando conveniente para a nobreza, o apelo evocar tais soluções se presta como recurso poético para o esvaziamento dos poderes régios enquanto algo da ordem do absolutamente imprescindível.

Em elemento de enquadramento diz respeito à simultaneidade a outro que emana uma aura de maior excelência, também porque ligado ao domínio do sagrado. O Titulo II sobre os reis de Tróia trata de Dardânio, "[...] o primeiro rei que pobrou a Troia [...] e sobre o que se afirma ter sido "[...] no tempo d'Abraam, quando saio das cidades dos Caldeus"[503]. Brutus, filho de Filinos, neto de Ascânio, bisneto de Enéas, aportado na Armórica, terra que, depois, se diz ter chamado Bretanha, ali se estabelece no tempo em que "[...] era prete Eli em Judea dos Filisteus, e prenderom a arca do testamento em na batalha, e levarom-na a Sada, sa cidade" [504]. Fala-se de Madam, neto de Brutus, que toma por mulher a Sacrim, sua cativa, filha do rei Imbereth; fato que o texto atribui ao tempo em que "[...] era Samuel profeta" [505].

Cultua-se referenciais clássicos quando se vê Margat e Govedagos, bretãos, matando-se pela terra, herança de um rei de França; sobre o que se diz ter acontecido no tempo em que Romulo e Remo " *povoaram*"[506] Roma. Fala-se do Rei Ely e de seu filho Lud e de"[...] como em seu tempo se moveo de Roma Julius Cesar e passou em Bretanha" [507]. Sobre Amdorgeus, filho de Lud, se fala "[...] como em seu tempo naceo Jesu Christo, e foi em Roma a grande perseguiçam que fez Dioclesiano" [508]. E tempo no qual "[...] foi martirizado Sam Albano em Inglaterra" [509]. Fala-se da conversão de Constantino por São Silvestre e, no tempo em que este

---

[500] **Ibidem,** fol. 22, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 104.
[501] **Ibidem,** fol. 23 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 107.
[502] **Ibidem**, fol. 23 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 107.
[503] **Ibidem,** Tít. II, fol. 7v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.,** p. 72.
[504] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, fol. 9, In: MATTOSO, José **(Ed.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,* Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa**, 1980, p. 75.
[505] **Ibidem,** fol. 9v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.,** p.76.
[506] **Ibidem,** fol. 10 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 78.
[507] **Ibidem,** fol. 12 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 82.
[508] **Ibidem,** fol. 12 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**p. 83**.**
[509] **Ibidem,** fol. 12 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**p. 83.

"[...] era apostóligo em Roma" [510].

Uma menção a uma batalha em que figuram o rei Arthur e alguns de seus cavaleiros se diz ter ocorrido "[...] na era de quinhentos e oitenta anos" [511]; o que introduz outro referencial clássico, mas não a fatos, mas que traz no léxico uma componenete propriamente temporal: a *era* de César.

Das coisas que se diz terem acontecido no tempo do rei Cadualech e de seu filho Cauadres, rei bom e leal e de grande justiça, foram as muitas guerras por ele vencidas. Mas sobre o que se diz que "[...] a guerra de Deus nom pode nem uu vencer, ca em aquel terra caio gram fame e depois caio gram mortaidade" [512]. Em sua última, parte finda o Título situando um fato do ciclo de tradições bretãs: o relato da ida de Cauadres a Roma e ali morrendo ao "[...] cabo de setecentos annos meio uu dia da encarnação de Jesu Christo" [513].

No Titulo III para referenciar fatos do tempo em que Nabuconosor estende sua realeza até a Judeia, se vê escrito"[...] que em aquel tempo era consulis em Roma, e em aquel sazom pregava Jonas em Ninive, e era profeta Isaias em Judea; entom foi Pitagoras o philosopho" [514]. Outra referência temporal a um fato histórico confronta judeus e persas quando se faz menção ao tempo em que viveu Aristóteles e morreu Platão[515]. O tempo em que veio Pompeu a Jerusalem [...] levou os Judeus por parias a Roma" [516]; foi o tempo mencionado como aquele no qual nasceu Virgílio e Horácio, e viveu Catão, [...] o sages" [517]. "Em aquel tempo nasceu Julio Cesar [...]" [518], e [...] reinou Cleópatra no Egito[519]. Fala-se de Augusto

> [...] e como no tempo de seu reinado naceo nosso senhor Jesu Christo e faleceo o sacerdócio dos Judeus, e passados LVI annos depois de Cesar Agustus regnou Tiberius Cesar em Roma, e foi a paixam de Christo, e outras muitas cousas[520].

Neste ponto assinala-se o fim do que se designa enquanto uma quinta idade [...] segundo o que diz Sant'Isidro, mais nom se concordam com o hebraico. Entom forom compridas as septimanas de que profetizava Daniel e faleceo o sacerdócio dos Judeus de Jerusalém"[521].

---

[510] **Ibidem,** fol. 13, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 84.
[511] **Ibidem,** fol. 16 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 91.
[512] **Ibidem,** fol. 17 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 93.
[513] **Ibidem,** fol. 18, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 94.
[514] **Ibidem,** Tít. III, fol. 18 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 96.
[515] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. III, fol. 19, In: MATTOSO, José **(**Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores*, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa,** 1980, p. 97.
[516] **Ibidem**, Tít. III, fol. 19 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 98.
[517] **Ibidem,** Tít. III, fol. 19 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 98.
[518] **Ibidem,** Tít. III, fol. 19 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 98
[519] **Ibidem,** Tít. III, fol. 19 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 98.
[520] **Ibidem,** Tít. III, fol. 19 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 98.
[521] **Ibidem,** Tít. III, fol. 19 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 98.

Multiplicam-se relatos de acontecimentos que o texto ancora em referências factuais do mundo clássico pagão ou em personagens e fatos da tradição cristã. Não faltam referências aos césares romanos sem que se os situe no tempo em relação – no caso de alguns exemplos- a algumas figuras exponenciais dentre os chamados Padres da Igreja. Neste ponto do texto incorpora-se progressivamente uma dimensão mais propriamente temporal, com apelo à trajetória histórica de acontecimentos ligados ao mundo cristão. A este propósito se vê escrito:

> A cabo de LVI annos do reino de Cesar Agustus, reinou Tiberius Cesar em Roma. Em aquela sazom pres Jesu Christo paixom// E era rei em Jerusalém Herodes, que era gentil, e era vassalo de Cesar, que era emperador de Roma. Des que se começou o segre ataa que Christus prendeo paixom, houve cinco mil III^{C} LXV annos[522].

Os césares são situados no tempo em referência a fatos da tradição neo-testamentária; Como no tempo em que [...] entom escrevia Sam Mateos o primeiro Evangelho em Judea" [523], ou no tempo em que reinando Claudio [...] foi Sam Pedro a Roma, e Sam Marco escreveo seu Evangelho em Aleixandria" [524]; ou como no tempo de Nero que [...] fez poer Sam Pedro na cruz, fez degolar Sam Paulo e fez matar Seneca, seu meestre, que era mui sages homem" [525].

Neste título se observa uma maior frequência de menções aos mártires do cristianismo, e à Paixão. O texto segue mantendo como eixo central a sucessão de gerações de imperadores ocupando o centro da cena a perseguição aos cristãos. Sobre Domiciano se relata que [...] matou muitos dos servos de Jesu Christo, que som mártires, e fez poer Sam Johane Evangelista em ũa cuba d'olio fervente, e prougue a Deus que nom houve i nem ũu mal" [526]. Passando por Trajano, Adriano, Antonino Pio, o Título faz referência à conversão de Constantino e de [...] como neste tempo entraram os Godos em Espanha" [527]. Menciona-se Isidoro de Sevilha e a conversão de reis Godos ao cristianismo.

Fala-se adiante de Justiniano e do papa Bonifácio, figuras históricas situadas no tempo que, segundo o texto, se "[...] estabeleceo a festa// d'omnium sanctorum". Faz-se referência

---

[522] **Ibidem**, Tít. III, fol. 20, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 98. A "vassalagem" de Herodes a Cesar, e a "gentileza" do primeiro merecerão comentários adiante.
[523] **Ibidem**, Tít. III, fol. 20, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.,** p. 98.
[524] **Ibidem**, Tít. III, fol. 20, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 99.
[525] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. III, fol. 20, In: MATTOSO, José **(**Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa,1980, p. 99.
[526] **Ibidem**.
[527] **Ibidem**, Tít. III, fol. 20 v.°., In: MATTOSO, José (Ed). **Op. Cit.**, p. 100.

histórica ao confronto entre romanos e persas e se o descreve como do tempo em que imperadores bizantinos como Heráclio se faziam" [...] ter por deus a toda sa gente [...]"; o que também é referido como o tempo "[...] que era Sant'Isidro arcebispo em Sevilha [...]" e no qual "[...] escrevia estas cousas e outras muitas"; tempo em que, também, Maomé "[...] foi pregar em arabia e converteo muitas gentes" [528].

À frente se faz menção ao período final dos reis Godos na Espanha. Faz-se referência à batalha de cristãos contra mouros vindos da África, em Guadalete, na qual o rei Ramiro é derrotado e desaparece; e os muçulmanos conquistam [...] toda a terra ataa Galiza afora as montanhas das Estúrias" [529]. Ao que se seguem os sucessores de Pelágio, o montesinho, que refugiado nas montanhas é o iniciador da dinastia asturiana.

Faz-se a descrição de outros reis que igualmente se projetaram na luta contra os mouros, como Afonso, o Católico. E se demarca um tempo marcado pela construção de Igrejas como a de Oviedo, Santiago de Compostela e São Fagundo.

Ressurgem no texto as rixas no interior das famílias reais, os fratricídios, as mutilações, tais como o episódio de Ordonho, o cego, que teve os olhos arrancados por seu irmão Ramiro II, que lhe usurpou o poder[530]. Deste se diz a seguir que foi de quem saiu a boa geração dos fidalgos de Espanha. Segue-se que seu filho Ordonho depois de fazer um convite aos Condes de Castela para comer, mata-os em Carriom". Acerca do episódio se escreve:

> [...] os Castelãos veendo em como el rei dom Hordonho de Leom havia mortos os senhores e que receberom muitas desonras dos lioneses, ajuntarom-se todos de suum e fezerom dous alcaides, nem dos meores nem dos maiores, pera aguardarem todos em direito e igualdade[531].

Reproduzindo a modelar solução a que nos referimos, passa-se ao relato sobre os alcaides Nuno Rosoira e Laim, o Calvo, de quem descendeu o Cid.

O Titulo IV, "dos reis que foram em Castela" [532], prossegue deslocando-se o fio condutor temporal para a sucessão familiar: o único tema em que, onde está presente, o texto o ordena diacronicamente: referências a fatos pontuais se subordinam à sequência sucessória familiar cíclica, que é a única que ocorre com regularidade no texto. As referências e frequência de menções a fatos externos à reprodução da linhagem, torna-se mais frequente e ordena-se segundo a era de César. Expressam-se em exemplos como: "Depois, reinou rei dom

---

[528] **Ibidem**, Tít. III, fol. 21, In: MATTOSO, José (Ed). **Op. Cit.**, p. 101.
[529] **Ibidem**, Tít. III, fol. 22, In: MATTOSO, José (Ed). **Op. Cit.**, p. 104.
[530] **Ibidem**, Tít. III, fol. 23, In: MATTOSO, José (Ed). **Op. Cit.**, p. 105
[531] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít.III, fol. 23, In: MATTOSO, José **(**Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores*,** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 106.
[532] **Ibidem,** Tít.III, fol. 23, In: MATTOSO, José **(**Ed**.)**. **Op. Cit.**, p. 106.

Afonso [...] o que se chamou seteno, e rei da Espanha. Este filhou Toledo [...] e morreo na *era* de mil e cento e quorenta e oito annos, e jaz em Sam Fagundo" [533]. A *era* de que o texto fala é a de César.

Esta forma de referência estende-se ao título V, no qual se incorpora os reis de Navarra ao universo em questão. Referem às datas de suas mortes. Como exemplo, temos:

> De rei dom Garcia, filho // de rei dom Sancho Avarca, e como per sua morte reinou seu filho dom Sancho, e dos filhos e netos que houve e com quem forom casados. Reinou empos el seu filho dom Garcia, e foi mui boo rei e mui leal e franco e mui esforçado, e fez muitas batalhas com Mouros e vence-os. Mas quando viia gram coita ou novas chorava com doo; e quando lhe matavam a candea de noite havia medo, e por esto lhe poserom nome dom Garcia, o choroso. Reinou dom Garcia XXX anos, e morreo na era de [DC]CCCLXVIII[534].

Demarca-se o tempo também através de outra fórmula como a que se vê no caso do primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques. O parágrafo anuncia: "Começa Portugal: e fala d'el rei Dom Afonso Anriquez, o primeiro rei de Portugal, e do que fez no tempo de seu reinado, e d'el rei Dom Sancho, seu filho, segundo rei de Portugal, e dos filhos que houve"[535]. O que é objeto de um sequenciamento temporal imediatamente a seguir é a descrição de que o rei Afonso Henriques é casado com dona Mafalda Manriques, que é filho do conde D. Henrique e de dona Teresa, filho do rei D. Afonso, [...] o seteno, o que filhou Toledo a Mouros"[536]. Ao que só então segue-se a narrativa das ações do episódio em que se envolveu na luta contra o Conde da Trava, D. Fernando de Trastâmara, e sua mãe, D. Teresa, que casada com este reivindicava senhorio sobre o condado Portucalense.

A seguir aos reinados posteriores, os quais se descreve segundo os mesmos moldes, faz-se referência à morte de João Afonso, um dos bastardos de D. Dinis, mandado executar pelo infante Afonso, seu meio-irmão. Sobre o que se diz ter ocorrido [...] aos quatro dias andados do mês de Junho, era de mil//CCCLXIIII" [537].

O percurso do texto, até aqui, progride das linhagens adâmicas, fixando-se especificamente em linhagens régias. Entre estas as linhagens régias vetero-testamentárias, da Antiguidade médio-oriental, ocidental dos períodos homérico e clássico greco-romano, e

---

[533] **Ibidem**, Tít.IV, fol. 24 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 109-110.
[534] **Ibidem**, Tít. V, fol. 26, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 113.
[535] **Ibidem**, Tít. VII, fol. 29 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 123
[536]BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. VII, fol. 29 v.°, In: MATTOSO, José **(**Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores*,** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 123.
[537] **Ibidem**, Tit. VII, fol. 32 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 129.

gerações bretãs dos períodos da Antiguidade tardia e Alta Idade Média. Concentra-se, em seguida, no período de entrada dos visigodos na península ibérica.

Neste intervalo temporal, o princípio organizador da diacronia que se mantém inalterado é o da sucessão de reinados. Ressalta-se um devir que se desenrola do contato entre o legado das civilizações que o texto elege para descrever. Mas o foco narrativo incide sobre a família e o conjunto de ocorrências que se definem por desenrolar-se estritamente no interior da linhagem. Mostra-se um determinado rei e sua família, quase sempre há referência à mulher com quem se casou ou, simplesmente, com quem teve filhos, quais foram e o que pela vida estes fizeram: as rixas, o rapto de mulheres, os assassinatos, usurpações, lutas contra outras famílias ou nas quais entram pela via do matrimônio. O feixe de causalidade que organiza o devir é atribuído a eventos sobre os quais não se tem controle, e deve-se ao imponderáveis compassos e descompassos no interior da organização familiar.

Não se trata do que conhecemos como uma história política cuja progressão e os móveis o discurso vá buscar num domínio de proximidade com o que designamos como estruturas sociais. As referências temporais tendem a substituir referencias a fatos históricos ou personagens paradigmáticos no percurso das tradições civilizacionais indicadas, por referências temporais à era de César. Esta substituição é marcadamente mais sensível quando o texto adentra a títulos nos quais se sucedem listas de gerações de linhagens da nobreza de Espanha. Nelas mais tendem a predominar referências aos Césares e a Cristo como marcos temporais. Expressão do hibridismo a partir do qual se forma a cultura cavalheiresca no Ocidente medieval.

Os elementos textuais que os configuram vão gradualmente fazendo o texto deslizar de uma narrativa histórico-genealógica, para uma fórmula mais marcadamente genealógica[538], na qual o organizador do eixo temporal é o ciclo da reprodução familiar e da sucessão no interior da linhagem. Eles passam a ser o que se afigura como registro digno de nota para o discurso, o que se pode constatar pela frequência com que se consigna ao vocabulário termos relativos a este domínio. São de longe dominantes em frequência os termos designativos de parentela: padre, filho, irmãos, neto, mulher (esposa).

O elemento narrativo não está ausente na medida em que o sequenciamento dos títulos é feito com base na descrição das primeiras famílias ibéricas. A diferença do que se

[538] Tal como observado por Cintra acerca da posterior composição da Crônica Geral de Espanha pelo Conde D. Pedro, sobre o quê interroga: "Não parece lógico atribuir esta vacilação inicial entre a história genealógica e a história propriamente dita à natural hesitação do linhagista que se entrega à compilação de uma crônica". Cf. CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344,** vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p. CLXXXVIII.

denominou como história genealógica na qual predomina a componente narrativa reside em que o nome de cada personagem é listado um após outro. Dispõem-se destacados em relação aos demais fragmentos de texto e são diagramados como versos de uma estrofe. São todos arrolados, mas apenas àqueles indivíduos que se projetam por suas ações expressivas, épicas, grandiosas e, por consequência, à sua linhagem, o texto dedica um relato de algum feito que protagonizaram. Ou, um desacordo com algum outro personagem da família ou de famílias rivais, que se resolve por um desfecho traumático; ou pela descrição de um fato cuja excepcionalidade é capaz de fazê-lo gravar-se marcadamente na memória coletiva: um assassinato, uma anedota, um repto, um rapto, uma aliança ou troca de mulheres em casamento. Eventos que, por fim, qualifica ou desabona e, por consequência, reflete-se sobre a reputação da linhagem.

Mas esta transição entre a matéria que se distingue pela marca atribuída ao narrativo e ao genealógico não é conduzida de forma radical. Os oito primeiros capítulos do *Livro de Linhagens* que motivaram a distinção o fizeram exatamente porque neles estão presentes trechos narrativos de dimensões mais generosas. Afinal, eles se justificam em tal posição por contarem sobre as origens da sociedade comandada pelos "nobres fidalgos de Espanha"; de que ações e de que homens nasceu e de que tradições são tributários desde a formação do mundo. Desde Adão até Noé, passando, como dito, pelos patriarcas vetero-testamentários, pelas civilizações da Grécia e Roma antigas, da Pérsia e da Bretanha, nas quais as gerações se sucedem dispondo-se num eixo linear; e entre as quais se intercalam narrativas de acontecimentos emblemáticos para as mesmas e para as sociedades que herdam seu legado. A narrativa organiza o tempo sucessório das famílias régias segundo uma temporalidade balizada por fatos contemporâneos entre si, das tradições pagãs e cristãs e que trazem a marca própria do fato mítico que organiza estruturalmente as referências sobre as quais tais sociedades se edificam.

É tal oroteiro com que o texto progride no âmbito destes primeiros capítulos. Há, ainda que se destacar que se passa de uma tradição a outra não sem estabelecer ligações. As sociedades retratadas provêm o texto de um repertório axiológico no interior do qual irá se desenvolver e mover-se a sociedade dos "nobres fidalgos de Espanha". E estas sociedades ligam-se entre si por transmitir umas às outras um legado, uma herança. E o fazem pela via da descendência de sangue de determinados indivíduos: são dos filhos de Enéas, descrito como um troiano, que "[...] veo o linhagem dos emperadores de Roma, que a povoaram [...]" [539].

[539] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. II, fol. 8 v.°, In: MATTOSO, José **(**Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores*,** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 74. [itálicos nossos].

Brutus um romano, descendente de Enéas, depois de lutar com gigantes na ilha de Albion e vencê-los [...] pobrou a terra de *homẽes de seu linhagem*; e pos-lhe nome Bretanha, e aos pobradores da terra Bretões" [540].

As referências que servem de marco temporal para os primeiros capítulos nos quais se desenha o universo cultural no qual o texto se inscrever fazem uma transição gradual. Não – repetimos - que o texto de matiz mais marcadamente genealógico que sucede a estes capítulos iniciais seja destituído de elementos cuja matéria é mais explicitamente organizada segundo os cânones que definem a narrativa.

No primeiro conjunto são fatos e figuras humanas modelares que referenciam o tempo ao qual estão associadas às gerações em foco. No segundo conjunto, não se ausentam os fragmentos de texto de função narrativa, em relação aos quais se presumiu reduzirem-se a uma função meramente identificadora dos personagens. A presença da função emerge tão logo se mostre necessária para, acima de tudo, investir os personagens de atributos. Ela necessariamente os identifica mais não sem hierarquizá-los em função de algum sistema referencial. E para isto trata-se de relatar fatos que não se pode pensar sem referência a seu envolvimento em histórias. Dimensão necessária e constitutiva da narrativa e que confere ao texto como um todo o caráter de uma propositura. O que se presume reduzir-se a uma camada textual de função descritiva e cartorial, se converte em elemento ativo de composição de uma visão de mundo.

Um tipo de texto no qual se descrevem sucessões de gerações, as quais a alguns de seus indivíduos se associam façanhas, contatos com seres sobrenaturais, lendas e anedotas, não se constituem numa texto que se possa definir como meramente de caráter genealógico. As pequenas histórias, as façanhas, o parentesco prestigioso, uma vocação religiosa, um comportamento socialmente reprovável, constituem um indivíduo ou uma linhagem em ente dotado de uma personalidade moral, uma vez que fragmentos de texto, por menores que sejam, e pelo que lhes subjaz, nos remetem a um universo de significações.

A distinção não se pode estabelecer em termos de uma ausência de elementos manifestos de uma narrativa, de ausência de uma dimensão discursiva que o constitua em seu sentido, como uma propositura. Listas não são neutras. O que nos parece ser legítimo estabelecer como diferença entre as matérias textuais que a principio se classificou segundo a distinção tradicionalmente proposta, é a forma como nelas se estrutura a dimensão temporal. Uma se caracteriza mais por similaridade com o que denominamos como um discurso

[540] **Ibidem**, Tít. II, fol. 9, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 74. [itálicos nossos].

histórico, que estabelece linhas de causalidade entre termos que são classificados como antecedentes e consequentes. No caso o sequenciamento no tempo das civilizações descritas. E a continuidade proposta pelo texto é caracterizada, como acima apontamos, como uma relação de herança biológica: a inserção na tradição vetero-testamentária nos faz a todos descendentes de Adão; ligamo-nos por laços biológicos segundo o que nos diz o texto, às sociedades da antiguidade.

O texto processa uma gradual mudança das formas de expressão das balizas temporais. A um discurso diacrônico que descreve a continuidade de gerações que se sucedem concomitantemente a uma ordem de fatos que se sucedem no exterior da família, vai-se substituindo um outro no qual predomina o que é ubíquo, a estrutura. As formas de expressão da temporalidade, desta forma, deslizam, gradualmente, da diacronia para a sincronia. O tempo diacrônico no qual se explicita mais marcadamente a função narrativa, e que organiza o texto dos primeiros títulos sob a forma de uma história genealógica, tem a função de produção de um discurso fundacional. Remete o destinatário do texto a um tempo mítico, das origens, habitat imaginário próprio ao protagonismo de seres sobrenaturais e superdimensionados. Tempo cuja afirmação e culto se fazem necessários para que os homens do presente se eximam da responsabilidade por sua autoria e que a este tempo atribuam o fundamento de legitimidade do universo axiológico sobre o qual se afirma o mundo do presente.

Nos títulos classificados como “matéria genealógica”, a dimensão temporal se desloca para o universo interno da organização familiar. Nela, parafraseando André Jolles, história existe e adquire sentido como história familiar. As dimensões significantes que remetem a tempo dizem respeito a como se configuram estas relações. Os entes descendem uns dos outros ou são seus colaterais. O tempo que tem significado é o tempo da reprodução da linhagem. Um tempo cíclico de curta duração que envolve a descrição dos atos e relações que dotam os indivíduos das competências necessárias para seu investimento simbólico e para a reprodução do que, segundo o texto, são condições necessárias para sua existência como nobres: o incremento da carga simbólica que alimenta a memória de sua linhagem.

Sob esta perspectiva, a monotonia das listas se desvanece e adquire um dinamismo, um sentido que encoraja um maior interesse por elas, convidando-nos a delas procurar extrair, por comparação a outras listas, a significação de certas expressões, pequenas frases, cognomes, epítetos e etc., que são apostos a alguns dos indivíduos presentes.

O devir digno de registro é o devir de gerações. O mundo que comumente imputamos como pertencente ao domínio da política é construído como desdobramento de relações intra e interfamiliares. O que tem significado no mundo é aquilo que diz respeito ao legado: ao que

se herda e ao que se vai legar para a descendência. A posição dos indivíduos é determinada pela disputa por uma fração maior ou menor, mais ou menos prestigiosa deste legado.

Assim à progressão de capítulos nos quais, numa perspectiva diacrônica, se sucedem indivíduos referenciados a eventos e personagens paradigmáticos das civilizações das quais descende culturalmente o Ocidente cristão, desliza-se para o protagonismo de eventos, fatos ou personagens que se definem pelos efeitos que exerceram sobre a vida da linhagem e pela posição que ocupam no interior da parentela: suas façanhas, desventuras, atributos negativos ou positivos repercutem no prestígio do grupo A história que se narra é composta por um conjunto de eventos subsumidos à história familiar. É História que adquire sentido por ser História familiar.

As formas do léxico associadas à dimensão temporal do texto explicitam-se tendo como marco divisor um período de reinado no qual se dá relevo ao fato da descendência, tal como se observa neste fragmento tomado da tradição bretã:

> De Rei Brutus Verdescut, filho de Rei Ebrat, e de seus filhos e netos. Este rei Ebrat reinou quorenta anos, e houve vinte filhos de ũa molher, e morreo.
> E reinou seu filho, o maior, que houve nome Brutos Verdescut, Reinou este Brutos dez anos e morreo. E quando foi morte este Brutos, reinou seu filho que houve nome Jeyr, e reinou XXV anos, e foi mui bõo rei mentre foi mancebo, mas na velhice perdeo o siso e foi abaixado de sa bondade.
> E morreo Jeyr e reinou seu filho Juliam d'Evras, e foi bõo rei e de grande justiça, e reino XL anos. Morreo Juliam d'Evras e reinou seu filho Balduc, e foi homem mui bõo e esforçado e mui sabedor, e soube muito de negromancia. E, per grande siso// que havia, cuidou de voar ataa Londres, e mandou fazer aas por voar; e faleceo seu sem e caio em terra e quebrou todo, e assi morreo[541].

Este fragmento dispõe a matéria textual com recurso a formas de expressão que a dispõem num eixo no qual se identifica mais claramente a forma distinta na qual se expressa a dimensão temporal. Trata-se de um tempo delimitado pela sucessão de gerações. Portanto, mensurável por uma ordem de grandeza que ordena o texto com referência a uma ordem de grandeza que remete ao genealógico. Em outro exemplo esta fórmula se expressa associada a um fato referencial. No fragmento se vê escrito:

> De Davi, rei sobre Juda e Jerusalém, e de seu filho, Rei Salamão. Jesse houve filho David e *ungeo Samuel profeta por rei em Bethleem*, e foi home que temeo Deus, e foi mui bõo rei e bõo profeta, e *fez os Salmos e a*

[541] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. II, fol. 9 v.º, In: MATTOSO, José **(**Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores*,** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 76 [itálicos nossos].

> *Lei*, e foi rei sobre Juda e sobre Jerusalem. *Em seu tempo profetizava Samuel e Gad e Natam,* estes três profetas. Reinou el rei David quorenta anos, e houve filho Salamon da molher de Urias, Bersa // bee. Antre todo, viveo el rei David, oitenta anos e morreo, e soterrarom-no em Jerusalém, sa cidade.
>
> Despois da morte d'el rei David, reinou seu filho, rei Salamon, em Jerusalém e sobre todo Jerusalem. *E fez o templo de Deus em Jerusalém* e acabou-o em sete annos. *Esto foi acabado depois de trezentos e oitenta annos, que sairom os filhos de Israel do Egipto.* E reinou el rei Salamon quorenta annos, *ante que adorasse os ídolos*, e morreo e soterrarom-no em Jerusalém com seu padre, el rei David, em monte Siom[542].

Segue-se Roboão, filho de Salomão, sobre o qual o texto diz que [...] per sa torpidade e per sa maldade e per mao conselho que cria as gentes mancebas, perdeo seu reino de Israel. E perdeo os dez tribos e houve-os Jheroboam, o filho de Naball, seu immigo" [543].

Há fatos dispostos em uma linha de temporalidade que relacionam que relacionam personagens a acontecimentos. E não se pode concebê-los se não como irremediavelmente ligados a uma história[544]que já é de domínio desta sociedade, a histórica bíblica. É só através de histórias e da remissão de um indivíduo a um universo de significação que se pode, conhecendo-o, convertê-lo num paradigma de comportamento.

Há pressuposto no fragmento acima um percurso de protagonistas e antagonistas que confrontam um sujeito e um anti-sujeito, em disputa por uma relação de *junção* com determinados objetos dotados de valor. Isto disposto em curtos excertos no interior do texto marcado pelo vetor de caráter sucessório. Há um percurso narrativo[545], descrito com elementos, muitas vezes mínimos, mas que nos revela uma lógica que organiza com base num tema de caráter sucessório. Neste sentido, a nosso ver, é legítimo classificar a matéria de tais títulos como uma história genealógica.

O tempo é referencial. Eventos paradigmáticos distribuem-se ao longo do percurso como marcadores do trajeto. Eles se repetem em passagens como:

> Depois do tempo de Tiberius Cesar reinou Cesar que houve sobrenome Gallius Gallinolla. Este se fazia teer por deus a seus hom~ees e a imagem de seu ídolo no templo de Jerusalém. *Emtom escrevia Sam Matheus o primeiro Evangelho em Judea*.
>
> Depois daquel rei Cesar, reinou Cladius em Roma XIIII annos. *Em aquel tempo, foi Sam Pedro a Roma, e Sam Marco escreveo seu Evangelho*

---

[542] **Ibidem**, Tít. I, fol. 3v.°- 4, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 63. [itálicos nossos].
[543] **Ibidem**, Tít. I, fol. 4, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 63.
[544] Cf. SCHAPP, Wilhelm, **Envolvido em Histórias**. **Sobre o ser do homem e da coisa**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2007 p. 13-14.
[545] Cf. COURTÉS, J. **Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva**, Coimbra: Livraria Almedina, 1979, p. 99.

em Aleixandria[546].

A dinâmica sucessória não é inserida como mais um fato entre outros numa cadeia de eventos externos no quais o processo de sucessão familiar figura como mais um elemento. O que é apresentado como tema central da ação e marcador do tempo são os fatos que interferem no que é mais relevante para o relato, a dinâmica da sucessão familiar.

No Titulo XXIII, temos um exemplo distinto de como se faz presente a componente narrativa do discurso. Os fatos exteriores ao processo de reprodução familiar são narrados em aposição aos personagens que são dispostos numa lista vertical por ordem de nascimento. A narrativa de um fato marcante não aparece como um marcador de tempo exterior a este processo. Em outros casos aparecem de forma intermitente, como no exemplo acima, sem que se interponha como um marcador de tempo entre as gerações. Assim, vemos escrito no texto: "esta Elvira Anes", filha de João Perez da Maia e de dona Guiomar Mendez, filha do Conde Dom Mendo,

> Roussou-a Roi Gomez de Briteiros, que era infançom, e depois casou com ela. *E depois fez el rei dom Afonso este dom Roi Gomes ricome, e deu-lhi pendom e caldeira*. Esta dona Elvira Anes e dom Roi Gomez, fezerom filhos.
>
> Dom Meem Rodriguiz, que chamarom de Briteiros, e dom Joham Rodriguiz de Briteiros
>
> e outro que houve nome Gonçalo Rodriguiz,
>
> e este Gonçalo Rodriguiz *foi sandeo* e morreo sem semel[547].

Em contradição com o que tradicionalmente se alegou com relação aos títulos posteriores ao VIII, o texto do Titulo IX, relativo aos senhores de Biscaya, encontra-se entre os que revelam formas mais manifestas de expressão da dimensão narrativa. Trata-se, de um excerto que talvez se inclua entre os mais expressivos fragmentos narrativos do *Livro de Linhagens*. Nele se lê:

> De dom Diego Lopez, senhor de Biscaia, bisneto de dom Froom, e como casou com ũa molher que achou andando a monte, a qual casou com ele com condiçom que nunca se benzesse, e do que lhe com ela aconteceo, e prossegue o linhagem dos senhores que foram de Bizcaia. Este dom Diego Lopez era mui boo monteiro, e estando ũu dia em sa armada atendendo quando verria o porco, ouvio cantar muita alta voz ũa molher em cima de ũa pena. E el foi pera la e vio-a ser mui fermosa e mui bem vestida, e

[546] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. III, fol. 20. In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores*,** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 99.

[547] **Ibidem**, Tít. XXIII, fol. A_1 4 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. cit.**, p.283. [itálicos nossos].

> namoreou-se logo dela mui fortemente, e preguntou-lhe quem era. E ela lhe disse que era ũa molher de muito alto linhagem. E el lhe disse que pois era molher d'alto linhagem que casaria com ela se quisesse, ca ele era senhor daquela terra toda. E ela lhe disse que o faria se lhe prometesse que nunca se santificasse. E ele lho outorgou, e ela foi-se logo com ele. E esta dona era mui fermosa e mui bem feita em todo seu corpo, salvando que havia ũu pee forcado como pee de cabra. E viverom gram tempo, e houverom dous filhos,
>
> e ũu houve nome Enheguez Guerra
>
> e a outra foi molher e houve nome dona ___[548].

Trata-se da famosa lenda da Dama-pé-de-Cabra, imortalizada por Herculano no seu *Lendas e Narrativas*[549]. Este trecho, após a enumeração de dois descendentes, um cavaleiro e uma dama – ausente no texto por adulteração do copista – dá sequência ao relato por aproximadamente toda a extensão dos fólios 36, 36v.°, e parte do 37[550]. Estende-se por sessenta e sete linhas além das dezessete acima transcritas.[551] Este título figura entre os que os primeiros estudiosos do texto a que já nos referimos atribuem um caráter genealógico, mas que, ao contrário, integra-se num conjunto no qual muitas vezes se observam generosos trechos narrativos. Extensíveis outrossim a trechos que descrevempersonagens de projeção e nobilitação recentes e cujo nome liga-se à linhagens mais tradicionais por um complexo jogo de remissões a que constantemente recorre o texto para o estabelecimento de relações parenterais. Trata-se de remissões cuja função é aglutinar linhagens secundárias pelo estabelecimento de ligações de parentesco como um antepassado prestigioso comum[552]. Daí as constantes referências ao Titulo XXI, do rei Ramiro, objeto da refundição de 1380-83. Tempo que se caracteriza pelo predomínio de uma nobreza de corte, no qual os poderes régios administram o equilíbrio político, jogando com as fidelidades de frações aliadas de uma nobreza tradicional e de uma nobreza de corte, cujos bons serviços prestados ao rei creditam a

---

[548] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro Tít. IX, fol. 36, In: MATTOSO, José **(**Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 138. O nome da dama foi adulterado no manuscrito.

[549] HERCULANO, Alexandre. **Lendas e Narrativas.** Tomo II. Lisboa: Bertrand, s/d, p. 7-53.

[550] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. IX, fols. 36-37, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 138-141.

[551] Para uma lista do quantitativo de linhas de que se compõem os fragmentos narrativos do Livro de Linhagens, ver MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder,** Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 90-91; 95-96.

[552] Num índice remissivo de famílias da nobreza do período dionisino, Pizarro enumera 25 linhagens componentes dos principais troncos familiares, ou o que designa como linhagens-mãe, sobre as quais incide um processo de segmentação em ramos secundários. O que atribuímos consentâneo com um interesse em estabelecer ligações com uma origem prestigiosa. Função que cumpre, a nosso ver, o aludido Título XXI, do Livro de Linhagem, do rei Ramiro. Ver. PIZARRO, J. A. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias, 1279-1325.** 2 vols., Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna, 1999, p. 155.

posição de destaque que ocupam[553].

É interessante notar que o relato acima reproduz um padrão de diagramação do texto: após as sessenta e sete linhas mencionadas, o texto se interrompe e na linha subsequente se observa um recuo de margem que caracteriza um parágrafo, cuja linha é destinada, tal como na citação acima em destaque, apenas à menção de um seu descendente: a sua filha "dona Munha Enheguez".

O modelo tem a seguinte configuração: após listados Enheguez Guerra e, abaixo, uma dama cujo nome é omitido por uma adulteração do texto, o texto é retomado no estilo narrativo e nele se vê escrito:

> E quando comiam de suum dom Diego Lopez e sa molher, assentava el a par de si o filho, e ela assentava a par de si a filha da outra parte. E ũu dia foi ele a seu monte e matou ũu porco mui grande e trouxe-o pera as casa e pose-o ante si um siia comendo com as molher e com seus filhos. E lançarom l~uu osso da mesa, e veerom a pelejar ~uu alão e ũa podenga sobre'ele em tal maneira que a podenga travou o alão em a garganta e o matou. E dom Diego Lopez, quando esto vio, teveo-o por milagre, e sinou-se e disse: 'Santa Maria val, quem vio nunca tal cousa! // E as molher, quando o vio assi sinar, lançou mão na filha e no filho, e dom Diego Lopez travou do filho e nom lho quis leixar filhar. E ela recudio com a filha por ũa fresta do paaço, e foi-se pera as montanhas, em guisa que a nom virom mais, nem a filha[554].

O relato da lenda se estende por mais quarenta e nove linhas abaixo. E interrompendo-se a narrativa, abruptamente, segue-se um novo parágrafo, no qual se retorna à disposição da diagramação utilizada nos fragmentos de estilo genealógico. Neste se lê:

> Este Enheguez Guerra, senhor de Biscaia nom houve filho nem ũu, mais houve ũa filha que houve nome
> dona Munha Enheguez[555].
>
> Esta dona Munha Enheguez foi casada com dom
> Fernando, filho d'el rei de Navarra, e foi bastardo,
> e fez em ela ũu filho que houve nome
> dom Lope Ellindo[556].

---

[553] Para uma tipologia do grupo através do tempo, ver MATTOSO, José. Introdução ao Estudo da Nobreza Medieval Portuguesa, In: **A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder**, Lisboa: Editoria Estampa, 1987, p. 31.

[554] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. IX, fol. 36-36 v.°, In: MATTOSO, José **(**Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 139.

[555] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. IX, fol. 37 v.°, In: MATTOSO, José **(**Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 141.

[556] **Ibidem,** Tít. IX, fol. 37 v.°, In: MATTOSO, José **(**Ed**.). Op. Cit.**, p. 141.

E após cinco gerações segue-se menção a D. Diego Lopes de Fenar, o Bom, ao que aposta um pequeno relato no qual se lê:

> E o porque lhe chamarom de Fernar, foi porque lidou i com os Mouros, e foi contra eles mui bem-andante. E morreo este dom Diego, o Boo, de Fenar XVI dias d'Outubro, era de mil CC L II annos. Este dom Diego, o Boo, houve a dianteira dos cristãos com os Mouros na lide das Naos de Tolosa. Este dom Diego, o Boo, foi casado com dona Maria Manriquez, filha do conde dom Manrique de Lara, como se mostra no título VII, do conde dom Monido, parrafo 4°, e fez em ela
> dom Lope Diaz de Faro, que chamarom Cabeça Brava.
> E depois, leixou dom Diego, o Boo, esta molher, dona Maria Manriquez, porque lhe foi com ũu ferreiro em Burgos, e casou com dona Toda Piriz, filha de dom Pedro Rodreiguez de Sagra, e fez em ela a condessa dona Orraca Diaz de Canas, que foi casada com o conde dom Alvaro de Lara, [...] [557].

A partir deste modelo se depreende um padrão que alterna o estilo narrativo com o genealógico, e que podemos identificar repetido por todos os títulos restantes aos quais se supõe ser dominante a componente genealógica; tal como se pode observar no modelo abaixo, onde se lê:

> E dom Lope Ellindo, senhor de Biscaia, foi casado com
> dona Orlanda, filha de dom Trastamiro Aboazar,
> como se mostra no título XXI, de rei Ramiro, par-
> rafo 2°, e fez em ela
> dom Diego Lopez, que chamarom o Vermelho,
> senhor de Bizcaia, e
> foi casado com dona___, e fez em ela
> o conde dom Lope, que jaz em Sam Milham de
> la Cogolha, e morreo na era de ___.
> Este conde dom Lope foi casado com a condessa
> dona Çiculo, e fez em ela
> dom Diego Lopez, o Roivho[558].

Nosso propósito neste item do presente capítulo não foi desqualificar a classificação de sua matéria segundo a distinção tradicionalmente estabelecida pelos estudiosos, mas mostrar sua insuficiência para abordá-lo numa perspectiva que leva em consideração o que colocamos no centro do presente trabalho: seu sentido como proposição acerca do mundo em

---

[557] **Ibidem**, Tít. IX, fols. 37-37 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 141-142.

[558] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. IX, fol. 37-37 v.°, In: MATTOSO, José **(**Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 141- 142.

relação à História vivida pelos homens no período que elegemos.

O que, desde já, e por sua vez, não poderíamos deixar de observar é que tal classificação instaura uma perspectiva pouco proveitosa para uma compreensão mais fina de sua unidade como texto. Pensá-lo como um todo, em sua unidade ideológica nos dá a chave de sua compreensão como forma de expressão que vincula uma produção artística, a posição de seu autor a um dado quadro histórico-social.

A distinção tradicional a respeito da matéria do texto do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, que segrega uma matéria genealógica e uma matéria narrativa, tende a deslocar seu estudioso de uma posição favorável à uma perspectiva que possa colocá-lo diante de aspectos que elucidem sobre sua função ideológica enquanto texto. Nossa preocupação foi demonstrar que os fragmentos genealógicos ao qual se atribuiu serem matéria de natureza distintas não são destituídos de componentes portadores de uma dimensão temporal. E ela deve ser buscada na alteridade que se consubstancia no interior do que se desenrola no universo de vivências de maior carga de significação para a nobreza, as relações de parentesco, o ambiente familiar. Buscamos considerar que a dimensão de tempo adquire homologias de escala em relação ao âmbito do espaço no qual são representadas as vivências que mais importância têm na vida social do grupo. E para isto o texto recorre à memória de um mundo idealizado. Apela a um tempo histórico e a formas de sociabilidade que o presente desloca da posição que tradicionalmente ocupavam no passado em função das transformações sociais ainda mais aprofundadas em meados do século XIV. Neste tempo, o protagonismo exercido pela linhagem, pelo que ocorre no âmbito da senhoria feudal e do ambiente familiar solarengo que lhe é próprio, no qual desempenham importante papel o ciclo da sucessão de gerações, a reprodução dos laços de sangue, as lutas por herança, a traição, o adultério, a tomada de mulheres pela força, o prestígio e a notoriedade decorrente de uma fama que se conquista através de ações guerreiras cujo testemunho o *Livro de* Linhagens registra, cede lugar a um complexo de relações cuja realidade se sobrepõe ao que se desenrola no âmbito deste modo de vida. Tal realidade se afirma por pactos e coalizões que se estruturam para além do plano da dimensão espaço-temporal no qual tradicionalmente se desenrolava a ação das famílias e clãs para os quais o centro do mundo era a senhoria. E tal se reflete nas mudanças das formas de que se utilizam os textos para descrever o mundo e as relações entre os indivíduos.

2 **O ESPAÇO**

Cabe considerar adiante, visto o acima exposto, como é representada a dimensão espacial no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro. Nossa proposição é a de que tais

representações são distintas em relação às formas observadas no conjunto textual ao qual o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro é, a nosso ver, um contraponto: a chamada "trilogia" de Fernão Lopes - as crônicas de D. Pedro, de D. Fernando e de D. João I. Nossa compreensão acerca do proposto consiste em que, no *Livro de Linhagens*, ela é uma projeção na qual se realiza a mesma ordem de grandeza da escala através da qual o texto representa as relações do que considera como o mundo real. Desta forma, o que ocorre no *Livro de Linhagens* é bastante distinto da forma como a crônica de Fernão Lopes incorpora a dimensão espaço no discurso que formula sobre o mundo. Trata-se de um aspecto de suma importância, pois o discurso dos dois conjuntos de textos, a nosso ver, projetam dimensões que estão numa função direta da imagem que projetam do mundo ao qual atribuem valor. E, assim, e a despeito de descompassos, entre o que concreta e historicamente determinam as interdependências sociais em cada um dos contextos que os inspira como texto.

Bastante representativo das dimensões sob as quais as *sagas* constituem o espaço, no mundo do *Livro de Linhagens* ele é perspectivado como uma projeção da vida familiar, em cujo centro está o solar, a casa rural nobre. Não há no texto descrição de espaços amplos nos quais se desenrolam o fazer dos atores. Nos títulos iniciais, relativos aos reis e imperadores da antiguidade greco-romana o vocábulo que mais frequentemente expressa uma ideia indefinida em relação a esta dimensão é o vocábulo *terra.* Num trecho se vê escrito que os três filhos de Brutus [...] partirom *a terra* antre si em paz e em amor e lograrom. E o filho maior houve Londres *e toda a terra*, que era chamada Ingraterra; e o outro houve o reino de Galas; e o outro filho houve o reino d'Escorcia [...] [559]. O primeiro aspecto a ressaltar é o de que o texto oferece a percepção do leitor/ouvinte a *terra* como ente sobre o qual incide o domínio familiar. Sobre Madam, neto de Brutus, se diz que [...] reinou [...] LX annos, e leixou a *terra*, despois que morreo, a estes filhos ambos [Malim e Metibriz]; e sobre os reinos houveram ambos grande guerra, e matou ũu a outro, a grande engano" [560]. A terra é objeto da disputa familiar.

Adiante se vê escrito: Do rei Lear, "[...] em sa velhice, *filharom-lhe seus genros a terra* [...]" [561]. Ao rei de França, os cunhados de sua mulher,"[...] *tolheram-lhe a terra"*[562]; fala-se de filhos que "[...] *apoderarom-se da terra* toda; e prenderom aa tia, molher que fora

[559] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. II, fol. 9, In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p.76.
[560] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. II, fol. 9 v.°, In: MATTOSO, José Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 76.
[561] **Ibidem,** Tít. II, fol. 9 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p.76.
[562] **Ibidem,** Tít. II, fol. 9 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p.76.

d'el rei de França, e meterom-na em ũu carcer e ali a fezerom morrer" [563].

Além da prodigiosa frequência do vocábulo *terra* num fragmento de texto de curtas dimensões, deve-se atentar para o que o texto faz óbvio: a forte consciência de que figura como um objeto de disputa da parentela e espaço de incidência de poderes; e, ainda revela a presença de uma sutil nuance acerca de graus de parentesco que escapa ao nosso vocabulário quotidiano de contemporâneos, tal como no seguinte excerto:

> Estes dois *primos co-irmãos* que matarom sa tia [...] partirom a *terra* ambos [...] e depois houve ũu cobiça da *terra* ao outro: Margat houve cobiça e enveja da *terra*, e veo sobr'elle com grande hoste por lhe tolher a *terra*; e lidarom ambos, e foi arrancado o primo meor e foi morto; e foi Govedagos senhor da *terra* toda[564].

Fala-se de primos co-irmãos. O móvel das disputas situa o texto tal como no espírito das *sagas*. No texto, a disputa é gerada no interior da família e em torno da *terra*. A vizinhança de determinados termos o corrobora. Observa-se a proximidade de expressões designativas da parentela: "padre", "irmão", "filho", "molher", "neto", "primos", "cunhados", "genros" etc. Tal como nas *sagas*, o espaço é descrito e oferecido à percepção como um ente de dimensões reduzidas. Nas dimensões como é representado se refletem a amplitude do espaço no qual ocorrem as relações significativas para a vida social da nobreza que o texto de forma idealizada representa. Em torno do termo *terra* não se aglutinam outros atores senão aqueles que gravitam em torno do solar compondo a parentela. É um espaço representado em pequena escala e o recurso a forças exteriores para sustê-lo se faz recorrendo a alianças com outras famílias. O mundo se concebe como um somatório delas.

Este espaço de pequenas dimensões, tal como o descreve Jolles a propósito das *sagas*, é descrito como espaço ocupado por "[...] gente que habita tal colina, não formando nem um império, nem uma nação, nem um Estado, e sua totalidade é como que uma soma algébrica cujo resultado depende do sinal de cada fator" [565]. A noção de *reino* como espaço sobre o qual incide a autoridade de um rei é pensado como a soma de *terras* que conquista. Mesmo em presença de uma designação relativa a espaço que suscita um ente de maiores dimensões, tal como a noção de *reino*, no léxico o texto o configura como resultado de um somatório de unidades de menor dimensão que é mister conquistar a tantas outras famílias que as detém. Se

---

[563] **Ibidem,** Tít. II, fol. 9 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p.76.
[564] **Ibidem**, Tít. II, fol.10-10- v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 78.
[565] JOLLES, André. **Formas Simples, Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste**. São Paulo: Editora Cultrix, 1976, p. 68.

diz que Belim e Brene, filhos do rei bretão Donvalo, depois que

> [...] passarom o mar ambos os irmãos e lidarom com dous reis que havia em França, e vencerom-nos e tomarom-lhes a *terra* toda, *e acrecentarom em seu reino*. Depois conquererom toda a terra de Toscana e de Lombardia, e depois forom a Roma e conquererom-na toda" [566].

A palavra *terra* pela frequência com que aparece no texto, e sempre vizinha a vocábulos designativos de parentesco, indicam a dimensão que é dada ao espaço no texto e sua relação com os entes que o disputam. Mesmo no caso de capítulos nos quais se fala dos reis e nos quais há menções a províncias – a Bretanha, Inglaterra, Gales e Escócia – se fala enquanto e apenas como espaços sobre os quais incide o domínio de uma parentela. No exemplo acima citado tais "províncias" são uma função das categorias de espaço e de relações sociais do mundo medieval. O mundo antigo é interpretado de uma perspectiva das categorias do presente. Ele é para a consciência dos homens, cuja sociedade o texto busca representar, a projeção superdimensionada do que ocorre na sociedade presente. Veja-se a longevidade e a fertilidade, a que anteriormente fizemos referência, que se atribui aos patriarcas vetero-testamentários, qualidades levadas ao paroxismo, absolutamente indispensáveis para a capacidade de reproduzir o que há de mais caro para a sociedade da qual fala o texto: a ideia de legado, herança, e que se realiza pela produção de descendência.

Assim, tem-se um estado de coisas presente que se autoriza na grandiosidade e especialidade de um mundo original, de fatos sobrenaturais, de seres cujas ações épicas, no passado, fundaram valores e comportamentos que dão sentido ao mundo do presente. Não foi sem lutar contra gigantes que Brutus "pobrou" *a terra* da Bretanha com homens da sua linhagem[567]. Este mundo original é o seu duplo superdimensionado. Nasceu como um dom divino, como algo sagrado e como tal foi transmitido como um legado aos homens do presente e a estes cabe preservá-lo. Nisto pensamos residir a explicação do porque o texto começa destacando a dimensão narrativa: necessária à configuração de uma origem para se comunicar sob o imperativo de que desígnios emergiu a ordem do mundo em que se vive. Por tal motivo, a narrativa histórica é fundamental. Ela permite evocar um passado no qual o presente se pretende fundado e no qual, portanto, deve espelhar-se.

O Titulo II nos coloca diante de uma Antiguidade repleta de projeções da ordem

---

[566] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Tít. II, fol. 11, In: MATTOSO, José (Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 80.

[567] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. II, fol. 9, In: MATTOSO, José (Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 75.

medieval. Os espaços da Antiguidade são organizados à sua imagem e semelhança compondo uma típica cena senhorial medieval. Príamo tem cinco filhos sobre os quais o texto afirma "[...] que foram mui bõos cavaleiros" [568]. Um rei homérico, Dradânio" [...] *pobrou Tróia* [...]" [569]; tal como o fez, por exemplo, Afonso Teles, o Velho, sobre quem se diz que "[...] *pobrou Alboquerque* [...]" [570]. Contudo, o feito do último é dos inícios do século XIII.

Paris, filho de Príamo, foi a Grécia com "[...] duzentos cavaleiros e grandes gentes de pee [...]" [571]. Em Troia se diz terem sido "[...] mortas grandes cavalarias" [572]. Enéas é descrito como "[...] um rico homem" [573] que escapou à destruição da cidade, e que "[...] houve trezentos cavaleiros [...]" [574] com quem fugiu pelo mar. E, desembarcando em Cartago" [...] havia i ũa rainha que havia nome Dido, e recebe-o mui bem e amou-o muito, e deu-lhe seu corpo em poder, e *foi senhor da terra*" [575].

A *terra* é descrita como um ente de contornos físicos indeterminados. No uso do termo não se apreendem limites que nos autorizam a definir uma dimensão inequívoca de medida. As dimensões presentes no texto se inferem pela observação de uma constelação de outros termos: eles elegem a *terra* – espaço cuja descrição é difusa - como o palco em que primordialmente se destacam as relações familiares. Nele repercutem posições de poder que refletem posições no interior da família, e, por consequência, a autoridade historicamente definida como senhorial. É motivo de rixas e guerras, tanto no interior do grupo familiar, quanto contra inimigos externos, ou seja, estão sempre representados como objeto adscritos a um grupo familiar. Ou seja, definem-se os conflitos igual e primordialmente sob a perspectiva de que partem de um *locus* regido por relações da mesma natureza.

É ressaltado seu estatuto de objeto de legado, de herança: se "leixa" a *terra* ao filho ; se "tolhe" aos outros a *terra* "por força"; [põe-se] a *terra* em "paz" ou em "guerra"; um senhor " [...] manda por toda sa *terra* [...] que homem que mate o outro não entre no templo"[576]; se é o "maior" [...] de tanta *terra*[...]", e o "meor", por tal, "[...] lhe serve de [...] mau grado". O Titulo II é representativo do texto onde a vizinhança entre elementos do

---

[568] **Ibidem**, Tít. II, fol. 7 v.°, In: MATTOSO, José (Ed**.**). **Op. Cit.**, p. 72.
[569] **Ibidem**, Tít. II, fol. 7 v.°, In: MATTOSO, José (Ed**.**). **Op. Cit.**, p. 72. É oportuno observar que os grandes senhores dos tempos de implantação da nobreza no espaço ibérico são designados como aqueles que "povoaram" tal ou qual "terra".
[570] **Ibidem**, II/2, Tít. LVII, fol. 176, In: MATTOSO, José (Ed**.**). **Op. Cit.**, p. 91.
[571] **Ibidem**, II/1, Tít. II, fol. 8, In: MATTOSO, José (Ed**.**). **Op. Cit.**, p. 73.
[572] **Ibidem**, Tít. II, fol. 8, In: MATTOSO, José (Ed**.**). **Op. Cit.**, p. 73.
[573] **Ibidem**, Tít. II, fol. 8, In: MATTOSO, José (Ed**.**). **Op. Cit.**, p. 73.
[574] **Ibidem**, Tít. II, fol. 8, In: MATTOSO, José (Ed**.**). **Op. Cit.**, p. 73.
[575] **Ibidem**, Tít. II, fol. 8, In: MATTOSO, José (Ed**.**). **Op. Cit.**, p. 73.
[576] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**,** Tít. II, fol. 8, In: MATTOSO, José (Ed**.**). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 73

léxico configuram o campo de significação ao qual está remetida a dimensão espacial.

No mesmo título uma outra passagem sobre reis bretãos congrega elementos que remetem a *terra* ao universo da senhoria feudal sugerindo elementos que nos permitem detectar a que relações está atrelada. A *terra* está associada à homenagem. Rito com o qual se selam alianças entre indivíduos hierarquicamente distintos. Diz-se de Argal, filho do rei Morpidus e irmão de Eledur, quem pedindo-lhe "mercee", rogou a todos seus "ricos homẽes" que fizessem "cortes", fazendo a todos jurar a seu irmão, tornando-se seus "vassalos", e "[...] que o tiveram por senhor e fizeram-lhe menagem com as *terras* [...] "[577].

A menção ao termo *lugares* com relativa frequência evoca uma dimensão de medida, à primeira vista, imprecisa da ordem de grandeza dos espaços em disputa. Fala-se [...] d'el rei dom Afonso o católico e dos *lugares* dos mouros que combateo e tomou"[578]. Ao que se segue, a fonte os denomina. Trata-os de forma distinta de como o faz a crônica de Avis. Há uma distinção que apela para uma diferença de natureza entre tais denominações. Nesta, serão associados à sua condição de espaços urbanos, opostos a arrabalde, ao termo, e ao caráter rural de tais espaços, como veremos no capítulo que se segue. Naquela literatura os nomes das localidades são claramente identificados como algo distinto, como espaços de caráter urbano. São nomeados como *cidades* e *vilas*, espaços que a narrativa converte à condição de objetos a serem conquistados como condição de existência de um ente espacial coeso maior, o *reino.* Às referências do *Livro de Linhagens* imediatamente acima descritas, vemos escrito: " E conquereo Lugo // que era de mouros, e Tui e Portugal e Bragaa e Viseu e Larava e Ledesma e Salamanca e Çamora e Astorga e Simancas e Saldanha e Sigóvia e Amaia e Galiza e as Esturas e Alava e Vizcaia e Urdanha e Gormaz e Darii e Veneza" [579]. Pela forma como se associam ao léxico que lhe é vizinho, os lugares aqui são identificados pelo estatuto de posse: são senhorio do inimigo de fé. O que será para o texto de Avis um *reino*, Portugal, acima o vemos citado como um *lugar* identificado por uma natureza comum em relação aos demais: como espaço de incidência de poderes; como ente cuja existência independe e se equipara a de tantos outros e que o texto reduz à condição de espaços conquistados pelo rei Afonso, o Católico. Trata-se de um ente cuja identidade, sob o ponto de vista de relações, fecha-se, esgota-se dentro de si mesmo, e não pela relação que mantém com os demais. A conotação, assim, reforça a nossa proposição que a dimensão preponderante dos espaços no *Livro de*

---

[577] **Ibidem**, Tít. II, fol. 12, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 80.
[578]Cf. **Ibidem**, Tít. III, fol. 22-22 v. °, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 104.
[579] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**,** Tít. III, fol. 22 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores*,** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 104.

Linhagens, é de um ente de caráter local, não importando para a descrição a sua condição de espaço urbanizado. Não se trata, portanto, de um espaço de dimensões da mesma ordem de grandeza, tal como, por exemplo, as cidades e vilas do Portugal dos finais da Idade Média descritas pelo texto da crônica de Fernão Lopes, como espaços que definem sua existência pela relação que mantém com um ente maior, o *reino*.

No *Livro de Linhagens*, no título relativo aos reis homéricos e aos imperadores da Antiguidade romana é que se concentra a maior frequência de referências à dimensão. Elas são, contudo, inespecíficas no que diz respeito à sua ordem de grandeza. Esta é da ordem do subentendido. Na recorrência do termo *reino*, bastante inferior em frequência à *terra*, pode-se verificar que se trata de designação de um espaço de dimensões reduzidas em relação às dimensões presentes no texto cronístico de Avis. Ao *reino*, o *Livro de Linhagens* se refere como um espaço objeto de disputas que se desenrolam a partir do interior do espaço das linhagens, o espaço familiar. Ainda que as dimensões sugeridas possam revelar-se de grandeza superior a que existem nas *sagas*, elas remetem ao fato de que são concebidas como um somatório de localidades, palco de relações que se compreendem predominantemente como resultado de um espaço no qual as relações fecham-se em si mesmo. No texto não há formas de expressão capazes de remeter à ideia de magnitude com a qual o texto fala da dimensão espacial. O *reino*, por quase sempre estar sendo focalizado como objeto de um disputa de soberania, através da rixa familiar e da disputa com vizinhos mais imediatos, subentende uma ordem de grandeza que remete a ideia de um somatório de unidades autossuficientes e de pequena escala, passíveis de serem objeto de concessão, troca ou alienação por parte da parentela.

Nos primeiros títulos do *Livro de Linhagens* só há menção mais especifica a ordens de grandeza de dimensão superior a um espaço de caráter local quando se faz referência civilização persa. Mas trata-se antes de tudo, de ressaltar o que é específico e que valoriza a grandeza de uma cultura, de uma história e tradições cujo confronto igualmente valoriza e engrandece a sociedade da qual fala o narrador. Isto nos mostra que se trata de dimensões cuja ordem de grandeza não é desconhecida do narrador. O texto afirma: "Entom reinava Arfaxat, rei dos Medos, e era rei sobre cento e nove províncias" [580]; e como "[...] Nabucodonosor, rei de Siria e Ninive, lidou com ele e o venceo, e ficou rei atee Judea [...]". Trata-se de um espaço de dimensões grandiosas, sobre o qual se estendiam os poderes de um rei que *reinava* –

[580] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. III, fol. 18 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.) **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores*,** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 95.

elemento no texto que persiste, a despeito da distinção, em remete a um espaço sobre o qual incide um poder que se define por seu caráter familiar. Não há referências a entes que remetam a presença de uma relação destes espaços com sujeitos coletivos. Este espaço da Antiguidade é apreendido pelas categorias com que se apreende o espaço medieval. O espaço é descrito, como dito, da perspectiva derivada da esfera de ação da linhagem. Nas representações espaciais do texto do *Livro de Linhagens* não há expressões que identifiquem atores a partir da pertença a espaços mais abrangentes, para algo que o coloca além do definido pela esfera de incidência do poder da linhagem, da parentela.

Apenas quando o rei Rodrigo, último rei Godo, foi desbaratado pelos mouros, diz-nos o texto, foi conquistada "[...] toda a *terra* ataa Galiza afora as montanhas das Esturias" [581]. Neste trecho emerge a ideia que remete a um coletivo: a referência a entes que se relacionam pela comunhão de um credo comum. Conta que:

> Em aquelas montanhas se acharom todalas *gentes da terra* que escaparom na batalha. E *fezerom rei por enliçom* dom Palaio, que estava em ũa cova na serra que dizem Ongra. El rei dom Palaio foi mui mui boo rei e leal. *E todolos cristãos que eram nas montanhas acolherom-se todos a ele* e guerrearom Mouros e fezerom muitas batalhas e vencerom os montesinhos[582].

Os exemplos acima explorados não nos revelam magnitudes de ordens de grandeza diversas das que vemos nas *sagas* de que André Jolles nos fala e que se atualizaram como uma *forma* simples em manuscritos produzidos que se estimam produzidos entre os séculos XIII e XV[583]. Portanto, as referências se assemelham no que diz respeito a que focalizam gentes que habitam um território de magnitude similar; que habitam tal ou qual colina, enseada, vale ou região entre rios. Gente que não forma um império, uma nação, ou um Estado, ou um ente que remete a magnitudes de relação mais abrangentes, mas que cria um universo se constrói como família e se interpreta em seu todo em termos de clã[584], de árvore genealógica, de vínculo sanguíneo. A abordagem da dimensão espacial no *Livro de Linhagens* adquire, desta forma, a feição da literatura que lhe serviu de berço e de que reúne todas as características que nos permitem afirmar que dela é uma forma de atualização escrita. Neste

---

[581] **Ibidem**, Tít. III, fol. 22, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 104.
[582] **Ibidem**, Tít. III, fol. 22, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 104 [itálicos nossos}
[583] JOLLES, André. **Formas Simples, Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste**. São Paulo: Editora Cultrix, 1976, p. 67.
[584] A este propósito nos parece mais promissor em relação ao Livro de Linhagens, deixar de procurar reconstituir a coerência lógica de um suposto complexo sistema de remissões, cujos elos se perderam pela excessiva adulteração do texto original, se o tomarmos como expressão de uma forma de atualização de uma concepção de concepto de clan familiar y la historia medieval, In: HEERS, Jacques. **El Clan Familiar en la Edad Media**, Barcelona: Labor Editorial, 1978.

sentido, a consideração das similaridades quanto à dimensão espacial, nos permite associá-la, como literatura, a uma mesma *disposição mental*[585].

Tratar a dimensão espacial na forma como a concebe este texto do Conde D. Pedro nos permite observar, tal como nas *sagas*, que não se tratam de chefias que agem em nome de um coletivo, um povo, ou ideal que não se subordine senão aos imperativos da honra e ao benefício e grandeza do patrimônio material e imaterial do grupo familiar e da linhagem. Tal literatura, ao contrário do que, como veremos, se observa nos textos mais tarde produzidos pela dinastia de Avis, não fala de espaços abrangentes e de múltiplos planos de relação protagonizados por grupos. Mesmo que se apresente sob a forma constante da presença de um ideal coletivo de defesa da fé, a ação dos atores está, antes de tudo, subsumida ao objetivo do engrandecimento da linhagem. Visam arrebanhar prestígio e fama, incrementando o patrimônio simbólico que não se pensa senão como ao rincão associados[586]: à casa, ao solar. O nome e a fama de um cavaleiro é um bem de família, cuja memória se transmite como um legado, tal como se transmite uma *terra*.

A despeito da forma gradativa como o texto vai fazendo emergir um espaço identitário mais abrangente e comum, o da cristandade, não deixa de subordiná-lo ao benefício e à preservação da memória de um individuo cujo nome se conhece por em geral basear-se num um toponímico[587]. O sentido prioritário que se dá ao investimento simbólico do espaço local, a casa senhorial fica patente numa narrativa relativa a um dos Condes de Lara, Nuno Gonçalvez d'Avalos. No texto, depois de descritas honradas ligações de parentesco, de investido de atributos de excelência, de descrito como filho de Mudarra Gonçalvez, homem que fora casado com uma mulher [...] mui filha d'algo e de mui alto sangue[...], que [...]viinha da linhagem dos Godos [...], a Nuno pediu um anjo que, vindo [...] per mandado de Deus [...] lhe apareceu na noite antes de morrer [...] que pedisse ũu dom, qual tevesse por bem, e que Deus lho outorgaria". Ao que ao anjo respondeu Nuno dizendo

> Que louvado fosse Deus por quanta mercee lhe fazia, e que lhe pedia salvaçom pera alma. E ele [o anjo] lhe disse que esto lhe era outorgado com tanto que nom fezesse peores obras do que ele ata'ali fezera, *mais que pedisse all.* E ele *lhe pedio que o seu solar nunca fosse destroído*. E o angio

[585] Cf. JOLLES, André. **Formas Simples, Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste**. São Paulo: Editora Cultrix, 1976, p 70.

[586] Num verbete do dicionário Aurélio, o termo *rincão*, aparece com o sentido específico de *lugar indeterminado, em geral distante*. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Dicionário Aurélio da Lingua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010, p. 1845.

[587] Cf. PUERTA, Miguel Calleja. El Factor Genealógico: Posibilidades y Límites de la Documentación de Arqchivo para la Elaboración de Histórias Familiares, In: **Emblemata - Revista Aragonesa de Emblemática**, 16, Zaragoza: Institución "Fernando el Católico", 2010, p. 123-153.

> lhe disse que pedia bem, e que Deus lho havia outorgado. E por esto cuidam os homẽes que o // solar de Lara nunca há de ser destroído[588].

O fragmento de texto, segundo a perspectiva sob a qual nos colocamos, é claro quanto aos desdobramentos no imaginário em relação ao valor dado ao solar em detrimento da dimensão do sagrado.

A força poética das histórias, submetidas ainda às circunstâncias da leitura individual ou audição/espetáculo – esta última, da ordem da performance – modifica o efeito sobre o receptor e, portanto, sua carga de significação[589]. Por isto as circunstâncias da comunicação como ato elocutório são fundamentais, posto que fortes aliadas produzem significantes da ordem da performance de oralidade que despertam a cumplicidade da audiência.

5.3 **A IDEIA DO SAGRADO**

Outro aspecto relevante no texto do Conde D. Pedro, e que exibe características que o fazem, a nosso ver, uma forma de atualização das *sagas*, é o espaço reservado à relação dos homens com o sagrado e com o sobrenatural de uma forma geral. Isto porque nele há, tal como em algumas daquelas, a adesão a um hibridismo que os faz oscilar entre elementos do universo cristão e pagão[590]. No *Livro de Linhagens* a expressão maior deste hibridismo é a lenda da Dama-pé-de-Cabra[591]. E é necessário atentar para estes aspectos, uma vez que se distinguem da forma tal como os observamos apresentarem-se nos textos com os quais fazem contraponto- os primeiros textos de Avis.

Mas não é sem referências ao Deus cristão que se abre o Prólogo do *Livro de Linhagens*. A sua primeira frase é, a propósito:

> Em nome de Deus que é fonte e padre d'amor, e porque este amor nom sobre nem ũua cousa de mal, porem servi-lo de coraçom é carreira real, e nem ũ melhor serviço nom pode o homem fazer que ama-lo de todo seu sem, e seu próximo como si mesmo, porque este precepto que Deus deu a Moisés na vedra lei [...] [592].

---

[588] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tit. X, fol. 22, In: MATTOSO, José (Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 149. ([itálicos nossos]).

[589] Cf. ZUNTHOR, Paul. **A letra e a voz**: **A "literatura" medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 24.

[590] Cf. TURNER, Victor. Approach to the Iceland Saga, In: **On the Edge of the Bush**, Arizona: University of Arizona Press, 1985, p. 80-81.

[591] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. IX, fol. 36-37 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 138-141.

[592]**Ibidem**, Prólogo, fol. 1, In: MATTOSO, José (Ed.**). Op. cit**., p. 55.

Há uma menção ao "serviço de Deus", associada a uma citação de Aristóteles que diz "[...]que se os homẽes houvessem antre si amizade verdadeira nom haveriam mester reis nem justiças, ca amizade os faria viver seguramente em no *serviço de Deus*" [593]. Tal amizade, segundo o Conde, seria necessária aos fidalgos"[...] por serem de ũu coraçom, de haverem de seguir os seus emmigos que som em estroimento da fe de Jesu Christo" [594]. Diz-se que "[...] mais nobre cousa é e mais santa amar o homem a seu parente alongado per dívedo, se bõo é, que amar ao mais chegado, se faleçudo é." [595]; que o homem que apenas se dá conta da linhagem

> [...] d'irmãos e primos coirmãos e segundos e terceiros. E dos quartos acima nom fazem conta. Estes taes erram a Deus e a si, ca o que tem parente no quinto ou sexto grão ou dali acima, se é de gram poder deve-o servir porque vem de seu sangue. E se é seu igual, deve-o d'ajudar. E se é mais pequeno que si deve de lhe fazer bem, e todos devem ser de ũu coraçom[596].

No Título I, que trata "dos filhos que Adam houve e de sa geeraçom" [597] faz-se referência ao divino. No caso, ao Deus que libera o povo de Israel do cativeiro no Egito [598]; a um tempo que se atribui distar dois mil, quatrocentos e oito anos, entre a criação do mundo e a morte de José. Fala-se do temor e destemor a Deus e de um tempo de vícios e pecados[599]; de alguns descendentes de Abraão; de que estes e seus reis adoraram ídolos e não serviram a Deus[600]; fala-se de homens que reinaram *pecando contra Deus* [601]; ou de algum que, sendo rei, foi seu *amigo*, tal como Josias[602]; também, de outros que viveram e reinaram amando-o, servindo-o, contrariando-o ou temendo-o[603], cometendo avarezas e maldades. Fala-se no *Nosso Senhor Deus*, que incumbiu a Ciro, um persa, de reconstruir o Templo de Jerusalém[604].

Considerando-se a presença da expressão Deus num texto no qual incidem tantas outras próprias ao universo feudal - "parentesco" [605], "vassalo" [606], "fossado" [607], "linhagem"

---

[593] **Ibidem**, Prólogo, fol. 1 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 56. [itálicos nossos].
[594] **Ibidem**, Prólogo, fol. 1 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 56.
[595] **Ibidem**, Prólogo, fol. 1 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 56.
[596] **Ibidem**, Prólogo, fol. 1 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 56-57.
[597] **Ibidem,** Tít. I, fol. 2 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 59
[598] **Ibidem**, Tít. I, fol. 3 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 62.
[599]BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. I, fol. 4, In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 64.
[600] **Ibidem**, Tít. I, fol. 4 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 66
[601] **Ibidem**, Tít. I, fol. 5, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 66.
[602] **Ibidem**, Tít. I, fol. 5 v.°, In: MATTOSO, José (Ed**.). Op. cit.**, p. 66.
[603] **Ibidem**, Tít. I, fols. 4-6, In: MATTOSO, José (Ed**.**). **Op. Cit.**, p. 64- 68.
[604] **Ibidem**, Tít. I, fol. 6 v.°, In: MATTOSO, Jos (Ed**.**). **Op. Cit.**, p. 69
[605] **Ibidem**, Tít. I, fol. 6 v.°, In: MATTOSO, José (Ed**.**). **Op. Cit.**, p. 69: "de como Jeconias e seus irmãos e parentesco foi levado cativo à Babilônia".
[606] **Ibidem**, Tít. I, fol. 5, In: MATTOSO, José (Ed**.**). **Op. Cit.**, p. 66.

[608], "privados" [609] - temos a presença do ente ligado ao domínio do divino que o texto define por por sua atribuição de zelar na Terra para o bom andamento deste tipo de relações. Há ainda que se ressaltar que por toda a extensão do texto não se faz qualquer referência a um indivíduo sem que se mencionem relações de parentesco que mantem com outrem. É por tal ordem de coisas no mundo que o Deus zela.

No Titulo II, que se estende por cerca de onze fólios, trata-se dos reis pagãos da Antiguidade greco-romana e bretã tardia, não há uma menção sequer ao termo Deus. O mesmo acontece em relação ao Titulo III, que fala dos reis da Pérsia, Roma e Godos, e onde o texto se refere à esfera do sagrado através de menções ao Cristo, a perseguição aos cristãos e sobre *infiéis*, que são termos afins na órbita de significações do campo das coisas ligadas ao divino.. Reforça-se os designativos de parentesco, e relações entre entes que povoam o universo feudal. Não nos esqueçamos de que Deus no Prólogo do texto é *padre* e *senhor*[610]. O mesmo se estende ao Titulo IV, que trata dos reis de Castela. No Titulo V sobre os reis de Navarra, se fala de [...] Sancho Avarca[...] que [...] temeo muito Deus" [611].

Nos títulos que se seguem, de uma forma geral, estão ausentes as referências ao Deus, mas não passagens em que se observam imprecações ou rogos, que invocam ocasiões em que se apela ao ente supremo ou ao sobrenatural. Surgem esparsas, como quando, por exemplo, o texto nos fala do Deus, que deixa o destino arrebatar ao rei Afonso um tão bom vassalo como o Conde D. Forjaz Bermudez[612], que, num significativo episódio, acabara por ficar cego em decorrência de um combate com homens de uma vila; ou quando D. Teresa, que pede que praza a Deus que o filho, Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, que a pusera a ferros depois do combate no qual vence a ela e ao padrasto, o Conde da Trava, quebre as pernas quando ela vier a lhe infligir o mesmo numa possível revanche.

À frente fala-se nas obras pias de Afonso Henriques e que acabou seus [...] grandes

---

[607] **Ibidem**, fol. 4, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 63; tipo de expedição militar cuja finalidade é assalto e o saque aos campos e a seus frutos. Cf. VITERBO, Fr. Santa Rosa, **Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usaram e que Hoje Regularmente se Ignoram**. Vol. II. Porto: Livraria Civilização, 1984, p. 282-283.

[608] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, fol. 4 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 65.

[609] **Ibidem,** fol. 6, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 68; "levou Joachim cativo pera Babilônia e sa madre e seus privados e sas molheres".

[610] **Ibidem,** Prólogo, fol. 1, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 55.

[611] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**,** Tít. V, fol. 25 v.°, In: MATTOSO, José Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 112.

[612] **Ibidem**, Tít. VII, fol. 28 v.°, In: MATTOSO, José, (Ed.**). Op. cit.**, p. 121.

feitos [...] a gram serviço de Deus” [613]. Ressalta-se suas ações em cumprimento de suas obrigações para com o sagrado, tais como a construção da Igreja de São Vicente de Fora, o provimento de três mil marcos de ouro para que o “Espital de Sam Joham de Jerusalém” comprasse herdades para cuidar dos enfermos, e mercês a ordens monásticas.

Fala-se de um Deus que impede que as desgraças continuem a alastrar-se, como no breve relato sobre a matança havida entre os partidários do infante D. Afonso e do rei D. Dinis[614]. Deste rei se faz referência a que foi sepultado num mosteiro de monjas – o mosteiro de Odivelas – [...] que el mandou fazer” [615]. Fala-se do infante Afonso como [...] nobre rei e muito teudo com Deus” [616].

Todavia, o que reputamos como as narrativas que melhor sintetizam a relação que o texto propõe que tenham os fidalgos com o sagrado, e que dá a medida do que propagam sobre o que deve ser o comprometimento dos homens com a ordem divina, encontra-se na narrativa da Dama-pé-de-Cabra, já citada. E retomando-a para tratar do aspecto a que aqui se faz menção, cabe ressaltar a passagem relativa a quando ao D. Diego Lopez de Biscaya, seduzido pela figura da dama em questão [...] mui fermosa e mui bem vestida[...] que lhe dissera ser [...] ũua molher de muito alto linhagem [...], e ao que D. Diego lhe diz que se [...] pois era molher d’alto linhagem que se casaria com ela se ela quisesse, pois que era senhor daquela terra toda. E ela lhe disse que o faria se lhe prometesse que nunca se benzesse. E a dama, mulher descrita como [...] mui bem feita em todo o seu corpo, salvando que havia ũu pee forcado como pee de cabra [...] o aceitou e viveram por grande tempo juntos e tiveram dois filhos[617]. A exigência de que nunca se [...] santificasse [...], significa que nunca se benzesse ou de alguma forma invocasse a Deus. O pé *forcado* sugere que a dama é o diabo transfigurado. Por uma lógica de pressuposição, o texto coloca no centro das motivações a oposição entre sagrado e linhagem, e o desfecho em favor da prevalência dada ao critério linhagem para que se consumasse a união. A mensagem que a narrativa transmite é a de que tais alianças são aceitáveis quando se tem em vista aquilo que em mais alta conta se tem naquela sociedade: o nobre sangue proveniente de uma alta estirpe.

Outro episódio é o que confronta um anjo e Nuno Gonçalves de Alvalos. A este,

---

[613] **Ibidem**, Tít. VII, fol. 31 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 127.
[614] **Ibidem**, Tít. VII, fol. 33 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 131.
[615] **Ibidem**, Tít. VII, fol. 33 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 131.
[616] **Ibidem**, Tít. VII, fol. 33 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 131.
[617]BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. IX, fol. 36-36 v.°, In: MATTOSO, José (Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 138-139.

apontado como [...] mui boo cristão [...] [618], e para que Deus tivesse por bem que sempre fosse vencedor nas batalhas, o anjo concede um desejo. Nuno louva a Deus pelas mercês que lhe fizera e pedia ao enviado dos céus a salvação para a sua alma. Ao que o anjo lhe diz que isto já lhe fora por Deus outorgado, desde que não insistisse em piores obras do que até ali fizera, mas "*que pedisse al*" [619]. Como se a salvação se tratasse de um bem menor. E Nuno, assim, lhe pede [...] que seu solar nunca fosse destroido". E por isto, diz o texto, [...] cuidam os homẽes que o // solar de Lara nunca há de ser destroído" [620]. A mensagem dada pelo texto é a de que o rincão, a localidade – designativos em cujo campo semântico incorpora-se a noção de solar, espaço central da vida familiar – importa mais do que a salvação da alma, ali mostrada como que um bem já, de antemão, reservado às gentes de linhagem.

Entre os fólios 40 v° e 60 v°, não há nenhuma menção à palavra Deus. Ela ressurge num simples rogo em favor de que um ato conspiratório se cumpra em nome d'Ele[621]. As referências ao campo do divino permanecem associadas a obras pias, aos benefícios com que a generosidade senhorial agracia os mosteiros para que cuidem da salvação das almas das gentes e de seus patronos.

Fala-se dos sacramentos como o batismo[622], como expediente de conversão do infiel, e do elemento mouro que é sistematicamente construído como o inimigo contra quem cabe impiedosamente dar combate, lutar sem restrições. Assim, as menções ao sagrado se concentram de forma dominante na distinção de fé e estreitamente relacionadas à guerra contra o infiel. É este terreno do sagrado que é eleito pelo texto como lugar onde se concentra a ação e cuja performance investe os fidalgos daqueles atributos que os faz "boos". Há um trecho da narrativa da Batalha do Salado, no qual o texto bem sintetiza a essência da relação dos homens com o sagrado, o sentido que em última instância dão a suas relações com esta esfera. Ele é invocado em benefício da fidalguia, em favor do que concerne ao benefício da linhagem, à descendência, tal como, a seguir, consigna o Titulo XXI:

> Os Portugueses andavam per a lide ferindo e derribando, e diziam ũu contra outros: 'Senhores, este é o nosso dia, em que havemos d'escrarecer, e este é do dia da vitória e da honra dos fidalgos. Este é o dia da salvaçom de nossas molheres e filhos e daqueles que de nós decenderem. E este é do dia em que havemos semelhar nossos avoos, que gaanharom a Espanha. Este é o dia da salvaçom das nossas almas; nom se perca hoje per nossa fraqueza.

---

[618] **Ibidem,** Tít. X, fol. 40, In: MATTOSO, José (Ed.**). Op. Cit.**, p. 149.
[619] **Ibidem**, Tít. X, fol. 40, In: MATTOSO, José (Ed.**). Op. Cit.**, p. 149**.**
[620] **Ibidem**, Tít. X, fol. 40-40 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 149.
[621] **Ibidem**, Tít. XXI, fol. 60, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 206. Trata-se da Lenda de Miragaya, narrativa de abertura do Titulo XXI.
[622] **Ibidem**, fol. 59 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 205.

Feiramo-los [aos mouros] de toda crueldade' [623].

Aqui pensamos caber uma digressão em função de objeções que se possa contrapor ao que afirmamos acima acerca da funcionalidade do sagrado no *Livro de Linhagens*. Trata-se de que no Titulo XXI emerge um conjunto de termos que se destacam tanto por incomuns em relação ao que neste sentido predominam no texto como um todo, e pela frequência com que no referido título aparecem formando constelações distintas das até então observadas para o que tange às relações dos homens com o tema do sagrado. .

Trata-se de que, por consistir em uma parte do texto que se estima acrescentada tardiamente (c. 1380-83) [624] aos originais de meados do século XIV. Nela, às referências até então regulares, acrescentam-se outras que configuram novas constelações de termos que acabam por reconfigurar o lugar do sagrado. Algumas menções a *Deus*, à *salvação*, à *cristandade*, associados a termos colocados no plural como *cristãos*, *castelhanos* e *portugueses*, *reinos*, *naturais*, trazem à cena entes que remetem a sujeitos coletivos. Algumas destas expressões introduzem alterações de significação pela frequência com que aparecem, estabelecendo relações sintáticas distintas, perspectivando de uma forma qualitativamente e igualmente distinta as proposições relativas ao sagrado. Surgem associados ao combate ao infiel, ou mesmo combatendo entre si, termos como *fidalgos portugueses* ou *fidalgos de Portugal* , *fidalgos de Castela* ou *boos fidalgos vossos naturaes* [625], vizinhanças sintáticas até então ausentes, tanto nos trechos de dominância do elemento narrativo, quanto no de dominância genealógica[626].

Todavia, ressalte-se que mesmo a despeito de novas configurações dadas ao léxico em relação ao sagrado, a citação em destaque acima nos revela um sentido bastante marcado para a relação com o sagrado: ele deve ser cultivado em benefício do que diz respeito ao solar, à linhagem, à descendência.

5.4 **A IDEIA DE HERANÇA**

---

[623] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. XXI, fol. A_1 13, In: MATTOSO, José (Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 245.

[624] MATTOSO, José. Introdução ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. In: Mattoso, José (Ed.). **Op. Cit**., p. 34-50.

[625] Esta, até então, inédita fórmula encontra-se em BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. XXI, fol. A_1 12 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 244.

[626] Para a frequência com que tais termos aparecem no Título XXI, pág. 203, notas 715-726 na presente tese.

Quando o Conde D. Henrique, fundador do Condado Portucalense, estava à morte em Astorga, disse ao homem que seria o primeiro rei de Portugal, seu filho, Afonso Henriques:

> Filho, toda esta terra que te eu leixo des Astorga ataa Coimbra, nom percas ende ũu palmo, ca eu a ganhei com gram coita. E, filho, *toma do meu coraçom algũa cousa*, que sejas esforçado e sejas companheiro aos filhos d'algo, e da-lhe sas soldadas todas [627].

Mais do que ao patrimônio material, este fragmento de texto indica a que domínio de "objetos" pode ser extensiva a ideia de herança, do conjunto do que se pode eleger como legado para a descendência.

Num outro excerto eloquente, o texto do *Livro de Linhagens* nos mostra um sentido inusitado sob o qual esta ideia revela sua força: no Título XXII, relativo aos Sousas, onde, significativamente, se lê um juízo emitido sobre o próprio Conde D. Pedro, o mentor do texto:

> Este conde dom Pedro foi o que fez moito bem a fidalgos em Portugal e que os pôs nas mui grandes contias, ca mais forom por ele postos e feitos em mui grandes contias ca polos melhores quatro homẽes bõos que forom em Portugal, salvando se forom ende reis. E este foi o que *herdou algũus filhos d'algo nas sas herdades* e que houve os me // lhores vassalos que houve outro conde, nem homees bõos dos que dante forom[628].

A força com que se expressa a ideia de herança aparece no uso do verbo *herdar*, aqui, como um verbo ativo. E é bastante significativo que o próprio Conde D. Pedro, compilador do texto, procurasse jactar-se por tais liberalidades; e, ainda mais, que o fizesse associado a um título dedicado a uma prestigiosa linhagem da nobreza – o Título XXII "dos Sousãos" –, e não um título dedicado à casa real, da qual era um filho natural, mas em relação a qual amargava o estigma da bastardia, expondo-se à ameaças de espoliação patrimonial que, em geral, pairam sobre os bastardos[629]. Não nos parece ao acaso, assim, que o texto procurasse exaltá-lo no Título XXII, dedicado a uma linhagem de prestígio como a dos Sousãos [630]. Como visto, foi

---

[627] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. VII, fol. 30, In: MATTOSO, José (Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 123.

[628] **Ibidem,** Tít. XXII, fol. A_1 3, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit**., p. 277. [itálicos nossos].

[629] Um bom exemplo do acima afirmado foi o que efetivamente acabou por suceder a Afonso Sanches, o bastardo, tido como o preferido do rei D. Dinis. Sua derrota para as forças apoiantes do infante Afonso, o herdeiro legítimo, o espoliou de todos os seus bens de raiz no reino. O que lhe garantiu uma boa posição enquanto viveu no reino vizinho foi o patrimônio que assumiu em decorrência de seu casamento, articulado pelo pai, com Teresa Martins Telo, filha do primeiro Conde de Barcelos, João Afonso Telo II, pertencente a uma sólida casa nobre castelhana, e que o tornou herdeiro de Albuquerque. Cf. PIZARRO, J. A. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 193.

[630] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. XXII, fol. A_1 1, In: MATTOSO, José (Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, 1980, p. 267.

na casa desta linhagem que o Conde D. Pedro contraiu seu primeiro matrimônio, com Branca Pires de Portel, dama que de seu avô paterno, João Pires de Aboim, e por ausência de descendência varonil, torna-se herdeira de uma considerável fortuna, mas que termina, por volta de 1307 com sua morte, por reverter-se em benefício do Conde[631].

A linhagem dos de Sousa figuram entre as cinco principais exaltadas pelo *Livro Velho de Linhagens.* Está entre as que, juntamente com os da Maia, os Bragançãos, os de Baião e Ribadouro são apontadas como aquelas principais linhagens que, através da guerra, conquistaram o reino de Portugal"[632]. A forma como se faz representar e a posição que a ela é reservada entre os demais títulos no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, não são fruto do acaso. O apelido, Sousãos, é escrito na forma como o nome da linhagem aparece no espaço textual mais prestigioso no qual o nome figura: o *Livro Velho* de Linhagens, fonte na qual se baseia o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro. E não nos parece ser também ao acaso que sua proximidade ao Titulo XXI - que se sabe nascido na refundição da qual foi objeto o texto, c. 1380-83, feita com o propósito de exaltar a memória de um personagem exponencial da nobreza do reinado de D. Afonso IV, o Prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Pereira[633], homem a quem o texto atribui o mérito da vitória na batalha do Salado- seja para associá-la à gloria e a grandeza que cercaria a figura deste grande senhor, cuja descendência sobrevive a todos os percalços pelos quais passa a nobreza em sua história por todo o final do período medieval portugues. O título XXII pela proximidade a Batalha do Salado descrita no titulo anterior do texto do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, nos autoriza a propor que tal proximidade visa a manter os Sousa nas mais altas esferas do simbolismo que cerca a memória da linhagem, na qual ingressou o Conde D. Pedro pela via do matrimônio.

No título IV pode-se observar outras formas sob as quais se assenta a ideia de herança quanto ao que diz respeito ao patrimônio familiar. Trata-se do título relativo aos "[...] Reis que foram de Castela [..."] [634], no qual se diz de Fernando, o Magno, que"[...] partio os reinos por três seus filhos, de que recreceo gram dano [...]" [635]. De um deles, Afonso de Leão, diz-se ter lidado com o rei Garcia de Portugal, seu irmão "[...] polos reinos que el dezia que havia

---

[631] Cf. PIZARRO, J. A. Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, p. 189.

[632] Cf. MATTOSO, José. A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder, Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p 51.

[633] Cf. SARAIVA, A. J. O autor da Narrativa da Batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro, In: **Boletim de Filologia, 22**, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1971, p. 1-16.

[634] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. IV, fol. 24, In: MATTOSO, José (Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 109-111.

[635] **Ibidem,** Tít. IV, fol. 24, In: MATTOSO, José (Ed**.**). **Op. Cit.**, p. 109.

d'haver de dereito porque era irmão maior [...]"[636].

E tanto a *terra* quanto a parentela são objetos que integram o legado. Neste mesmo Titulo se diz que, reinando Afonso VI, "Este filhou Toledo *e deu sa filha* dona Tareija, ao conde dom Henrique *com o que havia em Portugal e em Galiza*, e daqui veerom os reis de Portugal" [637].

O mesmo se observa no episódio do confronto de Afonso Henriques com sua mãe D. Teresa, tal como descrito no título VII. A *terra* ali também é representada como objeto de família a ser herdado. Viúva do Conde D. Henrique, D. Teresa casa-se com o conde Fernando Perez da Trava, apontado como aquele "[...] que era em aquel tempo o melhor homem d'Espanha que rei nom fosse" [638]. No diálogo deste com Afonso Henriques, relata-se o que se atribui a um diálogo entre os dois cavaleiros. Nela figura o Conde da Trava dirigindo-se ao enteado, filho de Dona Teresa, o futuro e primeiro rei de Portugal: "Afonso Anriquez, nom andemos em este preito. Vaamos ũu dia aa fazenda e, ou saíremos nós de Portugal ou vós". E disse Afonso Henriques: "Nom devia prazer a Deus, porque me vós queredes sacar da *terra de meu padre*". Ao que sua mãe, D. Teresa, contrapõe: "*Minha é a terra e minha será, ca meu padre, el rei dom Afonso ma leixou*." [639]. Diz-se no texto que "*Exerdado do reino de Portugal*" foi também o Conde da Trava, porque [...] *filhou* esta rainha dona Tareija, e casou // com ela sem Deus e sem dereito" [640], depois *de tê-la tomado* de seu irmão, D. Bermudo Perez da Trava. E, perdida a contenda com os partidários de Afonso Henriques, o Conde da Trava foi expulso do reino e da possibilidade de acesso a um legado de bens de raiz.

Numa passagem do *Livro de Linhagens* referente a uma família secundária, o texto não deixa transparecer de forma mais clara que não deixa de exercer sua função de documento cartorial; ou seja, de instrumento legítimo que dá fé, e, portanto, que garantem o acesso a privilégios e direitos sobre um legado patrimonial familiar. É o caso de Martim Velho apontado como filho de João Pires, este casado com dona Marinha Soarez, filha de Soeiro Correa e de dona Taresa Martins Espinhel. Martim Velho casa-se com dona Guiomar Lourenço, filha de Lourenço Gomes Taveira e tiveram como filha Dona Beatriz Martins, que foi casada com Vasco Pires de Viana, filho de Pedr'Eanes de Viana, que, como se vê escrito no texto, "[...] *fez em ela* ũa filha [...] e morreo este Vaasco Pirez de Viana, suso dito, e

---

[636] **Ibidem,** Tít. IV, fol. 24 v.°, In: MATTOSO, José (Ed**.**). **Op. Cit**., p. 109.
[637] **Ibidem,** Tít. IV, fol. 24 v.°, In: MATTOSO, José (Ed**.**). **Op. Cit**., p.109-110. [itálicos nossos].
[638] **Ibidem,** Tít. VII, fols. 30-30 v.°, In: MATTOSO, José (Ed**.**). **Op. Cit**., p. 124.
[639] **Ibidem,** Tít. VII, fols. 30 v.°, In: MATTOSO, José (Ed**.**).. **Op. Cit**., p. 124-125. [itálicos nossos].
[640] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. XIII, fol. 51, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit**. p. 175.

depois morreo esta sa filha suso dita, *e herdou esta dona Beatriz Martĩiz os seus bẽes*" [641].

O texto pronuncia-se acerca desta sua função também em famílias mais ilustres. E é mesmo o caso do Conde D. Pedro sobre o que se vê escrito a propósito de seu casamento com D. Branca Pires de Portel, que "Esta dona Branca foi casada com dom Pedro, que depois foi conde, filho d'el rei dom Donis de Portugal, e houve dela ũu filho. E morreo esta dona Branca Perez, e depois o filho, e *herdou o conde os seus bẽes*" [642].

Em famílias de estatuto mediano também se vê este tipo de referência. Tal é o caso de D. Gontinha Soarez de Merloo, filha de Dom Soeiro Raimundo de Mello e de D. Urraca Viegas, que foi casada com D. João Perez Redondo; e tiveram dentre os filhos a D. Maria Anes, descrita como dama [...] que foi casada com Meem Perez Cornel, e [que] fez em ela ũu filho. E morreo Meem Perez Cornel, e depois morreo o filho, e *herdou por esta razom dona Maria Anes os bẽes do marido*. E depois casou esta dona Maria Anes com Gomes Correia" [643].

Diz-se que D. Pero Nunes de Poiares, [...] filho de dom Meem Nuniz e de dona Orraca Rodriguez de Nomães, irmãa de dom Gonçalo Rodrigues", casado com D. Maria Fernandez, "filha de Fernam Anes Cheira, *fez em ela* [...] [644], D. Maria Pires que, casada como D. Fernão Nunes Revelado, [...] nom houverom semel, e ficarom os seus bẽes a dona Biringueira Airas, sa sobrinha, assi como ouviredes adiante" [645].

Outra ordem de elementos constantes destas listas nos permite entrever a importância da legitimidade na sucessão patrimonial. No fólio acima registrado se fala de "[...] Pero Pirez Bravo, irmão de Pero Pirez, Pero Velho, e filho de Pero Soarez, o Escaldado e de dona Maria Vaasquez, de que se atrás disse que *nom houve semel que lidima fosse*." [646]. A observação, de que "houverom ou nom semel" é, em geral, feita ao fim da descrição dos cônjuges, ou aposta a um de seus descendentes. Trata-se de um tipo de dado cujo registro é quase que infalivelmente presente, dada a relevância da existência de descendência para que se reproduz o que mais tem importância para esta sociedade, a transmissão do legado patrimonial.

Outro exemplo, temos no que concerne a "Este Roi Vaasquez [que] foi casado com dona Johana Vaasquez, filha de Vaasco Martĩiz de Coinha e de dona Senhorinha Fernandez,

---

[641] **Ibidem**, Tít. XLII, fol. 142 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 483. [itálicos nossos].
[642] **Ibidem,** Tít. XXII, fol. A_1 3, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit**., p. 277. [itálicos nossos].
[643] **Ibidem,** Tít. XXX**,** fol. A_1 18, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit**., p. 335. [itálicos nossos].
[644] **Ibidem,** Tit. XL, fol. 139, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit**., p. 465.
[645] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. XL, fol. 139, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit**., p. 466.
[646] **Ibidem**, Tít. XLII, fol. 142 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 483. [itálicos nossos].

filha de Fernam Gonçalves Chancinho e de dona Moor Afonso de Caambra, e *houverom semel*" [647]. Ou, sobre D. Maria Mendez, indicada como irmã de Rui Mendes e filha de D. Mem Soarez e de D. Teresa, que foi casada com Paio Correa, cujo filhos foram Afonso Correia e Sancha Correia, [...] e *outros filhos que nom houverom semel*." [648]. Note-se que, neste caso, os filhos sem descendência não têm sequer seu nome assentado na lista.

Há exemplos mais radicais, como no caso de D. Maria Rodrigues, filha de Rui Fernandez Gato, filho de Fernão Afonso Gato e de D. Urraca Gonçalves, filha de Gonçalo Viegas de Portocarreiro, o Alfeirão, que [...] foi casada duas vezes, e pose as cornas aos maridos ambos, e foi mui puta, e de nem ũu deles nom houve semel." [649].

Outro exemplo também expressivo mostra-nos como o texto desdenha os desafortunados pela ausência de descendência. Fala-se de D. Mem Garcia de Sousa, um elemento que não é nada mais nada menos do que um primogênito dos Sousas e conde, D. Gonçalo Garcia sobre o qual o texto diz: "*Ora leixemos a falar* do conde dom Gonçalo Garcia, *que morreo sem semel, liidima, e tornemos a dom Meem Garcia, seu irmão*." [650]. Mem Garcia é o secundogênito, que acaba por contrair um excelente casamento na casa dos de Lima, com Teresa Anes, filha de João Fernandez de Lima e da famosa D. Maria Paes Ribeira[651], ao que se deve acrescentar ainda que o texto remete a linhagem ao Titulo XIII, fazendo menção a um prócer da casa de Trastâmara, o conde D. Pero Fernandez da Trava.

Os exemplos acima apontados revelam-se como uma excelente janela de observação do especto de possibilidades concretas que surgem para nos dar a conhecer como se reflete na mentalidade, formas com a qual as linhagens lidam com a transmissão de seu legado patrimonial. Trata-se agora, em outro item, de adentrar a outra feição que toma a ideia de herança nesta sociedade.

5.4.1 **A HERANÇA DE SANGUE**

---

[647] **Ibidem,** Tít. XXX, fol. A_1 18 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit**., p. 339. [itálicos nossos].
[648] **Ibidem,** Tít. XXX**,** fol. T_1 99, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit**., p. 333.
[649] **Ibidem,** Tít. XXXI, fol. A_1 22 V.°, In: MATTOSO, José(Ed.). **Op. Cit**, p. 363.
[650] **Ibidem,** Tít. XXII**,** fol. A_1 3, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit**., p. 275.
[651] Cabe menção a D. Maria Paes Ribeira, personagem feminina, cortesã, merecedora de um estudo pormenorizado de sua trajetória. Casou-se com João Fernandez de Lima, depois de enviuvar de dois homens poderosos - o rei D. Sancho I de Portugal do qual foi barregã e de quem teve 4 filhos; e Gomez Lourenço, um descendente de um entrecruzamento de duas casas poderosas, Ribadouro e Sousa, por quem foi tomada à força, logo depois de enviuvar do rei. Só se tem notícia de que casaria com João Fernandez de Lima depois de Gomez Lourenço morto. Uma de suas filhas com o citado rei, Teresa Sanches, casou-se com Afonso Teles de Meneses, herdeiro de Meneses e fundador de Albuquerque. Cf. FREIRE, Anselmo Braamcamp. **Brasões da Sala de Sintra**, I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921, p. 106 e BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. VII, fol. 32; Tít. XXXVI, fols. 128-128 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p.127; 432-433, respectivamente.

A sociedade retratada no *Livro de Linhagens*, tal como nas *sagas*, reserva aos laços de consanguinidade um lugar central. A este propósito, o Prólogo do *Livro de Linhagens* apresenta uma eloquente exposição dos motivos que levaram seu autor a produzir esta obra. Nele o Conde D. Pedro escreve:

> E por que nem ũa amizade nom pode ser tam pura segundo natura come daqueles que descendem de ũu sangue, porque estes movem-se mais de ligeiro aas cousas per que a amizade se mantem, houve de declarar este livro per títolos e per alegações que cada ũu fidalgo de ligeiro esto podesse saber, e esta amizade fosse descoberta e nom se perdesse antre aqueles que a deviam haver[652].

Entre o que o Conde denominou como as [...]sete cousas [...] que o moveram a produzir esta obra, a primeira é [...] pera se comprir e guardar este precepto de que primeiro falamos" [653]. Ou seja, o de que a observância aos laços de sangue seja reforçada na consciência dos fidalgos como o *leitmotiv* de sua solidariedade.

O apreço da sociedade medieval por tais laços é expresso no *Livro de Linhagens*, tanto nas formas textuais do que se denominou como matéria narrativa, quanto nas listas de que se compõe a denominada matéria genealógica. E é a respeito daqueles homens que classifica entre os que [...] nom som de boo conhecer [...], pois que [...] nom fazem conta do linhagem que hajam, senam d'irmãos e primos coirmãos e segundos e terceiros [...] que pretende advertir porque [...] erram a Deus e a si [...], porque mesmo se forem parentes mais distantes, [...] todos devem ser ũu coraçom [...]; pois [...] se é de gram poder deve-o servir porque vem de seu sangue. E se é seu igual, deve-o d'ajudar. E se é mais pequeno que si deve de lhe fazer bem [...] [654].

Algumas passagens são reveladoras da ligação desta sociedade em relação à crença no laço de consanguinidade como fundamento da coesão grupal e como principio fundador do direito a privilégios: o quinto motivo que o Conde alega ter utilizado como estímulo para a produção da obra é para [...] os reis haverem de conhecer aos vivos com mercees por os merecimentos e trabalhos e grandes lazeiras que receberom os seus avoo em se ganhar esta terra da Espanha per eles [...] [655]. Assim, por uma lógica do texto, os fidalgos devem os privilégios de que hoje desfrutam por serem os herdeiros de um legado moral forjado em ações épicas dos de seus antepassados, que lhes transmitem tais virtudes através do sangue.

---

[652] **Ibidem**, Pról., fol. 1 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit**., p. 56.
[653] **Ibidem,** Pról., fol. 1 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit**., p. 56.
[654] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Prólogo, fol. 1 v.°, In: MATTOSO, José. (Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 57.
[655] **Ibidem,** Prólogo, fol. 1 v.°, In: MATTOSO, José (Ed**.). Op. Cit.**, p. 57.

Daí porque as histórias das linhagens originárias se iniciam com formas de expressão que superdimensionam a força, a longevidade, a fertilidade e as virtudes guerreiras. Trata-se da fundação de uma aristocracia cuja realidade as narrativas de atos heroicos pretendem figurar como a prova de sua superioridade como grupo.[656] É a grandiloquência das ações épicas dos reis da Antiguidade e dos fundadores das linhagens da Espanha que dão legitimidade e estatuto de herança ao estado de coisas presente. À estas cabe cultivar a memória do universo do qual é proveniente e do qual, portanto, faz parte. A propósito de uma sociedade distinta, Maurice Godelier sustenta uma característica do relato mítico fundacional próprio às sociedades humanas. Nela [...] o passado imaginário das origens está sempre lá porque se transformou no fundamento da ordem cósmica e social, uma realidade invisível, mas sempre co-presente no presente. A origem tornou-se fundação, um momento do tempo e uma realidade desde então intransponíveis. O passado das origens transcende o tempo, ultrapassa-o, envolve-o" [657]. Daí porque o recurso a um tempo referencial a que fizemos menção anteriormente. Porque sua função no texto é a de que através de homens e fatos históricos emblemáticos o discurso cria esteios, marcadores míticos em referência aos quais a sociedade em questão afere seu valor. E não é por acaso, que as sociedades originárias do texto, situadas na Antiguidade, são retratradas como duplos da sociedade da qual o texto fala. Há, no texto do *Livro de Linhagens* referências a um mundo que sob determinados aspectos foi sempre o mesmo: tem-se uma *cavalaria dos romanos*; existem *cavaleiros* junto a hostes às quais se somam *gente de pee*; a dimensão espacial é tratada pelo designativo *terras*, ente governado por quem se intitula *ricos-homens*; nelas se realizam *grandes cavalarias*; em Roma existem *legiões de cavaleiros*, as aristocracias da Antiguidade andam em *gram companhas*; seguindo-se a uma grande conquista se *assenhoram* das terras e fazem *menagem* uns aos outros. Há um relato no qual se afirma ter Constantino, imperador romano, matado "[...] *ũu seu vassalo a traiçom*" [658].As sociedades apresentadas nos títulos iniciais fundam-se nos mesmos princípios e instituições nos quais se sustentam a sociedade dos "nobres fidalgos de Espanha". A transmissão dos atributos morais entre os homens se realizará, segundo o texto, pela via da consanguinidade.

O título I pretende compreender o tempo que se vai de Adão a Cristo. Segundo o universo bíblico todos os homens são descendentes de Adão. A transmissão do legado grego

---

[656] Cf. BLOCKMANS, Wim & HOPPENBROUWERS, Peter, **Introdução à Europa Medieval, 300-1500**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 111.
[657] Cf. GODELIER, Maurice. **O Enigma do Dom.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 186.
[658] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tit. II, fols. 7v.°-14 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumental Historica, II/1. Scriptores,** Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p. 72-87.

para a sociedade romana se fez através de Enéas, um sobrevivente de Tróia que aporta na Itália e lá constitui uma descendência que funda a sociedade romana. Brutus, descendente de Enéas, herda tradições que leva para a Bretanha, terra na qual o texto recolhe o legado cavalheiresco pagão e bárbaro, cuja fusão com elementos cristãos irá constituir-se, em linhas gerais, no fundamento da cultura do estamento feudal no território que se convencionou designar como Ocidente Medieval.

A dominância que o texto atribui ao interesse pela excelência da estirpe, nele traduzida em última instância pela existência de laços de sangue entre indivíduos, se confirma em outras passagens significativas, tal como no Titulo IX, quando se relata a história da chegada de Froom à Biscaya. Acerca de D. Froom, consta

> [...] que era irmão d'el rei d'Ingraterra, que viinha de la deitado [...] e trazia consigo ũu seu filho que havia nome Furtam Frooez; e deitara-os el rei d'Ingraterra do reino. E chegando ali, soube como andavam em sa contenda com o conde dom Moninho das Esturas. E entom, disse-lhes quem era, e, se o quisessem filhar por senhor, que os defenderia delo. E eles virom-no homem de prol, e souberom *que era d'alto sangue*. Disserom que lhes prazia, e entom o filharom por senhor[659].

A lenda da Dama-Pé-de-Cabra não fala de uma opção de D. Diego Lopez de Biscaya pelo que o texto designa como uma dama de *alto sangue*", mas de *alta linhagem*. O que, se considerada a lógica de pressuposições do texto[660], a expressão aponta para uma relação de equivalência entre sangue e linhagem: no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro não se pertence a uma linhagem, se não se descende de outrem por um laço que se crê de substância, portanto, no caso, um laço de sangue. Um dos motivos do encantamento de D. Diego pela dama, como vimos, é [...] que era ũa molher de muito alto linhagem. E el lhe disse que pois era molher d'alto linhagem que casaria com ela se quisesse [...] [661].

Observamos mais um aspecto que reforça o que acima apontamos, no Título XXI do Rei Ramiro II. Trata-se de uma situação crítica, marcada por decisões dos protagonistas que assinala a opção do texto por valores; e que não é ao acaso que se recorra a um investimento narrativo expressivo. Trata-se da famosa lenda da Miragaya, cujo desfecho, em última instância, confronta os valores da honra e do sangue contra um parentesco agravado por interdições. Trata-se da trama em cujo centro está Artiga, nome cristão dado à bela moura e

---

[659] **Ibidem**, Tít. IX, fol. 35 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit**., p. 137.
[660] ROBIN, Régine. **História e Linguística**, São Paulo: Ed. Cultrix, 1977, p.19.
[661] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tit. IX, fol. 36, In: MATTOSO, José (Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 138.

d'alto sangue [662]. Irmã do rei mouro Alboazar Almoçadem, é raptada pelo rei Ramiro. A desonra enseja o resgate pelo rei mouro que redundou no rapto de Aldora, esposa do rei leonês. Numa tentativa ardilosa de resgate da esposa, Ramiro, é surpreendido e por fim levado a um patíbulo do qual acaba por escapar ardilosamente, matando Alboazar. A narrativa, entretanto, nos mostra Aldora voltando-se contra a desonra que lhe infligira o marido. E alertando antes o rei mouro acerca da ardileza de seu oponente e dando-lhe motivos para que o execute sem compaixão, afirma que aquele lhe faria o mesmo se tivesse oportunidade.

Depois de ardilosamente se safar e retornar a seu reino ileso e em posse da esposa, ela, Aldora, lhe dirige palavras duras que o desvalorizam em relação às virtudes de Alboazar. Falando a Rodrigo do rei mouro e de como se mostrara verdadeiramente sensibilizado com dissimulado arrependimento de Ramiro, disse-lhe que Alboazar se mostrara disposto a conceder-lhe uma morte honrada de forma a lhe garantir a salvação de sua alma. Desprezo que leva a que, por fim, Ramiro, lance Aldora ao mar atada a uma mó. Fato diante do qual, após consumado, Ordonho, filho de ambos, diz ao pai, sensibilizado pelo que juízo que o texto lhe atribui como uma ingratidão da mãe: "Senhor, a mim nom cabe de falar em esto, porque é minha madre, senom tanto que oulhees por vossa honra". E segue o texto onde se vê escrito: [...] por este pecado que disse o ifante dom Ordonho contra sa madre, disserom despois as gentes que por esso fora deserdado dos poboos de Castela" [663].

Tais histórias têm a função de marcar estruturalmente o texto. Integram a estratégia lógica que lhe subjaz: sustentar a crença que se funda na significação maior atribuída às virtudes da honra e do sangue. E esta crença se expressa ao que subjaz às listas genealógicas. Os títulos que as contém seguem um modelo: é anunciada a união de um casal e um dado número de relações de parentescos de cada um deles é infalivelmente citado. Observam-se critérios preferenciais – destacam-se os nomes ligados à linhagens mais prestigiosas, tanto ascendentes quanto descendentes ou mesmo a colaterais, desde que, preferencialmente, se trate de indivíduos cuja fama e poder são notórios. Ao que se segue, sistematicamente, nos títulos reservados mais especificamente às famílias, o acrescento de uma menção solene ao ato carnal que os une e que realiza a função precípua da instituição matrimonial: a reprodução do legado biológico; ao qual aos pósteros caberá a obrigação de dar continuidade e de preservar e acrescentar o patrimônio da linhagem.

Tem-se assim, um exemplo padrão, cuja estrutura se reproduz de forma estereotipada por absolutamente todo o texto na que diz respeito às linhagens da nobreza laica. Um

---

[662] **Ibidem,** Tít. XXI, fol. 59, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.,** p. 205.
[663] **Ibidem**, Tít. XXI, fol. 62 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.,** p. 210.

cabeçalho apresenta cada um dos indivíduos do casal associando-o, antes mesmo de anunciar o nome do parceiro, a personagens familiares prestigiosos. Cada um dos cônjuges é constituído como um sujeito coletivo para a união em questão. Busca-se relacioná-los a parentescos que agregam uma carga simbólica positiva na maioria dos casos. E aos desafetos do narrador ou àqueles de não boa fama pública, cabe a simples omissão ou a menção a fatos desabonadores – comentários maliciosos, anedotas, fracassos, quedas em desgraça diante do rei etc.

No fragmento se vê escrito:

> De dom Sancho Nuniz de Barvosa, *filho* do conde dom Nuno de Celanova, *irmão* do conde dom Afonso e de Sam Roosendo e de dona Sancha Gomez, *irmãa* de dom Egas Gomes, *avoo* de Dom Gonçalo de Sousa. Este dom Sancho Nuniz *foi casado* com a infante dona Tareija Afonso, *filha* d'el rei dom Afonso, o primeiro rei de Portugal, que foi *filho* do conde dom Anrique e da rainha dona Tareija, *e fez em ela*
>
> Dona Orraca Sanchez, que foi *madre* do conde dom Meendo, o Sousão, e *molher* de dom Gonçalo de Sousa, seu *padre*, deste conde dom Meendo[664].

No caso acima, temos um exemplo significativo acerca do investimento simbólico de indivíduos. São investidos pela pela carga simbólica positiva decorrente de sua posição em relação a parentescos que não necessariamente verticais. O que surpreende, pois estes seriam a fonte de onde esta sociedade crê originar-se o laço de substância que une indivíduos. No caso, estes parentescos se destacam pela descrição de sua associação a elementos simbólicos. Se não, se tais listas tivessem exclusivamente a função de atestar direitos patrimoniais, por que apenas não bastar a menção a indivíduos dos quais descendem diretamente, e dos quais contrairiam laços de sangue? Por que se incluiriam colaterais? Que se faça menção à linha vertical, ou seja, a seu ascendente masculino é, por motivos óbvios, o padrão, numa sociedade que busca dar prevalência aos fundamentos da patrilinearidade e varonia. Mas, no caso acima, uma vez mencionado quem é o pai do cônjuge masculino, não se dispensam menções a colaterais daquele. O que nos parece ocorrer como requisito necessário para investir simbolicamente o referente. Assim para se falar de D. Sancho Nunes Barbosa, o texto invoca sua filiação – é filho do Conde D. Nuno de Celanova. Este, por sua vez, torna-se o objeto de uma descrição que o associa como irmão, do Conde D. Afonso e São Rosendo (um santo). Sobre a mãe do referente, D. Sancha, invoca-se ainda um seu parentesco. Mas, note-se que o

---

[664] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. XXXVII, fol. 129 v.°, In: MATTOSO, José (Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 436.

texto não aponta de que casal descende D. Sancha, a mãe do indivíduo cuja união o texto pretende descrever e aos descendentes listar– o que seria apontar diretamente de que indivíduos herdaria o laço de sangue a ser transmitido. D. Sancha Gomez é identificada por meio de uma relação com um colateral: como irmã de D. Egas Gomes; que o texto por sua vez, dá conhecer pela descrição de descendentes – daqueles a quem transmite o laço - e não por ascendentes: é apontado pela relação com a figura do neto, ou seja, como o avô de D. Gonçalo de Sousa. O objetivo é falar da união de D. Sancho Nunes Barbosa e de D. Teresa Afonso, mas, para isto, autor usa mais elementos descritivos dos parentescos do casal, do que atributos que os individualizariam. É o que se espera de uma sociedade cuja identidade dos indivíduos se edifica sobre uma dada posição numa rede de relações de parentesco.

Trata-se de um exemplo localizado no topo da pirâmide social. Note-se como o vetor dos parentescos é disposto: D. Sancho Nunes Barbosa é descrito como filho de um conde, cujos colaterais, irmãos, são outro conde e um santo – São Rosendo. D. Sancha, a mãe, é identificada através de uma relação colateral: é irmã de Egas Gomez que, por sua vez, é apresentado como avô de Gonçalo de Sousa, um destacado personagem da linhagem que produz descendência régia. Sua mulher, D. Urraca Sanchez, é filha de Sancho Nunez e da infante Teresa Afonso, filha de Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, e que tiveram como filho, o mencionado Conde D. Mendo. Trata-se de, através de colaterais, atingir fontes de manancial simbólico prestigiosos a elas associando a proveniência das relações de consanguinidade.

Temos outro exemplo em que se acentua os parentescos consanguíneos de ambos os lados:

> Do conde dom Vaasco Sanchez e de sa molher, a *minhana* dona Orraca Veegas, que fundou o moesteiro de Tuias, filha de dom Egas Moniz de Riba de Douro e da *minhana* dona Tareija Afonso, que fundou o moesteiro de Salzeda. Esta dona *minhana* [...] foi casada com o conde dom Vaasco Sanches, filho de dom Sancho Muniz de Barvosa e de dona Tareija Mendez, filha de dom Meem Moniz de Riba de Doiro e de dona Ouroana Meendez, irmãa de dom Gonçalo de Sousa, e fez em ela [...] [665].

A valorização do sangue é explicitamente mencionada em entradas como no caso de Urraca Nunes, filha de Nuno Pires e Elvira Mendes, que foi casada com D. Paio Muniz, "[...] filho de dom Moninho Soarez Ribeira e de dona Maria Paaez Ribeira." E estes "[...] forom naturaes de Lanhoso, contra riba de Cadavo, e de Berredo, e forom ricos homẽes e *d'alto*

[665]BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. XXXVII, fol. 130, In: MATTOSO, José (Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 437. [itálicos nossos].

sangue" [666].

Outra constante são as entradas em que se assentam descendentes de uniões ilícitas – uma evidência de que laços de sangue têm precedência em relação à legitimidade das uniões. Um exemplo característico nos é apresentado quando o texto fala sobre D. Egas Fafez que" [...] foi bispo de Coimbra, que depois foi arcebispo de Santiago, e teve ũa barregã que houve nome dona Maria Veegas de Regalados, que foi dona filha d'algo e de *boo logo*, e fez em ela ũa filha que houve nome dona Moor Veegas [...]" [667].

Há relações de barregania, posteriormente assumidas publicamente – ao contrário das muitas outras relações ilícitas retratadas pelo texto. Um exemplo nos mostra um descendente masculino muito bem assimilado nas altas esferas políticas, como D. Alvaro Peres de Castro, sobre quem se lê no texto "[...] que foi conde de Arraiolos e foi mui boo fidalgo e de muitos companhas e servidor dos reis e amado dos boos." [668]. Conta-se que foi filho de Aldonça Lourenço que, "[...] nom era casada[...]", mas vivia na casa de Pero Fernandez de Castro e de sua mulher Dona Isabel,"[..] e jouve com ela dom Pero Fernandez de Castro, e fez em ela ũu filho que houve nome [...]" [669].

A aparição de inúmeras uniões ilícitas no texto não as torna indignas de figurarem nesta ilustre obra do Conde D. Pedro; e, naturalmente, de servirem, tanto quanto as legítimas, como testemunho da crença na existência de uma herança biológica, que se acredita presente numa *virtus* transmitida pelo sangue e que se constitui no fundamento de legitimidade para que a ideia de herança, de um legado material e imaterial a ser transmitido para a descendência, seja o que dá primazia às relações no interior da linhagem e da família; e que se as invista da crença de que são o fundamento da existência dos mais fortes sentimentos de coesão social.

5.5 **O INVESTIMENTO SIMBÓLICO DOS PERSONAGENS**

No universo de valores do *Livro de Linhagens* a matéria textual que investe os personagens não manifesta necessariamente a feição mais explicitamente narrativa. E, como alguns exemplos acima anteciparam, se fazem mesmo quando se trata de um texto mais marcadamente genealógico, que nos parece sonegar a dimensão narrativa que apenas se deixa

---

[666] **Ibidem**, Tít. XXXVIII, fol. 131 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.,** p. 444.
[667] **Ibidem**, Tít. XXXIX, fol. 135 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit**, p. 455. [itálicos nossos]. De "boo logo" quer dizer, de um bom lugar, de um lugar de excelência.
[668] **Ibidem**, Tít. XXXVIII, fol. 133 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 449.
[669] **Ibidem**, Tít. XXXVIII, fol. 133 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.**, p. 449.

detectar pela associação de pequenas histórias ou breves comentários a determinados indivíduos, o que lhes confere uma boa ou má fama em decorrência de uma trajetória de vida que acaba por tornar-se de conhecimento público. Estes breves comentários, relato de anedotas, confrontos ou qualquer registro de ocorrência outras, são utilizadas pelo texto para exaltar ou desabonar um indivíduo em relação aos referenciais cardeais da fidalguia. Referenciais que o texto em seu progressivo desenrolar vais segregando em cotejo a tais relatos e que vai o constituindo como um corpo coeso de valores e ideias às quais se associam à condição de fidalguia.

O Titulo IX dos de Biscaya exalta as origens, a antiguidade do senhorio. O senhorio de Biscaya é figurado como anterior à existência do senhorio régio: se o descrevo como "[...] o primeiro em seu cabo, ante que el rei houvesse Castela"[670]. A lendária figura de D. Froom é descrito como "[...] ũu homem boo" [671]; Diego Lopez de Biscaya como"[...]mui boo monteiro" [672]; Diego Lopez de Fenar, homônimo do primeiro, depois chamado também, de Diego Lopez, o Bom, o "[...] foi porque lidou i com os Mouros, e foi contra eles mui bem-andante [...] "[673], e "[...] houve a dianteira dos cristãos com os Mouros na lide das Naos de Tolosa" [674]; foi "[...] o que venceo o torneo de Castela, que foi ũu dos boos feitos e dos honrados que homem passou em Espanha [...]" [675]; tal foi sua bravura que foi também "[...] o que acharom-lhe ũa seta chantada na perna, e // maravilharom-se todos muito como a podia sofrer[...]" [676]; e de Lopo Ortiz, dele se fala como aquele que "[...] foi com o conde dom Fernam Gonçalvez na lide de Almançor" [677].

Os "boos" o são pela excepcionalidade de suas qualidades em combate. Alguns são dignos de ostentar a qualidade pelo simples fato de gravitarem em torno de um personagem ainda mais célebre, de serem de *sa companha*. E para estes exemplos de celebridade tem um papel destacado as qualidades guerreiras e cruzadas, ou seja, atributos conferidos àqueles que expõem seus corpos e haveres no combate contra o infiel. Navas de Tolosa é um acontecimento guerreiro de referência no processo de retomada cristã da península. Sobre os

---

[670] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. IX, fol. 35 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 137.
[671] **Ibidem**, Tít. IX**,** fol. 35 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.,** p. 137.
[672] **Ibidem**, Tít. IX, fol. 36, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.,** p. 138.
[673] **Ibidem**, Tít. IX, fol. 37 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.,** p. 141.
[674] **Ibidem**, Tít. IX, fol. 37 v.°, In: MATTOSO, José. (Ed.). **Op. Cit.,** p. 142.
[675] **Ibidem**, Tít. IX, fol. 37 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.,** p.142.
[676] **Ibidem**, Tít. IX, fol. 37 v.°-38, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.,** p. 142.
[677] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. IX, fol. 36, In: MATTOSO, José (Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 138.

torneios, trata-se de prática que se destaca como uma ocasião para performances nas quais os guerreiros exibem suas qualidades e constroem a reputação de bom combatente.

As referências à "Espanha" nos mostram a inserção dos personagens num espaço simbólico de dimensões amplas, mas que totaliza um repertório simbólico maior, pensado como um composto somatório de tradições locais - o que se presta a produzí-lo no texto do Livro de Linhagens como um espaço referencial e palco onde desfila a excelência e a grandeza dos atributos que fundam o valor do cavaleiro ao qual está associado. O breve relato em que o foco recia sobre a flecha cravada na perna de Diego Lopez de Fernar, nos fornece a medida da bravura em combate que se procura exaltar. A fama de Lopo Ortiz lhe vem do que subjaz ao que é suscitado pela ideia de compartilhar da companhia de um cavaleiro lendário como o Conde Fernão González, numa batalha contra o não menos lendário rei mouro Almançor. Fernão González é um Conde da linhagem de Lara ao qual um anônimo dedicou um poema que se estima de meados do século XIII[678].

Trata-se, segundo o que certamente nos diria Wilhem Schapp, de personagens cujas dimensões só são passiveis de uma compreensão mais fina pela apreciação de seu envolvimento em histórias[679]; histórias que o narrador sabe serem do conhecimento dos destinatários do texto, e que circulam numa sociedade fortemente dominada por formas de comunicação oral. No caso da sociedade em exame, que se define pela reconstituição de uma oralidade com base na escritura. Dado que o texto omite, mas que podemos inferir pelo fato de que através de pequenos fragmentos, que a despeito de compor-se de elementos mínimos, não deixam de integrar elementos constitutivos do ato de narrar – o "narrema" [680]. Isto nos remete à presença, implícita na imaginação do leitor/ouvinte, de complexos de significação não presentes na escrita, mas que a oralidade faz circular através das sonoridades significantes da voz que emana dos arautos, poetas e trovadores que transitam no quotidiano do universo cultural desta sociedade que é de conhecimento de todos. Trata-se de um lugar onde a escritura ainda não sequestrou tudo que é passível de ser objeto do conhecimento, separando o que se sabe do sabido [681].

O que parece flutuar em meio as infindáveis listas de gerações e descendências não

---

[678] **Ibidem**, Tít. X, fol. 39 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores*,** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 147; SAMORA VICENTE, A. Poema de Fernán González, In: **Clásicos Castellanos**, 128, Madrid: Zamora, 1946.

[679] SCHAPP, Wilhem. **Envolvido em Histórias**. **Sobre o ser do homem e da coisa**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2007, p. 13-16.

[680] Cf. WHITE, Hayden. O Valor da Narratividade na Representação da Realidade. **Cadernos de Letras da UFF,** nº 3, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1991, p. 19.

[681] ONG, Walter J. Algunas Psicodinámicas de la Oralidad, In: **Oralidad y Escritura, Tecnologias de la palavra**. Colômbia: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1996, p.51.

fazem senão afirmar o primado das relações de parentesco como ordenador do sequenciamento do texto. São complexos de significação que conferem ao *Livro de Linhagens* os elementos estruturais para uma narrativa acerca do que é o mundo. Fragmentos que contam histórias não "completamente" narradas pelo texto, mas que a recepção tem como indissociáveis de um universo espiritual. Portanto, de uma rede de significações que o constitui e do qual compartilha a sociedade. Universo como um todo e em referência ao qual indivíduos, objetos e ações emergem na linguagem, e por consequência, povoam o imaginário em questão; um universo de caráter cavalheiresco feudal e que se alicerça numa prática guerreira e destacadamente cruzada.

O título X relativo aos Lara fornece ao texto as mesmas fórmulas representativas do modelo com que o texto investe de significação os personagens masculinos. Algumas se repetem, com variações, por toda a extensão do *Livro de Linhagens*. Continua a ter como vocábulo mais frequente o termo "boo". Assim diz-se de João Nunes de Lara, "[...] mui boo e de mui grandes feitos e venceo dom Estevam Fernandez de Castro, com todo o poder d'el rei dom Sancho de Castela e de Leom, em Chinchela" [682]. Entre os mais antigos tem-se Nuno Gonçalves d'Avalos que "[...] era mui boo cristão, teve Deus por bem de ser sempre vencedor em todalas batalhas [...] havia mui gram sabor de fazer mal aos Mouros [...]"[683]. Mudarra Gonçalves é tido como "[...] mui boo cavaleiro d'armas, e foi homem muito honrado e foi mui boo cristão" [684]. Nuno Gonçalves "[...] o que chamarom o Corvo d'Andaluz [...]", assim era chamado "[...] porque era mui cruel contra os Mouros, e matava-os ante que os prender" [685]; Nuno Gonçalves de Lara "[...] o Boo, o que viveo bem e acabou bem, e por esto lhe poserom nome dom Nuno, o Boo, com dereito" [686]. De João Nunes de Lara, se diz que

> [...] em sendo mancebo, *aconteceo-lhe ũa maneira que nom deve ser esquecida*. E enviou-o el rei dom Afonso pera Najera e pera Riba d'Evro, que estevesse i e guardasse aquela frontaria, de que se temia dos Mouros[687].

Diz-se também que foi um cavaleiro que "[...] venceo muitas lides e foi mui bem-aventurado" [688]; que "[...] se tornou pera a vila mui honrado e mui beandante" [689]. Fala-se do

---

[682] BARCELOS, Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. X, fol.43 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 157.
[683] **Ibidem,** fol. 40, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 148.
[684] **Ibidem,** fol. 40, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.,** p. 148.
[685] **Ibidem,** fol. 40 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 149
[686] **Ibidem,** fol. 43 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 157.
[687] **Ibidem,** fol. 43 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 157. [itálicos nossos].
[688] BARCELOS, Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. X, fol. 44 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.**). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 158.
[689] **Ibidem,** fol. 44 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 158.

Conde D. Nuno de Lara, filho do Conde D. Pedro de Lara como

> O que livrou os fidalgos do preito de Burgos e foi o primeiro deviseiro de mar a mar, que lhe outorgaram os fidalgos. E este foi o que houve muitos e boos cavaleiros por vassalos; e esto lhe outorgarom os fidalgos: que comesse por todalas sas herdades[690].

João Nunes de Lara,

> Filho deste dom Joham Nuniz e irmão de dom Alvaro e de dom Nuno, foi mui boo fidalgo e passou mui grandes feitos em tempo d'el rei dom Sancho [...]. E el com os outros foi roubar Val de Xema e Val d'Arador e todo termo de Touro e de Çamora, e trouxe muitos gaados e muito pam e muito vinho e muito sal de Vila Fafila[691].

Sobre Álvaro Fernandez se diz que assim se chamava de Castro [...] porque era conde e fidalgo assaz" [692]. De Martim Fernandez de Castro se conta que [...] foi muito boo mancebo e morreo cedo" [693]. A irmã, [...] demandou-a o emperador". E, opondo-se a isto Martim, a ele ela deu[...] peçonha [...] e matou-o, e depois foi-se pera o emperador e foi sa barregã [...] E por esta morte de Martim Fernandez, que foi tam maa, por emenda de sa alma, foi feito o moesteiro de Valboa de Doiro" [694].

De Rodrigo Fernandez de Castro, o Calvo, que foi filho primogênito D. Guter Rodriguez, o Escalavrado, assim o chamaram [...] porque era muito ardido e foi forte em armas, mais em al nom era de gram fazenda [...] [695]. Fernão Rodriguez de Castro, [...] o meor de dias [...] foi, todavia [...] o maior nos feitos e mais honrado e vencedor em todalas lides u foi [...] [696]. De D. Alvaro Peres de Castro, filho de Pero Fernandez, [...] o Castelão [...] se diz que [...] foi mui boo fidalgo e muito honrado [...].

> Era tam grande e tam gordo, que nom pode teer em aquela lide senom ũa falifa delgada e ũa vara na mão, mais tantos exempros boos deu aos seus e tamanho esforço disse, que lhes fez cobrar os corações, por que houverom a ser os Mouros vencidos[697].

O texto fala, ainda, de uma ação característica destes senhores da nobreza. Eles são muitas vezes apontados como a quem cabe a atribuição de *povoadores* da terra. Tem-se assim, a menção ao Conde Pero Fernandez da Trava, como a tantos outros, como o que "[...] pobrou

---

[690] **Ibidem,** fol. 42, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 157.
[691] **Ibidem,** fol. 44 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 159
[692] **Ibidem,** Tít. XI, fol.46 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 163. [itálicos nossos].
[693] **Ibidem,** fol. 46 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 164.
[694] **Ibidem,** fol. 46 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 164.
[695] **Ibidem,** fol. 47, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p.165.
[696] **Ibidem,** fol. 47, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 165.
[697] **Ibidem**, fol. 48 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 168.

o castelo de Trava e chamou-se conde de Trava" [698]. Diz-se que foi casado com a filha do Conde D. Urgel,"[....] o que tirou as armelas da ponte de Cordova a pesar dos Mouros, e trouve-as pera Valedolide, onde era senhor, e pose-as em Santa Maria a Antígua [...]"[699].

Sobre os da Maia, se fala em Johan'Eanes da Gaia," [...] que foi cavaleiro de boa palavra e muito saboroso" [700]. E que foi filho e Joham Soarez da Gaia e de D. Maria Soarez. Esta, filha de Soeiro Mendez da Maia. Também de Estevam Anes" [...] que foi clérigo [...] e que teve um filho, Joham da Gaia, [...] que foi mui boo trobador e mui saboroso[...]" [701]; de Martim Martĩiz, "[...] Alvelo por sobrenome, que foi mui boo cavaleiro e mui saboroso" [702].

Sobre os Sousas, donde derivam os Riba de Vizela, por linha feminina e bastarda, também derivam os de Paiva, no qual se fala de um [...] dom Godinho, que foi do linhagem dos moadeiros de Coimbra, e foi moito honrado e moi rico e moi privado d'el rei dom Afonso de Castela" [703]; ou, Lopo Rodriguiz, que [...] foi casado com dona Tereja Martĩiz, filha de Martim Xira, cavaleiro bõo e rico" [704]. Vemos Gomez Lourenço de Beja, [...] vogado e vilão [...] foi o que meteo quanto mal e quanta re[beldi]a pode ante el rei dom Donis de Portogal [...][705].

Algumas linhagens secundárias aparecem em pequenos relatos bizarros, tal como no caso de Martim Estevez, a quem o texto se refere num episódio em que procura resgatar sua honra. Sobre o que se vê escrito

> Que matou os XII melhores homees que morava na vila d'Alter do Chão per desonra que lhe fezerom, correndo com el. El querelou-se a el rei dom Afonso, o quarto, e nom o quis estranhar, e el filhou ende vingança[706].

Acima se apresenta um exemplo que se reproduz com frequência associado a elementos de linhagem de menor prestigio social – não conseguindo do rei justiça ele resgata a honra familiar através da vingança privada.

A inserção de linhagens de menor estatura em títulos da obra se faz por sua vinculação a uma linhagem de prestígio, que o texto alega estar nas origens de uma ascendência muitas vezes longínqua. Existem elementos que o texto distingue pela riqueza, tal como o faz em relação a Vicente Diaz de Coimbra sobre quem se diz "...] que foi mui rico e muito

---

[698] BARCELOS, Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. XIII, fol. 50, In: MATTOSO, José **(**Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa,1980, p. 174.
[699] **Ibidem,** fol. 50-50 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 174.
[700] **Ibidem,** Tít. XVI, fol.55 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 190.
[701] **Ibidem,** fol.55 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 190.
[702] **Ibidem,** fol.55 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 190
[703] **Ibidem,** Tít. XXVI, fol. A_1 35 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 312.
[704] **Ibidem,** fol. A_1 35 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 314.
[705] **Ibidem**, fol. $A_1$37 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 319.
[706] **Ibidem,** Tít. XXVIII, fol. A_1 16 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 326.

honrado”[707]. Ele casa sua filha Joana Diaz com Fernão Gomes de Congominho, homem que se distinguiu pela vida guerreira, e sobre quem se “[...] que morreo na lide de Chinchela como mui boo cavaleiro.” [708].

No Título XXX, vemos um exemplo de comportamento desabonador, cujos efeitos sobre a reputação do agravado abrem a possibilidade para alguma forma de resgate. Trata-se do infligido por Gomes Veegas de Basto, que se liga a ascendentes prestigiosos, Sousas e Portocarreiros, a um indivíduo de menor graduação social, um escudeiro, mas que nem por isto parece ter deixado de merecer um relato. No pequeno excerto de texto conta que, além de sua prole legítima” [...] houve outro filho em ũa filha de ũu escudeiro, que nom foi lídimo [...]”, seu nome é Pero Gomes, sobre o qual se diz, todavia, que crescido “[...] valeo mais que os outros irmãos” [709]. Pero Gomez, no parágrafo 13º do mesmo título, parece ser resgatado da infâmia pelo texto, pela menção de sua associação matrimonial com uma dama toledana, Chamoa Fernandez, que lhe rendeu, à frente, ser apontado pelo texto como homem “[...] mui bõo e muito honrado” [710].

Os exemplos com os quais progressivamente o texto vai se compondo, conduz os atores a ocuparem posições no interior do universo de significações no qual transita, e isto à revelia da frequência do que se definiu como as formas de manifestação da matéria. Tanto na matéria genealógica, quanto na matéria narrativa, ele progride segregando passo a passo os valores, os atributos pessoais, os modelos de comportamentos e as práticas sociais, enfim, que vão moldando o universo desta que se autodenomina como a sociedade dos “*nobres fidalgos de Espanha*”.

Exemplos semelhantes por toda a extensão do texto mostram-nos atributos e comportamentos que se dispõem num gradiente que permite aferir que lugar da escala está posicionado cada personagem. No caso acima, se faz menção a um casamento com uma família honrada, não de um lugar qualquer, mas de Toledo, e que rende *a posteriori* a Pero Gomez o resgate simbólico da condição de ilegitimidade na qual foi gerado. O bastardo é resgatado pela descrição detalhada das prestigiosas relações de parentesco da esposa, Chamoa, que o reinscrevem numa posição privilegiada na escala de valores pela proximidade a um contexto familiar legítimo e prestigioso: diz-se que Chamoa Fernandez é “[...] filha de dom Fernam Perez d’Azevedo, irmão de dom Fernam Perez d”Azevedo, *irmãos de padre e de*

---

[707] BARCELOS, Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. XXX, fol. T_1 105, In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores*,** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, p. 355.
[708] **Ibidem,** fol. T_1 105, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 355.
[709] **Ibidem,** fol. T_1 98, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 330-331.
[710] **Ibidem,** fol. A_1 20 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p, 349.

madre, como se mostra no Titulo LII, dos d'Azevedo, parafo 2° [...]". O recurso ao título dos Azevedo reforça este resgate simbólico, pois associa a ambos, embora de forma longínqua, a linhagens como as de Baião e Trastâmara, fundadoras da nobreza peninsular[711].

Os títulos que se seguem, mantém o mesmo padrão, marcado pelo que uma semiótica narrativa e discursiva definiria como *situações de estado* e de *fazer*[712] que pressupõem atores na trilha de um percurso de um *programa narrativo.* O polêmico título XXI, introduzido na refundição de 1380-1383, mantém-se dentro destes padrões, quando se trata de investir os personagens guerreiros que protagonizam a ação. A diferença repousa na extensão em que se manifesta a matéria narrativa no caso. Mas o sentido do texto ali presente se subordina igualmente ao objetivo de investir simbolicamente os personagens. Seus atributos são postos a serviço do engrandecimento do nome da linhagem e do solar de origem. E é a este propósito que a localidade, o rincão é figurado como um ente que tem precedência em relação a um elemento fundamental do sagrado cristão, tal como indicado pelo desdém com que o próprio anjo que aparece a Nuno Gonçalvez d'Avalos se expressa em relação à salvação enquanto um valor[713].

O título XXI se caracteriza por denso investimento narrativo. Há, entretanto, uma reconfiguração que se verifica na incidência maior de termos que são rarefeitos nos demais títulos. Os *bõos,* atributo que nestes títulos estão ligados à excepcionalidade das performances guerreiras individuais e que são instrumentalizadas em favor do engrandecimento do nome. No título XXI aparecem como atributos cujo sentido se subordina a um projeto coletivo. E, como tal, associado a espaços de identificação mais abrangentes, como expresso em categorias como: *cristandade, portugueses, castelhanos, reinos, naturais, Espanha, Portugal, Castela, reino de Portugal, reino de Castela*. Termos que no plano de uma narrativa histórica emergem com maior frequência, associados a processos que se desenvolvem mais vigorosamente em meados do século XIV, tempo no qual foi redigido o *Livro de Linhagens*. A emergência de tais termos é contemporânea ao aprofundamento de interdependências políticas, econômicas e sociais, que se traduzem por um protagonismo de categorias sociais mais diversificadas, principalmente de caráter urbano; pelo âmbito de alcance ampliado que atingem os poderes régios, em decorrência da diversificação de funções e, portanto, de demandas engendradas pelo desenvolvimento das forças produtivas sociais, pelo desenvolvimento do comércio e pela maior circulação

---

[711] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**,** Tít. LII, fol. 166 v.°, In: MATTOSO, José **(**Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores,*** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 61.

[712] GREIMAS, A. J. **Semiótica e Ciências Sociais.** São Paulo: Cultrix, 1981. p. 17-19.

[713] BARCELOS, Conde D. Pedro de. **Op. Cit.,** I, Tít. X, fol. 40, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 149.

monetária. Em tal quadro, o polêmico Titulo XXI, nos aparece como o prenúncio de configurações discursivas que irão emergir tornando-se a tônica do discurso dos primeiros textos de Avis.

No título XXI estão presentes termos como "*boos do reino de Castela*" [714], "*cristãos da Espanha*" [715]. Em substituição à *terra*, termo que conota localidade, fala-se na "*terra de Portugal*" [716], ou "*Portugal*" [717], "*portugueses*" [718], "*Castela*" [719] ou a "*castelhanos*" [720], "*cristaidade*"[721], *"cristãos*" [722], *"naturais*" [723], *"reino, reinos*" [724], "*Espanha*" [725]. Sempre referidos a um campo de significação que envolve a presença de entes coletivos. E é de se assinalar, neste mesmo título, a emergência, ainda que tímida, de uma expressão que será repetida como um bordão pelos primeiros textos de Avis: o "*serviço de Deus*" [726].

A guisa de finalização do presente capítulo, e como transição à nossa conclusão, devemos ressaltar que a especificidade do léxico presente no título XXI do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro e das proposições de categorização que o diferenciam em relação ao conjunto das que caracterizam os demais títulos, se configura por seu caráter tardio em relação a estes. Como dito, e trabalhando com as hipóteses que o reconhecem como objeto de uma refundição feita entre 1380-1383[727], é de se ressaltar que a marca desta diferença está na presença de um léxico distinto, o qual algumas vezes aparece nos demais títulos, mas cuja frequência e o contexto apontam-nos para um sentido diverso em relação ao Titulo XXI. Neste ele expressa formas mais complexas em relação aos títulos anteriores.

---

[714] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. XXI, fol. 66, In: MATTOSO, José **(**Ed**.). Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores*,** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 219.
[715] **Ibidem,** fol. 67, In: MATTOSO, José. **Op. Cit.,** 1980, p. 221.
[716] **Ibidem,** fol. 69 v.°, In: MATTOSO, José. **Op. Cit,** 1980, p. 225.
[717] **Portugal**: 19 vezes; fols. 64; 67 v.°.; 69 v.°; 70 v.°; 73 v.°; 74; $T_1$78 v.°; A_1 12 v.°; A_1 13. A incidência dos termos encontrados, a partir desta nota será indicada pela descrição dos fólios em que se encontram. Cf. **Ibidem,** Tít. XXI, fols. 59- A_1 1. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 204-266.
[718] **Portugueses**: 21 vezes; fols. 70; 72 v.°; 73; 77; A_1 12 v.°; A_1 13; A_1 14 v.°; A_1 8-8v.°.
[719] **Castel**a: 9 vezes; fols. 62 v.°; 67 v.°; 71; 73 v.°; 75 v.°; A_1 12; $A_1$13 v.°.
[720] **Castelãos**: 14 vezes; fols. 69 v.°; 70; 72 v.°; A_1 8; A1 14 v.°.
[721] **Cristaidad**e: 7 vezes; fols. A_1 13; A_1 14 v.°; A_1 19; 72.
[722] **Cristãos:** 33 vezes; fols.66 v.°; 67; 72 v.°; A_1 12; A_1 12 v.°; A_1 13-13 v.°; A_1 14; A_1 8-8 v.°; A_1 15 v.°.
[723] **Naturais**: 3 vezes; fols. 60 v.°; $A_1$12-12v.°.
[724] **Reino**, **reinos**: 12 e 19 vezes, respectivamente; fols. 61 v.°; 68 v.°; 69; 71; 76 v.°; A_1 12 v.°; A_1 15 v.°; A_1 9 e 64-64 v.°; 66; 67 v.°; 75 v.°; A_1 9; A_1 15 v.°
[725] **Espanha:** 7 vezes; fols. A_1 8; A_1 12 v.°; A_1 13; A_1 15-15 v.°.
[726] **Serviço de Deus**: fol. A_1 9.
[727] Maria do Rosário Ferreira discorda desta proposição, cf. FERREIRA, Maria do Rosário. A Estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do Livro de Linhagens, In: **e-Spania,** 11/jun 2011, p. 1-24. As proposições que adotamos são as observadas por MATTOSO, José. Introdução ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, In: MATTOSO, José (ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1**, ***Scriptores*** , 1980, p.41-50; ainda SARAIVA, Antonio José. O Autor da Narrativa da Batalha do Salado e a Refundição do Livro do Conde D. Pedro, In**: Boletim de Filologia**, 22, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos da Universidade de Lisboa, 1971, p. 1-16.

O Título XXI é escrito fundamentalmente por um compilador que buscava exaltar a memória de D. Álvaro Gonçalvez Pereira, o Prior do Hospital, uma ordem militar religiosa de cavalaria que compunha, juntamente com as de Avis, Santiago e do Templo uma fração expressiva no conjunto dos contingentes militares de apoio ao rei.[728] Em torno de D. Álvaro gravitaram linhagens dominantes no curso de três reinados nos quais se verificaram não poucos conflitos internos a Portugal e com o reino vizinho, e que o faziam figurar entre aqueles líderes instalados em sólidas posições políticas que pouco eram afetada por tais conjunturas. Tal solidez deveu-se a uma liderança apoiada numa ampla rede clientelar; as crônicas permitem constatá-lo, quando nelas rastreamos informações. Sua projeção sobreviveu ao curso de reinados que se estenderam de D. Afonso IV (1325- 1357) até D. Fernando (1367-1383) passando pelo reinado de Pedro I (1357-1367). O Titulo XXI, por ser compilado c. 1380-83, revela um léxico que expressa a emergência no plano das representações de significantes que denotam a redefinição de territórios do imaginário, que o configuram e o distinguem das formas mais compatíveis com uma perspectiva de construção de uma ordem do mundo de caráter local, mais sintonizada com o predomínio político-social das linhagens. A realidade do tempo em que foi composto o Título XXI exigia uma definição de categorias identitárias compatíveis com espaços políticos mais abrangentes, em decorrência do estreitamento das interdependências a que acima nos referimos, e que a saída da crise dos finais do século XIV trouxe não só para o ambiente ibérico, mas para a Europa tardo-medieval como um todo.

Termos como *portugueses*, *castelhanos*, *fidalgos portugueses*, *fidalgos castelhanos*, estão absolutamente ausentes nos demais títulos, bem como *cristandade*, *reinos* (no plural) e, principalmente, pela ampla incidência do termo *naturaes.* Eles indicam ter como referência uma realidade histórica na qual emergem categorias calcadas em critérios mais amplos de inclusão social. E tais termos associados à frequência com que no discurso passa a transitar a ideia do chamado "serviço de Deus", nos aponta em direção a uma inclusão mais radical do sagrado como parte do cosmo, novos termos em que acreditamos moverem-se os primeiros escritos de Avis.

E é desta forma que pensamos poder afirmar que o Título XXI é uma antecipação ao universo no qual irão inserir-se formas distintas de expressar a concepção de tempo, espaço e os valores que serão postos em jogo. E é no interior de tal universo reconfigurado pelo discurso de grupos dominantes, que irão mover-se os atores no texto do cronista Fernão Lopes.

---

[728] MONTEIRO, João Gouveia. **A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média,** Lisboa: Notícias Editorial, 1988, p. 79-83.

Capítulo VI
Do solar dos Lara ao "Sollaz dos Atribullados"

Uma noção que adquire um papel fundamental na literatura de Avis não é uma noção estranha ao LL do Conde D. Pedro: a ideia do "serviço de Deus". Ela adquire uma nova configuração na arquitetura ideológica dos textos da chamada prosa moralista do rei D. Duarte e em Fernão Lopes. Tem uma função totalizante: age como um ordenador que, em relação ao texto do Conde D. Pedro, redesenha de forma ampliada o espaço do imaginário. Ele enquadra valores e códigos de comportamento de uma forma distinta de como o faz no LL, e relaciona-se com as formas que com as quais se reajusta a visão de mundo da nobreza e da sociedade na passagem do século XIV para o XV. A escala em que se organiza a vida social no período tem um papel fundamental no redimensionamento das estruturas sociais e diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas sociais e às interdependências a elas associadas. Tais elementos, contudo, fazem com que a forma de organização da vida social se mantenha em consonância com os ideais de uma sociedade estamental, nobiliárquica, baseada em relações hierárquicas, e, portanto, assimétricas, mas que agora se defronta com os efeitos mais contundentes da emergência de novos atores sociais, que compõem um todo social mais diverso, mais segmentado.

Do ponto de vista dos poderes estabelecidos trata-se de criar no plano do discurso um conjunto de disposições capazes de absorver e controlar politicamente o espectro de pressões sociais que emergem no contexto e incidem através de demandas aos poderes estabelecidos. E isto se expressa, a nosso ver, dentre outras manifestações, pelo próprio fato de elegerem um rei em 1385, de decidir sobre a regência do infante D. Pedro em 1438 e pela imposição, nesta data, de um Regimento para o reino[729]. E tais textos de Avis o fazem enunciando proposições de caráter social inclusivas, de pacificação de afetos, que aparecem principalmente sob a forma de conselhos que visam infundir a prática de auto-controles. Tal discurso, a partir de valores tradicionais, visa configurar um novo *ethos* para a nobreza e mesmo para a uma sociedade como um todo que, saídos da crise, pudesse fazê-los assimilar um estado de espirito, valores e comportamentos capazes de ajustar-se a expectativas em certa medida frustradas, em função das promessas de recompensa pelo envolvimento de todos no que se traduziu pelo conjunto de confrontos senhoriais que desde meados do século XIV, em

[729] Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira**. Portugal na Crise dos séculos XIV e XV**. Coleção Nova História de Portugal, vol. IV, Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 292.

decorrência do acirramento da crise, se desenrolou até que as primeiras expedições militares no norte de África se oferecessem como opção de válvula de escape para contradições que até então tinham apenas como opção o resolverem-se no espaço peninsular. O estudo do período nos defronta com aspectos políticos e sociais da crise, no que concerne tanto a estrutura econômica quanto os poderes políticos que não foram capazes de oferecer contrapartidas ao comprometimento dos mais variados setores da nobreza que se empenharam no esforço de guerra contra Castela e no apoio dado ao Mestre de Avis para que fosse sustentado como rei à partir das Cortes de Coimbra de 1385.[730].

Portugal debateu-se num longo período de conflitos cujo impacto os textos da segunda metade do século XV não poupam referências[731]. As guerras fernandinas manisfestam-se como três episódios nos quais se encontram em jogo questões estruturais. As disputas senhoriais não fazem senão manifestar a profunda crise de rendimentos que acaba por enredar a nobreza numa busca de soluções através da guerra intersenhorial. Para a nobreza castelhana, a crise abre-se a partir de meados do século XIV, com o fechamento da frente de luta contra o elemento mouro, e com o agravamento das disputas abertas pela crise sucessória com a morte do rei D. Afonso XI em Algeciras. Facções digladiam-se pela posse dos chamados "ofícios do reino"[732], o que conduz a sociedade à guerra civil que opõe o rei Pedro de Castela a seu meio-irmão, Henrique de Trastâmara. Tais conflitos não são senão, em última instância,

---

[730] LOPES, Fernão. **Crônica DelRei Dom João I, da Boa Memória.** Parte I, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973. Caps. CLXXX-CXCII, p.339- 372. Para um estudo mais completo sobre as cortes a partir do reinado de D. João I ver, Sousa, Armindo**. As Cortes Medievais Portuguesas (1385 1490),** Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica- Centro de História da Universidade do Porto, 1990, 2. Vols; **Idem,** Realizações – Interregno (Dez -1383/Abr -1385), In: MATTOSO, José (Coord.). **História de Portugal. A Monarquia Feudal**. Vol. II, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.495-500; **Idem**, O Discurso Político dos Concelhos nas Cortes de 1385, In: **Revista da Faculdade de Letras**, IIª série, 2, Porto: FLUP, 1985, p. 9- 44; MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel. (Dir.) **Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV.** Coleção Nova História de Portugal, vol. IV, Lisboa: Presença, 1987, p. 292-295; MAGALHAES, Joaquim Romero de. **O Poder Concelhio: Das Origens às Cortes Constituintes.** Notas de História Social, Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986. Para o período imediatamente anterior ver. COELHO, Maria Helena da Cruz. **Relações de Domínio no Portugal Concelhio de Meados de Quatrocentros**, Coimbra: Centro de Estudos e formação Autárquica, 1986; BAQUERO MORENO, Humberto. Contestação e Oposição da Nobreza ao Poder Político nos Finais da Idade Média. In: **Revista da Faculdade de Letras, II- Série História,** Vol. IV. Porto: FLUP, 1987, p. 103.

[731] Num exemplo significativo da memória destes tempos das guerras do rei D. Fernando, se conta que "[...] a rriqueza do rregno he gastada nas guerras passadas, as gemtes mymgoadas pellos muitos mudamentos que se fezerã nas moedas, desy gastos de fazemdas de lomgos tempos que aazou ell rrey dom Fernamdo ẽ seus mal comsyrados movimentos que andou fazendo com outras despesas , cagemdas sabeis, e logo acerca os vossos trabalhos, em que as gemtes serviram tam de vomtade como a sua propia neçessydade rrequeria, em que gastarão o vosso e o seu, e assy que de hũa maneira ou de outra hy nã há duvida senão que a gemte he gastada." Cf. ZURARA, Gomes Eannes de. Crónica do Conde D. Pedro de Meneses. Edição e estudo de Maria Teresa Brocardo, Braga: Fundação Calouste Gulbenkian-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997; "Cap. IV- Como ellrrey teve comselho do que faria da cidade". p. 190.

[732] AYALA, Pero Lopez. **Crónica de los Reyes de Castilla.** Tomo I, Ano V. Madrid: Imprenta de Don Antonio de Sancha, 1779, caps. XXVIII- XXIX, p. 113-115.

sintomas da crise da senhoria feudal tradicional e do acirramento de complexas interdependências político-sociais que se entretecem na Europa como um todo, e que acabam por arrastá-la e à península para a Guerra dos Cem Anos[733].

Em Portugal, as guerras fernandinas manisfestam-se como três episódios nos quais o que se encontra em jogo são questões estruturais. As disputas senhoriais não fazem senão manifestar a profunda crise de rendimentos que acaba por enredar a nobreza numa busca de soluções através da guerra intersenhorial. A turbulência momentânea e relativamente se estabiliza com a assinatura das pazes de 1411, e após um longo período de guerra contra Castela. As pressões sobre a realeza só encontrarão algum arrefecimento com os primeiros sucessos no norte de África. As crônicas de Zurara deixam escapar o quanto o período de guerras daquele passado recente submeteu as populações no interior da península a sacrifícios que não mais se mostravam tão dispostas a sustentar. O texto de Zurara parece projetar no espaço norte africano a promessa de recompensas não cumpridas por parte do poder régio nas guerras contra Castela. E era necessário que cristãos parassem de matar cristãos, que a agressividade decorrente do conflito social fosse canalizada contra o inimigo de fé.

O saldo político do período é reconhecido como um quadro de pressões sobre o poder régio por uma nobreza em parte renovada[734] e, em parte, composta por filhos segundos e bastardos que compunham uma juventude turbulenta, ávida por mercês régias como contrapartida do seu apoio à nova ordem estabelecida.

Assim, nada mais auspicioso no campo das formas de expressão cultural do que textos cujas mensagens fossem de cunho disciplinador, moralista e apaziguador de afetos; e que procurassem legitimar-se por estratégias discursivas que inscrevessem os homens e os conformasse aos imperativos e designios de uma ordem maior, a ordem divina.

O sub-título do presente capítulo assim se constrói pela contraposição, a nosso ver, não casual de duas passagens significativas do Livro de Linhagens e da Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória, nas quais se consagram metáforas bastante adequadas como expressão de uma redefinição de um núcleo comum de ideais de sociedade do qual em última instância compartilham ambos conjuntos de texto. O "sollaz dos atribullados", termo utilizado por Fernão Lopes, para falar de um grande espaço de relações – a Terra- coloca-se, assim, como pólo oposto à imagem de acolhimento da fidalguia que o Livro de Linhagens evoca com a referência ao solar, - ambiente doméstico e centro do senhorio local - no episódio que

[733]Cf. RUSSEL, Peter. E. **A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durantes a Guerra dos Cem Anos**, Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1998.
[734] Cf. CUNHA, Mafalda Soares da. A Nobreza Portuguesa no início do Século XV: Renovação e Continuidade. In: **Revista Portuguesa de História,** t. XXXI, v. 2, 1996.

envolve a Linhagens dos Lara. Ao contrário do discurso do Livro de Linhagens, a Crônica de D. João I, com tal expressão reconhece a existência e afirma a terra e o reino como espaços de acolhimento das gente vilãs, ausentes e ignoradas no Livro de Linhagens.

As menções ao elemento vilão numa sociedade na qual crescem e diversificam-se funções que os absorve em ofícios e misteres é extremamente rarefeita no Livro de Linhagens. Em duas situações apenas vemo-las mais nitidamente marcadas: a que se refere à companhia que cercava o rei Pedro, o Cruel de Castela, motivo de sua queda em desgraça[735]; e a Gomes Lourenço de Beja,[736] um advogado, pela ousadia dos agravos feitos ao rei D. Dinis. De resto, as gentes não nobres aparecem apenas em expressões como "cidadão honrado" do Porto ou de Lisboa[737], e no caso de tratar-se de sua iminente absorção como membros da nobreza pela via do casamento. Com toda a probabilidade, no Livro de Linhagens, trata-se de elementos que integram uma elite urbana que aporta recursos para famílias de uma nobreza falida e cada vez mais dependente do dinheiro de figuras que lidam com a mercadoria. Estas, por sua vez, e em troca, demandam acesso à vida social da fidalguia e ao prestígio nobilitador decorrente da associação a uma linhagem de bom nome.

Uma evidência que emerge a nós, contemporâneos, quando abrimos este texto do Conde D. Pedro é que o mundo ali retratado não tem a feição que lhe reserva o mundo histórico retratado pelas narrativas que se constroem acerca de sua História. É surpreendente que, considerada a data na qual foi produzido – c.1340 – ou seja, a antevéspera do clímax de eventos nos quais a crise mostrou sua face mais cruel, só a nobreza parece ter existência ali naquele discurso. É obvio que é o retrato de um mundo idealizado, mas bastante significativo por não reservar espaço a realidades sociais que se desenrolavam nos seus arredores como produção cultural.

De outro lado, surpreende a vivacidade com que o texto da crônica de Avis inclui a diversidade traçando um perfil do elemento urbano na Crônica de D. João I, que nos faz vê-lo como sempre ativo no apoio dado ao que é apresentado como a causa coletiva, a defesa do reino e o serviço do Mestre. Nossa hipótese, quanto a isto, é a de que há uma solidariedade entre o projeto doutrinário presente na prosa moralista de Avis e o universo de valores que organiza a ação dos protagonistas na crônica de Fernão Lopes. O que se convencionou designar como *prosa doutrinal de corte* se constitui no manancial de categorias que inspiram

---

[735] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, tit. XXI, fol. 65. In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumental Historica, Scriptores,** vol. II/1, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 217.
[736] **Ibidem**, tit. XXVI, fol. $A_1$37v.°, In: Mattoso, José. **Op. cit.,** p. 319.
[737] **Ibidem**, tít. XLI, fol. 148. In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. cit**., p. 472

o universo moral que compõe o substrato axiológico dos textos que foram indubitavelmente reconhecidos como as três primeiras crônicas de Avis: Crônica do Senhor Rei Dom Pedro, Crônica do Senhor Rei Dom Fernando e a Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória, a "trilogia" escrita por Fernão Lopes. Elas compõem um conjunto de escritos feitos por encomenda do rei D. Duarte[738], autor da maior parte das obras da prosa doutrinária a que acima nos referimos: o Leal Conselheiro, do Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda a Sela e dos escritos integrantes do Livro dos Conselhos de el-Rei D. Duarte - o Livro da Cartuxa.[739]

Na base destes escritos está o que pode ser subsumido pela ideia do "serviço de Deus". Tal ideia é como que um traço que redesenha as fronteiras que circunscrevem e integram objetos e seres, animados e inanimados à uma ordem do mundo. Nesta ideia estão incluídos um conjunto de proposições que se caracterizam por construir uma ordem baseada na oposição *virtude/vício*, termo em torno do qual se podem aglutinar valores e códigos de comportamento, que compõem a base das proposições presentes na doutrina do *Leal Conselheiro* de D. Duarte. O componente *vício* do binômio é convertido em *pecado* nesta prosa régia. Nas definições de "justiça", objeto principal do prólogo à primeira crônica dos reis de Avis - a *Crônica do Senhor Rei Dom Pedro* -, é à ideia de *pecado* que o termo é associado[740].

O "serviço de Deus" é o parâmetro em função do qual se podem aferir as condutas, avaliá-las e enquadrá-las na perspectiva da nova configuração moral propagada pelos poderes que se instauram com a subida da nova dinastia. O "serviço de Deus" como noção enfeixa uma série de expressões que nos revelam a emergência de uma forma de atualização de uma outra *forma simples:* a que André Jolles procurou definir pela noção de *legenda*[741], a que adiante iremos nos ater.

Embora se diga que o *Leal Conselheiro* de D. Duarte seja desprovido de um eixo fundante que permita, relativamente ao texto, uma visão englobante, afirma-se, todavia, que o único fator de coesão se encontra no plano moral; e que este se funda na doutrina da Igreja. Importava, isso sim, "sentire cum Ecclesia"[742]. Todavia, a ideia da ausência de um plano

---

[738] Cf. Apêndice de documentos, ANTT. Livro 19° da Chancelaria de D. Afonso V, fl. 22, In: **Crônica delRey Dom João I, I.** Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, p. XLV.

[739] Não poderíamos deixar de mencionar a importância da Virtuosa Benfeitoria de autoria do infante D. Pedro, seu irmão. .

[740] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, prólogo, p. 3-6.

[741] JOLLES, André. **Formas Simples, Legenda, Saga, Mito, Adivinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste.** São Paulo: Cultrix, 1976, p. 28-59.

[742]Cf. PORTUGAL, D. Duarte. **Leal Conselheiro**. Introdução e notas de João Morais Barbosa, Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1982, p. 10.

fundante só se justifica como decorrência de uma análise que se reduza ao interior do texto; que se processe sem levar em consideração o que ocorre na realidade histórica à sua volta, em especial no campo cultural. Basta que se investigue com que discursos seu texto dialoga para que a "monotonia", a que os medievalistas atribuem às "listas genealógicas" dos livros de linhagem, se desvaneça e o texto mostre consistência como elaboração acerca do mundo. Nas considerações de D. Duarte sobre aqueles sentimentos e comportamentos que classifica de "desordenados" existe uma preocupação zelosa em definir nuances que singularizem este sentimentos e condutas. O *Leal Conselheiro* é uma reflexão sobre conceitos. E a suposta ausência de um plano fundante é fruto de insuficiências que decorrem de uma análise que não busca compreender sua racionalidade específica na historicidade da sua produção e, como dito, nas suas relações com outros discursos.[743] E é exatamente em sua coesão no plano moral e nas articulações que tem com as condições de sua possibilidade histórica como texto que deve ser analisada como doutrina, como discurso fundador de uma nova comunidade moral.

Na Crônica de D. João I, da Boa Memória, com o relato dos eventos que culminaram nas revoltas de 1383 e como o que se seguiu, a guerra contra Castela, Fernão Lopes faz aparecer no seu texto uma sociedade mais variada, rica e complexa, integrada numa dimensão social e espacial mais abrangente e mais ativa. Espaço e sociedade são dimensões indissociáveis na propositura do texto da crônica. Ela molda estas dimensões de forma a incluir uma parte da sociedade à qual o texto do Livro de Linhagens não faz menção. Uma inserção que valoriza e dá sentido à vida do elemento vilão, vinculando-o como sujeito de um todo ao qual agora o discurso o integra.

O subtítulo acima nos ocorreu pelo que evoca no Livro de Linhagens a aparição do anjo a Nuno Gonçalvez d'Avalos, que na noite de sua morte aparece para conceder-lhe um "dom". Nuno ao anjo se dirige expressando o desejo de salvação para sua alma. Ao que o anjo lhe diz que

> esto lhe era outorgado com tanto que nom fezesse peores obras do que ele ata'ali fezera, *mais que pedisse al.* E ele [Nuno] lhe pedio que o seu solar nunca fosse destroido. E o angio lhe disse que pedia bem, e que Deus lho havia outorgado. E por esto cuidam os homees que o // solar de Lara nunca há de seer destroído[744].

A citação acima é a expressão do significado maior que o grupo confere ao espaço que tem como o centro de sua vida social, o solar, em relação ao espaço que o imaginário concede

[743]Cf. CHARTIER, Roger. A História Cultural. Entre práticas e representações. São Paulo- Rio de Janeiro: DIFEL-Bertrand, 1990, p. 66-67; 70

[744] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. X, fol.39 v.°. In: MATTOSO, José. **Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores,** v. II/1, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p.149.

ao sagrado. Mostra-nos a significação maior concedida ao espaço que se compartilha com a família, a descendência, com pessoas com as quais forjam-se relações com base em laços de companheirismo, amizade, consanguinidade e parentesco. Laços que se creem essenciais para a coesão social.

Numa figuração distinta temos, do outro lado, um exemplo expressivo de como os espaços são configurados no texto da crônica de Avis. No seu texto estão presentes uma variedade e heterogeneidade inexistentes no Livro de Linhagens. As concepções de espaço nesses textos ligam-se diretamente à emergência de entes coletivos.

Uma passagem na Crônica de D. João I alude a esta variedade. Retrata um diálogo entre Pero Fernandez Velasco, fidalgo que acompanhava o rei castelhano D. Juan no cerco a Lisboa, que, aconselhando-o acerca de se devia ou não dar combate à frota portuguesa vinda do Porto e que se aproximava da cidade para engrossar o contingente português contra o invasor, dizia-lhe:

> Vós, senhor, parece emtemdees que pellejamdo com esta frota, e a veemçemdo, que per aqui vemçees e cobraaes todo o *rreino*; e a cousa nom he assi; porque em ella vem boa parte dos *fidalgos de Portugall*, e outros *escudeiros e cidadãos* e aimda *dhomees de baixa maão* muitos; os quaaes ham *gram divedo* em esta *cidade*, e em todo o rreino, por *paremtes e criados e espeçiaaes amigos*, e morremdo deles aqui, ficavos pera sempre omezio com todos seus *divedos*, que pode ser que teeram boa parte das fortellezas do rreino. E veemdo eles como lhe vos avees mortos seus *filhos e irmãos e paremtes*, e os *senhores* per que forõ feitos, nom vos queram obedecer e sempre vos faram todo nojo e desserviço [...][745]

O texto, com termos tais como “rreino”, “fidalgos de Portugall”, “escudeiros”, “cidadãos”, “homens de baixa mão”, “criados”, “parentes”, “filhos e irmãos”, “divedo”, nos dá o sentido de como tais representações permitem resolver num discurso a emergência de espaços de dimensão ampliada, e de entes socialmente heterogêneos; e que a nosso ver não podem ser pensados sem referência à diversidade de categorias e papeis sociais que se aprofundam no contexto histórico da sociedade da passagem de meados do século XIV para os inícios do XV. A palavra do fidalgo representa uma realidade mais rica e composta de uma gama de entes sociais distintos dos que se vê presentes no *Livro de Linhagen* - relações às quais o discurso desta última revela apreço: irmãos, filhos, amizade, parentes. E, o que é fundamental, a noção de “divedo”, termo dotado de um nível de abstração, pois que designa um sistema de obrigações de homens em relação a outros homens. Trata-se de uma palavra

[745] LOPES, Fernão, **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** Parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. CXXX, p. 223-224. [itálicos nossos]

familiar ao universo da fidalguia, mas que no texto de Avis não designa apenas o conjunto de objetos e serviços que circulam na troca vassálica.

Do outro lado, a crônica nos dá a visão do cronista acerca da concepção de mundo dos inimigos. Para ilustrar a arrogância do nobre de estirpe mostrando a perspectiva redutora utilizada para designar todos os que não se encaixam na sua condição, temos a fala do rei D. Juan acerca das gentes que povoavam o espaço que estava na iminência de conquistar. Fernão Lopes descreve a soberba indignação do rei diante da despreocupação com que cidadãos saíam da muralha sem que a proximidade a ele os intimidasse. Ao que o rei, então, reagia dizendo aos seus: [...] Vos outros nom vedes, como estes villaãos amdam fora da cidade sem rreçeo de que de nos ajam? A eles, a eles, fazellos emçarrar demtro, ca villaãos som todos"[746].

A diversidade social expressa-se também em como o cronista descreve a organização do arraial castelhano, assentado nas proximidades da cidade, ao lado do mosteiro de Santos. Falando sobre o abastecimento, na qualidade dos produtos, ele suscita a diversidade social sem a qual não se pode produzi-los. Diz que:

> De Sevilha viinham muitas barcas e baixees com mamtiimentos e armas [...] e nom cuidees que somente de mantiimetos, mas especiarias de muitas e desvairadas maneiras achariees em elle em gramde avomdamça a vemder. Alli avia físicos e çelurgiaães e buticairos, que nom somente tiinhã prestes as cousas necessarias pera comservar a saúde do corpo, mas desvairados modos de comfeitos e açucares e comservas, lhe achariees em muita fartura.
>
> Agua rrosada, e outras destilladas aguas de que os viçosos homees husam no tempo da paz, todo sse ali achava por dinheiro segumdo cada huu queria"[747]

E segue:

> [...] Panos de sirgo e de lãa de desvairadas maneiras, achariees em çertas temdas [...] rua de molheres mumdayras avia no areal, tamanha como se costuma nas gramdes cidades [...] vemdiam e adubavom muitas armas [...] mercadores judeus e cristãos [...] cambadores, em que avia compra e vemda de moedas de prata e douro, e doutras maneiras em gramde avomdamento [...] somente de calçadura numca foi bem abastado. Era muito mamtheudo em justiça, de guisa que ũu homem rreçeava de dormir soo, posto que muitos dinheiros comssigo tevesse; nem sse faziam em elle outros erros, porque os homees costumam daver pena".[748]

---

[746] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. CXIII, p. 191
[747] **Ibidem**, p. 191.
[748] **Ibidem**, p. 194

Em outra passagem o texto nos mostra uma Lisboa com "fidalgos" e "cidadãos honrados" compartilhando os preparativos para a defesa da cidade. Ambos dividiam-se entre os muros de Lisboa. Os mesteirais também engrossam o contingente, clérigos e frades descritos como dentre os que pegam em armas; e o Mestre de Avis, que especial cuidado tinha com a guarda e governança da cidade, coordenava-os todos que prontamente se diziam prestes para o que mandasse. E isto [...] De guisa que a todo boom rregimemto que o Meestre hordenava, nom mimguava avomdamça de trigosos executores".[749]

E para sacralizar a missão de defesa do reino e da cidade surgem as analogias com as situações bíblicas. Lisboa tem seu espaço concebido como um espaço sacralizado. O cronista o descreve como o que padeceu das mesmas mínguas que Samaria[750]. Diz que quando os inimigos assediavam a cidade

> [...] todos eram postos em aquell cuidado, em que forõ os filhos de Isrraell, quamdo rei Serges, filho de Rei Dario, deu leçemça ao profeta Neemias, que rrefezesse os muros de Jerusallem [...] Ali não havia nenhum que [...] com outro levamtasse arroido nem lhe empeeçesse per tallemtosos excessos, mas todos husavom damigavel comcordia, acompanhada de proveito comuu"[751].

O que se segue a este quadro no qual se descrevem os espaços são os preparativos em outras localidades e cidades, reconhecidas como entes individualizados, mas coordenadas como partes integrantes de um todo maior, o *reino*. Diz-se que o inimigo adentra o reino pilhando vilas e cidades para juntar-se ao cerco. Acompanhado por "portugueses desnaturados"[752], contra quem os "portugueses dereitos" diziam [...] por deffemder nossa terra e o rregno, nom devemos tomar reçeo [...] mas deffedello ataa morte, amte ca nos sojugarẽ comtra rrazom e dereito"[753]. Em relação ao Porto se diz que as cartas chegadas do Mestre não foram ouvidas em vão. [...] Mas como forom vistas, com coraçom muito prestes logo sse jumtarom todos, especialmente o poboo meudo, ca alguus outros dessa *comunall gemte* duvidamdo rreçeavõ de poer em tal feito maão.[754]

O caráter coletivo sobressai ainda na relação que o espaço estabelece para designar

---

[749] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. CXV, p.197.
[750] **Ibidem**, cap. CLI, p. 278.
[751] **Ibidem,** cap. CXV, p.198.
[752] **Ibidem**, cap. CXVIII, p. 203
[753] **Ibidem**, cap. CXIX, p. 205.
[754] **Ibidem**, cap. XLVI, p. 81.

aquele que o integra. É frequente a locução "os da cidade". Expressão impensável no Livro de Linhagens. Não há referência à cidade se não para falar de um seu elemento que entra para a fidalguia através de um casamento numa família da nobreza. Vê-se, nestes casos, menção a um "cidadão honrado da cidade de Lisboa"[755]; ou a uma viúva, tal com se descreve uma "cidadãa do Porto mui rica [...] que fora ante casada com Joham Goterrez, que foi cidadão do Porto mui rico."[756], a quem sucede o mesmo.

"Os da cidade" é uma forma de expressão com que a crônica reúne numa categoria e inclui na sociedade aqueles que num momento crítico agem como sujeitos de uma coletividade, como sujeitos de interesse e ação. O texto nos fala de [...] como ho alcayde dEvora quisera teer voz por a Rainha, e foy tomado o castello [...] *pollos da cidade."*[757]; ou [...] c*omo os da cidade* se levamtaram comtra a Abadessa, e do jeito que teveram em na matar"[758], porque era aliada da rainha Leonor; ou ainda, [...] Dalguuas cousas que acomteçiam *aos da cidade* com os do areal, jazemdo cercados"[759]

A presença de expressões conotativas da dimensão espacial, ainda na Crônica de D. João I, nos dá uma relação [...] dos *lugares* que tomaram voz por *Castella* em todallas *comarquas* do *rregno*"[760], e também [...] dos nomes *dalguums lugares* que teveram voz por Portuguall [...][761]. Note-se que há no primeiro título menção a quatro entes distintos através dos quais a dimensão em questão se expressa: *lugares, Castella, comarquas e rregno*.[762]

Numa outra passagem Fernão Lopes refere-se à visão do invasor destituindo o urbano de seu caráter ativo e reduzindo-o à condição de objeto passivo. Nas saborosas imprecações que o cronista atribui às gentes do séquito da rainha Leonor Teles e, mais adiante, ao rei de Castela, aponta para formas como constrói o objeto de desejo daqueles que estão contra a causa do Mestre de Avis. Assim é que em sua partida de Lisboa para Alenquer, preocupada com sua segurança dado ao desafeto que o povo da cidade lhe dedicava, diz Fernão Lopes sobre o séquito da rainha Leonor que abandonava a cidade: [...] nom minguava dos de sua

---

[755] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Tít. XXV, fol. A_1 33. In: MATTOSO, José, (Ed.) **Portugaliae Monumenta Historica,** II/1, **Scriptores,** Lisboa: Academia de Ciências, 1980 p. 303.
[756] **Ibidem, op. cit.,** Tít. XLI, fol. 148, In: MATTOSO, José. **Op. cit.,** 1980, p. 472.
[757] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória**. parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. XLIV, p. 77. [itálicos nossos]
[758] **Ibidem,** cap. XLV, p. 79. [itálicos nossos]
[759] **Ibidem,** cap. CXL, p. 247. [itálicos nossos]
[760] **Ibidem,** cap. LXVIII, p. 116. [itálicos nossos]
[761] **Ibidem,** cap. CLXII, p. 306. [itálicos nossos]
[762] **Ibidem, ca**p. XVI, p. 33.

companhia quem pollo caminho, oolhamdo por de tras dissesse comtra Lixboa: 'que maao fogo a queimasse, e que aimda a visse estroida e *arada toda a bois'* ". [763]

No mesmo espírito, acerca do rei castelhano que, levantado o cerco à cidade dada a grande pestilência que se abatia sobre suas tropas, dizia [...] que chegamdo a tal logar de que perdia vista da cidade, voltou ho rrostro comtreella, e dizem que disse: Oo Lixboa! Lixboa! Tamta mercee me faça Deos que aimda te veja *lavrada de ferros darados*!"[764]

Na base de tais formas de expressão não estão somente formas de representação do mundo produzidas à revelia do que ocorre no plano do vivido no mundo real- consideradas as devidas distâncias poéticas sempre existentes entre texto e realidade. Vê-se nestas imprecações a expressão da indignação de uma nobreza que se vê obrigada a partilhar espaços e poder com outros entes sociais e em relação aos quais não mais pode se impor sem que limites se interponham. As pressões do ambiente urbano, em especial nos finais do século XIV, se precipitam de forma mais acentuada numa sociedade até então dominada pelo senhorio feudal tradicional. Neste momento a nobreza se defronta com limites e contrapressões que tanto a crise, quanto a emergência de outros atores políticos impõem ao livre exercício de poderes tradicionalmente que lhe eram consagrados pelo costume, próprios a um *habitus* de classe de caráter autonomista[765]. No texto, o ambiente urbano é significativamente figurado como um ente que a fidalguia busca reduzir à condição de domínio agrícola. Ele é a materialização do novo. E, apesar de acossado pelo invasor, é descrito de forma expressiva como um espaço vívido e dinâmico, que contém algo de próprio que o faz escapar ao completo controle da fidalguia.

A fala do inimigo da causa do reino que reduz Lisboa à condição de solo arável, retrata a nostalgia de um tempo do mundo feudal no qual sua autoridade era inconteste e não encontrava resistências como agora. A praga lançada pelo invasor fracassado e pela rainha deposta nos mostra como o cronista constrói na imaginação do inimigo o desejo de conversão do espaço urbano - um adversário contumaz do poder senhorial laico - em espaço em cujo centro está enraizado o símbolo do poder senhorial, o solar.

Quando se soube que a frota vinda do Porto e ancorada em Cascais saía em direção a Lisboa, fala-se de uma

---

[763] **Ibidem,** cap**.** XVI, p. 33.
[764] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória**. parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. CL, p. 276.
[765] Cf. Elias, Norbert. **A Sociedade de Corte**, Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 91-119.

> [...] cidade posta em tamta pressa e amgustura , que nom somente de todo perderiam esperamça [...] de cahirem per força nas sanhosas maãos de tam mortaaes immiigos, pera husarem deles a seu livre talamte [...] Qual estado nem modo de viver era emtom isemto deste cuidado?[...] Qual seria o peito tam duro de piedade, que nom fosse amollemtado coma amaviosa compaixom, veemdo as egrejas cheas dhomees e de molheres com os filhos nos braços, todos braadando a Deos que lhes acorresse, e que ajudasse a *Casa de Portugal*? Çertas nehuu, salvo se fosse nom limdo Portuguees [...][766]

Na procissão organizada para darem "graças a Deos" pelo milagre da defesa, dizem "os da cidade": "Gram miserdicordia fez o Senhor Deos com nosco [...]". Depois, um frade num sermão após procissão dedicada à vitória, apregoou que ela "[...] procedia dos naturaaes dereitos"[767]; e que depois de

> [...] elRei de Castella leixar seus gramdes e poderosos rreinos comtra o gram juramento dos trautos que prometera, e viinr nom dinamente [...] com nom discreta cobiça, com deleitaçom de sse assenhorar [...] queremdosse Deos amercear dela, ferira o amgio de Deos huua noite nos do arreall, e mata çemto e oiteemta e çimquo mil deles;[768]

Assim, como se dissesse aquele que o cronista chamou de o

> [...] mui alto Rei çellestriall, Padre de gramdes misericórdias e Deos de toda comssollaçom, no comssistoiro da sua sabedoria: Oo cidade de Lixboa, ouvida he a tua oraçom! e porque te amei quero te livrar, avemdo de ti gramde doo e esto ser em maão forte, e a tua feuza daqui em deamte, em mim será.[769]

Ao que Lisboa responde [...] Bemto sejas Tu mui alto Deos, Primçipe dos reis da terra, *doçe Sollaz dos atribulados*".[770]

O que vemos no texto não é um quadro no qual o investimento dos personagens se faça pelo relato de façanhas individuais, como é constante no *Livro de Linhagens*, onde em cada título o foco narrativo se concentra sobre a ação de algum seu expoente. Não é história familiar o que se vê no texto de Fernão Lopes. Os protagonistas não são tomados como integrantes de uma família, embora a tenham. Fernão Lopes representa-os envolvidos numa causa coletiva. Ressalta-os, antes de tudo, como integrantes de uma comunidade de índole distinta da comunidade familiar, âmbito no qual se confinam os indivíduos na obra do Conde D. Pedro. Em Fernão Lopes fazem parte de uma comunidade moral que se funda num sistema

---

[766]LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória**. Parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. CXXXII, p. 227-228 (Grifo nosso)
[767] **Ibidem**, cap. CLI, p. 277
[768] **Ibidem**, cap. CLI, p. 278. Referindo-se aos mortos pela peste que se abateu sobre o arraial do rei castelhano.
[769] **Ibidem**, cap. CLI, p. 280.
[770] **Ibidem.** [itálicos nossos]

de valores mais amplo, e, como consequência, em solidariedades igualmente alargadas e que radicam em última instância na fé, na coerência com a ideia do "serviço de Deos". Elementos que transcendem a estrita ideia de família e linhagem.

A fé e a ligação à ortodoxia romana era o que unia toda a diversidade de elementos sociais aliados à causa do reino. O texto nos apresenta os inimigos da causa do reino como a "treedores cismáticos". Nele diz-se que os grandes das cidades chamavam os pequenos, a "arraya meuda", de "poboo do Mexias de Lixboa"; e os pequenos chamavam os que tomavam voz por Castela de "treedores cismáticos"[771]. Sobre o rei castelhano, dizia-se [...] bem sabees como este rreino por nossos pecados he ora deviso em duas partes, de guisa que a viimda do Amtechristo [...] Rei de Castela vai sobre a cidade [...] com todo seu poder e frota"[772]. Este tempo é o período no qual a Igreja se dividiu em duas fidelidades: de um lado, os adeptos de Roma; de outro, os de Avignon. Portugal havia tomado partido de Urbano VI; Castela, de Clemente VII.

O texto da crônica nos mostra o poderio inimigo remetido a todo aquele conjunto de categorias, ações e objetos que a prosa moralista inclui na ordem dos "mundanaees feitos". A descrição que Fernão Lopes faz do arraial do rei castelhano é a figuração da abundância, lugar do desejo. Nada ali evoca o que está do outro lado da oposição - a *virtude* - senão por uma tímida referência à justiça, mas descrita meramente instrumento de garantia de posse de bens mundanos.

Do outro lado, diligência, concórdia, organização e a filiação a um ideal, que a todo momento dirige rogos à ordem divina. Analogias são feitas com o "povo de Israel", e Lisboa é a Jerusalém[773]. Em vez da perspectiva da pilhagem e do saque, o que se tem à frente são preparativos para defender a terra de que se é um "natural", contra o que chamam de uma "refeçe sujeição".

A fidalguia indecisa é descrita como à espreita. Na sua ordem de ponderações está a descrença na causa do Mestre pelo que lhe parece a evidência de uma brutal desvantagem em relação aos pomposos recursos que o lado adverso dispõe. Alguns fidalgos exclamam: [...] Espamtado som de taaes homees como estes, poderem deffemder este rreino a el Rei de Castela, que he huu tamanho senhor, salvo se Deos amda por seu capitom deles"[774]

Um elemento que o texto permite considerar são aspectos do *habitus* cavalheiresco de

---

[771] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória**. parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. XLIII, p. 75.
[772] **Ibidem**, cap. CXXIII, p. 211.
[773] **Ibidem**, cap. CXXVI, p. 217.
[774] **Ibidem**, cap. CXXVI, p. 217.

uma nobreza tradicional senhorial, e que se encontra identificado ao que as *sagas* revelam quanto ao significado que dão a ideias como conquista, derrota, opressão, libertação[775] - noções frequentes no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro. O texto da crônica exibe expressões como

> [...] entrar poderosamente, por se assenhorear do rreino [...]; que D. Juan deixara os seus [...] gramdes e poderosos rreinos, [...] e vinha com [...] hũua nom discreta cobiça, com delleitaçom de sse assenhorar [...] da cidade; que [...] elRei avia gram desejo de emtrar em Portugall [...] que cõ o gram poderio lhe obedeceriam e cobraria o rregno [...][776].

Do outro lado de um *ethos* pecaminoso está a *virtude*. A alta frequência com que nos textos de Avis se faz menção à ordem divina, as formas com são postas em contexto e a frequência com que o termo "Deos" aparece, fazem a diferença em relação a como se manifestam no *Livro de Linhagens*.

Algumas passagens encontradas no *Livro dos Conselhos del Rey D. Duarte*, tais como a resposta à carta do Infante D. João, nos mostram como o discurso as hierarquiza. O que o rei valoriza como a primeira dentre as quatro razões pelas quais os feitos deste mundo devem realizar-se estão: o serviço de Deus; "a honrra, o proveito e o prazer[777]. A respeito de se devia ou não fazer guerras aos mouros de Benamarim, diz o rei: [...] A mym Pareçe que Caualaria e syso em todo nom // comuem porque suas regras são desuairadas qa hua regra de syso diz que se nom deue deixar certo por o nom certo, a qual he contra a Caualaria" . E continua

> Ora pois olhae que conta daremos a deus *do offíçio que nos he dado* de gardaremos o nosso pouo quando nos a prinçipal ocasiom somos de sua destruyçom certamente bem mereçiamos de sermos punjdos *daquel senhor que he sobre todos os senhores* como maos, pois o seu ofiçio tomamos em roubarmos os nossos, e se deus ouuyse os seus rogos não deujamos ousadamente cometer tal guerra.[778]

Em outro texto, no qual o rei D. Duarte prega o "Amor do Senhor sobre todallas cousas [...]", se ve escrito: "Todo boo homem pola graça de deus deue ter tençom de trazer sempre ante seus olhos os bens e merçes que recebe dele, [...] e ser sempre contente do que há

---

[775] Cf. JOLLES, André. **Formas Simples, Legenda, Saga, Mito, Adivinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste.** São Paulo: Cultrix, 1976, p. 69.
[776] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória**. **P**arte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. LVI, p.96-97.
[777] "Resposta ao conselho, se deue el rey meu senhor fazer guerra aos mouros de benamarym ou não feito polo Jfante dom Yohão". In: PORTUGAL, D. Duarte de. **Livro dos Conselhos de el-Rei D. Duarte (livro da cartuxa**), Lisboa: Editorial Estampa - Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 43.
[778] **Ibidem**, **op. cit.,** p. 43. (Grifos nossos].

pois lhe uem por hordenança do senhor deus."[779].

A frequência consideravelmente superior e a variedade de formas com que o texto da prosa faz menção ao Deus e a seu "serviço", considerando ainda o papel exercido pelas formas de transmissão oral dos textos na sociedade de então, e cuja repetição tem uma importante função mnemônica, nos levam a propor que se o considere como índice de uma transformação de sentido. Principalmente pela alusão a ações que implicam na consciência de uma dependência recíproca entre os homens, que se realiza por um desígnio de forças superiores, forças ordenadoras do cosmo; ao contrário da ideia de pacto, que se esgota no espaço de um contrato entre senhor e vassalo.

A pergunta do rei acima é eloquente: [que conta daremos a Deus do ofício que nos é dado de guardarmos nosso povo, quando nós somos o principal motivo de sua destruição?]. A proposição insere os homens num sistema de troca generalizada, em oposição à troca restrita que caracteriza a relação vassálica tal como proposta no *Livro de Linhagens.* Naquela, o senhorio ou a quem quer que um vassalo deva uma qualquer obrigação não se encontra no topo da cadeia de uma Virtuosa Benfeitoria, como pretende o texto homônimo do infante D. Pedro, irmão de D. Duarte. O rei no texto do *Livro de Linhagens* nos é apresentado enquanto um senhor como qualquer outro. Ser rei é ali, aliás, uma questão superlativa[780]. O autor sustenta até mesmo que descende de fidalgos[781]. O divino existe para consagrar relações que fazem com que a sociedade se conceba como um somatório de obrigações e deveres entre senhores e vassalos tomados como pares, representados em relações de caráter horizontal, cujo modelo é o do companheirismo em combate. Não é fortuito que Sam Thiago seja retratado como um companheiro de combate de Gonçalo Mendez da Maia, o Velho Lidador[782]. E que o valor de Nuno Gonçalvez d'Avalos seja lembrada por estar em companhia do Conde Fernán González no episódio da luta contra o rei Mouro Almançor.[783]

A distinção pode ser ainda marcada tomando-se o exemplo de referências a Deus na

---

[779] PORTUGAL, D. Duarte de. **Livro dos Conselhos de el-Rei D. Duarte (livro da cartuxa**), Lisboa: Editorial Estampa - Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982,p. 7.

[780] Diz-se do Conde D. Fernando de Trastâmara "[...] que era em aquel tempo o melhor homem d'Espanha que rei nom fosse". Cf. BARCELOS, Conde D. Pedro de. Tít. VII, fol.30, In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1**, **Scriptores,** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, p.124. Do Conde D. Pedro se diz: "Este conde dom Pedro foi o que fez moito bem a fidalgos em Portugal e o que os pôs nas moi grandes contias, ca mais forom por ele postos e feitos em mui grandes contias ca polos melhores quatro homees bõos que forom em Portugal, *salvando se forom ende reis. E este foi o que herdou alguus filhos d'algo nas sas herdades e que houve os me // lhores vassalos que houve outro conde, nem homees bõos dos que dante forom.*" Cf. **Ibidem,** Tit. XXII, fol. $A_1$3-$A_1$3 v.°, In: MATTOSO, José (Ed.). **Op. Cit.** p. 277.

[781] Como afirma o Titulo VII "Do Conde Dom Monido, donde decendem os reis de Portugal de ua parte, procedendo ao diante, e dos outros que dele decenderom. Cf. BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. VII, fol. 27 v.°, In: MATTOSO, José. (Ed.). **Op. Cit**., p. 119.

[782] **Ibidem,** Tít. XXI, fol.67 v.°, In: MATTOSO, José, **Op. cit.,** p.222.

[783] **Ibidem,** Tít. X, fol. 39 v.°. In: MATTOSO, José, **Op. cit.,** p. 147.

abertura do Livro de Linhagens. Em seu Prólogo, sustenta o Conde a ideia de um Deus amigo [...] fonte e padre de amor"[784]. Ressalta uma simetria implicada na ideia de amorosa da relação entre pai e filho. O que no plano do vivido não ocorre sem a presença de hierarquias, mas sobre o texto cala.

Neste mesmo Prólogo há referência ao "serviço de Deus"[785]. O Conde invoca Aristóteles que, segundo ele afirma [...] que se os homens houvessem antre si amizade verdadeira, nom haveriam mester reis nem justiças, ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus"[786]. Novamente se vê representada a ordem divina estabelecendo-se numa horizontalidade e simetria em relação ao mundo dos homens. Será necessário a passagem de um extenso número de fólios para que reapareça uma nova menção ao "serviço de Deus" [787]. O que se vê neste lapso textual é um mundo no qual os referenciais cristãos convivem paralelamente com um universo de mitos, lendas e estórias ligadas a um imaginário cavalheiresco de fundo pagão. A luta por honra, fama, terra e mercês está em primeiro lugar. É no plano do terreno que o texto situa a razão de ser última da ação dos homens.

Obrigações para com outros indivíduos esgota-se no âmbito do dom e contra dom. E este é o preciso sentido da palavra *divedo*, que aparece constantemente nos textos. O combate contra o inimigo de fé não nos mostra um *serviço de Deus* como objetivo último do cavaleiro e segregado do ato da busca de seus objetivos pessoais. Ele integra um um conjunto de disposições que visam coadjuvar na busca dos fins a que se destina à existência terrena do cavaleiro: a conquista de honra e glória em benefício da linhagenm. E este aspecto se confirma como um elemento fundamental presente nas *sagas.*

---

[784] **Ibidem**, Pról., fol. 1. In: MATTOSO, José. **Op. cit.,** p. 55.

[785] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. VII, fol. 27 v.°, In: MATTOSO, José. (Ed.) **Portugaliae Monumenta Historica,** v. II/1, Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p. 56.

[786]. **Ibidem,** p.56.

[787] **Ibidem,** Tít. X, fol. 43, In: MATTOSO, José. **Op. cit.**, p. 157; dos de Lara, há uma menção a Nuno Gonçaves de Lara, o Bom, que, pelos Mouros estarem em Castela a estragar a terra, se diz que [...] foi-se à frontaria pera fazer serviço a Deus e a el rei e amparamento aa terra". Adiante se fala no Deus, mas não no seu "serviço". O fólio 64 v.°, p. 215, fala que por muitos [...]pecados o desemparou Deus [...]", referindo-se a Pedro, o Cruel de Castela. E sobre o mesmo rei, no fólio 65, p.217, se faz menção a que Pedro é o oposto a reis que [...] Deus dá entendimento[...]"; [...] vontade de Deus [...]", aparece no fólio 66 v.°, p. 220, para designar um caso em que um cavaleiro perece em combate por que foi por[...] sa vontade [...]" de Deus; que [...] Deus guardaria de todo cajam e de todo perigo [...]" a Egas Gomez de Sousa,[...] em seu logo, que era de boa linhagem e de grandes bondades." fol. 66 v.°-67, p 220-221. Com exceção do fólio 43 v.° acima mencionado, as demais referências surgem nesta concentração no título XXI, que é o trecho cuja refundição incorpora elementos léxicos presentes na prosa de Avis, pois que se trata de um texto datado c.1380-83. Termos como "portugueses", "castelhanos", "reinos", "cristandades" estão ausentes ou em certos casos extremamente escassos nos demais títulos como um todo. E é apenas referindo-se a Afonso XI de Castela, no Título XXI, que se vê a fórmula "Serviço a Deus", imediatamente avizinhada ao termo "reinos" (no plural). Refere-se a este rei dizendo [...] e nesto fez gram *serviço a Deus*, porque a guerra era mui crua e mui danosa aos *reinos* [...]" [Itálicos nossos], fol. 75 v.°, p. 239. Tal associação está ausente nos demais títulos do Livro de Linhagens. Só a vemos presente e com alta ocorrência na crônica de Avis e no Leal Conselheiro de D. Duarte.

Os textos nos permitem considerar o que nos diz Norbert Elias acerca do *habitus* cavalheiresco de uma nobreza tradicional senhorial. Ele se encontra em sintonia com o que as *sagas* nos revelam quanto ao significado concedido a ideias como conquista, derrota, opressão, libertação[788] - ideias que são a base do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro. O aumento das interdependências sociais, contudo, faz necessária uma conduta pautada por um abrandamento das pulsões, que implicam psicologização e racionalização[789]na tomada de decisões. E é exatamente a mensagem que o texto da Crônica de D. João I, da Boa Memória atribui ao fidalgo castelhano, Pero Fernandez Velasco. Mostra-nos mostra uma leitura da situação diametralmente oposta à que faz seu interlocutor, o rei D. Juan. Velasco considera as consequências do que pode advir de uma ação impulsiva, motivada pelo que preconiza o universo de valores do rei castelhano. Os sentimentos de orgulho e soberba em jogo neste excerto da crônica, inclui-se no rol daqueles a que a prosa do texto do *Leal Conselheiro* de D. Duarte, dedica um significativo número de capítulos e atribui à categoria de "sentimentos "desordenados"[790].

Expressões como "...] *entrar poderosamente*, por se *assenhorear do rreino* [...]"; associadas a que de D. Juan deixara os seus"[...] *gramdes e poderosos* rreinos,[...] para vir com [...] hũua *nom discreta cobiça, com delleitaçom* de sse assenhorar [...] da cidade"; que "[...] elRei avia *gram desejo* de emtrar em Portugall [...] que cõ o *gram poderio* lhe obedeceriam e cobraria o rregno [...]"[791] apontam para o extremo negativo da polaridade *virtude/pecado,* identificados na prosa de D. Duarte como sentimentos da ordem do que classifica como *destemperança*, *desordenamento da vontade*.

Acrescente-se que na referida citação as ponderações do fidalgo e conselheiro do rei castelhano referem o poder social a uma sua interseção com um espaço mais amplo de relações que se definem por seu caráter coletivo. Trata-se da expressão *fidalgos de Portugal*. A referência a um espaço físico, à localidade, figura aqui como um coadjuvante ao direito que a narrativa reconhece aos não fidalgos de comungar de um espaço de relações que os converte em sujeitos. Aqui, tal como para a nobreza do *Livro de Linhagens*, o discurso reconhece ao elemento vilão a possibilidade de aceder a objetos a que só têm acesso aqueles que estão no

---

[788] Cf. JOLLES, **Formas Simples - Legenda, Saga, Mito, Advinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste**, São Paulo: Editora Cultrix, 1976, p.69.

[789] ELIAS, Norbert. Abrandamento das pulsões: Psicologização e Racionalização, In: **O Processo Civilizador, Formação do Estado e Civilização**, vol**.** II**.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. p. 225-226.

[790] PORTUGAL, D. Duarte de. **Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta.** Edição crítica organizada por Joseph Piel, Coimbra - Lisboa: FLC – Livraria Bertrand, 1942, p. 41-130.

[791] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. LVI, p.96-97. [itálicos nossos]

topo da escala social: *parentela, filhos, irmãos, paremtes*[792]. É interessante ressaltar o quão recorrente é a menção a relações familiares no texto da Crônica de D. João I, da Boa Memória. Espaço de relações sociais no qual unicamente incide o foco narrativo do texto do *Livro de Linhagens* e no qual só se registra a presença das gentes fidalgas. Ao elemento vilão, quando lhe atinge, o faz nas entrelinhas - só merece menção quando este se coloca no limiar de seu ingresso numa família da fidalguia. Recordemos que menções à parentela é a matéria que sistematicamente se repete nos cabeçalhos das listas familiares quando do registro da união de um casal. Neles, antes mesmo da menção ao ato que os une, solene ou ilícito, infalivelmente se descreve a parentela de sangue que cerca a cada um dos cônjuges - preferencialmente se a fama daquela é passível de agregar carga simbólica positiva a família em formação.

Na base destas proposições não estão somente formas de representação do mundo que existem à revelia do que ocorre nas relações do mundo real. O urbano, e em especial nos finais do século XIV, impõe limites ao alcance dos poderes da senhoria tradicional, cujo modelo ainda em muito se encontra tomado ao vigente no domínio solarengo. No texto da Crônica de D. João I, da Boa Memória tal é representado na figura de um rei D. Juan de Castela, apresentada como um ente ressentido batendo em retirada, derrotado por força de circunstâncias que se puseram a favor das gentes que classifica como *villaãos*, e que pretende destruir por serem por serem a expressão da *nova era*, do urbano, da Lisboa de que fala o cronista, mostrada como "[...] vida e coraçom deste rreino [...]"[793] "[...] columna que sostém todo o Portogal"[794].

No que concerne à dimensão temporal, se pode dizer que, em comparação ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, a ordenação do texto em tempo cronológico é nítida. Principalmente na Crônica de D. João I. A Crônica de D. Pedro caracteriza-se por uma estrutura bastante peculiar[795]. Sabe-se que vinte e três dos seus quarenta e quatro capítulos são sínteses, traduções com algumas adições pontuais feitas da crônica do rei castelhano Pedro, sobrinho e homônimo do rei português, escrita por Pero Lopez de Ayala.

A Crônica do Senhor Rei Dom Pedro supõe-se ser a primeira dos reis de Avis que integravam o projeto de [...] poer em caronyca as estorias dos Reys que antygamente em

---

[792] **Ibidem,** cap. CXXX, p. 223-224. [itálicos nossos]
[793] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. CLXII, p. 306.
[794] **Ibidem**, cap. CLX, p. 302.
[795] Cf. AMADO, Teresa. Questões Textuais sobre Manuscritos das Crônicas de Fernão Lopes. In**: Actas deo Congresso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval.** Edición al cuidado de Armando López Castro y Luzdivina Cuesta Torre. León: Universidad de León, 2007; Idem, *O Passado e o Presente: ler Fernão Lopes*, Lisboa: Editorial Presença. 2007 b.

portugal forom [...][796], idealizado por D. Duarte e do qual incumbiu o cronista. Ela, originalmente, compartilhava espaço com a Crônica de D. Fernando e de D. João I, num segundo volume. O projeto original, segundo se crê, consta de dois volumes, o primeiro sendo dedicado aos reis anteriores a D. Pedro[797]. Portanto, o que se vê é que integrava um todo, um projeto que afirmamos ser um programa narrativo, de intervenção ideológica na forma como a sociedade e o campo cultural de então representava sua história.

Nossa proposição é a de que a Crônica do Senhor rei D. Pedro está para as crônicas que se seguem, assim como os cerca de oito ou dez Títulos iniciais do *Livro de Linhagens* estão para os restantes: cumprem a função de enquadrar a sociedade da qual pretende falar num dado universo referencial. Para o *Livro de Linhagens* e em termos da dimensão espacial, trata-se de enquadrar a sociedade em questão num universo cosmológico desenhado como um somatório de localidades, de espaços de dimensões imagináveis em função da extensão que este imaginário conferia ao alcance do poder das linhagens.

A Crônica de Avis se utiliza de alguns dos referenciais cosmológicos do *Livro de Linhagens*. Toma-os como pressuposto, acrescentando uma outra "hidade", a "septima hidade"[798] fundada pelo Mestre de Avis. Mas o que nela predomina não são espaços sobre os quais predominem o protagonismo político das linhagens e mensurável em função do alcance de seus poderes. Mas um espaço alargado, que se disputa e consagra numa relação orgânica com a noção de *reino*. A narrativa de Avis não trata de dispor a história de um grupo familiar que se confrontra ou estende seu poder a um espaço com o concurseo da associação a outros grupos familiares, mas ela o figura como um *reino* integrado a um quadro compartilhado pelo conjunto de congêneres europeus. Trata-se de montar um discurso com que se possa configurar, tal como no Livro de Linhagens, um quadro de referências de que se retira legitimidade para sustentar a posição daquele futuro rei, que, aclamado como regedor e defensor do reino, [...] pela Câmara da cidade [...][799], se oferece como instrumento de um desígnio divino; e que, como um Messias tal como o Cristo, vem para redimir os [...] bons e leais portugueses [...] de seus pecados. Esta é a lógica que enseja ao discurso apontar o rei castelhano como o *Amtechristo.* Os pecados a resgatar estão diretamente associados ao conteúdo com o qual o texto investe os oponentes, sujeitos destinatários de uma outra missão - a de resgatar um reino como se retoma um bem, um legado de família.

---

[796] Apendice de documentos, I, Santarém, 10/03/1439. In: LOPES, Fernão. **Op. cit., I,** 1973, p. XLV**.**
[797] MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes: Texto e Contexto**, Coimbra: Livraria Minerva ,1988, p. 79-81.
[798] LOPES, Fernão**. Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. CLXIII, p. 308.
[799] **Ibidem,** cap. XXVII, p. 46.

Existem inclusive homologias entre o caráter *justiçoso* do rei Pedro. Os excessos[800] que comete fazem dele uma alegoria dos reis vetero-testamentários, que também se encontram representados no Livro de Linhagens. E não é por acaso que na última peça da trilogia está o Mestre de Avis, figurado como o Messias, o dissidente dos *filhos de Israel*.[801] Esta Crônica do Senhor Rei Dom Pedro é um texto no qual Fernão Lopes traça um perfil de um rei que tinha *virtudes*, mas cujo destempero era mister redimir pelo relato de uma boa governança que permitiu às gentes dizer "[...] que taaes dez anos numca ouve em Purtugal, como estes que reinara elRei Dom Pedro"[802] . Localizados os desequilíbrios, parte-se para ações corretoras.

A ausência de um plano cronologicamente bem estruturado pode também creditar-se às características de que se reveste a circulação de mensagens no período. Um dos aspectos envolvidos no seu polêmico Prólogo revela as pegadas de um confronto entre oralidade e escrita que incidia sobre o fenômeno geral da comunicação no período. E disto não escapa a Crônica de D. João I: um extenso corte se processa para que se introduza não só o Mestre de Avis, mas também àquele que mesmo figurando em textos anteriores à Crônica de D. João I já era designado como o Santo condestável[803], Nuno Álvarez Pereira. Numa sociedade em que memória exerce um papel significativo como forma de armazenamento do conhecimento, não é estranho que se processem cortes nas sequências de texto para que se introduza o culto dos *exempla*, das figuras que devem ser objeto da *imitatio*.

O ponto ao qual se pode creditar a ausência de um plano narrativo bem definido na Crônica de D. Pedro, deve-se a que se trata de uma obra que não poderia propor-se originalmente como um texto dotado de uma autonomia e uma identidade que a delimitassem e singularizassem em relação às crônicas que lhes são posteriores. Do ponto de vista que a constitui como parte de um programa narrativo, ela é uma introdução às que lhe seguem. Está absolutamente em sintonia com o que no plano da expressão é próprio à crônica como gênero histórico: promete um fim, mas não o realiza. [804] E o mesmo sucede às que se seguem a Crônica de D. João I, da qual as crônicas norte africanas saídas da pena de Gomes Eannes de

---

[800] PORTUGAL, D. Duarte de. **Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta.** Edição crítica organizada por Joseph Piel, Coimbra - Lisboa: FLC – Livraria Bertrand, 1942 cap. LIX. "Sobre a Prudência feito por o Doutor Diogo Afonso": "*Na justiça o sobejo é crueldade* e o seu minguado é misericórdia [...]" p. 294. [itálicos nossos].

[801] LOPES, Fernão. **Crônica DelRei Dom João I, da Boa Memória.** Partes I e II, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, cap. CXV, p.198. CONFERIR.

[802] LOPES, Fernão, **Crônica do Senhor Rei Dom Pedro, Oitavo Rei destes Regnos,** cap. XLIV, p. 206.

[803] PORTUGAL, Duarte de. **Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta.** Cap. XX, Edição crítica organizada por Joseph Piel, Coimbra - Lisboa: FLC – Livraria Bertrand, 1942.

[804] WHITE, Hayden. O Valor da Narratividade na Representação da Realidade. **Cadernos de Letras da UFF,** nº 3, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1991**,** p. 21

Zurara se reconhecem como continuidade.[805], ambas saídas da pena do sucessor de Fernão Lopes como cronista do reino, Gomes Eannes de Zurara.

Nossa proposição é a de que não devemos dirigir os olhos para Crônica de D. Pedro buscando encontrar a estrutura de uma obra moderna, na qual a narrativa se resolve em si mesma. O caráter fragmentário dos primeiros dezesseis capítulos, adquire coesão se postos em relação com a literatura com a qual dialogam, e que figuram entre as condições de sua possibilidade como discurso.

O recurso a esquemas similares aos do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, na Crônica de D. João I, indica-nos a persistência de formas de manifestação literária eficazes do ponto de vista retórico. As *idades* com as quais Fernão Lopes divide o tempo, reproduzem o modelo dos esquemas utilizados pelos primeiros títulos do *Livro de Linhagens*[806]. Isso ocorre também em relação às listas de fidalgos e das cidades que ajudaram o Mestre de Avis na defesa de Lisboa e do reino, e dos que não foram fiéis a ambos. Reproduzem-se de forma similar a que no *Livro de Linhagens* se encontram as listas dos fidalgos que participaram na conquista de Sevilha, por exemplo.

Tudo no *Livro de Linhagens* está subordinado à ação. Práticas e valores que as rege não são objeto de uma confrontação entre universos mentais em jogo; as listas genealógicas se apresentam como texto que se narra a si mesmo. O que *registram* habita o domínio da evidência, não há espaço para o contraditório. Na prosa avisina, seguindo a doutrina de seu mentor, atos e valores são classificados ou no rol dos *mundanaes feitos* ou do *serviço de Deus.* A Crônica de D. Fernando é o império dos primeiros. Extensos conjuntos de capítulos se dedicam a episódios cuja *moral da história*, o sentido, é desenhar o cúpido perfil da nobreza contra a qual, na Crônica de D. João, lutarão o Mestre de Avis e aqueles que o texto define como *bons e leais portugueses*. A nobreza que o protagoniza é o suporte da cobiça, da soberba, da sanha, a ira, da destemperança, da vanglória, da inveja, da luxúria e de tudo que a trajetória do mui virtuoso rei D. João da Boa Memória junto às suas gentes irá tratar de submeter em prol do que diz proceder *dos naturaes direitos*[807].

O que na Crônica de D. Fernando denomina como *sentimentos e vontades desordenadas* estarão invariavelmente no centro das motivações que animam as ações e confrontra entre si a própria nobreza tradicional. Tais sentimentos são o estopim que deflagra

---

[805] Cf. ZURARA, Gomes Eannes de. **Crónica do Conde D. Pedro de Meneses**. Prólogo. Edição e estudo de Maria Teresa Brocardo, Braga: Fundação Calouste Gulbenkian-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.

[806] LOPES, Fernão. **Crônica DelRei Dom João I, da Boa Memória.** Partes I, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, cap. CLXIII, p. 308.

[807] **Ibidem,** cap. CLI, p.277.

a ação numa sequência de *programas narrativos* que tem, a nosso ver, o papel estruturante na constituição do universo axiológico no qual se movem os oponentes, que define o seu caráter antagônico à causa do reino e do Mestre de Avis.

Nossa proposição é a que o texto da crônica de Fernão Lopes têm uma arquitetura que projeta o universo moral presente na obra eduardina. É com pares de opostos de categorias presentes nesta prosa que Fernão Lopes configura estruturalmente o texto que lhe encomendou seu patrono, o rei D. Duarte. Na Crônica de D. Fernando será com base em tais pares que o cronista constituirá o perfil moral da nobreza oposta à causa do Mestre de Avis. De um lado um rei, que *quebrando os tratos jurados* solenemente e movido pelo *desordenado desejo de reinar*, irá *entrar poderosamente* no *reino de Portugal*, para *cobrá-lo* como a um bem de família[808]; e isto coadjuvado por uma nobreza cúpida e dada à felonia; de outro, o *mui virtuoso rei* que se dispõe, *per mandado de Deos*, *a* defendê-lo em nome da comunidade dos *bons e leais portugueses.*

O que o cronista faz a princípio na Crônica de D. Pedro é o trabalho de configurar o quadro espacial e valorativo em relação ao qual estarão posicionados os atores; apontar os desequilíbrios que justificam a ação; e traçar o somatório dos percursos narrativos através dos quais os protagonistas serão investidos das competências necessárias para a realização das ações necessárias para contrapor-se ao invasor e, assim, fundar um novo estado de coisas moral e social – a *nova era*, a *septima hidade*, sobre a qual se diz que o Mestre de Avis funda um *outro mumdo novo.* A Crônica de D. Pedro é o convite dirigido ao leitor/ouvinte para que conheça o ponto de partida para a tarefa de aperfeiçoamento e constituição de uma nova comunidade moral, proposta por uma trajetória cuja trilha será traçada pelas crônicas que lhe seguirão e que desaguará na ascensão à posição de Regedor e Defensor do reino da figura carismática do rei D. João I e daqueles que são explicitamente designados como a sua *nova nobreza.*[809]

Posto em cena o rei Pedro de Castela, numa passagem da Crônica do Rei Dom Pedro de Portugal, o cronista relata um incidente com o qual retrata sua reação a um mal feito que lhe é perpetrado por um capitão de uma galé catalã. Trata-se de uma representativa passagem na qual se focaliza um dos termos do eixo de oposições que organiza a estrutura actancial. Diz o cronista sobre a reação do rei castelhano diante da afronta:

---

[808] O que está na base da argumentação do Doutor João das Regras nas cortes de Coimbra de 1385 cf. LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, I, Caps. CLXXXIII-CXCII, p. 345-372.

[809] **Ibidem**, Caps. CLXXXIII-CXCII, p. 345-372.

> [...] houve desto gramde menemcoria, e nom sem razom, mas a *vimgamça foi desarrazoada*; por que *assi como de pequena faísca se acende gramde fogo*, achamdo cousa desposta em que obre, assi elRei Dom Pedro, com *destemperada sanha*, por *tomar daquello vimgamça*, moveo *crua guerra* contra Aragom *de sangue e fogo per muitos annos*[810].

M*enencoria, vimgamça desarrazoada, destemperada sanha, pequena faísca que acende gramde fogo, crua guerra, sangue e fogo per muitos anos*, são *gestos verbais* com que se investe o texto dos valores próprios as reações emocionais da nobreza presente no universo das *sagas*. A noção de *vimgamça desarrazoada* supõe a legitimidade do seu inverso, a *vingança razoável*. A dimensão dinâmica do texto é desencadeada por comportamentos aos quais subjaz a ideia do *destempero*. A *prudênc*ia, segundo os novos valores, deve ser produto da *temperança* de uma *vontade ordenada, cumpridora de virtudes*[811].

A Crônica de D. Fernando é o cenário onde se descrevem os conflitos no interior do grupo – as traições, o rompimento de acordos, a dissimulação. Configura-se um quadro de disputas movidas pelos desequilíbrios cuja natureza é a que acima apontamos: Fernão Lopes diz que o rei D. Fernando

> [...] amou muito seu poboo, e trabalhava de o bem reger; e todallas cousas que por seu serviço e defensom do reino mandava fazer, todas eram fundadas em boa razom e muito justamente hordenadas. *Desfaleçeo esto quando começou a guerra, e naçeo outro mundo novo* muito contrairo ao primeiro, passados os folgados anos do tempo que reinou seu padre [...].[812]

Diz o cronista ainda que rei [...] nenhuum no mundo vevera mais ledo, nem gastara seus dias em tanto prazer; *mas* [um dado fundamental] *per vemtuira nom era hordenado de cima*"[813].

O roteiro da Crônica de D. Fernando configura um cenário de disputas por benesses régias, que se traduzem em demanda pela posse de senhorios. Ao que se soma um quadro de formação de acordos e apoio mútuo entre a nobreza, sempre descumpridos. O texto é ponteado por um sem número de ocorrência de traições, usurpação de posições dos pares, busca de ganho de riqueza, troca de mulheres que acabam por lançar os homens em

---

[810]LOPES, Fernão**. Crônica do Senhor Rei Dom Pedro, Oitavo Rei destes Regnos**, Porto: Livraria Civilização Editora, 1965 cap. XVIII, p. 87-89. "Como e por qual aazo se começou a guerra antre Castella e Aragom", p. 87-89. [itálicos nossos].

[811] PORTUGAL, D. Duarte de. **Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta.** Edição crítica organizada por Joseph Piel, Coimbra - Lisboa: FLC – Livraria Bertrand, 1942. Cap.LI, "Da Virtude da Prudência em especial", p.254.

[812] LOPES, Fernão. **Crônica do Senhor Rei Dom Fernando, Nono Rei destes Regnos**, Porto: Livraria Civilização Editora, 1966, prólogo, p. 4. [itálicos nossos]

[813] **Ibidem**, p. 4.

empreitadas desastrosas. É acusado de deixar-se seduzir pelos encantos da "lavradora de Vênus", a rainha D. Leonor Teles. O cronista nos apresenta um rei [...] gramde agasalhador dos estramgeiros. Fez muitas doações de terras aos fidallgos de seu reino, tantas e muitas mais que nenhum Rei que antelle fosse"[814]. No Prólogo de sua crônica, D. Fernando é elogiado, mas ao mesmo tempo definido como um homem de *vontade tíbia*. Encaixa-se perfeitamente como pessoa que se entrega *destemperadamente* ao que há de fazer, sem uma "[...] *folgança ordenada que o corpo naturalmente requer* [...]", e sem "[...] *resguardo do que sua fazenda pode abranger e governar"* [815]. O que, seguido o eixo das virtudes/vícios do qual o Leal Conselheiro se pretende um ABC,[816] poder-se-ia enquadrá-lo entre aqueles sem uma *vontade ordenada*, própria ao governante *virtuoso*[817]. É ainda feita uma referência à falta de algo que lhe seria fundamental como rei, e que confirma a preeminência da esfera do divino como ordenador estrutural do texto: é quando o cronista sustenta que a *ventuira* não o fez *hordenado de cima*, numa clara alusão a que lhe faltaria a mercê dos céus. Abre-se, assim, no discurso, a lacuna lógica que enseja a que os desequilíbrios se instaurem. A sequência do texto assim é dotada do pressuposto que enseja a interpretação da sequência de desastres que se seguem como advinda da *tibieza* de seu caráter, dado o estado de *pecado* em que vivia. Lógica em favor da qual atua em perfeita consonância a *Crônica de D. João I*: o que ocorria era consequência do *pecado* em que vivia todo o povo. Diz o texto que D. Fernando não [...] não se contentara viver em paz com os tesouros que lhe de seus avoos ficarom [...]."[818] . A lógica do texto nos conduz à *cobiça* e *tibieza*, qualidades-tema no *Leal Conselheiro*, próprias a uma *vontade desordenada*.

O tema com que se inicia a Crônica de D. Fernando é o da guerra entre Pedro, o Cruel, e seu meio irmão, Henrique. Ela integra o envolvimento maior de todas as forças senhoriais europeias empenhadas em disputas decorrentes das vicissitudes da crise. Trata-se de um

---

[814] **Ibidem,** p. 3 Cabe assinalar que no *Livro de Linhagens* o termo *estramgeiros* só aparece no fragmento da refundição tardia, c. 1380-83, no polêmico e, em relação aos demais, atípico Titulo XXI. Nos restantes o fato de ser uma nobreza de Castela ou de Portugal é fato meramente circunstancial.

[815] PORTUGAL, Duarte de. **Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta.** Edição crítica organizada por Joseph Piel, Coimbra - Lisboa: FLC – Livraria Bertrand, 1942. Cap. III, "Da Declaração das Vontades", p.15.

[816] Era como D. Duarte também denominava sua obra o **Leal Conselheiro**, Cf. **Ibidem,** p.3.

[817] O que ainda mais corrobora em favor de que a crônica de Fernão Lopes com um todo recolha o seu repertório moral do Leal Conselheiro, produzido em 1438, é a contemporaneidade entre tais textoa. Principalmente em relação à Crônica de D. Fernando, produzida entre 1436 e 1443. Cf. BARBOSA, J. Morais. Introdução ao Leal Conselheiro, In: PORTUGAL, D. Duarte de. Leal Conselheiro. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1982, p. 9.

[818] LOPES, Fernão. **Crônica do Senhor Rei Dom Fernando, Nono Rei destes Regnos**, Porto: Livraria Civilização Editora, 1966, Prólogo, p. 4.

fenômeno que se espalhou por toda a Europa[819]; e que se estendeu à península concretamente com o apoio dado pelo príncipe de Gales a Pedro de Castela, e pela França a Henrique. Fato fundamental que nos mostra a crônica representando o espaço peninsular sob uma dimensão distinta de como o faz o *Livro de Linhagens.*

Após o assassinato de Pedro em Montiel (1369), segue-se a narrativa das três guerras que D. Fernando move contra Castela, abordadas do ponto de vista do cronista como aventuras decorrentes de ambições de um rei que não honrava, tal como necessário, as virtudes do governo de seu pai, Pedro de Portugal, o rei "justiçoso". D. Fernando é acusado pela crônica de deixar-se instrumentalizar pela vontade dos grandes fidalgos do reino. Principalmente, seduzido através dos encantos da "lavradora de Vênus", Leonor Teles, que viria a converter-se na rainha. Leonor era sobrinha de um dos maiores privados de D. Fernando, João Afonso Telo, companheiro de juventude do rei Pedro, pai de D. Fernando.

A cena que se instala é a de uma conflagração geral da península, com uma Castela mergulhada numa guerra civil seguida ao assassinato de seu rei, Pedro. Tais conflitos decorrem de que, cessadas as oportunidades de saque na frente de luta contra Mouros, à partir de 1350 em Algeciras, instala-se a luta entre bandos e o clima de guerra endêmica vista como a saída para a senhoria compensar-se da perda de rendimentos[820]. Há um envolvimento generalizado da nobreza peninsular no conflito, e que só denuncia os níveis de interdependências militar entre ela existentes e o peso da presença de grupos de homens de comércio ligados à oligarquias urbanas.

Configurados estes antecedentes, a Crônica de D. João I, da Boa Memória, prossegue como uma interpretação e um desfecho em relação aos impasses colocados. Organizado o texto com uma inequívoca disposição cronológica, vemos no seu prólogo o cronista dizer vem para nos falar do que descreve como [...] *o gramde desvairo*, que o *mui virtuoso Rei* da boa memoria dom Joham, cujo rregimento e rreinado se segue, *ouve com ho nobre e poderoso* Rei Dom Joham de Castela [...]"[821]. A citação nos remete a uma interpretação do conflito como um confronto entre universos morais distintos. Nele se dispõem os elementos básicos da narrativa: destinadores semióticos, sujeitos destinatários da ação, um percurso e um antipercurso estruturados com vistas à junção dos protagonistas com objetos: de um lado a *defesa do reino;* de outro, a sua retomada como se tratasse de um bem de família. De um lado

[819] HEERS, Jacques. Crises e Dificuldades, In: **O Ocidente nos Séculos XIV e XV, Aspectos Econômicos e Sociais**, São Paulo: Pioneira- EDUSP, 1981, p. 77-95.
[820] Cf. NOGUEIRA, C. R. F.(org.). A "Loucura" de Pedro I, entre o folclore e a política real. In: NOGUEIRA, C. R. F. **O Portugal Medieval – Monarquia e Sociedade**, São Paulo: Alameda, 2010, p. 27.
[821] LOPES, Fernão, **Crônica DelRei Dom João I, da Boa Memória.** Partes I, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, Prólogo, p. 2. [itálicos nossos]

a *virtude*, que oposta a ideia de *pecado*, remete consequentemente a todo o universo de valores do mundo cristão. De outro, *poder e nobreza*, que remetem ao mundano, ao ganho, ao benefício e à linhagem. O que se segue a narrativa irá agrupar num eixo em cujos extremos estão *virtude* e de outro, da *nobreza* e *poder*, associados ao *pecado*.

Os capítulos iniciais da Crônica de D. João I, da Boa Memória, destinam-se a exatamente preparar as provas qualificadoras às quais são submetidos os heróis. Nos primeiros nove capítulos são narradas as peripécias que levaram ao Mestre de Avis a se provar apto para a tarefa de defesa do reino, mostrando ser capaz de cumprir aquilo que o texto denomina como *uma homrrosa façanha*[822]: resgatar a honra do meio irmão, o rei defunto, D. Fernando, assassinando o Conde galego João Fernandez Andeiro, acusado de amante da rainha.

Neste primeiro momento o personagem transita no universo da *saga*, pois a tarefa de que se incumbiu, de vingar a honra ultrajada do irmão, os restantes nobres ligados ao rei covardemente se esgueiravam. E não soava nada agradável aos fidalgos e grandes senhores do reino - diz o texto, que tal se passasse sem uma resposta, pois, dizia o cronista, [...] ca he certo que husamdo o Conde per tempo, daquela gram maldade [...] dormindo com a molher de seu Senhor, de que tamtas merçees e acreçemtamento avia rreçebido [...] se gerasse grande desejo de vingar a desonra que ambos haviam infligido ao rei[823]. Mas, continua o cronista,

> [...] teemos que o muito alto Senhor Deos, que em sua providemcia nehuua cousa falleçe, que tiinha desposto de o Meestre seer Rei, hordenou que o nom matasse outro senom elle". [E, atente-se ao que o cronista acrescenta]: [...] e isto em tempo assinado e com certos aazos, *posto que poderoso fosse de o doutra guisa fazer*"[824].

Aqui se tem uma fórmula hábil com que Lopes manipula o discurso. A esta altura da narrativa o Mestre ainda não se encontrara com Frei João da Barroca, personagem através do qual se lhe atribui a sagrada missão de defender o reino. Mas o cronista não deixa de investí-lo das necessárias e atávicas competências decorrentes de sua condição de cavaleiro e filho de

---

[822] LOPES, Fernão, **Crônica DelRei Dom João I, da Boa Memória.** Partes I, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, cap. XVII, p. 33.

[823] O Conde galego João Fernandez Andeiro era um privado da rainha a quem haviam sido concedidas muitas mercês, por ela e pelo rei, seu marido, quando ainda vivo. Atacá-lo espalhando pela corte e Lisboa a má fama por tal deslealdade, destituí-los e a seus apoiantes era uma das tarefas a serem realizadas por uma questão de honra. A rainha havia casado a filha única filha que tivera de D. Fernando, Beatriz, com o rei D. Juan I de Castela. Isto abria a possibilidade de que este adentrasse ao reino reivindicando os direitos da esposa. E, uma vez falecido D. Fernando, afastados potenciais pretendentes e deslocadas as pretensões da rainha e de seus partidários a uma regência, o caminho estava aberto para que o rei Juan I de Castela, quebrando, segundo se alega, as cláusulas do Tratado de Salvaterra dos Magos, entrasse no reino para com suas tropas cobrá-lo. O rei D. Fernando foi o filho e sucessor de Pedro, o Cru, que reinou em Portugal entre 1357 e 1367. Era filho de Pedro com Constança Manuel, filha de Juan Manuel, um poderoso senhor cuja família reivindicava o trono castelhano por outra linha sucessória. Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, **op. cit.,** p.523.

[824] LOPES, Fernão. **Op. Cit,** cap. I, p. 3. [itálicos nossos]

rei. Sua preocupação com tal ressalva é afirmar a nobreza do Mestre, mas não sem dar precedência ao caráter sagrado desta sua missão. Ele irá sobrepor-se às aptidões de cavaleiro para que o gesto se evidencie primordialmente como o "serviço de Deus".

Consumado o feito, seguem-se dúvidas e inquietações do herói, a apreensão quanto as possíveis retaliações da rainha Leonor. O Mestre duvidava se devia permanecer ou não no reino para defendê-lo. Considerou sua ida para a Inglaterra, inclinando-se para a opção guerreira, destino em geral reservado aos cavaleiros. Buscaria conquistar a mercê de algum grande senhor, oferecendo seus serviços como guerreiro. Contudo, pedidos de permanência o constrangiam a ficar. *Os da cidade* a ele se dirigem [...] abalados por medrosos pensamentos [...] temiam a *sanha* do rei de Castela, a quem o rei D. Fernando e Leonor tinham dado em casamento a filha, D. Beatriz, e que viria ao reino cobrar os direitos da esposa.[825]

Todavia, como que de súbito, introduz-se uma nova sequência narrativa, algo decisivo do domínio do sagrado aporta no texto: o contato com Frei João da Barroca; homem descrito como pobre e piedoso, que morava na Terrra Santa e tendo recebido sinais dos céus, embarcara no porto de Jaffa com destino a Lisboa, incumbido de uma missão sagrada. Este dado acerca do encontro com este homem santo inscreve o domínio da sacralidade no percurso do Mestre de Avis. Tem-se a imagem da peregrinação à montanha: diz-se que o Frei habitava uma *barroca* na qual era visitado por muitos. Falando sobre a *maneira de seu viver*[826], o cronista fala dos *modos das rrevellaçoões*, dentre as quais estão aparições angelicais[827]. Estes episódios são o lugar de enlace do Mestre com o divino. Momento crítico e dado fundamental para a tomada de decisão do herói para a tarefa que o texto muitas vezes designa, num claro paralelismo com a lenda do Graal, como uma *demanda* [828] – o que leva, por fim, o herói a decidir-se por sua permanência em Portugal. Sua decisão é ratificada pela Câmara da cidade[829]de Lisboa, onde promete defender o reino, numa passagem com que o texto, por outro lado, aponta para os inescapáveis compromissos terrenos do cavaleiro impostos pelo exercício do senhorio sobre as coisas atinentes à ordem do mundano.

O herói antes do decisivo encontro com o homem santo, ainda transita no âmbito do modelo da *saga*. E dele, não irá livrar-se, apesar de passagens que se entremeiam o

---

[825] LOPES, Fernão, **Crônica DelRei Dom João I, da Boa Memória.** Partes I, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, cap. XIX, p. 35-36.
[826] **Ibidem,** cap. XXIII, p. 41
[827] Fenômeno presente na narrativa sobre os Lara no Livro de Linhagens, cf. BARCELOS, Conde D. Pedro de. Tit. X, fol. 40- 40v.°. In: MATTOSO, José. **Op. cit.,** p. 149. E não é num momento corriqueiro do texto. É, ao contrário, um momento crucial, pois que se vê o texto marcando opções fundamentais quanto a valores. Tais aparições se fazem em momentos críticos de decisão e ruptura.
[828] Uma alusão à "demanda do Santo Graal".
[829] **Ibidem,** cap. XXVI, p. 46.

comparando ao Messias e seus seguidores a Apóstolos, cuja função é preparatória para a decisão crucial que em linhas gerais descrevemos.

Contudo, a passagem mais radicalmente decisiva para que o texto configure a *legenda cristã*[830], dá-se com o percurso narrativo que prepara a introdução do personagem que irá encarnar mais perfeitamente o modelo do santo: emerge com os cortes nas sequências que até então ocorrem, para introduzir-se no texto a apresentação da figura de Nun'Álvarez Pereira – que será o suporte para os *exempla*. Seus gestos serão mostrados como a manifestação da *virtude ativa*[831], e que, como tais, irão investí-lo no papel do santo guerreiro; e, portanto, para encarnar um modelo de comportamento a ser seguido, distinto em termos do ideal de comportamento do cavaleiro que descrevem as *sagas.* Introduzido este momento na narrativa ela ignora a objetividade da desigualdade material decantada pela crônica acerca dos recursos a disposição de cada um dos contendores. A *legenda* irá reconhecer apenas a eficácia do desfecho do que sucede como um milagre que decorre do exercício das virtudes pelos que o protagonizam.

Nuno Álvares Pereira é um filho segundo da nobreza. Compõe a extensa prole do Prior da Ordem Militar de Cavalaria dos Hospital, Fr. Álvaro Gonçalves Pereira, herói da batalha do Salado, a quem o refundidor - c. 1380-83 - dedicou o título XXI do Livro de Linhagens. No Leal Conselheiro, D. Duarte a ele se refere apenas como [...] aquele Santo Condestabre [...][832]", como se sua notoriedade dispensasse maiores referências. Nun'Álvarez é literalmente apontado na Crônica de D. João I como um *novo guerreiro*[833]. As passagens com que a crônica o descreve, Nun'Álvarez é figurado como dotado, desde muito tenra idade, dos sinais de uma excepcionalidade que falta aos demais mancebos da nobreza. Seu pai, o prior do Hospital, numa passagem, pede ao então rei D. Fernando, quando Nun'Álvarez ainda menino, que o crie em sua casa, pois estava certo de que o [...] avia daver tam boas amdamças, que em todallas batalhas que emtrasse, sempre delas seeria vemçedor, *com tanto que sse chegasse a Deos em todas sua obras* e nehũua cousa fezesse em seu desserviço"[834]. Diz-se que [...] aallem de ser a todos mesurado de sua natureza, era o muito mais a seu padre e muito

---

[830] Cf. JOLLES, André. **Formas Simples, Legenda, Saga, Mito, Adivinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste.** São Paulo: Cultrix, 1976, p. 30-59.
[831]**Ibidem**, p. 44.
[832]PORTUGAL, Duarte de. **Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta.** Edição crítica organizada por Joseph Piel, Coimbra - Lisboa: FLC – Livraria Bertrand, 1942. Cap. XX, "dos azos por que se acrescenta o sentido do humor menencórico, e dos remédios contra eles",
[833] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. CXCIII, p. 373.
[834] **Ibidem**, cap. XXXIII, p. 58. [itálicos nossos].

mamdamdo e obediemte [...][835]. Era muito tímido quando o texto se refere ao Prior lhe falando em feito de casamento: [...] de que sua voomtade amdava muito afastada [...], pois [...] amor de nehua molher, nem tamsoomente lhe viinha per maginaçom".[836].

Descrevendo-o, nos diz Fernão Lopes que

> [...] era de pouca e bramda palavra, e seu boom gasalhado e doçes rrazoões comtentava muito a todos [...] Nehuua cousa fazia com rramcor ou hodio, mas por a gramde custa que tiinha, desi por a terra assi ser aazada, aas vezes passava allem do rrazoado; como quer que nom tanto que sempre em ell nom fosse o temor de Deos, ouvimdo suas missas, e vivendo bem e honestamente com sua molher[837].

A crônica nos mostra uma série de acontecimentos nos quais o divino apontava para Nuno, atraindo-o para o universo das coisas sagradas ligadas ao imaginário da cavalaria. Diz-se que estando em Santa Maria de Palhaes um dia, após cear, saiu a folgar ao longo da praia, e, próximo à Igreja de Santa Iria[838], passando diante da porta de um alfageme, viu uma bela espada muito limpa e bem mantida, e tomou-a na mão e perguntou ao artesão se lhe faria uma espada como aquela. Ao que o artífice respondeu que lhe faria uma até melhor.

Dias depois Nun'Álvarez retorna ao lugar e tomando a espada na mão, muito contente, manda um seu homem pagar o artesão. Ao que este prontamente lhe diz: "Senhor, eu por ora nom quero de vos nehũua paga, mas hirees muito em boa ora, e tornarees per aqui Comde dOurem, e emtom, me pagarees o que mereço".[839] Ao que Nun'Alvarez responde: " Nom me chames senhor, ca o nom som, mas todavia quero que vos paguem bem"[840]. O artesão lhe diz: [...] eu vos digo verdade e assi será çedo prazemdo a Deos."[841]

Um dia, falando aos seus, disse-lhes Nun'Álvarez:

> Amigos, eu vos quero contar huu segredo e gramde feito que trago cuidado em meu coraçom [...] Assi he que eu vejo no meu emtemdimento huu poço mui alto e mui profumdo cheo de gramde escoridõe; e em me diz a voomtade, que nom ha homem que em elle salte, que delle possa escapar, salvo per gramde milagre, queremdoo Deos livrar delle por sua merçee. E nom posso com meu coraçom, se nom todavia que salte em elle, e porque há já dias que vos sooes meus companheiros, e eu ei provado vosso boom desejo acerca de meus feitos, porem vos faço saber esta cousa, por quamto eu todavida quero saltar em elle. E aquelles de vos a que prouguer de comigo em ell saltarem, teerlho ei a gramde bem e estremado serviço; os outros a

---

[835] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. XXXIV, p. 60.
[836] **Ibidem**, cap. XXXIV, p. 60.
[837] **Ibidem**, cap. XXXV, p. 61
[838] Interessante notar que Iria é o nome da mãe de Nun'Álvarez Pereira.
[839] **Ibidem**, cap. XXXVI, p. 63
[840] **Ibidem,** cap. XXXVI, p. 63
[841] **Ibidem**, cap. XXXVI, p. 63

> que nom prouguer, podem-sse hir pera hu quiseres, e fazer de seus corpos o que por mais seu proveito semtirem.[842]

Aturdidos, seus comandados pediram-lhe tempo para considerar sobre o proposto. E Nun'Alvarez continuou:

> Amigos, ho poço mui alto e escuro que vejo ante meus olhos, he a gramde demamda que o Meestre dizem que quer começar por deffemsssom destes regnos, comtra elRei de Castella; e emtemdo que quem com elle em ella emtrar, que lhe será grave e mui perigoso, nem he aimda de cuidar que dela escape, salvo per graça de Deos. E porque minha teemçom he de me hir pereelle e o servir em ella, porem vos dixe se vos prazia de serdes em ello meus companheiros[843].

Após estas falas, seus homens firmaram o compromisso de com ele estar na *demanda*[844], e em qualquer coisa que sentisse que seria por sua honra e proveito; que apesar do perigo colocariam suas vidas e corpos a seu serviço.

Nestas passagens o texto vai, através de gestos verbais, instituindo o santo e o milagre. Fala-se no "*poço fundo", mui alto e escuro"*; na tarefa de defesa do reino como uma "*gramde demamda"*, de cujo mergulho só se escapará "*salvo per graça de Deos"*. O cronista ainda o descreve como um nobre sem a soberba atávica que envenena o caráter dos fidalgos; como quem fala aos seus com "*pouca e bramda palavra, e doçe razoado"*, como quem trata com camaradas a serem convertidos a uma causa, e não como subordinados a quem se olha de cima e se dá ordens. É um homem apresentado como quem vive no "*temor a Deus, ouvindo suas missas* e vivendo *bem e honestamente com sua mulher"*.[845]

Não faltam passagens que sugerem o clichê persecutório sempre presente na trajetória dos santos: fala-se do temor em relação aos seguidores da rainha deposta que poderiam inteceptá-lo no caminho entre Lisboa e Alenquer, quando decide comunicar ao Mestre de Avis sua decisão em apoiá-lo. Não falta, igualmente as dramáticas intervenções maternas: sua mãe, D. Iria, encontra-se com o Mestre de Avis para pedir-lhe que demova o filho da temível empreitada de lutar contra um tão poderoso rei e contra a maior parte de Portugal, cujas vilas tomavam voz pelo castelhano. Era, segundo a mãe, uma decisão que não lhe faria crescer em bem e acrescentamento de sua honra.

Mas, a nobre dona, descrita como uma mulher que, depois de tê-lo, decide viver em grande "*castidade e abstinência*, [...] fazemdo muitas esmolas e gramdes jejuus, nom

---

[842] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. XXXVII, p. 64-65.
[843] **Ibidem**, cap. XXXVII, p. 65.
[844] **Ibidem**, cap. XXXVII, p. 65.
[845] **Ibidem**, cap. XXXV, p. 61.

comemdo carne nem bevemdo vinho per espaço de quareeta anos [...][846], acaba por ceder ao razoado do Mestre. Mas não, então, sem pedir-lhe que envidasse esforços para que o filho não desistisse, pois o feito era "*serviço de Deos e homrra do rreino"*; e que esperava que o Senhor bem os encaminhasse, que haveriam de sair com grande honra e acrescentamento. Feitos tais pedidos, D. Iria pede a Nuno que sirva ao Mestre "*sempre bem e verdadeiramente"* e que não se aparte dele por nada que lhe pudesse advir.[847]

Este trecho é o do enlace final com que o cronista captura o leitor com a adesão à causa do herói, que se apresenta como um *mandado de Deus*. Nun'Álvarez, enfim, rende-se a forças que desde o início atuam à revelia de sua vontade e que acabam por arrebatá-lo. E, ponderando o cronista sobre as motivações e prioridades que definem os traços do caráter de Nun'Álvarez, redefine-se o sentido que se atribui ao ideal de vida de um fidalgo. A Crônica nos mostra a invenção de um novo modelo de nobreza, tocado por motivações distintas das que a configuram o fidalgo no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro[848]: no discurso não se vê nenhuma consideração acerca do ganho, ou de honra que não se subordine ao *serviço de Deus*.

O texto prepara, na figura de Nun'Álvarez, um modelo de nobre guerreiro que, em relação à Crônica de D. Fernando, subordinará a condição de nobreza a qualidades de ordem moral, à prática das virtudes. Contudo, D. Duarte nos revela numa frase lapidar, a posição consagrada a cada qualidade necessária à constituição da figura do guerreiro ideal: "Mas a prática das virtudes nom deve tolher a usança das boas manhas do corpo."[849] Frase que subordina, mas que não dispensa o uso dos atributos físicos do guerreiro.

Nun'Álvarez irá romper com os de sua linhagem. E, na situação de quem se vê diante de uma empreitada incerta, irá atirar-se com seus companheiros e com o Mestre de Avis sem garantias de resgate. Seu irmão, Pedro Álvarez, então sucessor do pai como Prior do Hospital, se alinha ao rei castelhano. A desvantagem material em relação ao rei D. Juan de Castela será nos discursos compensada pela submissão do guerreiro às agruras de uma disciplina própria ao comportamento piedoso, temente a Deus. Sua força é inspiração divina, buscada na oração, na frequência a missas, e na certeza de que sua missão é a de coadjuvar

---

[846] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. XXXII, P. 57

[847] **Ibidem**,, cap. XXXIX, p. 67.

[848] Os capítulos de n° XXXI a XXXIX constituem uma sequência destinada ao investimento da figura do santo herói, que, surpreendentemente, se segue imediatamente à decisão do Mestre de Avis de ficar em Portugal e defender o reino contra a iminente invasão do rei castelhano. Cf. **Ibidem,** cap. XL, p. 68

[849] PORTUGAL, Duarte de. **Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela que fez El-Rey Dom Eduarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta.** Edição crítica por Joseph Piel, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986

um milagre, cujo mérito é creditado a Deus, o "*Primçepe das hostes",* "*Vemçedor das batalhas*"[850]. O quadro que define o pano de fundo preparatório para a ação do herói é aquele característico da *legenda* - ela ignora a realidade "histórica", para conhecer e reconhecer apenas a virtude e o milagre[851]. E a defesa do reino é um deles.

Nun'Álvarez, tal como um santo[852], não existe na pena do cronista enquanto um homem vivendo para si, por si e para sua linhagem, tal como os heróis no *Livro de Linhagens*, mas como quem existe para a comunidade. E é como o texto o institui como a *legenda.* Sobre o seu lado guerreiro, nos diz a crônica o quanto devia ser louvado [...] em gramdeza de emgenho e avisamento de sua *nova guerra*. Certamente elle deve seer dado como por exemplo aos gramdes e virtuosos homees, nem nos não podermos comtar louvor dalguu notável barom, em que ell dereitamente nom aja parte."[853] Ao fim do capítulo dedicado ao relato da batalha de Atoleiros, se diz que [...] foi ho primeiro, que da memoria dos homees ataa este tempo pos batalha pee terra em Portugall e a veemçeo[854]. Entre ele e o Mestre de Avis – se lê na crônica - gerou-se [...] gram liamça e bem queremça [...] porque eram ambos de cavalleirosos coraçoões , e acompanhados de virtuosos costumes [...] porque nom há cousa que amtre os homẽes geere moor amor, que a comcordamça nos boos desejos [...]"[855]

Descrito como um homem de [...]graciosas pallavras, e de bom acolhimento, todos se contemtavam de lhe obedecer, come sse de lomgo tempo ho ouvessem por senhor."[856] Nos capítulos que antecedem a batalha de Atoleiros interpõem-se ainda apreensões e ponderações por parte de alguns homens sobre se deviam ou não dar combate a um inimigo numericamente superior; contra o que alguns acenam positivamente não se intimidando com tal desvantagem. No texto o cronista nos oferece um registro do que teria sido ditto por Pedro Eannes Lobato, um escudeiro que andava com Nun'Álvarez:

> Quamto de mim vos digo, Senhor, que taaes os queria todos pera pelejar, gramdes senhores e bem delicados, amte que escudeiros afanosos, nem homees de trabalho, que me dessem que fazer todo o dia; ca estes que veem banhados daugua rrosada, e de froll de laramjo, nom sse ham de teer muito que os logo nom veeçaaes[857].

---

[850] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 197, cap. CXLIX, p. 272.
[851] Cf. JOLLES, André. A legenda, In: **Formas Simples, Legenda, Saga, Mito, Adivinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste.** São Paulo: Cultrix, 1976, p. 43
[852] Cf. JOLLES, André. A legenda, In: **Formas Simples, Legenda, Saga, Mito, Adivinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste.** São Paulo: Cultrix, 1976, p. 39.
[853] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** Parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. XC, p. 149.
[854] **Ibidem**, cap. XCV, p. 161.
[855] **Ibidem**, cap. LXXXIX, p. 148.
[856] **Ibidem**, cap. XCII, p. 152.
[857] **Ibidem**, cap. XCIII, p. 154.

O herói pede a todos que se encomendem à Virgem Maria, pois que justa querela tinham contra os castelhanos; que se firmassem em sua fé, e se esmerassem na peleja não por uma hora, mas por um dia se necessário fosse. Deviam servir seu senhor, e [...] alcamçar gramde homrra que a Deos prazeria de lhe dar mui çedo.[858] Pouco, enfim, durou a batalha. Segundo o cronista, "[...] o mui alto senhor Deos, em cuja maão he todo vemçimento e poderio de dar muitos nas maão dos poucos, prougue emtom de dar vitória aos Portugueses".[859]

Antes da batalha muitos duvidaram se NunÁlvarez seria capaz de lutar contra seus irmãos, Pedr'Álvarez, Prior do Crato, e outros dois que com ele vinham. Ao que, apesar de " [...] mui anojado em ssa voomtade, pero sem sanha e graciosamente rrespomdeo

> [...] nem Deos nom quisesse, que nehũu per mim fosse emganado; *ca eu nom os ei por meus irmaãos em esta parte, pois que vem por destruir a terra que os jeerou;* e nom digo contra meus irmaãos, mas em verdade vos juro, que aimda que hi veheese meu padre, eu seeria comtrelle, por serviço de meu Senhor o Meestre[860].

Esta passagem registra um outro momento crítico do texto, no qual se afirma explicitamente uma ruptura. A fala do herói renuncia à linhagem, princípio até então sagrado e maior para a nobreza. Nun'Álvarez renuncia aos laços de fraternidade, à sua parentela, e especificamente à figura paterna, de quem recolhe a herança de sangue. Tudo em nome de um outro valor: a terra. Em passagens como esta, às quais em geral a produção historiográfica dá pouca atenção, estão contidas proposições preciosas capazes de iluminar o caminho para o trabalho de desvendar aspectos relativos às mudanças nas formas como o tempo acusa as transformações que se processam na mentalidade. Acima vemos uma confirmação eloquente quando o cronista coloca na boca do próprio herói o que viemos afirmando no curso de todo o trabalho: posta em dúvida a capacidade do herói de resistir ao impulso de proteger as relações de parentesco e de linhagem, o que seria o esperado no *Livro de Linhagens*, o próprio personagem central se incumbe de repudiá-las caso venham de encontro ao que para o discurso é mais fundamental. O herói as repudiaria se viessem a converter-se em impedimento para a *prol comunal*, a defesa da terra.

E Fernão Lopes ratifica a opção pela terra em detrimento da linhagem. Referindo-se ao mui virtuoso rei D. João, afirma que

---

[858] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** Parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. XCV, p. 158.
[859] **Ibidem**, cap. XCV, p. 160.
[860] **Ibidem**, cap. XCIII, p. 155.

> Nom emjustamente foy este rey comtado amtre os bemauemturados prinçepes, mas ajnda os reis que depois el veerem, assy como de meestre, per exempor apremdam a hordemamça do regno justo e temperadamente que o auer de guaanhar, assaz tem el de gram parte daqueste louuor gloria. Ca posto que se claramente veia que as homras mudam os custumes, falleçemdo em el esta geerall regra, *mais parecia digno de reinar per virtudes e booas condições que por real geração de que descemdesse.*"[861]

Longo assim seria aqui enumerar as virtudes do rei da Boa Memória com recurso ao saboroso repertório poético do cronista. Mas, não se podem algumas máximas do cronista acerca do rei da Boa Memória deixar para trás, por servirem de exemplo para ilustrar nossas proposições. O texto mostra o caráter civilizador dos costumes propostos pelo discurso da nova dinastia. Oposto à livre vazão de sentimentos que exibe a conduta dos inimigos, diz-nos o cronista que

> conheçemdo que o Senhor Deus o posera em alto estado de rey, nom era esquecido de amar seus mandamentos, apartamdo çertas oras do dia e da noite pera dar graças e louvores. Em suas bemauenturamças *nom se aleuantou em soberua*, mas sempre em todas louuou o sseu Deus [...] Andamdo sempre per real estrada, nunca desuiou a nenhuma contraira parte, como quer que nom myngou quem *mordesse sua gramde fama com dentes de rayuosa emueja* [...] *não era sanhudo nem cruel*, mas manso e benignamente castigaua [...] Numca por ligeira cousa moueo guerra comtra seus emmigos; mas vemdo como a paz he huuma asessegada liberdade, muyto trabalhaua sempre por seer dacordo com elles [...] Foy de gramde emtendimento e *muy nobre per costumes*, digno de gramde homra e muyto de amar, *seemdo gracioso companheiro acerca dos senhores e fidalgos e benigno trautador do comuum poboo*.[862]

Bastante eloquente também é o fragmento de texto desta mesma Crônica de D. João I, com o qual o arauto dos poderes da nova dinastia dá novo significado à ideia de linhagem, um ideal sagrado para o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro. A seu respeito nos diz o cronista:

> Mas nos com ousamça de falar, como quem jogueta, per comparaçom, fazemos aqui a septima hidade; na qual se levamtou outro mumdo novo, e nova geeraçom de gemtes; porque filhos dhomẽes de tam baixa comdiçõm que nom compre de dizer, per seu boom serviço e trabalho, neste tempo forom feitos cavaleiros, chamamdosse logo de novas linhageẽs e apelidos. Outros se apegarom aas amtigas fidallguias, de que já nom era memoria, de guisa que per dignidades e homrras e offiçios do rreino, em que os este Senhor seemdo Meestre, e depois que foi Rei, pos, montarom tamto ao deamte, que seus deçemdemtes oje em dia se chamam doões, e som theudos em gram comta. E assi como o Filho de Deos chamou os seus Apostollos, dizemdo que os faria pescadores de homeẽs, assi muitos destes que o Meestre acreçemtou, pescarom tamtos pera ssi per seu gramde e homrroso estado, que taaes ouve hi que tragiam comthinuadamente comssigo viimte e

[861] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** parte II. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1968, Prólogo parte II, cap. I. p. 3. [itálicos nossos].
[862] **Ibidem**, p. 2.

trimta de cavallo; e na guerra que sse seguio os acompanhavom trezemtas e quatroçemtas lamças *e alguũs fidalgos de linhagem*."[863]

[863] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** parte II. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1968, Prólogo**,** parte I, 1973, cap. CLXIII, p.308-309.

CONCLUSÃO

De meados do século XIV aos inícios do XV tem-se um lapso cronológico decisivo para o chamado mundo Ocidental. Para a caracterização geral do período utilizamo-nos da noção de *crise dos séculos XIV e XV*. Tal crise concretamente se traduz no Portugal do período tanto pela diminuição da produção e significativa depressão demográfica, quanto por uma reinserção de seu espaço geo-econômico na divisão internacional da produção. A imersão do reino neste contexto se fez pelo aprofundamento de interdependências econômicas em relação aos demais reinos europeus. Oliveira Marques sustenta que o Portugal que se segue ao meados do século XIV, especializou-se, europeizou-se. Se as chamadas culturas de pão, anteriormente objeto de constantes incentivos por parte dos poderes régios, não prosperaram tornando a economia mais dependente de importações de cereais, a recuperação se fez através da exportação de produtos tais como o vinho, o azeite, as frutas secas, a cortiça e o pescado[864].

Quanto ao quadro histórico-politico, o aspecto que por muito tempo despertou interesse da historiografia foi o chamado processo de ingresso de Portugal no que se convencionou designar como formação dos Estados Modernos. No rastro das teses de Norbert Elias, mesmo que com algumas reservas acerca de algumas de suas proposições, alinhamo-nos com a tese de que não tratou-se imediatamente de uma mudança que revolucionasse as tradicionais formas de exercício do poder. Trata-se a nosso ver de um processo de concentração de poderes que o preservam dentro de uma linha evolutive que conserva o seu matiz de natureza senhorial. Os reis, num movimento de idas e vindas, procuraram sobrepor-se como senhorio maior à sociedade como um todo explorando contradições no interior da nobreza, agradando a algumas de suas frações, estratificando e hierarquizando o grupo em função de sua distancia em relação a mecanismos de inclusão/exclusão elaborados à partir da corte. E tal foi resultado de uma longa evolução na qual o senhorio régio foi controlado pelo maior dos nobres, o rei, permitindo que se destacasse em relação ao conjunto da nobreza, com o concurso de alianças, às vezes voláteis, com grupos urbanos que se revelaram fundamentais no processo de diferenciação e segmentação sociais que acabou por engendrar uma complexa arquitetura política.

Na trajetória dos reis peninsulares, estes conseguem esvaziar o poder das linhagens

---

[864] MARQUES, A. H. de Oliveira. Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV, vol. IV, Coleção Nova História de Portugal, Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 11-12

tradicionais da nobreza, oferecendo em troca à alguns de seus herdeiros, vantagens numa sociedade cuja associação aos projetos politicos régios era o caminho mais seguro para manter-se nas melhores posições sociais[865]. Trata-se da realização do que Norbert Elias analisou de forma bastante apurada nas suas duas obras basilares: *O Processo Civilizador* e *Sociedade de Corte*; obras nas quais nos mostra como, no que tange à nobreza, com o recurso apenas a algumas linhagens, a bastardos legitimados, e a oligarquias de homens bons das cidades, constrói coalizões que permitem estabelecer mecanismos de controle sobre a nobreza enquanto grupo, garantindo sua titularidades no topo da orquestração política[866], apesar dos recuos que a história medieval portuguesa registra.

Nosso trabalho se funda precisamente na tomada em consideração dos efeitos que o processo geral do desenvolvimento histórico medieval europeu teve na configuração das forças políticas senhoriais. Consideradas as especificidades do poder régio no espaço peninsular, podemos dizer que ele se funda em uma característica que o destaca em relação a formação dos demais poderes régios no quadro europeu. Na peninsula, e em Portugal em particular, se temos em mente uma perspectiva retrospectiva que busca identificar a formação de reinos enquanto unidades políticas maiores, o rei português caracteriza-se pela capacidade de distanciar-se, sobremaneira, em relação às demais linhagens, e de sobrepor-se como pólo aglutinador no jogo politico. Em Portugal não se constituiram potentados hereditários, com em outros espaços da Europa, caracterizados por equilibrio entre as forças políticas em competição. O que se verificou, desde há tempos, foi a concessão de tenências a título precário. Seus titulares eram remanejados ao sabor do jogo politico. Pouco o poder régio perdeu o controle sobre tais prerrogativas. Num breve lapso de tempo isto pode ser verificado tal como no reinado de D. Sancho II.

Numa sociedade e economia organizadas para a guerra, e nas quais se destacava o interesse da nobreza senhorial pelo botim, do qual era norma que o rei amelhasse o quinto e o poder concessório em relação às terras conquistadas, em poucas situações o poder régio não se configura numa força política com recursos de tal vulto que lhe permite sustentar a posição de instância política dominante em relação ao conjunto da nobreza.

É, pois, na evolução deste quadro histórico em direção aos finais do século XIV e XV que enquadramos o estudo do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro e procuramos cotejá-lo

---

[865] GERBET, Marie-Claude. La Corona de Castilla: La Nobleza Astur-Leonesa contra la Vieja Dinastia, In: **Las Noblezas Españolas em la Edad Media, Siglos XI-XV**, Madrid: Alianza Editorial, 1997, p. 131-132; Gomes, Rita Costa. Os Indivíduos e os Grupos, 2. Os Nobres, In: **A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média**, Lisboa: DIFEL, 1995, p. 62-108

[866] Cf. ELIAS, Norbert. O Rei no seio da Sociedade de Corte. In: **A Sociedade de Corte.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 91-119.

com os primeiros textos de Avis. Eles são o registro de uma transformação, que se traduz em formas distintas de construção ideológica acerca da forma como deve organizar-se a sociedade. Expressam visões de mundo que nos falam sobre o percurso de uma nobreza de matiz autonomista, possuidora de um *ethos* guerreiro, que tinha como centro de sua sociabilidade o solar, a vida local na qual dominava sua linhagem, a parentela, as relações de sangue, e que, gradativamente, é deslocada de suas posições pelo que Norbert Elias muito bem descreveu e definiu como *processo de curialização*, perdendo prerrogativas que sustentava deter desde tempos ditos imemoriais, devido a seu envolvimento num passado épico, guerreiro de Reconquista.

O *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro se constitui enquanto fonte histórica como uma manifestação textual de grupos nobiliárquicos com vistas a resistir às pressões tanto do senhorio régio sobre suas prerrogativas, quanto à presença cada vez mais marcada, nos mesmos domínios, de segmentos sociais não nobres endinheirados ligados à oligarquias urbanas. Estes, muitas vezes, elementos que eram arrendatários de suas terras e de quem dependiam cada vez mais numa economia progressivamente mais monetarizada, e na qual tais contratos progressivamente se traduziam em rendimentos desvalorizados, dado o impacto da introdução dos mecanismos de mercado e das flutuações da moeda[867] - o que se traduzia paulatinamente em perda de poder e prestígio sociais.

O *Livro de Linhagens* expressa um clamor de um grupo social contra um rei que viam como usurpador de prerrogativas detidas por direito de conquista, e que solapava seu caráter autonomista, substrato de sustentação de um *ethos* caracterizado por uma forte noção de honra, pela valorização da linhagem, dos laços de sangue, da família e da parentela, e que tinha como centro de sociabilidade a vida local e solarenga.

À um longo período de solidez da crença em formas de construção da coesão social baseadas no ideal de linhagem, sucedeu no plano discursivo uma busca de formas de representação acerca de espaços de construção de solidariedades mais amplas. Tomando o que sustenta André Jolles, não é por acaso que a Islendiga Saga desparece quando surge o Cristianismo ou, melhor dizendo, quando a igreja cristã [começa a estender seu domínio sobre a cultura escrita. Ela vincula os fiéis à comunidade e à paróquia, instaurando uma nova forma de parentesco – do homem com o homem. Assim fazendo *retoma a linguagem da saga e apropria-se dos gestos verbais dela, pois seus sacerdotes são "padres", seus membros*

[867] Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira. Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Coleção Nova História de Portugal, vol. IV, Lisboa: Editorial, 1987. "A desvalorização da moeda portuguesa nos séculos XIV-XV foi a maior da sua história e uma das maiores da história da moeda europeia, pelo menos no período medieval". p. 209.

irmãos e irmãs, e os indivíduos que vivem na comunidade espiritual e religiosa são igualmente "fratres" (a palavra latina donde deriavam "irmão" e frade"). Esta analogia destrói, todavia, a verdadeira forma da Saga, a qual só conhece os vínculos e o parentesco de sangue. Todos os acontecimentos importantes da saga e da família – nascimento, casamento e morte – são transportados pela igreja, mediante um sacramento, para uma outra disposição mental e, assim, a saga é desapossada de seus elementos básicos][868]. E é este o sentido que nos faz apontar para a função das insistentes menções no texto de Fernão Lopes e do rei D. Duarte à necessidade de observância aos preceitos da ortodoxia cristã - expressos no uso recorrente da expressão " *Santa Madre Egreja*", ou ao caráter e à observância ritual dos "fiéis católicos" protagonistas do texto; é este o sentido das constantes invocações ao "*serviço de Deos"* como ordenador primordial das ações e dos valores contidos na visão de mundo dos primeiros textos de Avis. É o sentido que engloba e dá a unidade que alguns críticos, segundo João Morais Barbosa, negam ao texto do **Leal Conselheiro** - ao que este autor contrapõe sustentando sua pelo imperativo que o texto confere aoo "sentire cum ecclesia"[869].

Os textos fonte estudados nos dão um retrato da ideologia e uma projeção do ambiente político e social do qual emergem e a partir dos quais se funda a *nova era* de que nos fala Fernão Lopes, a "*septima hidade*" - a era daquele senhor, o Mestre de Avis, a que o texto dá ares de realização profética a que abertamente atribui a condição de milagre. Trata-se, todavia, de que se está diante um período de continuidade de um longo processo de transformação e reacomodação de uma sociedade que busca preservar-se como uma sociedade estamental. Não é ao acaso que toda a prosa de Avis é frequentemente ponteada com o tema referente aos "estados" da sociedade. Marcar a distinção é necessário diante da proximidade que a conjuntura política enseja nas relações sociais entre a fidalguia e o elemento vilão, que o texto da crônica ilustra com expressões tais como "*os da cidade*", os "*homeẽs boõs da cidade*", "*cidadão honrado do Porto*", ou "*cidadão honrado de Lisboa*".

E tal proximidade se traduz, no texto da *Crônica de D. João I, da Boa Memória*, infalivelmente por sua presença nos atos decisórios de relevo. O texto não nos vende a idéia de que é de bom alvitre que se tome decisões importantes sem consultá-los. Trata-se daqueles elementos sociais que Elias descreveu através de expressões sociológicas, tais como sujeitos ativos de *pressões que partem da base da sociedade*, protagonistas de *pressões vindas de baixo*. O texto de Fernão Lopes lhes reconhece o direito à existência, mesmo desvinculados

---

[868]Cf. JOLLES, André. **Formas Simples, Legenda, Saga, Mito, Adivinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste.** São Paulo: Cultrix, 1976, p. 72-73. [itálicos nossos}

[869] Cf. PORTUGAL, D. Duarte. **Leal Conselheiro**. Introdução e notas de João Morais Barbosa, Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1982, p. 10.

de relações a uma linhagem nobre - algo absolutamente impensável no texto do *Livro de Linhagens*, a não ser quando se nobilitam, quando vinculam-se a tradições prestiogiosas de alguma família fidalga pela via do matrimônio.

Na crônica lhes é reservada a condição de incluídos num universo moral e de relações, às revelia de tais ligações. São postos em conjunção com que se atribui serem os símbolos e valores mais caros à nobreza, independente de com que categorias sociais se relacionem. Como dito, o texto se apropria dos valores da *saga*. A fala através da qual o cronista retrata a chegada da frota do Porto para ajudar na defesa de Lisboa, reconhece aos estes homens de pequena estatura social, o direito a partilhar de símbolos caros à sociedade fidalga. Reconhece como dado da ordem da evidência o fato de que têm "*paremtes*", "*filhos*", "*filhas*", "*netos*" - e mais - "*divedos*"- termo que os inclui no universe do social – a reciprocidade. O texto lhes reconhece o direito de manterem laços e relações da mesma índole daqueles em nome dos quais e para cujo culto se decidiu produzir a "literatura" linhagistica. E colocá-lo na boca do inimigo, como o faz o cronista, é ressignificar sua posição social. Fernão Lopes[870] ali naturaliza algo que no *Livro de Linhagens* diz respeito apenas aos homens de linhagem, e o cronista o reforça proclamado-o como testemunho dado pela parte adversa. Trata-se de attibuir aos atores que representam a base da sociedade o direito de posse sobre o que há de mais precioso para a nobreza: parentesco, laços de sangue, e a capacidade de inserir-se num circuito de dons, conotado pelo vocábulo *divedo*.

Com a crônica de Fernão Lopes estabelecem-se definitivamente no campo da expressão cultural possibilidades de inclusão da base da sociedade num mundo que, até então, e segundo a forma como o representa o *Livro de Linhagens*, é apenas habitado pela nobreza.

A fala do fidalgo Pero Fernandez Velasco é contundente: ele diz ao rei, ao membro maior da nobreza que aquilo que lhe é mais caro e elemento de definição de sua humanidade é um direito da *gente meuda*. Subjaz ao texto que no interior do Portugal do Mestre de Avis, tanto o "Eles" como "Nós" somos dotados de atributos que nos conferem humanidade.

E deste ponto de vista, a saber, da emergência de condições históricas favoráveis à formação de uma forte consciência de grupo, que procuramos estabelecer o nexo entre o primeiro e o segundo capitulos da presente tese. Nossa intenção foi mostrar como o recrudescimento das lutas entre os grupos nobiliárquicos, no reinado de Sancho II acabaram por definir um quadro de dispersão de poderes que precipitou a chamada anarquia feudal, que

---

[870] LOPES, Fernão. **Crônica delRey Dom João I, da Boa Memória,** parte I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1973, cap. CXXX, p. 223-224. Sobre Pero Fernandez Velasco dirigindo-se ao rei D. Juan de Castela que queria atacar a frota e impedi-la de prestar ajuda.

a nosso ver, contribuiu para reforçar os ímpetos de uma nobreza autonomista. Tal quadro deu rédea solta para que disputas disputas intersenhoriais trancorressem sem se confrontarem com qualquer força política que as coibisse. É por tal quadro que se explicam o intenso processo de senhorialização que se traduzia na invasão de terras alheias - como testemunharam as chamadas Inquirições – as disputas pela senhorialização de baldios e espaços, em algum nível, nos quais os poderes senhoriais ainda não se ancoravam de forma mais sólida, ou ainda sobre os que detinham alguma autonomia, ou sob o estatuto de terras imunes à ação senhorial, ou de espaços urbanos, os quais, através de forais integraram-se à malha de proteção oferecida por uma vaga de senhorialização protagonizada tanto pelo senhorio régio e laico, quanto pelos poderes eclesiásticos ou mesmo das Ordens Militares Religiosas; e que configuraram o quadro, como afirmam os testemunhos, de lutas de todos contra todos – dos barões entre si e entre os barões e um rei que se comportava como um rei das *sagas* – agia como um salteador em beneficio de si e de sua linhagem.

O quadro de expansão, afirmação e disputas intersenhoriais tal como em linhas gerais acima descrevemos, cria, a nosso ver, um terreno social fértil para o surgimento de formas de manifestação discursiva escritas que acabaram por traduzir-se na formalização de uma visão de mundo que projetou anseios, valores e os códigos de conduta de um grupo. Tais condições ensejaram, tal como propusemos como hipótese, a que a partir de meados do século XIII se criassem as condições histórico sociais para a atualização de uma forma literária a que os estudos de morfologia consagraram a designação de *saga,* e que acabou por traduzir-se numa rica e expressiva produção autoral de cunho genealógico, iniciada com a produção do primeiro dentre os três livros de linhagens portugueses mais importantes, o *Livro Velho de Linhagens*, datado entre as duas décadas que se seguiram ao meados do século.

E foi o que de imediato justificou o estabelecimento do marco inicial de nossa *periodização.* Repetimos: o meados do século XIII se justifica pelo que identificamos como estabelecimento de condições histórico sociais de emergência de uma produção textual que se forja com base em disposições mentais que constróem a ordem do mundo como *saga.*

Procuramos, a seguir, no segundo capitulo, recorrendo às obras dos dois críticos portugueses de maior produção acerca da obra do Conde D. Pedro - Luis Filipe Lindley Cintra e de José Mattoso - retratar os aspectos de crítica envolvidos na identificação das fontes das quais procedeu o que se convencionaou designar como "literatura linhagística". Procuramos demonstrar o parentesco que o *Livro Velho de Linhagens* e o *Livro do Deão* mantém entre si e como forneceram elementos com os quais o Conde D. Pedro compôs o *Livro de Linhagens*; e, outrossim, como todos, pela presença e utilização destas formas literárias comuns,

descendem de uma tradição textual procedente do Norte europeu e e cuja matéria se constitui fundamentalmente do que lhe foi legado pela memória das antigas *sagas*. Fato apontado por Paul Zumthor como fundamental no processo de penetração da escritura cristã *em todo* o chamado Ocidente medieval.

Procuramos no referido capítulo demonstrar que tais textos foram os que legaram à literatura linhagística a tradição que se caracteriza por ter na sua base de constituição as ideias de linhagem, de laços de parentesco e de sangue, de família e clã, e nos quais a dimensão temporal caracteriza-se pela circularidade, própria a que rege a reprodução da descendência familiar e os ciclos agrícolas no seio do senhorio de caráter local e solarengo. Trata-se de narrativas que se definem fundamentalmente por serem História familiar.

Em seguida procuramos focalizar mais especificamente a trajetória dos estudos do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro e de como a perspectiva adotada para a classificação da matéria de que se compõe seu texto se explica por sua inserção num horizonte de reflexões ligadas à uma crítica documental de caráter fortemente positivista e à incorporaração de problemáticas científicas aos estudos literários, pelas quais quais passaram nas últimas décadas do século XIX e inícios do XX. Tal configuração do campo intelectual conduzia a uma determinada definição de recortes, a nosso ver, extemporâneos em relação ao contexto cultural no qual, em meados do século XIV, o Livro de Linhagens emergiu como produção textual. O que acabou por conduzir à distinção da matéria de que se compõe em "matéria genealógica" e "matéria narrativa".

Assim, o estudo desta obra do Conde D. Pedro, emerge num campo de problemáticas distintas em relação aquelas que se ocupam do que subjaz ao texto. O que nos parece pré-condição necessária a uma postura metodológica que se decida pela tomada da matéria em sua unidade, para que, a partir daí, se tenha um ponto de apoio para interrogá-lo sob a perspectiva da produção de significação.

Nossa proposição foi, consequentemente, apoiada num elenco de problemáticas distintas das que regiam o interesse dos citados primeiros estudiosos do texto. Baseamo-nos num conjunto de proposições que abre espaço para reconsiderar a matéria genealógica para além de seu estatuto de documento de caráter meramente cartorial, cuja função se resumiria a atestar a veracidade e dar fé pública a vinculos entre indivíduos e direitos patrimoniais no interior da instituição familiar. Tal nos levou à compreensão de que as "listas genealógicas" são mais do que um inventário de indivíduos referidos a direitos.

Desta forma, os fragmentos narrativos ligados à personagens enumerados no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, tampouco se prestariam unicamente à função de identificação,

de diferenciação dos indivíduos, uns em relação a outros. Tal como indicavam Paul Zumthor, Walter Ong e Antonio José Saraiva – este, no caso, despertado pela frequência significativa no texto de expressões tais como "*tal como ouviredes"*- procuramos direcionar nossas interrrogações no sentido de que, sendo a matéria como objeto de uma comunicação oral, ela traria as marcas de formas ritualizadas de comunicação, estaria no centro de alguma forma de espetáculo, alguma forma performance pública.

Estes textos, ainda que as vezes de forma implícita, não deixam de exibir as características que os constituem como *percursos narrativos*, que visam atribuir sentido a ação de seus protagonistas e sua inserção numa dada ordem do mundo. E, como tal, remetem a uma cosmovisão e à um universo axiológico correspondente. Sua leitura vai nos dando a perceber a progressiva construção de uma ordem, um sistema de mundo, que vai segregando valores e seres à medida que os investe simbolicamente, constituindo-os como sujeitos suscetíveis de estabelecer relação de junção em relação a objetos – como vimos, elemento constitutivo básico na definição da função da narrativa.

As "listas genealógicas, exibem as marcas de um inescapável trânsito pela vocalidade. O que está escrito é o testemunho de um ato cuja efetividade apenas se completa por um rito oral. A performance torna presente a memória de ações, de acontecimentos cuja efetividade se produz através da articulação ritual de sonoridades significantes pela voz. As listas são objeto de um espetáculo público, com tempo e lugar assinalados. Como rito e ato ilocutório são comunicadas através de uma oralidade contundente, e que por isto se impõe como evidência de fato que se narra a si mesmo.

A dimensão temporal, desloca-se para o âmbito do ciclo que reproduz aquilo que mais tem significado para aquela sociedade. Nada parece ser mais expressivo no texto do Conde D. Pedro do que apontar que tal ou qual senhor, "*casou-se"*, ou "*tomou por molher*", tal ou qual senhora, e "*fez em ela"* tais e tais descendentes. A referência ritual ao ato carnal é objeto de uma publicidade. O texto o proclama e o assenta como testemundo de fé do ato através do qual se consuma a reprodução do que há de mais significativo para aquela sociedade - a descendência, significante que encarna a ideia de legado, de herança – elemento central para esta sociedade, e motive pelo qual o escolhemos para incorporá-lo ao título do presente trabalho.

Para um indivíduo, o significado da posse de um extenso patrimônio não se esgota em sua condição de mero indicador de sucesso numa trajetória pessoal. Ele carece de sentido se em seu entorno não se aglutinarem os consaguíneos, a família, a parentela, o clã, a linhagem. É por tais motivos que os valores que presidem a vida no solar se fazem encruzilhada do

histórico com o humano. Ali articulam-se as estratégias matrimoniais, congregam-se entre os quais há uma ele de consanguinidade, tramam-se as vinganças, o adultério e as disputas pela herança, selam-se alianças políticas a restante ordem de sucessos que dão sentido à vida senhorial local que compõe o que caracteriza a *saga*.

Em seguida procuramos, no terceiro capitulo, abordar a trajetória política da figura do autor de nossa principal fonte, o Conde D. Pedro. Procuramos pensá-lo em situação, através do refletido em seu posicionamento no interior da familia real. Tomamos aspectos da fase de exílio, de sua posição em relação aos demais irmãos, e aos laços que permitiram seu acolhimento na corte castelhana da rainha Maria de Molina, viúva do rei D. Sancho IV, bem como a importância que exerceu sobre sua formação a vivência neste ambiente cultural, numa corte que herda as tradições "historiográficas" de D. Afonso X, o rei Sábio.

Exploramos, também, os impasses envolvidos em seu posicionamento no que diz respeito às facções em luta na chamada guerra civil de 1319-24. Utilizamo-nos dos conhecimentos disponíveis sobre sua biografia, aos quais, segundo A. J. Sotto Mayor Pizarro, pouco se poderia acrescentar além do que oferece a documentação conhecida[871]. Procuramos fazer um contraponto destes dados com uma aparente incompatibilidade entre elementos discursivos presentes no texto do *Livro de Linhagens*, e o relacionamos com o fato de que decorrem da ambiguidade imanente à sua condição de filho bastardo. O Conde se fez pela vontade do pai, o rei D. Dinis, mas para manter-se numa posição favorável, soube explorar as possibilidades de escorar-se sucessivamente em pontos de apoio distintos do jogo politico, movido em função do que a conjuntura política definia como mais conveniente. Sua posição não foi a de optar incondicionalmente por qualquer das partes em confronto. A bastardia não foi elemento que concorreu para sua emergência no campo politico como um personagem obscuro. Em sua trajetória pode contar com a generosidade paterna, que bem o agraciou como a todos os restantes bastardos, principalmente com casamentos que se mostravam como uma estratégia de alargamento das redes poder social do rei, sempre passíveis de utilização quando conveniente.

Seus outros dois irmãos mais atuantes, Afonso Sanches e João Afonso, pelo apoio incondicional ao pai, pagaram alto preço por uma tomada de posição inequívoca. O segundo foi executado por ordem do legítimo herdeiro e o primeiro exilou-se em Castela, apoiando-se nos benefícios colhidos em função do casamento que lhe arranjou o pai com Teresa Martins Telo, filha daquele que D. Dinis fizera 1º Conde de Barcelos, D. João Afonso Telo II, nobre

[871] Cf referido pág. 86, nota 251, do presente trabalho.

com sólidas raízes fincadas no reino castelhano, e de quem a filha receberia como herança o senhorio sobre Albuquerque, ponto estratégico na fronteira de Portugal com Castela.

O discurso politico do *Livro de Linhagens* expressa o comprometimento do Conde com ideais linhagísticos de uma nobreza senhorial tradicional de caráter autonomista e com uma forte consciência de grupo. Observam-se alí uma exaltação dos elementos constitutivos da e *saga*. Seu comportamento politico foi caracterizado pela conjugação dos elementos circunstanciais a uma perspicácia que lhe permitiu sobreviver. Colocou-se numa posição favorável em relação a um jogo politico que haveria de consagrar as vias legítimas de sucessão; e, portanto, favoráveis ao legítimo herdeiro, o rei D. Afonso IV, com quem no passado mantivera relações em função de sua posição de servidor na casa de sua cunhada, a futura rainha D. Beatriz. O apoio a uma nobreza que protestava contra usurpação de suas prerrogativas por parte do rei foi a opção por um posicionamento que, no plano do discurso, propugnava por uma relativa simetria nestas relações. E é por este motivo que o Conde delineia a figura régia no *Livro de Linhagens* de modo superlativo. O que confere a seu texto o parentesco com as *sagas*, nas quais a figura do rei é tomada como um senhor como qualquer outro.

O Conde D. Pedro carrega em sua condição de bastardo régio o fato de que integra uma estratégia de multiplicar as potencialidades de retorno patrimonial à família real. É um trunfo que tende a posicionar-se como garantia incondicional de apoio politico para o pai, que o dota de privilégios aos quais, de ordinário, os bastardos tem acesso proporcionado pelo instituto da legitimação. Ademais, a história portuguesa tinha precedentes de quebra das regras costumeiras de sucessão: Sancho II, fora deposto em favor do irmão, Afonso III. Afonso Sanches, pela forma como o pai o agraciava era sempre brandido como uma ameaça ao legítimo herdeiro por parte de uma nobreza insatisfeita com o rei.

Pensamos, assim poder propor como hipótese a existência de homologias entre os conteúdos observados no seu texto e as variações de sua posição política. Elas nos autorizam a asseverar que refletem, sobretudo, um sentido de autopreservação a partir do ponto de vista de seu interesse como um senhor. Sua tomada de posição oscilou em função do que apresentava o quadro politico. A interpretação que procuramos dar as ambiguidades contidas no discurso presente no texto, apontou-nos para a presença de um reconhecimento tácito por parte do Conde, da necessidade da existência de uma instância capaz de mediar os conflitos entre a fidalguia, cujas contradições demonstravam, segundo ele, não poderem encontrar solução que se limitasse ao âmbito das solidariedades de linhagem. Daí o reconhecimento de que para que a nobreza se desvencilhasse das interferências régias em domínios

tradicionalmente à ela afetos, era necessário que se semeassem o amor entre "*os nobres fidalgos de Espanha*"[872]; pois, "que se os homẽes houvessem antre si amizade verdadeira, nom haveriam mester reis nem justiças, ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus."[873]

O Conde, a nosso ver, revelou uma notável sensibilidade política na avaliação das forças em jogo. O Livro de Linhagem, repetimos, expressa ambiguidades. Ele trata de fidalgos, exalta sobretudo a vida da nobreza tradicional, mas reconhece à figura régia como uma espécie de mal necessário à manutenção de equilíbrios e coesão que os tempos de crise poem em questão. Contudo, vincula tal existência à ideia do contrato entre senhor e vassalo. É, a nosso ver, o que torna coerente a presença simultânea, no *Livro de Linhagens*, de listas de famílias da nobreza e de famílias régias, tal como as trazem escritas a tradição das *sagas.* Ressalte-se, ainda, que tal se reforça pela presença de reis que em sua obra são apresentados como entes que descendem da nobreza, de uma fidalguia a quem se credita, por direito de conquista, a posse do reino de Portugal.

A dualidade atribuida à obra do Conde nos levou a por em questão a distinção tradicionalmente proposta para a classificação da natureza da matéria de que foi composta. Procuramos, assim reforçar aspectos que apontam para uma unidade da mesma, propondo tomá-la com base na *hipótese de uma complementaridade.* E foi a perspectiva que utilizamos para estruturar o quarto capítulo. Ela nos permitiu identificar uma proposta de sequenciamento do texto do *Livro de Linhagensi,* através da qual se vêem combinadas as dimensões estrutural e temporal que lhe conferem os atributos de uma composição narrativa. Pensadas em sua complementaridade, as listas de caráter genealógico e os fragmentos narrativos, considerados nas diferentes formas de expresssar a dimensão de tempo, nos traçam a história de como emergiu uma concepção de mundo. O que se expressa na significativa epígrafe ostentada em seu prólogo: "Do linhagem dos homẽes como vem de padre a filho des o começo do mundo […]" ao qual acrescenta, corroborando o caráter narrativo do texto "[…] e do que cada ũu viveo e de que vida foi, e começa em Adam, o primeiro homem que deus fez, quando formou o ceo e a terra".[874] Ou seja, o texto tem como proposta explicitamente definida desfiar a linha de evolução do que, em última instância, define-se enquanto um legado transmissível por consanguinidade; e propõe fazê-lo contando a história de cada uma

[872] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Prólogo, fol.1, In: MATTOSO, José (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica,** II/1, **Scriptores,** Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 56.
[873] **Ibidem,** p. 55-56.
[874] **Ibidem**, p. 55.

das linhagens às quais estes homens pertenceram desde eras a que se atribui serem o início dos tempos.

O texto segue segundo uma disposição de títulos no qual se dispõem numa sucessão temporal as linhagens que históricamente se sucedem na peninsula. Embora não se as refira a uma cronologia do calendário cristão. Os referenciais paradigmáticos cristãos estão presentes, mas o tempo preferencial é o da reprodução familiar, que se consuma na descrição da sequência das linhagens e de suas gerações. Ele nos é apresentado como um híbrido entre um tempo referencial, paradigmático e um tempo linear. Há uma diacronia, mas não da ordem do que se poderia atribuir à um ordenador temporal que se subsume aos fatos de estrutura - econômicos, politicos e sociais. Estes, ao contrário, são englobados pelo ciclo que descreve um devir que transforma História em História familiar, que é referenciada a uma temporalidade que lhe é externa na medida de sua relação com os fatos significativos das civilizações de que se pretende herdeira a sociedade em questão. O tempo é inferido pela aproximação referencial ao que é associado à condição de herança simbólica cuja origem é um passado protagonizado por eventos e personagens históricos marcantes do universos neo e vetero-testamentário, da tradição pagã da Antiguidade clássica e bárbara Alto medieval. O Título I do *Livro de Linhagens* não poderia ser mais eloquente para afirmar-se enquanto um discurso das origens, pelos temas que, de início, sustenta pretender tratar. Começa por nos falar "Dos filhos que Adam houve e de sa geeraçom"[875], ou seja, unindo duas componentes estruturais do texto: laços de consanguinidade e legado, herança.

O texto segue mantendo-se no âmbito das tradições acima para, ao final, desaguar na descrição dos reis peninsulares. Repetem-se episódios sucessórios nos quais se constitui o relato de um passado lendário do qual se extrai a legitimidade para a busca de soluções políticas para impasses recorrentes na sociedade do presente. A resolução de crises através da eleição de rei é da ordem do paradigmático.

O que nos permitiu concluir quanto ao quinto capítulo é que o texto progressivamente libera as expressões que nos conduzem numa viagem pelas tradições entre as quais colhe o legado para configurar o mundo em questão. Através da exposição de um elenco de fragmentos representativos do texto, defrontamo-nos com sua função semiótica. Procuramos analisá-lo em aspectos fundamentais que o ligam históricamente às formas de autorepresentação de uma sociedade feudal tradicional: calcadas no predomínio do senhorio

[875] BARCELOS, Conde D. Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Tít. I, fol. 2 v.°, In: MATTOSO, José. (Ed.). **Portugaliae Monumenta Historica, II/1, *Scriptores***, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa,1980, p. 59.

local e no significado que atribuem à ideia de herança, às relações de fidelidade pessoal e familiar, e como tal se refletem na definição das categorias de tempo e espaço.

Não há no texto a descrição de ambientes, paisagens que descrevam dimensões mais amplas de espaço. Nas poucas passagens que os vemos presentes, os espaços integram à ordem do implícito, subordinam-se a uma função de palco de relações. As descrições se concentram nas ações. No centro está o que acontece no interior do solar, das relações e disputas de poder no seio da família e as histórias dos feitos que envolvem seus *próceres*. O espaço é o suporte para um conjunto de ações, de *fazeres* que visam investir as representações de sua função simbólica, de instaurar a legitimidade do primado da pertença à linhagem como condição de exercício dos poderes nas sociedade. O que se faz com relatos de incidentes familiares, de episódios de combate contra mouros, de pleitos nos quais se resgata a honra ultrajada, de fatos desabonadores de algum cavaleiro ou dama, adultérios, assassinatos, do destino que é dado às suas vidas e as de seus filhos, dos casamentos com outras linhagens, das uniões ilegítimas, das vinganças, e do enumerar de sua prole. Tal se faz associando os personagens e sua parentela a ordens de fatos que, pelo que simbolizam, tornem tais ações dignas de registro na memória social.

Ainda quanto ao caráter referencial da temporalidade, nossa interpretação é a de que o texto nos remete a um desejo de paralisar a mudança, cristalizando relações em *situações de estado* que se reiteram desde as origens.

No texto do *Livro de Linhagens*, indefectivelmente, o ciclo de reprodução familiar é realidade cujo caráter as vezes ilícito não a torna menos efetiva quanto à sua capacidade de vincular um indivíduo a direitos. O que nos parece fundamental é que se trata de ato imanente à reprodução das relações parenterais. Torna-se passível de reconhecimento social pelo fato de se constituir como fundamento de efetividade para a ideia de herança, uma vez que é ato que estabelece uma ligação entre indivíduos e que se crê ser o fundamento da sociedade: os laços de sangue.

Quando um personagem é qualificado como “bõo”,”mui bõo, “leal” e “fiel cavaleiro” e etc, é definido como tal por encontrar-se infalivelmente referido a histórias que o constituem como um símbolo. As vezes, embora ausentes do texto, são histórias que se caracterizam por serem de domínio do publico destinatário do texto. Trata-se de atributos e objetos que pressupõem uma gênese, uma trajetória, percursos, compostos por uma sucessão de ações que aproximam ou afastam os protagonistas de sua relação com os objetos.

O texto do Conde D. Pedro, atentando-se para a frequência de expressões que se repetem no léxico que compõe os seus Prólogo e setenta e seis títulos, ressalta a

predominância do tema linhagem, descendência (“donde veem os de”), geração, dos designativos que dizem respeito às relações de parentesco de sangue (filho, filha, irmã, irmão).

Há que se ressaltar que descritivamente o texto constitui as dimensões espacial e temporal numa relação de homologia de escala com a qual o imaginário configura o universo. Um universo cuja razão de existir, além de dever-se às relações de sangue, deve-se possibilidade da vida local e solarenga, das ligações que ligam homem a homem e estes à família e o clã. Onde o sagrado se justifica como instância que consagra estes campos de relações.

Buscamos assim definir o universo de representações no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, como uma reação da nobreza tradicional à um quadro que progressivamente se instaura em função de um desenvolvimento histórico que impõe limites aos poderes que tradicionalmente afirmam desde sempre pertencer-lhes, e que se reconfigura por imposições de uma sociedade que progressivamente se torna mais complexa. As interdependências que reflete traduzem-se numa pluralidade de demandas sociais, que exigem uma redefinição das bases lógicas das formas de representação do mundo por parte dos grupos dominantes da nobreza.

Nosso objetivo, com o último capítulo foi o de demonstrar que os primeiros escritos de Avis, representam o ponto de chegada de tais transformações. Foram uma resposta ao imperativo de reoganização da dominação no plano discursivo por parte do grupo social em cujo topo está o rei e a corte. Falar da presença de um diálogo entre os dois universos que se constróem de formas distintas, e que se sucedem históricamente, é, a nosso ver, abordar questões relativas à redefinição das formas por meio das quais os grupos dominantes reproduzem sua dominação no campo da ideologia.

Nossa proposição de que o texto do Livro de Linhagens dialoga com as primeiras crônicas de Avis, se sustenta pela recorrência em ambas as prosas de formas comuns de expressão do léxico. Elas, a nosso ver, em cada caso, representam dimensões redefinidas com as quais o discurso de uma fração dos grupos de poder dominantes procuram estabelecer uma novas formas de leitura do mundo e reenquadramento social.

O trajeto do discurso de tais grupos encontra no termo “solar” uma metáfora significativa, que a despeito da resignificação a que é submetida, nos mostra um ponto comum entre ambos os conjuntos de texto: através da preservação de um símbolo que remete a ideia de espaço de acolhimento social, o discurso procura reproduzir códigos de leitura do mundo que preservam a sociedade como uma sociedade de caráter nobiliárquico, estamental.

A história das mudanças no discurso dos grupos dominantes tem na expressão *Solar dos de Lara*, uma metáfora representativa de um espaço de acolhimento da linhagem. Dela o texto de Fernão Lopes passa ao "*Sollaz dos Atribullados"*, que reune e abriga todos aqueles que se definem não prioritariamente pelas relações de sangue, mas por sua relação com o *pecado* e com a *virtude*. O Sollaz dos Atribullados é o espaço de inclusão dos que se definem prioritariamente pelo fato de serem cristãos, povo eleito de Deus, "*bom",*" *limdo", "verdadeiro e fiel portugues"*, guiados pelo seu *"messias*" de Lisboa, o Mestre de Avis, numa jornada em direção à *defesa e salvação de um reino* daqueles que o transacionam como a um bem de família.

O primeiro conjunto de textos é figurado como o espaço de uma narrativa que se resolve tendo como centro o solar, as façanhas, a reprodução familiar, a linhagem. O tempo vigente é o tempo da reprodução da descendência. Os atores cobrem um percurso narrativo, explícito ou pressuposto, com o qual o texto os investe das competências necessárias para representar o grupo familiar. As ações atualizam *estados de ser e fazer* que os habilitam a figurar num panteão de valores com os quais o grupo simboliza o espaço de excelência social que ocupa, e o qual lhes reserve um determinado gráu na hierarquia social.

Nos textos de Avis há um deslocamento do foco que passa a privilegiar novos objetos. O espaço social é deslocado para o universo da cosmologia cristã. Vemos um universo regido por termos também remetidos ao domínio do parentesco, mas um parentesco de caráter ampliado, universal. O mundo não se constitui como um somatório de familias, de linhagens, com base num *divedo* de sangue, mas como uma irmandade maior, ligada pela observância a preceitos de um universo cuja coesão se organiza em função de códigos mais abrangentes, provenientes da ideologia ligada à ordem do mundo proclamada pela ortodoxia cristã. Apenas agora ele pretende passar o sentimento de que não apenas os "filhos", "filhas", irmãos" e irmãs", que descendem por relações de consanguinidade dos homens de linhagem, tem direito a um espaço de inclusão no imaginário do grupo dominante. O novo "solar" - termo, como vimos, fulcral no *Livro de Linhagen* – é na crônica de Avis um espaço coletivo, de ações que se coordenam com vistas a referenciar os individuos em relação à ordem sagrada - um espaço maior que deve a todos acolher, e que se prenunciará como um *milagre*.

A narrativa trata de ações regidas por um designio que, como anteriormente apontamos, faltava à nobreza do passado. Ao contrário do que se atribui ao rei D. Fernando, as ações agora são obra *ordenada de cima*, pela vontade do *nosso Senhor Deos*. Agora as categorias de inclusão são o *reino*, os *portugueses e os cristãos*, entes que, através de um uso peculiar de metáforas familiares, são reincritos no imaginário de relações e solidariedades

maiores: o texto nos fala de um grande solar, o Sollaz dos Atribullados, de uma grande casa - da *Casa de Portugal*[876] -, que se torna um espaço comum àqueles que compartilham da condição de *pecadores*, e cuja ação, portanto, deve ser norteada para a busca da *salvação de suas almas*, tal como aconselha o recorrente apelo à ideia do "serviço de Deus".

De um texto que exalta, estiliza e sanciona positivamente ações violentas de uma fidalguia, como forma de atualizar o conjunto de práticas e valores que a consubstanciam sua identidade como grupo social dominante, passa-se à outro plano de classificações, no qual as competências e atribuitos se adquirem num percurso em cujo centro estão ideias fulcrais do cristianismo: *pecado* e *salvação*. Daí a metáfora "Solar dos Atribullados". No centro deste espaço que é figurado como um solar de solidariedades mais abrangentes, estão o seu senhor maior e o seu mais dileto discipulo: o Mestre de Avis, o *messias*, e Nun'Álvares Pereira, o *santo condestável*, o *novo guerreiro*, o homem cuja trajetória transfigura o modelo cavaleiresco, guerreiro, cruzado e solarengo na figura do santo guerreiro que enseja a disposição mental que compõe a *legenda*. E isto se expressa nos relatos de Fernão Lopes. Principalmente, neste exemplo sobre os arraiais que o filho do Prior do Hospital montava. Diz-nos o cronista:

> Trazer molheres, nem jogo de dados a nehuũ era comssemtido; e muito sse trabalhava, quamdo tall desvairo antre alguũs naçia, per que começavom de sse nom fallar, de os comcordar logo e fazer amigos; de guisa que seu arreal, *nom pareçia hoste de guerreiros, mas honesta rreligiam de deffemssores*[877].

Os dois conjuntos de textos analisados nos falam de transformações na estratégia de discurso por parte de grupos dominantes da nobreza. Elas transpõe um modelo de nobreza cujos códigos, de viés autonomista, ligados a um ideal de senhorio tradicional, feudal, de caráter local, baseado na ideia de pacto, caracterizado por uma forte consciência de grupo, na qual predomina a valorização dos laços de sangue, da parentela e ao clã, a um outro, que incide sobre comportamentos que implicam numa nobreza dócil, fie lao senhorio, obediente ao rei e ao "serviço de Deos". "Má*rtires*" e "*convertidos*" é como o texto de Fernão Lopes qualifica os seguidores de seus dois personagens maiores. O "Outro", é o que agem "[…] emduzidos de todo per spiritu de Sathanas, e maao comsselho de falssos Portugueeses […]; e que se portam tais como "[…] exertos tortos, nados dazambugeiro bravo […]", - uma espécie

---

[876] Cf. p.217, nota 769 do presente trabalho.

[877] LOPES, Fernão. **Crônica Del Rei Dom Joham I, de Boa Memoria e dos Reis de Portugal o decimo. Parte I.** Reprodução fac-similada da edição do Arquivo Histórico Português, 1915, preparada por Anselmo Braamcamp Freire, prefácio de Luis Filipe Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, p. 374. [itálicos nossos].

de oliveira selvagem, brava, inculta -, pois que acabam por tornar"[…] a fazer sacrifiçios, e adorar os idollos em que amte criiam […]". A eles, todavia, opõem-se "[…] aquelas vergonteas dereitas, cuja naçemça trouve seu amtiigo começo da boa e manssa oliveira portugueesa" [878].

É como pecadores que se penintenciam num cenário descrito pela narrativa enquanto palco de um milagre, que os *portugueses*, defendendo um bem comum, sua terra, agora se fazem herdeiros do que o texto converte do estatuto de bem de família a solo sagrado, fruto de um *milagre* que passa de patrimônio de uma linhagem à espaço que se define pela vigência solidariedades mais abrangentes, a *comunidade dos portugueses*.

[878] LOPES, Fernão. **Crônica Del Rei Dom Joham I, de Boa Memoria e dos Reis de Portugal o decimo. Parte I.** Reprodução fac-similada da edição do Arquivo Histórico Português, 1915, preparada por Anselmo Braamcamp Freire, prefácio de Luis Filipe Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973**,** p. 303**.**

Fontes e bibliografia

FONTES

AYALA, Pero Lopez. **Crónica de los Reyes de Castilla.** Tomo I, Ano V. Madrid: Imprenta de Don Antonio de Sancha, 1779.

AYALA, Pero Lopez de. **Crónica de los Reyes de Castilla.** Gerônimo Zurita, Madrid: Real Academia de História, 1780.

BARCELOS, Pedro de. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. In: MATTOSO, José. (Ed.) **Portugaliae Monumenta Historica.** v. II, Lisboa: Academia de Ciências, 1980

CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Crônica Geral de Espanha de 1344.** v. 1, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.

LOPES, Fernão. **Crônica do Senhor Rei Dom Pedro, Oitavo Rei Destes Regnos.** Intro. por Damião Peres, Porto: Editora Civilização, 1965.

LOPES, Fernão. **Crônica do Senhor Rei D. Fernando, Nono Rei Destes Regnos.** Intro. por Salvador Dias Arnault, Porto: Livraria Civilização 1966.

LOPES, Fernão. **Crônica Del Rei Dom Joham I, de Boa Memoria e dos Reis de Portugal o decimo. Parte I.** Reprodução fac-similada da edição do Arquivo Histórico Português, 1915, preparada por Anselmo Braamcamp Freire, prefácio de Luis Filipe Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

LOPES, Fernão. **Crônica Del Rei Dom Joham I, de Boa Memória e dos Reis de Portugal o decimo. Parte II.** Edição de William J. Entwistle, nota prévia de Luis F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

PORTUGAL, Duarte de. **Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte – Livro da Cartuxa**. Transcrição de João José Alves Dias, Introdução de A. H. de Oliveira Marques. Edição Diplomática. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

PORTUGAL, Duarte de. **Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta.** Edição crítica organizada por Joseph Piel, Coimbra - Lisboa: FLC – Livraria Bertrand, 1942.

PORTUGAL, Duarte de. **Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela que fez El-Rey Dom Eduarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta.** Edição crítica por Joseph Piel, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do Conde D. Pedro de Meneses.** Edição de Maria Teresa Brocardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.

BIBLIOGRAFIA

ACCORSI JR., Paulo. **Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa. A prosa civilizadora da corte do Rei D. Duarte (1412-1438).** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

AMADO, Teresa. Questões Textuais sobre Manuscritos das Crônicas de Fernão Lopes. In**: Actas deo Congresso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval.** Edición al cuidado de Armando López Castro y Luzdivina Cuesta Torre. León: Universidad de León, 2007.

_____ . **O Passado e o Presente***: ler Fernão Lopes*, Lisboa: Editorial Presença. 2007.

_____. **Bibliografia de Fernão Lopes.** Lisboa: Edições Cosmos, 1991.

AZEVEDO, Gonzaga de. **História de Portugal.** v. IV, Lisboa: Bíblion, 1943.

BAQUERO MORENO, Humberto. Bandos nobiliárquicos em Olivença em fins do século XV, **Revista de História**, n. 6, Porto: FLUP, 1985 p. 121-144.

_____. Contestação e Oposição da Nobreza ao Poder Político nos Finais da Idade Média. In: **Revista da Faculdade de Letras, II- Série História,** Vol. IV. Porto: FLUP, 1987, p. 103-118.

BARATA, Luis Filipe Themudo (Ed.). Elites e Redes Clientelares na Idade Média, Problemas Metodológicos, In: **Actas do Cóloquio**, Évora: Edições Colibri – CIDEHUS- Universidade de Évora, 2001.

BARUQUE, Julio Valdeón. **Pedro I el Cruel y Enrique de Trastâmara: La Primera Guerra Civil?** Madrid: Aguilar: 2002.

BASCHET, Jerôme. **A Civilização Feudal. Do Ano Mil à Colonização da América,** São Paulo: Editora Globo, 2006.

BEIRANTE, Maria Ângela. **As Estruturas Sociais em Fernão Lopes.** Lisboa: Horizonte, 1984.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal.** Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. **Os Reis Taumaturgos.** México: Fondo de Cultura Económica,1988.

BLOCKMANS, Wim & HOPPENBROUWERS, Peter. **Introdução à Europa Medieval**, **300-1500**, Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2012.

BORGE, Ignácio Álvarez. La nobleza castellana en la Edad Media – família, patrimonio y poder. **La família en la edad media: XI Semana de Estudios Medievales,** Nájera. 2000. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/595379.pdf> Acesso em 20 Ago. 2017.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDOM, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Le**

Métier de Sociologue. Paris: Mouton-Bordas, 1968.
BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História: Debates – História.** São Paulo: Perspectiva, 2009.

CAETANO, Marcelo. **História do Direito Português: Séculos XII-XVI.** Lisboa: Verbo, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

CASANOVA, C. V. Deste Rey Dom Pedro comtão algũas cousas. A Construção e a Evolução da Memória do Rei-Juiz. Trabalho realizado no âmbito do projeto "**Lugares de Poder e Configuração Política do Reino Português (1279-1383)"** financiado pela ECT (SFRH/BDP/ 73087/2010).

CERTEAU, Michel de. **Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CERVIGON, José Ignácio Ortega. La Nobleza Peninsular en la Época Trastámara, Principales líneas de investigación (1997-2006). **e-Humanista,** v. 10, 2008. Disponível em: <http://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu.span.d7_eh/files/sitefiles/ehumanista/volume10/4%20Ortega.pdf> Acesso em: 19 Agosto de 2017.

CHAUNU, Pierre. **Expansão Europeia do Século XIII ao XV**. São Paulo: Pioneira-EDUSP, 1978.

CINTRA, Luís Filipe Lindley. O Liber Regnum e outras fontes do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. **Boletim de Filologia**, v. 11, n. 2, p. 224-251, 1950.

CINTRA, Luís Filipe Lindley. A Crônica de 1344 e o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. In: **Crônica Geral de Espanha de 1344.** v. 1, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações – Memória e Sociedade.** Lisboa: DIFEL, 1990.

COELHO, Maria Helena da Cruz. **Relações de Domínio no Portugal Concelhio de Meados de Quatrocentros**, Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.

_____. O Poder e a Sociedade ao Tempo de D. Afonso IV. In: **Separata da Revista de História,** vol. 8, Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1988, p. 35-51.

COURTÉS, J., **Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva.** Coimbra: Almedina, 1979.

CUNHA, Mafalda Soares da. A Nobreza Portuguesa no início do Século XV: Renovação e Continuidade. **Revista Portuguesa de História,** t.XXXI, v. 2, 1996.

DAVID, Pierre. **Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIº au XIIº Siécle,**

Paris: Bulletim Hispanique, tome 50-2, 1948, p. 195-198
DIONÍSIO, João. Uma edição digital do Leal Conselheiro de D. Duarte, In: TEIXEIRA, Marta & BRANCO, Elsa (Coord.), **Cadernos de Literatura Medieval – CLP - A Prosa Didática Medieval**, Lisboa- Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, CLUL–FLUL, 2011. URL:http://hdl.handle.net/10316.2/30845. Acesso: 28/12/2017, 12:26:54

DUARTE, Luís Miguel. Bandos, bandidos e crimes no Portugal das caravelas. **Revista da Faculdade de Letras – História**. Porto, II série, v.13, 1996, p.231-248.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

_____. **O Processo Civilizador v. 1 – Uma História dos Costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

_____. O Processo Civilizador v. 2 – Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FERNANDES, Fátima Regina; FRIGHETTO, Renan. **Cultura e Poder na Península Ibérica.** Curitiba: Juruá, 2001.

FERNANDES, Hermenegildo. **D. Sancho II – Tragédia.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2010.

FERNÁNDEZ, Emilio Mitre. Marcos de Actuación Política y Señas de Identidad de la Nobleza Tardomedieval Castellana. **Wad-al-Hayara: Revista de estudios de Guadalajara.** n. 22, 1995. Disponível em: <bibliotec2.uclm.es/biblioteca/CECLM/ARTREVISTAS/wad/wad22_mitremarcos.pdf> Acesso em 21 Agosto de 2017.

FERREIRA, Maria do Rosário. D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico. In: FERREIRA, Maria do Rosário (Coord.) **O contexto hispânico da Historiografia Portuguesa nos séculos XIII e XIV - Em Memória de Diego Catalán.** Coimbra: IUC, 2010, p. 81-102. Disponível em: <http://ifilosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/MRFERREIRA_D._Pedro_de_Barcelos_e_a_representao_do_passado.pdf> Acesso em: 17 Ago. 2017.

_____. A Estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do Livro de Linhagens. **e-Spania, Revue Interdisciplinaire d'Études Hispaniques Médiévales et Modernes,** n. 11, 2011. Disponível em: <http://e-spania.revues.org/20273#ftn7> Acesso em 17 Ago. 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. **Brasões da Sala de Sintra**. 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996.

_____. **Brasões da Sala de Sintra**, 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2006.

GERBET, Marie-Claude. **Las Noblezas Españolas em la Edad Media, Siglos XI-XV.** Madrid: Alianza Editorial, 1997

GODELIER, Maurice, **O Enigma do Dom.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Rita Costa. Os Indivíduos e os Grupos, In: **A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média**, Lisboa, DIFEL, 1995.

GREIMAS, A. J. **Semiótica e Ciências Sociais.** São Paulo: Cultrix, 1981.

GUENÉE, Bernard. **O Ocidente nos Séculos XIV e XV**. **Os Estados.** São Paulo: Pioneira-EDUSP, 1981.

HEERS, Jacques. **El Clan Familiar en la Edad Media.** Barcelona: Labor, 1978.

_____. **O Ocidente nos Séculos XIV e XV, Aspectos Econômicos e Sociais.** São Paulo: Pioneira- EDUSP, 1981.

HERCULANO, Alexandre. **Lendas e Narrativas.** Tomo II. Lisboa: Bertrand, s/d.

HESPANHA, Antônio Manuel de. **História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna.** Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

JATAHY, Sandra Pesavento, História & Literatura: uma velha-nova história, In: Débats, 2006, p. 1-8. Disponível em: https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560. Acesso: dia 11/05/2018: 10:30 hs.

JOLLES, André. **Formas Simples, Legenda, Saga, Mito, Adivinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste.** São Paulo: Cultrix, 1976.

KRUS, Luís, A Vivência Medieval do Tempo. In: **Separata de Estudos de História de Portugal, 23, vol. I – Séculos X-XV,** Homenagem a A. H. de Oliveira Marques**.** Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LORAUX, Nicole. Elogio do Anacronismo, In: NOVAES, Adauto (org.), **Tempo e História**, São Paulo: Cia das Letras – SMC, 1992, p. 57-70.

MAGALHAES, Joaquim Romero de. **O Poder Concelhio: Das Origens às Cortes Constituintes.** Notas de História Social, Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986

MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel. (Dir.) **Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV.** Coleção Nova História de Portugal, vol. IV, Lisboa: Presença, 1987.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas.** São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MATTOSO, José. (Ed.) **Portugaliae Monumenta Historica.** v. II, Lisboa: Academia de

Ciências, 1980.

_____. A Guerra Civil de 1319-1324. In: **Separata de Estudos de História de Portugal, 23, vol. I – Séculos X-XV, Homenagem a A. H. de Oliveira Marques.** Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

_____. **Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal, 1096-1325.** Vol. I – Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

_____. **Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal, 1096-1325.** Vol. II – Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

_____. **Ricos Homens, Cavaleiros e Infanções. A Nobreza Medieval Portuguesa nos séculos XI e XII.** Lisboa: Guimarães Editora, 1986.

_____. **A Nobreza Medieval Portuguesa – A Família e o Poder.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

_____. A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular. **Revista da Faculdade de Letras – História**. II série, v. 8, Porto, 1991.

_____. (Dir.) **História de Portugal – A Monarquia Feudal, vol. II**, Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

_____. Perspectivas Atuais sobre a Nobreza Medieval Portuguesa. **Revista de História das Ideias**, **A Cultura da Nobreza**, v. 19, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997.

MENENDEZ Y PELAYO, M., **Orígenes de la Novela**, v. II, Buenos Aires: Emecé Editores, 1943.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A História, Cativa da Memória, Para uma Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros,** n. 34, 1992, p. 9-24.

MILLÁN, José Martinez, Introduccion: La Investigacion sobre las Elites de Poder, In: **Instituciones y Elites de Poder en la Monarquía Hispana durante el Siglo XVI**. Madrid: Universidad Autónoma, 1992.

MÍNGUEZ, César González. Las luchas por el poder en la corona de Castilla: Nobleza vs. Monarquía (1252-1369). **Clio & Crímen**, n. 6, Universidad del País Vasco, 2009, p. 36-51.

MONTEIRO, João Gouveia. **A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média.** Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

_____. **Fernão Lopes, texto e contexto,** Coimbra: Livraria Minerva, 1988.

MOREIRA, Filipe Alves. A Historiografia Régia Portuguesa anterior ao Conde de Barcelos. In: FERREIRA, Maria do Rosário (coord.). **Cadernos de Literatura Medieval. O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa, sécs. XIII e XIV** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador de. De La Nobleza Vieja a La Nobleza Nueva. **Cuadernos de História, 3 – anexos da Revista Hispânia**, Madrid: Instituto Gerônimo Zurita, 1969.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. (Org.) **O Portugal Medieval.** São Paulo: Alameda, 2010.

OLIVEIRA, Antonio Resende de. O Genealogista e as suas Linhagens: D. Pedro, Conde de Barcelos, In: **E-Spania. Revue Interdisciplinaire d'études Hispaniques Medievales et Modernes**. Disponível em: http://journals.openedition.org/e-spania/2032374.

ONG, Walter J. **Oralidad y Escritura, Tecnologias de la palavra.** Colômbia: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1996,

PIDAL, Diego Catalán Menendez Pidal. **De Alfonso X al conde de Barcelos**. Madrid: Editorial Gredos, 1962.

_____.; ANDRÉS, Maria Soledad. **Crônica Geral de Espanha de 1344**, vol.1, Madrid: Editorial Gredos, 1970.

_____. En Torno a "Miragaia" de Garret. **Biblos**, n° 20, 1944.

PIDAL, Ramón Menendez, **La Leyenda de los Infantes de Lara.** Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1934.

PIMPÃO, A. J. da Costa. **História da Literatura Portuguesa, v. 1.** Coimbra: Atlântida, 1947.

PIZARRO, J. A. de Sotto Mayor.**Linhagens Medievais Portuguesas, Genealogias e Estratégias (1279-1325)**, 2 vols., Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna, 1999.

PIZARRO, J. A. SOTTO MAYOR. **Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias, 1279-1325.** Tese (Doutorado), Universidade do Porto, 2 vols., 1997. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18023> Acesso em: 18 Ago. 2017.

_____. As Inquirições Medievais Portuguesas (séculos XIII-XIV), Fonte para o Estudo da Nobreza e Memória Arqueológica – Breves Apontamentos. **Revista Da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património,** v. XII, Porto, 2013, p. 275-292. Disponível em: <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11802.pdf> Acesso em: 18 Ago. 2017.

POMIAN, Krzysztof. **L'Ordre du temps**. Paris: Gallimard, 1984.

PORTUGAL, D. Duarte. **Leal Conselheiro**. Introdução e notas de João Morais Barbosa, Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1982.

PUERTA, Miguel Calleja. El Factor Genealógico: Posibilidades y Límites de la Documentación de Archivo para la Elaboración de Historias Familiares In: CÓRDOVA DE LA LLAVE, Ricardo; GARCIA, José Luís de Pino; SÁNCHEZ, Margarita Cabrera (Coord.), **Estudios em Homenaje al Profesor Emilio Cabrera**. Córdoba: Universidade de Córdoba,

Servicio de Publicaciones, 2015.
REBELO, Luis de Sousa. **A Concepção de Poder em Fernão Lopes**, Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa – A intriga e a narrativa histórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

ROBIN, Régine. **História e Linguística**, São Paulo: Ed. Cultrix, 1977.

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica.** Coleção Nova História, Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

RUSSEL, Peter. E. **As Fontes de Fernão Lopes.** Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 1941.

_____. **A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durantes a Guerra dos Cem Anos**, Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1998.

SAMORA VICENTE, A. Poema de Fernán González, In: **Clásicos Castellanos**, 128, Madrid: Zamora, 1946.

SARAIVA, Antônio José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal.** Lisboa: Gradiva, 1988.

_____. O Autor da Narrativa da Batalha do Salado e a Refundição do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. In: **Boletim de Filologia**, 22, 1971, p. 1-16.

_____. **Fernão Lopes**, Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.

SARAIVA, José Hermano. **A Revolução de Fernão Lopes**, In: Outras Maneiras de Ver. Lisboa: Circulo de Leitores, 1979, p. 7-50.

SCHAPP, Wilhelm. **Envolvido em Histórias. Sobre o ser do homem e da coisa.** Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2007.

SERRANO, Cesar Olivera. La Península bajo los Primeros Trastámaras (1350-1406). **e-Humanista,** v. 10, 2008. Disponível em: <http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes /volume_10/pdf/1%20Olivera.pdf> Acesso em: 19 Ago. 2017.

SOUSA**,** Armindo. **As Cortes Medievais Portuguesas (1385 1490),** Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica- Centro de História da Universidade do Porto, 1990, 2. Vols.

_____. O Discurso Político dos Concelhos nas Cortes de 1385, In: **Revista da Faculdade de Letras**, IIª série, 2, Porto: FLUP, 1985, p. 9- 44.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos. **D. Afonso IV**, Rio de Mouro: Circulo de Leitores, 2009.

TÁPIA, Modesto Salcedo. **La Família "Tellez de Meneses" en los Tronos de Castilla y Portugal**, v. I. Palência: Instituto Tello Tellez de Meneses, 1999.

TODOROV, Tzvetan. **As Estruturas Narrativas – Debates.** São Paulo: Perspectiva, 2008.

VENTURA, Leontina, **D. Afonso III.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

WHITE, Hayden, O Valor da Narratividade na Representação da Realidade. **Cadernos de Letras da UFF,** nº 3, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1991.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. **Cancioneiro da Ajuda,** 2 vols**.** Halle: Max Niemeyer, 1904.

VEIGA, Costa. Os nossos Nobiliários Medievais (Alguns elementos para a cronologia da sua elaboração). **Separata dos Anais das Bibliotecas e Arquivos**, Lisboa, 1943, p. 25-27.

VENTURA, Margarida Garcez. **O Messias de Lisboa. Um Estudo de Mitologia Política (1383-1415)**, Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

VERÓN, Eliseo. **Ideologia, Estrutura e Comunicação.** São Paulo: Cultrix, 1977

_____. **A Produção de Sentido.** São Paulo: Cultrix, 1980.

VITERBO, Joaquim, Santa Rosa. **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram**. 2 vols. Porto: Livraria Civilização, 1984.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**: A "literatura" medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.